



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE

AMAZÔNIA, PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, DISSIMULAÇÃO E BARBÁRIE

BELÉM
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE

AMAZÔNIA, PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, DISSIMULAÇÃO E BARBÁRIE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial de obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, sob a orientação da Prof^a. Dr. Violeta Refkalefsky Loureiro.

BELÉM
2010

AMAZÔNIA, PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, DISSIMULAÇÃO E BARBÁRIE**ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE**

Tese submetida à avaliação como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Violeta Refkalefsky Loureiro (UFPA/PPGCS; Doutora em Sociologia, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, IHEAL, Universidade de Paris III, Sorbonne Nouvelle, França).

Examinador: Prof.^º Raymundo Heraldo Maués (UFPA/PPGCS; Doutor em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ).

Examinador: Prof^ª Mônica Conrado (UFPA/PPGCS; Doutora em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP).

Examinador: Prof^ª Maria José Oliveira e Silva Jackson Costa (UFPA/PPGCS; Doutora em Sociologia, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, IHEAL, Universidade de Paris III, Sorbonne Nouvelle, França).

Examinador: Prof^ª Edna Maria Ramos de Castro (UFPA/NAEA/PDTU; Doutora em Ciências Sociais, École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França.)

(*Examinadora Suplente*): Prof^ª Maria Angélica Motta Maués (UFPA/PPGCS; Doutora em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-UCAM).

(*Examinadora Suplente*): Prof^ª Denise Machado Cardoso (UFPA/PPGCS; Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental, PDTU/NAEA/UFPA).

Aprovado: _____

Belém, ____ de _____ 2010.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Romero Ximenes, e aos meus filhos Juliano, Janaína e Mariana, pela troca de conhecimento e pela sabedoria em entender o meu confinamento no decorrer da produção desta tese.

Ao meu irmão-pai, Moacyr Gonçalves Pamplona por ter compartilhado comigo todos os momentos de minha existência.

A memória de meus pais Jorge e Idalgina que me orientaram para as adversidades da vida.

À professora Violeta Refkalefsky Loureiro pela orientação rigorosa, combinando com sabedoria as atividades acadêmicas fundamentais na elaboração e desenvolvimento do tema e pela profunda amizade que nos une.

Aos professores do ex-Departamento de Ciência Política, que gentilmente me liberaram das atividades do magistério superior, tornando possível a produção desta tese.

Aos docentes do Curso da área de Sociologia por meio dos professores (Maria José Jackson Costa, Maria Cristina Maneschy, Maria de Fátima Carneiro da Conceição, Kátia Mendonça, Wilson Barp e Daniel Chaves); e aos professores da área de Antropologia por meio dos professores do curso (Raymundo Heraldo Maués, Angélica Motta Maués, Maria de Lourdes Furtado, Carmem Izabel Rodrigues, Denise Cardoso, Eneida Assis e Mônica Conrado) pela processo prazeroso de produção do saber.

Aos meus parentes e amigos que sempre compartilharam de alguma forma da minha caminhada acadêmica.

Aos funcionários do PPGCS, Paulo e Rosângela, sempre tão amáveis e competentes em suas atividades profissionais.

Ao Juliano, Janaina e Mariana que com ternura filial e competência contribuíram na formatação deste trabalho.

RESUMO

O texto aborda o Projeto Desenvolvimentista da Ditadura Militar de 1964 na Amazônia, especificamente no período da Nova República (1986-1989), estabelecendo relação entre o seu fundamento dissimulador e a barbárie que marcou a vida da região a partir da implantação dos Grandes Projetos, especificamente da Hidrelétrica de Tucuruí, e seu reflexo no período em discussão.

Palavras-chave: Amazônia. Dissimulação. Barbárie.

ABSTRACT

This work is a thesis about the regional development project of Brazilian 1964 dictatorship, specifically about the Amazon region and in the period called as the *Nova República* (1986-1989). The text discusses the *dissimulation* conceptual basis of this regional development project to *barbarian* notions that characterized the region during the so-called Regional Development Projects such as the hydroelectric of Tucuruí, Brazil and its impacts on the period.

Key-words: Amazon region. Dissimulation. Barbary.

LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
BASA	Banco da Amazônia
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte
ENTAB	Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FMI	Fundo Monetário Internacional
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IR	Imposto de Renda
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agro-pecuários e Agro-minerais da Amazônia
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Programa Grande Carajás
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE SIGLAS	7
SUMÁRIO.....	8
ÍNDICE DE FIGURAS	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. MODERNIDADE: um breve debate sobre seus elementos.....	20
2. 1. A MODERNIDADE SEGUNDO DIVERSOS AUTORES	20
2. 2. O CONCEITO DE BARBÁRIE	35
2. 3. ELEMENTOS DA BARBÁRIE: a simulação e o engodo	46
2. 4. ULISSES, UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO	50
CAPÍTULO 2. MODERNIDADE E BARBÁRIE – UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E ALGUNS EXEMPLOS PARADIGMÁTICOS.....	53
2. 1. UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO – O ANTI-SEMITISMO E OUTRAS MANIFESTAÇÕES DO SÉCULO XX	53
2. 2. A TEATRALIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA MODERNIDADE.....	57
2. 3. A MISTIFICAÇÃO DAS MASSAS PARA INDUZIR, CONVENCER E CONTROLAR.....	59
2. 4. A DISSIMULAÇÃO NA MODERNIDADE	64
CAPÍTULO 3. OS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NA AMAZÔNIA.....	91
3.1. A MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	91
CAPÍTULO 4. A CRISE INTERNACIONAL, A NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA (1986-1989), OS DISCURSOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DISSIMULADORES E A BARBÁRIE NA REGIÃO AMAZÔNICA	98
4.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL E O BRASIL	98
4.2. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E/OU DESESTABILIZAÇÃO?	105
4.3. AS INCONGRUÊNCIAS DO PLANO VERÃO.....	112
4.4. AS IMPLICAÇÕES DO PLANO BRASIL NOVO	113
4.5. O PLANO BRASIL NOVO.....	113
4.6. O PLANO REAL.....	114
4.7. A AMÉRICA LATINA, O NEOLIBERALISMO E A CRISE.....	118
CAPÍTULO 5. A AMAZÔNIA, PERÍODO IMPERIAL, REPUBLICANO E O DISCURSO DISSIMULADOR DO PODER.....	124
CAPÍTULO 6. O PROJETO MODERNIZADOR DA AMAZÔNIA E BARBÁRIE	132
6.1. A AMAZÔNIA, A CONSTITUIÇÃO DE 1946 E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO	132
6.2. A AMAZÔNIA, O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA NOVA REPÚBLICA E A BARBÁRIE	134
6.3. A AMAZÔNIA, O I PDA DA NOVA REPÚBLICA, DISSIMULAÇÃO E BARBÁRIE.....	136
6.4. UM EXEMPLO DE POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA: o caso da SUDENE	171
CAPÍTULO 7. OS MEGA PROJETOS NA AMAZÔNIA E BARBÁRIE	176
7.1. ALGUNS EXEMPLOS DE BARBÁRIE DAS DÉCADAS DE 70 E 80.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	202

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da Eletrobrás sobre o Complexo de Tucuruí, com vias de transportes (ferrovias, hidrovias e rodovias) de traçado sobrepostas ou próximas a terras indígenas, de posseiros ou negros/quilombolas. Fonte: Couto (1996).....	179
--	-----

Dados internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca de pós-graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA

PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes.

Amazônia, Projeto Desenvolventista, dissimulação e barbárie/ Zuleide Pamplona Ximenes Ponte;
orientadora: Violeta Refkalefsky Loureiro – 2010. 206 f

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

INTRODUÇÃO

A Amazônia no período da Nova República-NR (1986-1989) conviveu com a barbárie enquanto discurso e prática dissimuladora do poder. Esse fato tem sido comum nos diversos períodos da história regional (Colônia, Império e República), sempre que o tema em discussão diz respeito à exploração de seus recursos naturais. A diferença entre a década de 80 e outros momentos da história regional reside na forma e no conteúdo com que as relações de alteridade têm se manifestado, no que diz respeito aos segmentos subalternos locais.

As relações de poder entre o Estado brasileiro e a população local, nos primeiros anos de Implantação do Projeto Desenvolvimentista da ditadura militar de 1964 na região, especificamente da “Operação Amazônia” – 1966, foram marcadas por relações de alteridade. O Estado brasileiro concebia os habitantes locais como inferiores, incapazes de conduzir a Amazônia ao desenvolvimento. Atrair força de trabalho para a Amazônia era percebido pelo Estado brasileiro como a única saída para o desenvolvimento desta.

Na década de 70, com a implantação dos Grandes Projetos agropecuários e agro-minerais e, principalmente, com a implantação do projeto Grande Carajás, a população local passa a ser invisível para o Estado e para as instituições responsáveis pela viabilização da proposta; a população localizada nessas áreas foi, simplesmente, ignorada e excluída da proposta, tendo que encontrar outros espaços e outros tempos para acomodar a sua pobreza.

Na década de 80, a NR (1986-1989) vai ‘espelhar’ os desacertos provocados pelas intervenções do grande capital na região, principalmente com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, instalada para atender as demandas externas (PINGUELLI, 1989; SCHAEFFER, 1989). Aliado ao sofrimento, provocado às populações que viviam na área no decorrer do processo de instalação do empreendimento, a região vai ter que enfrentar a crise do capitalismo internacional que se ‘arrastava’ desde o governo Reagan nos Estados Unidos da América (EUA). A conversibilidade do padrão ouro em dólar desvaloriza as exportações dos países periféricos, provocando o aumento de preços do petróleo pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) para fazer frente à política norte-americana de valorização do dólar.

No período, a Amazônia também já convive com a descrença da proposta desenvolvimentista que acenara com o progresso, com o desenvolvimento e com a prosperidade das populações locais. O momento é de perplexidade, inclusive para a comunidade científica, surpreendida e revoltada pelo o enchimento do lago da hidrelétrica de Tucuruí, cobrindo rica vegetação existente na área, e o descaso do Estado brasileiro com relação aos destinos dos atingidos pela construção das barragens, pelas implicações epidemiológicas e aquelas advindas com a aplicação do pesticida Tordon, ao longo da rede de alta tensão elétrica. A Assembléia Legislativa do Estado do Pará instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1983, para apurar as denúncias do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e de seus intelectuais orgânicos.

Compondo o quadro caótico conjuntural, os países periféricos para continuarem obtendo empréstimos externos, foram obrigados a ceder às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e cumprir a agenda das mencionadas instituições no sentido de socializar os prejuízos inerentes à crise. A proposta das instituições credoras internacionais para “solucionar” a crise era de que os países pobres socializassem com a população os prejuízos advindos dela. Estes eram tidos como culpados pela crise. É o momento em que os planos de ajustes econômicos para atender às exigências do FMI e Banco Mundial são incorporados pelos países periféricos, bem como os planos de estabilidade econômica são adotados nos países da América Latina, inclusive no Brasil. Neste, havia a crença de que os planos de estabilidade econômica trariam a ‘redenção’ para o País.

Como o discurso desenvolvimentista tem como fundamento os princípios da modernidade, tendo a técnica e a ciência como portadores do progresso, do desenvolvimento, da igualdade, da liberdade e da segurança, o primeiro capítulo aborda alguns elementos da modernidade, tomando como referência alguns autores que expressam as formulações da sociedade moderna (MAQUIAVEL, 1973; HOBBS, 1973; ROUSSEAU, 1973) e outros que a criticam, demonstrando a barbárie específica da modernidade, quando a ciência e a técnica são utilizadas para a produção da morte seriada; e também quando determinados pretextos são usados para justificar o extermínio simbólico ou concreto do “outro” (MARX, 1977; BAUMAN, 1998; THOMAS, 1998; WALTER BENJAMIN, 2006; LÖWY, 2002; ADORNO, 1985; HORKHEIMER, 1985; MATOS, 1990).

No primeiro capítulo ainda se discute a astúcia e o engodo como elementos da modernidade que correspondem aos artifícios empregados pelos donos do poder para sua conquista (ADORNO, 1985; HORKHEIMER, 1985), lembrando, ainda, que a renúncia e a felicidade fazem parte do discurso da modernidade quando o assunto diz respeito às relações entre o capital e o trabalho, na medida em que o homem se realiza, também pelo sofrimento, para obter o prazer (MATTOS, 1990).

Como a Amazônia, no período em foco, foi palco da barbárie, o segundo capítulo analisa o significado da barbárie na modernidade, retomando o anti-semitismo como exemplo, ao lado de outros, para lembrar que a barbárie na modernidade tem como característica a dissimulação - a modernidade é bárbara porque dissimula seus reais propósitos (ADORNO, 1985; HORKHEIMER, 1985). Ainda no mesmo capítulo, a teatralização é retomada como inerente ao modo dissimulado como a modernidade se expressa quando usa o fetiche da mercadoria para convencer o comprador para ampliar o mercado (BALZAC, 1992); quando usa determinados artifícios comportamentais com vista à aceitação social (ASSIS, 2001); quando dissimula para obter o consenso (MAQUIAVEL, 2003); quando dissimula “transformando” relações de poder em relações burocráticas (KAFKA, 1996); quando a teatralização é usada como recurso para dissimular (MARX, 1974); quando por intermédio dos meios de comunicação, o espetáculo comanda a vida social (DEBORD, 1997); e quando o poder nos regimes autoritários teatraliza a violência para “convencer” pelo medo (BALANDIER, 1980).

Para se contrapor aos princípios da modernidade e produzir outra versão desta, Santos (1996) propõe outro modo de fazer a história, agora já na perspectiva dos grupos sociais que sempre estiveram ausentes, na história oficial; e Tolstoi (1905) elabora sua crítica para demonstrar o grau de super-exploração e de perversão que acompanha a modernidade, quando o tema é a produção de mercadoria.

O terceiro capítulo diz respeito às transformações econômicas, políticas e sociais que a Amazônia vivenciou no decorrer da implantação do projeto desenvolvimentista na região, especificamente da NR (1986- 1989), o aprofundamento da nova leitura dada à produção local, ou seja, ter uma produção voltada para atender os interesses dos grandes grupos econômicos em detrimento dos interesses das populações subalternas da região. Essas transformações registram uma nova leitura de ocupação do espaço, vinda desde a década de 70,

que tende a se aprofundar em 80, na medida em que as mazelas da década anterior já apresentam naquele momento com maior visibilidade, devido ao processo de organização das populações vitimadas pelos grandes empreendimentos e pelos protestos veiculados pelos movimentos sociais da sociedade civil brasileira de um modo geral e, especificamente da Amazônia. É o momento em que os grandes grupos econômicos buscam acumular riqueza e os pobres acomodar sua pobreza, buscando formas outras de sobrevivência (MARTINS, 1998); é também o momento em que a violência no campo tende a se aprofundar com a expulsão de negros, de quilombolas, de posseiros e de índios de suas terras para ceder espaço ao grande capital.

A década de 80 é marcada pela crise do capitalismo internacional que aprofunda as relações desiguais entre países ricos e pobres. Interpretar os acontecimentos no Brasil, especificamente na Amazônia, exige considerar as imposições das instituições credoras internacionais com relação aos países periféricos no sentido de socializar internamente a crise. É também o momento em que os países hegemônicos transferem para as sociedades periféricas suas indústrias devido à força de trabalho nessa região ser mais barata, a energia abundante e os recursos naturais a custo baixo. É também o momento que, por imposição das instituições credoras internacionais, os países periféricos são obrigados, para continuarem obtendo empréstimos do exterior, a adotarem os planos ditos de estabilidade econômica.

O quarto capítulo diz respeito aos acontecimentos mencionados e às implicações que “transformaram” a década de 80 em década perdida e projetaram os reflexos desses acontecimentos sobre a realidade amazônica. A exploração dos recursos naturais da Amazônia e o processo de discriminação sobre as classes subalternas desta estão presentes em todos os momentos da história regional. Apenas a forma de dissimular a exclusão é que tem mudado.

O quinto capítulo retoma parte da história regional (Império e República), no sentido de demonstrar como as classes excluídas desta têm convivido com a barbárie, mudando somente a forma empregada para sua efetivação.

No Brasil Colonial e Imperial a intolerância étnica, religiosa e cultural sobre as camadas subalternas usava, para justificar o extermínio concreto ou simbólico, o pretexto religioso, a falta de cristandade. Na sociedade moderna o pretexto para a

exclusão pode ser pela “inferioridade” racial, étnica, religiosa, cultural; “o outro” é sempre percebido como inferior, menos humano.

Para o Padre João Daniel (2004), castigar a população indígena com chibatada era a forma mais adequada de castigo, e os ritos das crenças nativas eram percebidos como práticas ilógicas. O mesmo dizia Salles (2004) sobre a visão dos grupos dominantes no Pará com relação aos ritos festivos dos negros: esses eram considerados perigosos, principalmente a capoeira.

A barbárie em à população indígena tem sido tão comum que, entre 1750-1850, esta decresceu em 50% (MOREIRA NETO, 1988).

O sexto capítulo estabelece uma relação entre o Plano Quinquenal e os demais planos implantados, após a ditadura militar de 64 na região. Procura demonstrar que a perspectiva social muda com a criação dos incentivos fiscais beneficiando os aplicadores do Imposto de Renda, a partir de 1966. A preocupação, pelo menos teórica, com a pobreza local é substituída pela preocupação de beneficiar os interesses das elites.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974) diz expressar a integração do Norte ao Nordeste do País, por meio dos Pólos de Desenvolvimento. É o momento em que o Estado privilegia os grandes empreendimentos. Entretanto, já no final da década de 70, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) expressam o esvaziamento da política de incentivos fiscais, tanto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) quanto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que mantinha idêntico modelo de incentivo.

A análise do IPDA - NR (1986-1989) permite observar o processo de ‘esvaziamento’ das atribuições da SUDAM. Suas atribuições já vinham sendo ‘esvaziadas’ desde a implantação dos Grandes Projetos na região, principalmente a partir da implantação do Programa Grande Carajás. As empresas instaladas na área podem fazer empréstimos diretamente do exterior, com o aval direto do Governo Federal.

O II PND (1975-1979) correspondeu ao momento propriamente dito de implantação dos Grandes Projetos concentradores de renda na Amazônia. É também o momento de efervescência dos grandes conflitos agrários provocados pela expropriação dos ocupantes das áreas, agora destinadas ao grande capital (FERREIRA, 1999).

O II PND, em virtude da crise internacional de 80, vai ter dificuldades para alcançar seus objetivos. O mesmo ocorre com o III PND (1980-1984), afetado pela política de redução dos gastos públicos, exigida pelas instituições credoras internacionais como condição para o País conseguir novos empréstimos do exterior. O fato vai interferir na Política de Incentivos Fiscais para o Norte e Nordeste do País, com redução de seus investimentos pelo Governo Federal.

A crise internacional também está expressa na formulação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (IPDA-NR 1986-1989). Enquanto nos planos da primeira metade da década de 70 as atividades das instituições responsáveis pelo planejamento e execução da política institucional estavam de forma detalhada nos seus PDAs, à medida que a crise vai se aprofundando, os PDAs vão perdendo sua função, para se formatarem em conformidade com os “novos” parâmetros sobre a forma como a política do período vai se processar. Esse fato vai ser refletido por ocasião da elaboração do IPDA - NR pela comissão composta pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que consolidou o documento, a partir das contribuições oferecidas pelos Estados do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia e dos Territórios Federais do Amapá e Roraima, com a colaboração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Banco da Amazônia S/A (BASA).

Embora a comissão que elaborou o IPDA-NR tenha retomado os itens que compunham os planos anteriores, esta não consegue propor uma política concreta para o desenvolvimento da região, em virtude dos cortes nas verbas destinadas à Política de Incentivos Fiscais. A comissão responsável pela elaboração do IPDA-NR, diante da complexidade conjuntural, termina assumindo, em alguns momentos, uma posição “crítica” com relação ao desempenho das atividades realizadas anteriormente pelas instituições responsáveis pelo planejamento e pela execução da política regional. Deste modo, termina elaborando um discurso como se não pertencesse ao Estado e mais – como se não fosse aliada dos governos anteriores que haviam formulado os outros planos. A Comissão assume uma posição “crítica” com relação a política institucional, mas não consegue perceber que a Comissão representa o Estado na região.

A Comissão de I PDA-NR e o próprio plano terminam por se transformar em um discurso dissimulador, que trapaceia quando não assume suas responsabilidades enquanto discurso do mesmo poder. E também dissimula quando

diz estarem preocupados com os destinos das camadas pobres da região e, ao mesmo tempo, alegam que a região tem vocação para as relações de produção e vendas de matérias-primas.

No decorrer da história das sociedades modernas têm sido comum as cidades se apresentarem como mercadoria, Balzac (1992) demonstra Paris pronta para ser transformada em mercadoria. O mesmo acontece com Walter Benjamin (2006) quando demonstra Paris se transformando para atender os anseios da burguesia emergente, transformando os lugares que eram públicos em espaços de lazer para a burguesia.

As cidades brasileiras têm sido apresentadas como mercadoria (VAINER, 2000) e a Amazônia, também historicamente, não só por meio do IPDA-NR, ao reivindicar a participação do capital estrangeiro na região, mas também, em outros momentos de sua história, principalmente quando o tema é a apropriação pelo capital de seus recursos naturais.

Em virtude das observações apresentadas, a leitura crítica do IPDA-NR terminou se transformando em um dos componentes essenciais desse capítulo e do trabalho como um todo. Mas é bom lembrar que o discurso do poder é sempre dissimulador. Marx (1991) demonstra o papel da dissimulação quando analisa os chamados direitos humanos que, embora se apresentem como universais, exigem para a sua concretização determinadas qualidades individuais.

Outro ponto levantado pelo citado documento oficial é a alegação de que a proposta desenvolvimentista da ditadura militar de 1964 representou um desacerto para a realidade local, porque os tecnocratas do poder desconheciam a realidade regional, ou seja, o documento exorciza as formulações desenvolvimentistas anteriores. Mas, embora a crítica nem chegue a ser uma crítica profunda, é importante enquanto discurso dissimulador do poder e como expressão de dissimulação da barbárie cometida. Entretanto, em alguns poucos pontos o plano têm rasgos de lucidez, por exemplo, quando reconhece que os planos anteriores acentuaram a desigualdade econômica, política e social, e estavam voltados para os interesses do grande capital. Mas não consegue perceber as mudanças que as instituições responsáveis pela política regional estão passando em função da crise e dos ajustes econômicos que o Estado brasileiro fazia a fim de contornar a crise e para ajustar a política regional ao novo momento.

O sétimo capítulo revisita alguns autores que analisaram os efeitos devastadores dos mega-projetos na região, especificamente o Programa Grande Carajás, onde se destaca o Projeto Ferro Carajás e a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí. Esses autores buscam mostrar como as mencionadas intervenções foram marcadas pela barbárie, tanto do ponto de vista discursivo quanto do ponto de vista prático.

Os mega-projetos do ponto de vista formal acenam com o desenvolvimento da região e com benefícios a população local. Na prática, provocaram o sofrimento, a desorganização da forma de reprodução de vida da população local.

Os mega-projetos, já na década de 70 e 80, eram questionados pelos Bispos e Padres do Brasil, principalmente os empreendimentos ligados à construção das rodovias, por causa de seus traçados. Estas, ou passavam sobre as terras indígenas ou as cortavam. Isso também acontecia com as terras dos posseiros e dos descendentes de negros.

Os processos de expropriação e violência (barbárie) - trazidos com os diversos projetos rodoviários voltados para servir às empresas mineradoras, os empreendimentos agro-pecuários e agro-minerais, e todas as formas de intervenção desenvolvimentista planejadas para cortar ou passar perto das terras indígenas - foram contestados por Davis (1978). Acreditava o autor, que os povos indígenas foram os que mais sofreram com as intervenções.

Passados os primeiros momentos da proposta fetichista, diversos segmentos sociais, principalmente alguns antropólogos, passam a reivindicar estudos sobre as áreas que iam ser afetadas e sobre as populações que iam ser atingidas, bem como sobre os malefícios que podiam trazer ao meio ambiente, embora, à época, não fossem comuns os estudos de impacto ambiental.

Com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí e a expropriação violenta das populações locais (posseiros, índios, negros), os conflitos agrários aumentaram. Mesmo porque os mega-projetos foram planejados como se a região fosse um imenso “vazio demográfico”.

Como já haviam previsto alguns cientistas sociais, a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí causou danos irreparáveis para os atingidos, aumentando os índices epidemiológicos (COUTO, 1996). Foi constatado, também um decréscimo de alguns segmentos populacionais em decorrência do uso do pesticida Tordon, ao longo da rede de alta tensão elétrica (COUTO, 1996).

Muitas foram as críticas sobre a forma autoritária e intolerante com que as instalações da Hidrelétrica de Tucuruí se processaram, bem como pelo fato dos Grandes Projetos terem atingido áreas nobres (PINGUELLI, 1989 *Apud* COUTO, 1996), já ocupadas por índios, posseiros e negros que tiveram que buscar outros espaços para sobreviver, principalmente quando as barragens entram em funcionamento, que por fatores diversos produziram lavas de mosquitos, tornando a sobrevivência na área insuportável.

Diversos são os pretextos utilizados pelo Estado brasileiro para ocupar determinadas áreas da Amazônia. O pretexto para justificar a implantação do Projeto Ferro Carajás foi a ‘vocação’ da Amazônia para as atividades minero-metalúrgicas (PINTO, 1981).

O Estado brasileiro deu todas as condições financeiras para a implantação do mencionado empreendimento, além da infra-estrutura, das isenções de impostos; além disso, as empresas responsáveis ou associadas podiam contar com o aval do Tesouro Nacional para tomarem empréstimos diretos do exterior (PINTO, 1981).

Sobre as políticas públicas dos anos 60 e 90 Loureiro (1992) destaca o permanente recurso que o Estado brasileiro tem utilizado para domesticar e impor seu projeto desenvolvimentista na região. E como para isso tem-se valido da violência e do esmagamento cultural e físico das populações tradicionais da região. E como tem feito isso em nome de um processo modernizador.

A presente tese enfoca a barbárie, a dissimulação e o engodo como características da modernidade, dos quais se vale o poder para impor na região o interesse dos grupos privilegiados aos quais se alia, como se este interesse fosse o de toda a sociedade que o mesmo diz representar.

As observações sobre a construção das hidrelétricas são no sentido de que o governo brasileiro desconsiderou os interesses das populações locais quando planejou suas usinas (HEBETTE, 1991; VIDAL, 1991; CASTRO, 1991).

Para Magalhães (2007), dois conceitos foram usados para justificar a implantação dos complexos hidrelétricos; o de “vazio demográfico” e o desconhecimento da história regional. Conceitos que foram decisivos para a invisibilidade dos grupos atingidos pelos empreendimentos e que inviabilizaram, pelo menos de 1974 a 1979, qualquer possibilidade de negociação com os grupos atingidos.

E finalmente, o sétimo capítulo retoma as informações de Magalhães (2007) para melhor entendimento do processo de lamento e dor, causados pelos mega-projetos, a população atingida para demonstrar o processo de barbárie que acompanhou a implantação dos mega-projetos, especificamente da Hidrelétrica de Tucuruí sobre os grupos subalternos da Amazônia que foram atingidos pelo mencionado empreendimento.

Ao abordar alguns autores que tratam a modernidade – levando em consideração seu discurso dissimulador e sendo esta portadora da barbárie— este texto trata do discurso do Projeto Desenvolvimentista da Nova República (1986-1989) através dos Grandes Projetos, como a Hidrelétrica de Tucuruí.

CAPÍTULO 1. MODERNIDADE: um breve debate sobre seus elementos

2. 1. A MODERNIDADE SEGUNDO DIVERSOS AUTORES

A modernidade foi um amplo movimento filosófico que se estabeleceu na Europa a partir do século XVI - com os grandes descobrimentos, o surgimento do método científico, desenvolvido por Francis Bacon e Galileu - que se propagou por todo o continente europeu. Posteriormente, alcançou suas colônias e demais países periféricos, chegando ao apogeu no século XVIII com a Ilustração e se sedimenta no século XIX com a produção em escala¹. A modernidade conduziu a Europa Ocidental a um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais etc., que modificaram o modo de pensar e agir desse continente e de outros que mantiveram contato com o que se convencionou chamar de modernidade no Ocidente (BRAUDEL, 1998).

A modernidade apresenta dois aspectos específicos e integrados: seu caráter filosófico e seu aspecto material. A base filosófica da modernidade institui a razão humana como o fundamento de toda ação individual e social. A modernidade propunha-se, uma vez instituída a razão como esteio, a libertar o ser humano dos medos provocados pelos dogmas religiosos, pelos elementos inexplicáveis da natureza e outros que, àquela época, pareciam incompreensíveis. Esclarecida a razão, o ser humano seria mais livre para pensar, criar e estabelecer uma vida justa do ponto de vista individual e social. A liberdade de pensar emanciparia o indivíduo e possibilitaria sua felicidade.

Mas, a modernidade prometia também a racionalização do trabalho humano. A ciência, além de possibilitar a libertação da mente, também, libertaria o homem do trabalho humilhante e de outras formas de exploração. Com isso, o ser humano teria para si mais tempo livre para desenvolver sua vida afetiva, moral e estética, onde o trabalho e a realização humana caminhariam juntos. Esta concepção da modernidade é uma concepção preconceituosa com relação aos modos de reprodução da vida diferentes da sua. A modernidade parte do pressuposto de que

¹ Esse período assinala o que a historiografia marxista costuma marcar como de ascensão das economias e trocas nacionais mercantis, a partir de entrepostos, portos e mercados extra-nacionais, inclusive na consolidação do dinheiro como veículo de troca (BRAUDEL, 1998) e, portanto, de formação de uma nova sociabilidade, um novo patamar de equivalência econômica e outra ética.

as necessidades humanas são infinitas e que, as formas de organização anteriores não teriam condições de atender as necessidades humanas. Posição contrária a de Marshall Sahlins quando afirma “[...] que as necessidades humanas são finitas e poucas, e os meios técnicos invariáveis mas, no conjunto, adequados. Adotando a estratégia Zen, pode-se usufruir de abundância material sem paralelo – com baixo padrão de vida. A [...] economia dos caçadores talvez se fundem mais consistentemente na abundância do que as de nossa economia” (SAHLINS, 1978, p. 8).

Do ponto de vista material, a modernidade se propunha a proporcionar progresso permanente às sociedades, capaz de tornar a vida humana mais confortável, mais segura, e longa, além de muitos outros benefícios.

Entretanto, o próprio conceito de modernidade apresenta ambiguidades incontornáveis por se definir a partir do tempo presente, do aqui e do agora, sem perspectiva de incorporação do passado e do futuro no curto e longo prazos.

O reconhecimento da modernidade, enquanto um determinado momento da história passada apresenta dificuldade em sua definição conceitual, tanto no futuro próximo quanto no distante. A natureza do conceito, em virtude de sua definição referida a um determinado tempo histórico, carrega consigo de modo contundente um momento da história, apartado dos momentos subsequentes próximos ou distantes.

Enquanto na Idade Média, o saber divino tinha que ser preservado e os fundamentos da vida humana e sua relação com a natureza se acreditava, ser determinado por Deus, na sociedade moderna, ao contrário da visão anterior, as relações entre os homens têm como intermediário o homem. Este é, ao mesmo tempo, produtor e sujeito do conhecimento e do poder. O Estado é o sujeito e a medida de todas as coisas. Lá, Deus tudo podia; aqui, o homem tudo pode. Lá, a fundamentação era dogmática, aqui o Estado ocupa o lugar ocupado por Deus. Deus saiu dos conventos e veio se alocar na figura do Estado (CHAUÍ, 1990). Entretanto, não houve a laicização da política, pelo contrário, todas as relações entre os homens foram dogmatizadas por meio da secularização dos valores. Lá, a pobreza era explicada como desejo de Deus; aqui, a pobreza de alguns e a riqueza de outros são justificadas como algo que sempre foi assim.

Os séculos XIX e XX foram marcados pela euforia tecnológica e científica diante da produção seriada. A ciência e a técnica eram percebidas como trazendo a

redenção para a humanidade, liberando o homem do fardo do presente, conduzindo-o à terra prometida, o paraíso, onde cada indivíduo teria o seu quinhão. Mas, como diz Walter Benjamin, visitando os escritos de Baudelaire: “[...] o herói moderno não é um herói, representa o papel de herói. A modernidade heróica parece ser uma tragédia. O papel de herói está vago” (BENJAMIN, 1983, p.105).

A modernidade não trouxe a terra prometida. Pelo contrário, em lugar de libertar o homem dos dogmas, dogmatizou as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os homens. Prometeu a igualdade, trouxe a desigualdade, prometeu a liberdade, trouxe a liberdade de propriedade, e só quem detiver determinadas qualidades poderá obter os chamados direitos humanos. Prometeu a fraternidade, trouxe a guerra de muitos contra muitos. Prometeu a segurança, trouxe a insegurança para a maioria da população mundial, prometeu o progresso humano, trouxe o progresso da indústria, a garantia do processo de acumulação da riqueza e, em proporção superior, o empobrecimento de um contingente populacional considerável nos diversos países que compõem o ocidente, transformando o dinheiro em Deus universal e medida de todas as coisas (MARX, 1991).

A promessa de liberdade, igualdade e fraternidade, princípios fundamentais da modernidade, foi se restringindo a um fio condutor, o individualismo, que reproduz constantemente o contrário do que afirma a teoria - a desigualdade. A universalização dos direitos humanos à letra jurídica, determinando que o direito de um seja limitado pelo direito do outro, automaticamente exclui dos chamados direitos do homem os indivíduos que não detêm os predicados necessários para a obtenção destes. Mas, os mencionados pressupostos são essenciais para a reprodução da sociedade burguesa, ou seja, para a manutenção de suas especificidades quanto à reprodução da desigualdade.

Outro elemento que pode ser observado é o deslocamento das relações econômicas, políticas e sociais da esfera do público para o privado, principalmente nas últimas décadas do século XX. Princípios que nos séculos anteriores eram concebidos como sendo de interesse público, hoje são percebidos como pertencentes à esfera privada. O discurso filosófico que vinha desde o século XVIII, como o bem público tendo prioridade sobre o privado, aos poucos, passou a ser invertido. Houve um deslocamento do interesse público para o privado, sendo, hoje, este um dos elementos que caracterizam a modernidade. Lutar por saúde, educação

etc. passou a ser interpretado como uma questão de aptidão individual, cuja solução está, talvez, no divã psicanalítico.

A explicação, encontrada por Lasch (1983) para o deslocamento, está na desesperança que acomete a humanidade, hoje, sem perspectiva futura, com presságio de que as possibilidades de um futuro grandioso se esgotaram, restando a incerteza, que foi sendo reafirmada ao longo do século XX com o holocausto, pela ameaça de desmantelamento nuclear, pelos danos ao meio ambiente, pelo aumento dos miseráveis, mundialmente, e, principalmente, na periferia das grandes cidades e de modo acentuado nas regiões periféricas, em virtude da subtração sistemática de seus recursos naturais. Desde o período colonial até os nossos dias, esta realidade caótica atinge o Brasil, especificamente, a região amazônica.

. Para melhor entendimento dos princípios que expressam a modernidade, seus fundamentos na busca do consenso diante, principalmente dos grupos subalternizados da sociedade, há necessidade que se retome algumas das concepções que remetem aos seus pressupostos: na produção do conhecimento filosófico e científico, entre outros, encontramos Maquiavel (1973), pensador italiano do século XVI, que rompendo com as formulações teológicas anteriores sobre as relações entre o Estado e a sociedade, constata que essas são sempre relações de poder, relações de força, cabendo ao príncipe, para garantir sua permanência no poder, usar do convencimento ou da força.

Um dos componentes do discurso do poder segundo o autor, nos seus escritos, de um modo geral, realça o papel desempenhado pela dissimulação como forma de obtenção do consenso. O governante deve sempre que possível convencer, proceder de modo consensual, mas se houver necessidade, deve usar da força para alcançar os objetivos perquiridos. Mesmo quando o uso da força tenha por objetivo convencer, ainda que, pelo temor. Mas, o sucesso do príncipe depende de sua capacidade de combinar dois componentes essenciais nas formulações maquiavélicas: “fortuna” e “virtù”, dois dotes que se combinados com sabedoria levam ao poder e garantem a permanência do príncipe no poder. No entanto, o desacerto em seu uso conduz o príncipe ao fracasso.

Na formulação de Maquiavel (1973), a dissimulação é tão importante que podemos encontrá-la em todas as suas escrituras, do científico à peça teatral.

O arcabouço teórico de Maquiavel difere, em grande parte, dos outros autores de sua época e dos séculos posteriores. Nesses autores, o Estado se

apresenta como uma entidade cujo interesse é o “bem comum”. Em Maquiavel (1973), o príncipe deve usar de todos os meios para chegar e permanecer no poder pela força do convencimento ou da dominação.

Como sua concepção da história é cíclica, o príncipe para ser bem sucedido deve se apropriar, inteiramente ou em parte, dos ensinamentos propiciados por outros príncipes que tenham sido bem sucedidos na tomada e permanência no poder. Além de saber se apropriar dos exemplos históricos bem sucedidos, o príncipe deve ser capaz de saber combinar “fortuna” e “virtù”. Os que souberam proceder combinando “fortuna” e “virtù”, os que conseguiram reproduzir seu arquétipo, foram bem sucedidos em suas ações:

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa. (MAQUIAVEL, 1973, p.29).

Maquiavel (1973) valoriza a dissimulação como forma de alcançar e permanecer no poder. A importância da dissimulação na modernidade, como forma de chegar ao poder pelo consenso ou usando da força, é um dos elementos de destaque na teoria do autor. Enquanto em outras formulações a dissimulação é negada, em Maquiavel (1973), o jogo político é descrito com a violência que a relação exige. Demonstra, também, como os príncipes europeus tinham influência política sobre os principados italianos e como a relação de mando entre os mais poderosos e os menos poderosos ocorriam. Demonstra ainda, como os principados italianos, dominados pelos reinados europeus, deviam se libertar do jugo destes e construir uma Itália unificada.

No século XVII, um dos filósofos que está vinculado à modernidade é Thomas Hobbes (1974). Filósofo inglês, defensor do absolutismo vigente, propõe como forma de organização da sociedade política o Estado Leviatã.

Como os demais jusnaturalistas, Hobbes (1974) afirma que todos os homens nascem livres e iguais, porém como todos gozam dos mesmos direitos no estado de natureza, o reconhecimento por todos, deste fato, conduz à “guerra de todos contra todos”, gerando a desordem. Para que os homens não se entredovorem propõe a formação da sociedade política, com plenos poderes de Estado.

Para o autor, o poder é indivisível, a soberania é indivisível, e para evitar “a guerra de todos contra todos”, os homens decidiram fazer um pacto, concedendo plenos poderes ao Estado - “Estado Leviatã”. O pacto não pode ser dissolvido por ter sido constituído por um ato anterior à sua dissolução. Mas se algum contratante desejar romper com este pode fazê-lo individualmente, retornando ao estado de natureza.

O pacto hobbesiano só é possível com a espada, pois, para ele, o poder é indivisível. Esta proposição foi a forma encontrada pelo autor para defender o Estado absolutista inglês.

O pacto com a espada visa à passagem do homem “natural” para a sociedade política. O “homem natural” hobbesiano possui o chamado direito natural. Tanto em Hobbes quanto em Locke ou Rousseau, o pacto é uma forma de dissimular, negando a relação de poder entre Estado e sociedade. Para Marx (1991), os direitos humanos são conquistas da humanidade, na luta contra o acaso do nascimento.

Na segunda metade do século XVII, também na Inglaterra, vamos encontrar John Locke (1974), discordando de Hobbes quanto ao “homem lobo do homem”, propõe um pacto como forma de garantir a propriedade privada e a sobrevivência do homem.

As concepções de Locke diferem das de Hobbes quanto à natureza humana. Enquanto em Hobbes (1974), os homens são por natureza má, em Locke (1974), o homem é bom por natureza, bom, amável. A criação do pacto devia acontecer por precaução. O contrato seria uma forma de evitar a desordem e garantir a propriedade, inclusive a preservação de sua pessoa. O pacto seria “necessário” para evitar a desordem, garantir a propriedade privada e a pessoa do contratante.

A perspectiva lockeana espelha o momento histórico que está vivendo a Inglaterra, momento de transição e constituição da hegemonia do parlamento sobre a coroa, exigindo formulações mais democráticas. Aliado a esse fato, o autor é favorável à proposta de Guilherme de Orange, que conduziu a Revolução Gloriosa na Inglaterra e garantiu a hegemonia do parlamento sobre a coroa na sociedade.

Para Locke (1974), o contrato pode ser desfeito por meio da lei ou, até mesmo, caso necessário, pela insurreição.

O jusnaturalismo se fundamenta no pressuposto segundo o qual os homens nascem livres e iguais perante a lei. Os contratualistas “criam” o “homem natural” e o

“cidadão abstrato” para dar sustentação teórica ao pacto e justificar a necessidade da existência da sociedade política.

O contrato social, em todos os momentos da história humana, expressa o momento da trapaça, da dissimulação, onde os excluídos estão presentes, somente do ponto de vista formal. Os mencionados construtos estão presentes nas idéias dos filósofos que fizeram parte da Ilustração como Rousseau que, embora Iluminista, tem explicação diferente para justificar a existência do contrato social. Ele parte do pressuposto que a desigualdade advém com a criação da propriedade privada que institui a desordem entre os homens.

Entretanto, como os demais iluministas, ele propõe outras formas de exercer o poder, agora não mais tendo como intermediário, entre o homem e sua liberdade, Deus, mas o Estado - por meio da universalização do discurso, transformando o que é de alguns como se fosse de todos.

O Iluminismo, no século XVIII, contém elementos que fundamentam a modernidade como a exorcização do passado. Sua crítica aos mitos tem como objetivo demonstrar a supremacia da razão sobre as concepções transcendentais, substituindo os fundamentos religiosos pelos racionais. O Iluminismo não pode ser entendido de modo homogêneo. Pelo contrário, Rousseau (1973), embora iluminista, critica a visão de que o desenvolvimento da ciência e da técnica seja portador do desenvolvimento humano. Ele parte do pressuposto que a desigualdade conduz à desordem e que esta foi instituída a partir do momento em que começou a existir a propriedade privada. No entanto, a leitura de Rousseau sobre a propriedade é ahistórica: atribui a um indivíduo um ato que decorreu do desenvolvimento histórico das sociedades.

Nos textos filosóficos e científicos, percebemos que os princípios e fundamentos da modernidade são constantemente, construídos, desconstruídos, reconstruídos e criticados de modo simultâneo.

Contrariando os contratualistas como Hobbes, Locke e outros autores, Rousseau (1973) parte da desigualdade para chegar ao pacto e defende que o homem vivendo no estado de natureza é bom — “o bom selvagem” e que é a civilização que o corrompe.

Enquanto no século XVIII o Iluminismo defendia a ciência e a técnica como portadoras do progresso; no século XIX e XX diversos pensadores criticam a modernidade enfatizando a barbárie contida nesta, os problemas trazidos com a sua

instalação, inclusive no século XX com a produção industrial da morte, como foi o caso do nazismo na Alemanha.

Podemos observar, entre outros iluministas, Marx (1977) que, embora acreditasse que a ciência podia trazer o progresso, fazia uma ressalva de que esta seria utilizada a serviço de poucos. Como no capitalismo a ciência está a serviço do capital, o autor lembra que a gênese do modo de produção capitalista exemplifica bem o processo de degradação humana acarretado pelo capital no decorrer do seu processo de acumulação: “[...] esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo trabalhador, eis as origens, eis a gênese do capital” (MARX, 1977, p. 7).

Interpretando as relações entre o capital e o trabalho na Inglaterra, Marx (1971) demonstra o processo de exploração do capital sobre a classe trabalhadora. O capital, além de expropriar o trabalhador, além de suas necessidades, provoca a separação entre o trabalhador e os meios de produção, aliado à divisão social do trabalho, transformando o trabalhador em trabalhador coletivo e, por isso, alienado quanto ao resultado do objeto que produz.

Os princípios da modernidade provocaram grande impacto e fascinaram gerações por vários séculos, inclusive a Revolução Francesa, e serviram como modelo para constituição das diversas formações sociais e políticas. No entanto, trouxe também no final do século XVIII revoluções violentas; e no século XX guerras e extermínio de populações em massa, agora, não mais tendo como pretexto único a religião, mas o da inferioridade racial, étnica, cultural etc.

A crítica às relações econômicas, políticas, sociais e culturais da modernidade ficaram mais evidentes a partir do século XIX, XX e XXI, e foram se intensificando. Um dos cientistas que mais criticou a modernidade no século XX foi Freud (1992), em sua obra *O Mal-Estar na Cultura*, interpretando os conflitos entre o indivíduo e as instituições, demonstrando como estes podem desencadear as neuroses devido a dupla vida a que o ser humano é submetido na sociedade burguesa: uma no plano teórico e outra na vida real, uma no discurso jurídico, outra na vida real.

Para o autor a civilização não é sinônimo de perfeição, mas de desordem, inclusive mental: “[...] tivemos o cuidado de não concordar com o preconceito de que a civilização é sinônimo de aperfeiçoamento, de que constitui a estrada para a perfeição, pré-ordenada para os homens” (FREUD, 1992, p. 687).

A desordem da modernidade advém do processo injusto da distribuição da riqueza, da super-exploração da força de trabalho disponível para o capital além de

suas necessidades, da separação entre o produtor e os meios de produção, conduzindo o trabalhador ao processo de alienação quanto à sua percepção da mercadoria produzida. Quando o trabalhador deixa de ser o proprietário dos seus meios de produzir e passa a ser um trabalhador coletivo, sua percepção do objeto produzido é parcial. Mas a apropriação do lucro gerado por este objeto produzido por ele só pode ser consumido individualmente. A produção é coletiva, mas a apropriação é individual, de acordo com os rendimentos financeiros do consumidor.

Alguns dos problemas trazidos pela modernidade são enfatizados por Freud (1992) para explicar os distúrbios mentais advindos da relação entre o fundamento e o indivíduo concreto. Um dos temas estudados por Freud foi a sublimação e as patologias decorrentes da insatisfação trazida por esta dupla vida, engessada pela opressão, pela repressão onde os distúrbios são sinônimos de renúncia aos instintos. Freud (1992) atribui ao processo civilizatório as mazelas que conduzem aos distúrbios:

[...] é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa 'frustração cultural' domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar. Também ela fará exigências severas à nossa obra científica, e muito teremos de explicar aqui. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso. (FREUD, 1992, p. 688, grifos do autor).

A crítica à modernidade vem desde o século XVIII, por meio de Rousseau (1973), de Marx (1991), de Freud (1992), e de outros; mas a partir da segunda metade do século XX, a crítica se estende não só às relações econômicas, políticas e sociais, como também, ao próprio conceito de modernidade. O conceito de modernidade é auto-definidor, "rompe" com o passado e com o futuro, limita o alcance de sua compreensão. Podemos dizer que seus propósitos são abstratos, reveladores, dogmáticos e se limitam somente ao presente, e apartando-se de outros espaços e outros tempos, como critica Touraine (1998), em sua definição o caráter dogmático:

[...] Como podemos falar de sociedade moderna se nem ao menos foi reconhecido um princípio geral de definição da modernidade? É possível chamar de moderna uma sociedade que procura acima de tudo organizar-

se e agir segundo uma revelação divina ou uma essência nacional. (TOURAINÉ, 1998, p. 17).

A modernidade, ao fundamentar-se elegendo a racionalidade, a ciência, a técnica e a administração como elementos essenciais, termina substituindo os dogmas que criticava por outros. Ao secularizar seus pressupostos como forma de perpetuação da sociedade tal qual está, a modernidade termina substituindo os dogmas religiosos por outros dogmas, como a idéia de progresso, como a secularização dos valores; termina sendo uma forma de “congelar” o presente também de forma dogmatizada.

Outro elemento presente na modernidade é a divisão do indivisível, dos componentes da vida real, ou seja, a separação entre as esferas econômicas, políticas e sociais de uma determinada formação social, “transformando” a divisão formal em divisão real e impedindo a sua compreensão como parte de um mesmo espaço e tempo histórico.

A mencionada separação visa fazer parecer à sociedade que determinadas áreas pertencem, exclusivamente ao Estado, enquanto definidor das decisões econômicas, políticas e sociais, cabendo à esfera do privado os acertos e os desacertos individuais. Em virtude disso e de outras razões, na modernidade reina a dissimulação. A busca pelo consenso de modo infinito conduz a modernidade a dissimular. Dissimular para convencer pela dissimulação. Maquiavel (1973) demonstra a capacidade do príncipe em vencer pelo convencimento ou pela força.

A sociedade medieval estava dividida em estamentos. Mas, a sociedade burguesa aboliu a antiga divisão da sociedade em estamentos, como acontecia no modo de produção anterior, mas separou em diversas esferas a vida pública da privada. Levou o homem a pensar de um modo e a agir de outro, muitas vezes, o excluindo, totalmente ou parcialmente de um projeto realmente societário; os interesses tornam-se individualizados. Touraine (1998) demonstra as contradições trazidas pela modernidade: sua divisão em esferas isoladas e a difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica e administrativa:

[...] A modernidade não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. Por isso, ela implica a crescente diferenciação dos diversos setores da vida social: política, economia, vida familiar, religião, arte em particular, porque a racionalidade instrumental se exerce no interior de um tipo de atividade e exclui que qualquer um deles seja

organizado do exterior, isto é, em função da sua integração em uma visão geral, da sua contribuição para a realização de um projeto societal [...]. (TOURAINÉ, 1998, p. 17).

A modernidade, ao separar a religião do Estado, transfere o poder de Deus para a ciência; e a prática religiosa passa a fazer parte dos chamados direitos do homem. Sua atividade se desenvolve na esfera privada da sociedade. Ao contrário da Idade Média, na sociedade burguesa, a prática religiosa deixa de ser uma imposição do Estado à sociedade. Esta não define mais a religião como sendo algo do âmbito do Estado. Todavia, isto não significa que o pretexto religioso deixou de ser usado, muito pelo contrário, quando predomina o preconceito, tudo mais predominará.

Na Idade Média o centro do poder estava nos púlpitos. Na sociedade moderna está no Estado. O poder se deslocou dos púlpitos e veio se alocar no Estado. Cabe a este definir o dizível e o indizível, regular as relações econômicas, políticas e sociais. E por meio da administração pública apresentar relações de poder como neutras apenas relações burocráticas, relações a serviço de todos, indistintamente.

A letra jurídica, entre outros elementos, tem sido uma das formas por meio da qual a sociedade moderna escamoteia suas relações de poder, seu comprometimento com as camadas que detêm maior poder aquisitivo da sociedade. Pela letra jurídica, a sociedade moderna supostamente “resolve” as questões vinculadas à desigualdade, quando na verdade deixa que esta atue a seu modo, excluindo, segregando etc.

A sociedade burguesa não trouxe a união para os homens, pelo contrário, carrega consigo a desunião. Não trouxe a ordem como propunha o Iluminismo, trouxe a desordem; não trouxe a segurança para todos, mas a insegurança, na medida em que a lógica da usura e da riqueza tendeu a predominar sobre os demais elementos da vida social. A modernidade só é moderna no conceito, de modo abstrato.

Para uma sociedade ser considerada moderna, de fato, há necessidade da imparcialidade das leis, e que as instituições públicas e privadas não sirvam de instrumento de poder pessoal, que haja separação entre os bens privados dos bens públicos, conforme expressa Touraine (1998):

[...] É preciso, além disso, que a atividade intelectual seja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que a impersonalidade das leis proteja contra o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que as administrações públicas e privadas não sejam os instrumentos de um poder pessoal, que a vida pública e privada sejam separadas, assim como devem ser as fortunas privadas do orçamento do Estado e da empresa. (TOURAINÉ, 1998, p.18)

A concretude dos direitos do homem requer que haja um encontro entre os direitos abstratos e os direitos individuais concretos, qualidades que só os que detiverem determinados predicados podem exercê-los amplamente. A união dos homens só pode ser possível do ponto de vista formal, do ponto de vista jurídico; em uma sociedade de classe, só tem direito à propriedade quem tiver condições materiais de ser proprietário; só tem direito a um status elevado quem puder obtê-lo, só tem direito à ocupação quem puder conquistar uma ocupação, só tem direito à cultura quem puder conquistá-la, quem puder possuí-la etc..

A modernidade contém diversas formas de expressão. Do ponto de vista da ordem política ela propõe um modelo de organização institucional que, sob o aspecto filosófico, desde o século XVII com Hobbes, tem como um de seus objetivos o de demonstrar a necessidade de um pacto entre os homens. Tal proposição visa obter o consenso para justificar a existência da sociedade política, a instituição do Estado separada da sociedade civil e com poderes jurídicos e concretos sobre esta. Tudo isto sob o comando da razão e como forma de “libertar” os indivíduos dos mitos, dos dogmas, das explicações transcendentais, tanto no que diz respeito às relações entre os homens quanto destes com a natureza.

O Iluminismo se distingue das concepções anteriores no que diz respeito à ampliação dos direitos formais: “[...] o que distingue a filosofia do iluminismo da que a precede é a sua intenção de estender a todos os homens o que havia sido propriedade de apenas alguns, a saber, uma existência conduzida em conformidade com a razão” (TOURAINÉ, 1998, p. 19).

A substituição da representação religiosa do mundo pela chamada racionalidade veio acompanhada de novas formas de organização política, econômica e social. Acompanhada por modelos de congregações humanas com modos de vida diferentes dos anteriores, com discursos institucionais que - “apresentam” - as relações entre os homens como relações terrenas, não mais religiosas, como no modo de produção anterior, com seus atores econômicos, políticos e sociais de acordo com o novo formato. O homem não é mais um produto

divino, mas um ser político, econômico e social, com papéis a representar e guiado por meios e fins.

A Ilustração é revolucionária quando o tema é derrubar o antigo regime, mas é conservadora quando propõe novas formas de organização do sistema político, econômico e social e impõe as regras de adaptação às novas formulações de organização social. Suas organizações, do ponto de vista formal, são includentes e excludentes quando se trata da vida real. Seu discurso é uma trapaça aos chamados direitos concretos dos grupos subalternos. O processo de exclusão e inclusão acontece, simultaneamente: inclui na letra jurídica e exclui os despossuídos na vida real.

A idéia defendida por Voltaire de que na modernidade havia uma ordem social racional, diz Touraine (1998), não é compartilhada por Rousseau (1973), haja vista que a sociedade moderna nem tem por propósito proporcionar igualdade aos homens, pelo contrário sua consagração está em manter a diferença.

A incorporação por Rousseau (1973) da vontade geral foi o modo encontrado de resolver a equação a partir de uma vontade que não seria a somatória das diversas vontades, mas de alcançar o bem comum.

[...] A idéia de que a modernidade conduzia por si mesma a uma ordem social racional, idéia aceita por Voltaire, admirador do sucesso da burguesia inglesa e hábil em conciliar sua consciência e seus interesses, torna-se inaceitável para Rousseau. A sociedade não é racional e a modernidade mais divide do que une. É preciso opor aos mecanismos do interesse a vontade geral e sobretudo à natureza, isto é, à razão, reencontrar a aliança do homem e do universo. (TOURAINÉ, 1998, p. 30).

A concepção de Rousseau (1973) sobre a vontade geral é totalmente diferente das de outros contratualistas. Essa deve levar em consideração o bem comum, o bem estar do homem, independente das condições materiais de existência. Essa visão torna o autor diferente dos demais e, ao mesmo tempo, contraditório.

A modernidade não trouxe o progresso prometido, a felicidade tão propagandeada, não trouxe o novo sem o rastro da antiga ordem, “trouxe” a petrificação da ordem e da cultura. A modernidade não é o que o conceito traz como elemento a ela inerente: moderna-idade. Ela não trouxe o progresso linear prometido, a igualdade social e a elevação dos padrões de vida de forma generalizada, nem a ordem; o novo — como o conceito indica, embora não haja

possibilidade de se abrir mão deste. Entretanto, diz Touraine (1998), conseguiu romper com as concepções teológicas, enquanto fundamento das relações entre homens, e substituiu a secularização dos valores sem a laicização da política, ou seja, a política não se apresenta como mantendo relações de poder, como arguiu o autor:

[...] Tal é o princípio central desta concepção “iluminista”, do que ainda não chamávamos modernidade, mas que retrospectivamente é preciso chamar por este nome: ela não é uma filosofia do progresso, mas, quase ao contrário, uma filosofia da ordem, unindo pensamento antigo e pensamento cristão. Pode-se perceber aí uma ruptura com a tradição, um pensamento da secularização e da destruição do mundo sagrado: porém mais profundamente, é preciso ver aí uma nova e poderosa tentativa para manter, numa cultura efetivamente secularizada, a união entre o homem e o universo. (TOURAINÉ, 1998, p. 31, grifos do autor).

A ideologia da modernidade é específica do Ocidente e se manifestou na filosofia, economia, arte, na cultura, em todas as formas de pensar e agir que se fundiram ao capitalismo. Para Touraine (1998), os modernistas são ingênuos, pois acreditam que são portadores da luz do homem natural, criada por eles. Eles crêem ser possível a criação de instituições racionais e, com possibilidade de, pelo respeito mútuo, os homens chegarem ao progresso. Para eles, a história é vista a partir da razão iluminando tudo. O tipo de cidadão proposto pelo Iluminismo é o de virtude, ou seja, o modelo é fechado em si mesmo, como afirma:

[...] os modernistas têm a consciência ingênua: eles levam a luz no meio das trevas e confiam na bondade natural do homem, na sua capacidade de criar instituições racionais, e, sobretudo para seu interesse, que os impedem de se destruir e o conduz à tolerância e ao respeito da liberdade de cada um. Este universo progride por seus próprios meios, pela conquista da razão. A sociedade nada mais é que o conjunto dos efeitos produzidos pelo progresso do conhecimento. Abundância, liberdade, e felicidade andam juntas, porque são todas produzidas pela aplicação da razão a todos os aspectos da existência humana. A história nada mais que o surgimento da luz luzindo no firmamento. Isto afasta toda separação entre o homem e a sociedade. O ideal é que ele seja um cidadão e que as virtudes particulares concorram para o bem comum. O universo do iluminismo é transparente, mas também fechado em si mesmo. Como um cristal. Os modernistas vivem em uma bolha, protegidos de tudo o que perturba a razão e a ordem natural das coisas. (TOURAINÉ, 1998, p. 38-39).

Apesar dos inúmeros benefícios que a modernidade trouxe (o prolongamento da vida, a velocidade das comunicações, os avanços tecnológicos e outros), as críticas são igualmente abundantes.

Criticando a modernidade e seus pressupostos, Bauman (1998), na introdução do livro *Mal-Estar da Pós-Modernidade* retoma Freud (1992), para reviver os pontos essenciais deste, quando analisa a modernidade e a infelicidade provocada por ela em função da renúncia que o homem faz aos seus instintos, e como os conceitos de beleza, limpeza e ordem são fundamentais para “justificar” a “compulsão”, para coibir, induzindo à carência de liberdade.

Embora na pós-modernidade o que era condenado como supérfluo passe a ser reivindicado de forma contundente, como comenta Bauman (1998, p. 8): “[...] Os seres humanos precisam ser obrigados a respeitar e a apreciar a harmonia, a limpeza e a ordem. Sua liberdade de agir sobre seus próprios impulsos deve ser preparada. A coerção é dolorosa: a defesa contra o sofrimento gera seus próprios sofrimentos”.

Também os nazistas, a pretexto de limpar e purificar o mundo, usaram o holocausto de modo nunca visto na história da humanidade, exterminando judeus sob o pretexto de inferioridade do ponto de vista racial com requinte inimaginável, utilizando os conhecimentos da ciência para a produção da morte em série, tudo isto de acordo com o conceito de pureza e limpeza da modernidade.

Os conceitos de pureza e limpeza fazem parte do ideário consumista da sociedade moderna que impõe formas, aparentemente unificadas de pensar, agir e vestir. Aparentemente, pois todos devem se enquadrar nas regras impostas pela “natureza humana”. Os indivíduos que não estão em sintonia com as regras do mercado são considerados impuros, inaptos; como diz Bauman (1998), “objetos fora do lugar”:

[...] Uma vez que o critério da pureza é a aptidão de participar do jogo consumista, os deixados fora como um “problema”, como “sujeira” que precisa ser removida, são consumidores falhos — pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser “indivíduos livres” conforme o senso de “liberdade” definida em função do poder de escolha do consumidor. São eles novos “impuros”, que não se ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes — verdadeiramente “objetos fora do lugar”. (BAUMAN, 1998, p. 24).

Os conceitos de limpeza e pureza têm sido de grande utilidade na modernidade para justificar todas as formas de exclusão real ou simbólicas de grupos subalternos. A utilidade tem sido um elemento integrante do conceito de

civilização. Em nome da civilização a modernidade tem exterminado inúmeras populações indígenas e etnias, diferentes do que se convencionou como sendo o padrão segundo os usos e costumes dos grupos hegemônicos.

O extermínio dos judeus no nazismo foi exemplo de uma forma específica de barbárie da sociedade moderna, com a apropriação do conhecimento científico, da técnica e da produção em série com a finalidade de liquidar o “inimigo”. Outros momentos, como a época das conquistas coloniais, também expressam a intolerância da sociedade moderna com o diferente, com as etnias que tenham outras formas de reproduzir a existência. Os pretextos para escamotear o massacre variam, da justificativa religiosa ao caráter inumano dos exterminados, todos com o fim de garantir o exercício da dominação.

A modernidade também não trouxe a terra prometida, não desmistificou os dogmas, apenas os substituiu por outros como o conceito de progresso e desenvolvimento. Mas, a modernidade, enquanto movimento filosófico com desdobramento pragmático, foi essencial para garantir o processo de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, ao dissimular ser portadora do progresso e do desenvolvimento universal, utilizando a ciência e a técnica para a obtenção do bem-estar social, conseguiu obter o consenso social.

2. 2. O CONCEITO DE BARBÁRIE

Michael Löwy, em sua obra *Barbárie e modernidade no século XX*, aborda desde a gênese do conceito de bárbaro, até os dias atuais. Em sua gênese, o termo é de origem grega e serviu para nomear nações, indivíduos etc., fora da Grécia. Estrangeiros eram percebidos como incivilizados, primitivos, incultos, atrasados, como esclarece: “[...] A palavra ‘bárbaro’ é de origem grega. Ela designava, na antiguidade, as nações não-gregas, consideradas primitivas, incultas e brutais” (LÖWY, 2002, p. 1, grifos do autor).

Com o Iluminismo o termo ganha outras conotações, principalmente para a esquerda iluminista, e corresponde à falta de civilização e crueldade. Bárbaro significa não estar de acordo com o modelo dito civilizatório proposto pelos diversos filósofos que compõem a Ilustração.

Desde o século XVII a França se apresentava como modelo civilizatório. A literatura sobre os costumes franceses demonstrava a França como modelo de

etiqueta que devia ser seguido pelas diversas nações civilizadas (THOMAS, 1998). Os rituais para que uma refeição pudesse ser considerada civilizada deviam estar de acordo com o que era considerado pela sociedade francesa como compondo a forma ritual aceita por ela.

No século XVIII e XIX a sociedade francesa vai servir de exemplo de uma sociedade preparada para ser vendida como mercadoria. A privatização dos espaços públicos são agora transformados em locais de lazer da burguesia emergente, como Benjamin (2006) relata nas *Passagens*. O processo de modificação que está vivendo à sociedade parisiense utiliza o fetiche da mercadoria para atrair as classes com poder aquisitivo mais alto para os locais, agora reificados para a sua recepção como consumidores dos produtos produzidos pelo mercado, tanto local quanto internacional.

Os iluministas a partir do século XVII colocam as relações de poder e as instituições públicas em outros patamares, como centro do poder para justificar a presença do Estado e suas relações com a sociedade civil. A formulação filosófica concernente à presença da sociedade política já vinha desde o século XVII, com a “criação” do “homem lobo” de Hobbes (1974), e no século XVIII com o “bom selvagem” de Rousseau (1973). Outro artifício utilizado pelo jusnaturalismo foi a idéia de cidadão abstrato. São criações abstratas usadas para justificar a presença do Estado e negar as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil.

Porém, já a partir do século XVI a França se apresenta como modelo civilizatório a ser seguido pela humanidade. Suas regras de etiqueta eram propaladas pelo chamado mundo civilizado como obrigatórias para os definidos como humanos. Las Casas (1996), no século XVI, criticando o etnocentrismo europeu chamava a atenção para o fato da Europa se apresentar como modelo de civilização a ser seguido pela humanidade. As regras de etiqueta já faziam parte do mundo dito civilizado.

As formulações contratualistas a partir do século XVII “criam” a idéia do homem natural e o civilizado. Este como modelo a ser seguido, com hegemonia das instituições políticas sobre as demais, para impor as relações de poder como relações naturais. Esses foram alguns dos elementos que deram sustentação aos fundamentos da modernidade.

Com a criação das forças armadas, o Estado passa a ser o maior detentor da violência na modernidade. Nesta, cabe ao Estado o monopólio do poder, de

estabelecer relações onde predomina a violência simbólica e real, sendo ela o principal componente de suas ações. Nos momentos de democracia, até certo ponto, o Estado alterna repressão e consenso; nos momentos de ditadura predomina a repressão, a violência, fenômeno universal, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, dependendo das exigências do momento histórico.

Para Löwy (2002), mesmo no século XX a história nos obriga a pensar a oposição entre o “bárbaro” e o “civilizado”. O autor, ao abordar Nobeit Elias, comenta o processo de monopolização e centralização que tem a violência, hoje concentrada no Estado, principalmente pelo aparato repressivo, com vistas ao controle do poder:

[...] um de seus aspectos mais importantes é que a violência não é mais exercida de maneira espontânea, irracional e emocional pelos indivíduos, mas monopolizada e centralizada pelo Estado, mais precisamente, pelas forças armadas e pela polícia. Graças ao processo civilizador, as emoções são controladas, o caminho da sociedade é pacificado e a coerção física fica concentrada nas mãos do poder político. (ELIAS apud LÖWY, 2002, p. 1).

O caráter patológico do Estado moderno é ressaltado por Löwy (2002), lembrando o holocausto e outras formas extremas de repressão, usadas pelo Estado como forma de excluir o diferente, de exterminar tudo que represente perigo. A sociedade moderna é intolerante com o que não é idêntico a si mesmo. Tem aversão ao diferente, deseja transformar tudo e todos no igual a si mesmo.

Como dizia Marx (1991), no século XIX, a classe dominante quer transformar todos à sua imagem e semelhança. Para o Estado, o único discurso que é competente é o seu, independente de qualquer condição, ou de quem o Estado define como tendo o poder de falar. Mas, nos momentos de democracia, a afirmação deve ser relativizada.

Para Löwy (2002) a violência cometida pelo Estado na modernidade não foi percebida por Nobeit Elias. Este não atenta para o potencial de violência praticada pelo Estado e marcada pelo seu caráter, que qualifica como patológico. A violência que caracteriza a sociedade moderna não pode ser comparada à de outras épocas. As relações entre nações assumem o caráter exterminador e tudo se faz em nome do progresso e do desenvolvimento.

Em nome da civilização povos são exterminados com o que existe de mais avançado em termos científicos e tecnológicos, e de forma incomparável em

relação a outros momentos, também considerados violentos, conforme cita Löwy (2002):

[...] Comparado ao furor do combate abissínio [...] ou daquelas tribos da época das grandes migrações, a agressividade das nações mais belicosas do mundo civilizado parece moderada [...]; ela só se manifesta em sua força brutal e sem limites em sonho e em alguns fenômenos que nós qualificamos de “patológicos”. (ELIAS apud LÖWY, 2002, p. 1, grifos do autor).

Na guerra entre nações, a violência assume proporções inimagináveis e impossíveis de ser entendida, tamanha é a violência que a acompanha. Na guerra, como nos momentos de crise do poder, o lado sinistro, bárbaro da modernidade assume seu papel avassalador, destruindo bens materiais e imateriais, eliminando todas as formas de vida que não estejam de acordo com o que a modernidade imagina estarem de acordo com os seus princípios. Destrói pessoas, etnias, raças, padrões de comportamento divergentes, tudo e todos em nome de uma ordem que só é possível na desordem mental da luta pelo poder a qualquer custo.

Löwy (2002) toma como exemplo da brutalidade da guerra o caso etíope e a imensurável impossibilidade de comparação entre os processos de violência anteriores e o da guerra entre nações “civilizadas” contemporâneas; e tudo com a convivência do Estado enquanto portador da violência, como diz o autor:

[...] Alguns meses depois dessas linhas terem sido escritas, começava uma guerra entre nações “civilizadas” cuja “força brutal e sem limites” é simplesmente impossível de comparar com o pobre “furor” dos combatentes etíopes, tamanha é a desproporção. O lado sinistro do “processo civilizador” e da monopolização estatal da violência se manifesta em toda sua terrível potência. (ELIAS apud LÖWY, 2002, p. 1, grifos do autor).

O conceito de “bárbaro” como estando vinculado a atos cruéis, desumanos, que acarretam sofrimento e morte é definido por Löwy (2002) como sendo peculiar ao século XX, século em que mais se praticou atos de extermínio deliberado, de modo massivo, sistemático de produção da morte, incomparavelmente superior a que existiu em outros séculos.

[...] se nos referimos ao segundo sentido da palavra “bárbaro” — atos cruéis, desumanos, a produção deliberada de sofrimento e a morte deliberada de não-combatentes (em particular, crianças) — nenhum século na história conheceu manifestações de barbárie tão intensas, tão massivas e tão sistemáticas quanto o século XX. Certamente, a história humana é rica

em atos bárbaros, cometidos tanto pelas nações “civilizadas” como pelas tribos “selvagens”. (ELIAS apud LÖWY, 2002, p. 1, grifos do autor).

A definição do século XX como exemplar na prática de atos de crueldade, desumanos, de sofrimento e morte é acompanhada pela utilização do conhecimento científico para que a produção da morte seriada se faça de modo “racional”. Tal fato faz do século XX um século que tem uma forma específica de barbárie. Enquanto até a Idade Média o extermínio humano e as guerras de conquistas justificavam seus atos pela vontade divina, na sociedade contemporânea, a luta pelo poder se fundamenta na “superioridade” entre povos. O mesmo vale para as ocorrências físicas. Elas têm dificuldade de conviver com as diversidades, sejam de que natureza for.

A conquista das colônias pelos países europeus a partir do século XVI exemplifica o caráter da barbárie da modernidade com o extermínio em massa das populações indígenas consideradas como povos não civilizados. Todorov (1993) demonstra que isto ocorria mesmo quando havia por parte do conquistador o reconhecimento da superioridade da cultura do povo conquistado. Outro pretexto é criado para justificar seu extermínio - eles não são cristãos.

O mesmo pode ser observado por Darcy Ribeiro (1995) quando comenta que como o povo indígena tinha outras pautas que não a do conquistador europeu, sofreu um processo violento de extermínio. Foram dizimados de tal modo que, poucos séculos depois, era significativa a redução drástica sofrida pela população indígena da América portuguesa e espanhola.

A história moderna é farta em violência quando o tema é a conquista, a luta pela hegemonia. A história da América expressa com clareza a sucessão de atos de violência sobre os povos que tinham pautas diferentes. Tais lutas demonstram os aspectos específicos da luta pelo poder na modernidade: “[...] o massacre de indígenas das Américas, o tráfico negreiro, as guerras coloniais. Trata-se de uma barbárie ‘civilizada’, isto é, conduzida pelos impérios coloniais economicamente mais avançados” (LÖWY, 2002, p. 1).

Analisando *O Capital*, de Marx, Löwy (2002) lembra que no processo de acumulação primitiva do capital, no decorrer da expansão colonial, foi comum o extermínio de índios e a escravização de negros, como se manifesta: “[...] A barbárie reaparece, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte

integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (MARX *apud* LÖWY, 2002, p. 1-2).

O Brasil, enquanto país colonizado e, especificamente, a Amazônia, conviveu com a barbárie “civilizatória” de tal modo que entre 1750 e 1850, comenta Moreira Neto (1988), a face indígena regional havia mudado, na medida em que as tribos mais desenvolvidas no fim do século XVIII já haviam sido extintas (Tupinambá, Aruã, Tapajó e Omágua).

A barbárie contemporânea tem suas especificidades quanto aos seus fundamentos teóricos, filosóficos, ideológicos, étnicos, raciais, religiosos etc. Suas ações são distintas da de outros momentos da história, em virtude dos seus fundamentos e de suas práticas serem alicerçadas no conhecimento técnico-científico, com vistas à reprodução do poder, conforme argúi Löwy (2002):

[...] Mas com o século XX, um limite é transferido, passa-se a um nível superior; a diferença é qualitativa. Trata-se de uma barbárie especificamente moderna, do ponto de vista de seus *ethos*, de sua ideologia, de seus meios, de uma estrutura. (LÖWY, 2002, p. 2, grifos do autor).

Rosa Luxemburgo e Franz Kafka, de maneira diversa, tratam do problema trazido com a guerra, correspondendo a um novo estágio de barbárie. Rosa Luxemburgo constata que, na guerra, as classes oprimidas são chamadas para exterminarem umas às outras e que os interesses que estão em questão não são os da classe operária. Segundo sua posição, anterior à de Löwy, é clara - a guerra estava apoiada na leitura que fazia sobre os acontecimentos de sua época, como comenta Löwy (2002):

[...] A Primeira Guerra Mundial inaugurou esse novo estágio da barbárie civilizada. Dois autores, os primeiros, soaram o sinal de alarme, em 1914-15: Rosa Luxemburgo e Franz Kafka. Apesar de suas evidentes diferenças, eles têm em comum o fato de terem tido a intuição — cada um à sua maneira — de que alguma coisa sem precedentes estava para se constituir no curso daquela guerra. (LUXEMBURGO *apud* LOWY, 2002, p. 2).

Em *A crise da social-democracia* (1915), rompendo com as propostas social-democratas anteriores, Rosa Luxemburgo elabora sua concepção de História e demonstra as diversas facetas que esta pode apresentar, dependendo do grau de desenvolvimento econômico, político e social que uma determinada formação social

esteja vivenciando e da forma de intervenção desta, com vistas aos objetivos almejados.

Os oprimidos, de acordo com as possibilidades apresentadas, devem intervir de modo a mudar seu rumo, de modo a construir uma história que lhe seja favorável, intervindo na história de modo a garantir que o seu desenvolvimento lhe seja favorável. A compreensão do Partido da Social Democracia Alemã, dada por Rosa, estava de acordo com esta perspectiva, conforme menciona Löwy (2002): “[...] Não se trata mais de esperar que o fruto amadureça, segundo as “leis naturais” da economia ou da história, mas de agir antes que seja tarde demais” (LUXEMBURGO *apud* LÖWY, 2002, p. 2, grifos do autor).

A Primeira Guerra Mundial, tal como as posteriores, demonstra a barbárie específica da modernidade, na medida em que todas as formas de conhecimento são utilizadas com vista à manutenção do poder. O conhecimento da cultura dos povos dominados é usado de modo científico, combinado com a técnica e o planejamento, de modo a impossibilitar o dominado de usar qualquer meio de defesa.

Isso representa um estado de “barbárie” eminentemente moderno, tendo a Primeira Guerra Mundial como expressão e exemplo, pois o que existia de mais avançado do ponto de vista da técnica, da ciência e do planejamento serviu como meio para exterminar populações que tinham padrão de vida diverso do dominador e com uma crueldade racionalizada, jamais vista em tempos passados.

Para Löwy (2002), não estamos diante, simplesmente, de reproduzir formas de violência praticadas anteriormente, mas sim de uma forma de violência específica da sociedade moderna. Trata-se da utilização de formas desenvolvidas de conhecimento produzido, em princípio, para outros fins, mas que são incorporados à guerra como forma eficiente de produzir a morte. Conforme lembra o autor:

[...] não se trata de uma impossível “regressão” a um passado tribal, primitivo ou “selvagem”, mas antes, de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial dá um exemplo surpreendente, bem pior em sua desumanidade assassina que as práticas guerreiras dos conquistadores “bárbaros” do fim do Império Romano. Jamais no passado tecnologias tão modernas — os tanques, o gás, a aviação militar — tinham sido colocadas ao serviço de uma política imperialista de massacre e de agressão em uma escala tão intensa. (LÖWY, 2002, p. 2, grifos do autor).

E conclui Löwy (2002), lembrando que o texto de Kafka é importante e contundente ao mostrar o papel da burocracia enquanto instrumento de mando, aliado ao desenvolvimento tecnológico para a manutenção das relações de poder na sociedade moderna. Ressalta ainda que a barbárie cometida na modernidade se processou de modo tão profundo quanto contundente: “[...] Há poucos textos na literatura universal que apresentam de maneira tão penetrante a lógica mortífera da barbárie moderna como mecanismo impessoal” (LÖWY, 2002, p. 3).

Comentando sobre o pessimismo de Walter Benjamin e sua crítica ao progresso técnico e industrial, acredita Löwy (2002) que este não imaginava, apesar de seu excessivo pessimismo, a capacidade maléfica e destrutiva das instituições repressivas do Estado na sociedade moderna em seus momentos de totalitarismo: “[...] ora, mesmo Benjamin, o mais pessimista de todos, não podia adivinhar a que ponto essas instituições iriam mostrar, alguns anos mais tarde, a capacidade maléfica e destrutiva da modernidade” (LÖWY, 2002, p. 3).

A conceituação de barbárie na modernidade envolve a utilização de uma tecnologia avançada, do massacre impessoal, da produção industrial da morte e da racionalidade burocrática, concepções que “justifiquem” a ação. Tais características demonstram a diferença entre a barbárie da modernidade atual e a de outros tempos passados. Na barbárie dos tempos passados o extermínio era acompanhado da ação pessoal. O pretexto para o extermínio tinha fundamento transcendental, religioso. Nos tempos atuais a justificativa tem como base os fundamentos “humanos”. A diferença é sempre o pretexto para justificar sua ação, conforme demonstra o autor quando analisa as características do que chama barbárie moderna:

[...] Pode-se definir como propriamente moderna a barbárie que apresenta as seguintes características:

- Utilização de meios técnicos modernos. Industrialização do homicídio. Exterminação em massa graças às tecnologias científicas de ponta.
- Impessoalidade do massacre. Populações inteiras — homens e mulheres, crianças e idosos — são “eliminadas”, com o menor contato pessoal possível entre quem toma a decisão e as vítimas.
- Gestão burocrática, administrativa, eficaz, planejada, “racional” (em termos instrumentais) dos atos bárbaros.
- Ideologia legitimadora do tipo moderno: “biológica”, “higiênica”, “científica” (e não religiosa ou tradicionalista).
- Todos os crimes contra a humanidade, genocídios e massacres do século XX não são modernos no mesmo grau: o genocídio dos armênios em 1915, o genocídio levado a cabo pelo Pol Pot no Camboja, aquele dos tutsis em

Ruanda etc. associam, cada um de maneira específica, traços modernos e traços arcaicos. (LÖWY, 2002, p. 3).

Outro fenômeno, especificamente moderno foi Auschwitz e outros campos de concentração onde a morte é produzida industrialmente e de forma seriada, com o aparato burocrático executando ações com base científica e técnica, com o planejamento ao seu serviço, expressando, segundo Bauman (2004), a racionalização e a centralização da violência:

[...] Como toda outra ação conduzida de maneira moderna — racional, planejada, cientificamente informada, gerida de forma eficaz e coordenada — o Holocausto deixou para trás todos seus pretensos equivalentes pré-modernos, revelando-os em comparação como primitivos, esbanjadores e ineficazes. [...] Ele se eleva muito acima dos episódios de genocídio do passado, da mesma forma que a fábrica industrial moderna está bem acima da oficina artesanal. (BAUMAN *apud* LÖWY, 2002, p. 3).

Os meios empregados pela sociedade ocidental para dominar “o outro”, principalmente em Auschwitz, trazem consigo uma força destrutiva. Sua burocracia impessoal, indiferente aos sentimentos humanos, é posta a serviço da dominação em si, semelhante às fábricas capitalistas a serviço do capital, que podem servir como exemplos da barbárie, especificamente moderna.

Os conceitos de “superioridade” racial, étnica, cultural, religiosa etc., combinados com o desenvolvimento científico para produção industrial e seriada da morte, indicam na barbárie da modernidade atual a reprodução de um tipo específico de patologia, como menciona Löwy citando Traverso:

[...] Não se trata nem de uma simples “resistência irracional à modernização”, nem de um resíduo de barbárie antiga, mas de uma manifestação patológica da modernidade, do rosto escondido, infernal, da civilização ocidental, de uma barbárie industrial, tecnológica, “racional” (do ponto de vista instrumental). (TRAVERSO *apud* LÖWY, 2002, p. 4, grifos do autor).

A barbárie também inclui as instituições da modernidade mencionadas por Foucault, Marx, Taylor e Weber. Esses autores, com conceitos aparentemente distintos, analisaram a administração racional da violência da modernidade.

O Estado está na origem de todos os genocídios do século XX, diz Löwy (2002) retomando Hobbes, Weber e Elias; o que o faz concluir que Auschwitz não representa o retorno às épocas anteriores, mas o espelho da civilização industrial do

Ocidente e, ao mesmo tempo, uma ruptura com as concepções humanísticas do Iluminismo:

[...] Auschwitz não representa uma “regressão” em direção ao passado, em direção a uma idade bárbara primordial, mas é realmente um dos rostos possíveis da civilização ocidental. Ele constitui ao mesmo tempo uma ruptura com a herança humanista e universalista dos iluministas e um exemplo terrível das potencialidades negativas e destrutivas de nossa civilização. (LÖWY, 2002, p. 4, grifos do autor).

Auschwitz, Hiroshima, Goulag espelham a barbárie moderna do século XXI: burocrática, impessoal, usando a ciência e a técnica a seu serviço, como relata o autor quando se refere ao Goulag:

[...] O Goulag era uma forma de barbárie moderna na medida em que era burocraticamente administrado por um Estado totalitário e colocado ao serviço de projetos stalinistas faraônicos de “modernização” econômica da União Soviética. (LÖWY, 2002, p. 5).

Outros atos que utilizaram a tecnologia moderna podem ser citados, como a guerra americana no Vietnã, sem a impessoalidade da guerra atômica de Hiroshima. Mas ambas remetem às contradições das concepções da modernidade, onde “civilização” e barbárie confluem, lembrando críticas a modernidade feitas por autores da Escola de Frankfurt e mais especificamente Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, quando esses afirmam a racionalidade instrumental como paradoxo, por conduzir a processos de violência:

[...] Em *Dialética do Iluminismo* (1944), Adorno e Horkheimer constataam a tendência da racionalidade instrumental de se transformar em loucura assassina: a “luminosidade gelada” da razão calculista “carrega a semente da barbárie”. Em uma nota redigida em 1945 para *Mínima Moral*, Adorno utiliza a expressão “progresso regressivo” tentando dar conta da natureza paradoxal da civilização moderna. (ADORNO; HORKHEIMER *apud* LÖWY, 2002, p. 6).

Todavia, Löwy (2002) não aceita o conceito de regressão, em decorrência da tecnologia avançada usada no decorrer das guerras da sociedade moderna, pois as mortes são produzidas de modo seriado, em massa, com tecnologia avançada, com uma tecno-burocracia peculiar, como esclarece:

[...] As atrocidades de massa, tecnologicamente aperfeiçoadas e burocraticamente organizadas, pertencem unicamente à nossa civilização

industrial avançada. Auschwitz e Hiroshima não são mais “regressão”: são crimes irremediavelmente e exclusivamente modernos. (LÖWY, 2002, p. 6, grifos do autor).

No entanto, pode-se falar de regressão, diz Löwy (2002), quando a tortura embora “abolida” na Europa a partir de 1782, como menciona Eric Hobsbawn, no século XX é retomada na África, na América Latina e mesmo na Europa:

[...] pode-se suspeitar que nos redutos da barbárie tradicional, que resistem ao progresso moral — por exemplo, as prisões militares ou outras instituições análogas — ela de fato não desapareceu [...] Ora, no século XX, sob o fascismo e o stalinismo, nas guerras coloniais — Argélia, Irlanda etc. — e nas ditaduras latino-americanas, a tortura é de novo empregada em grande escala. (HOBSBAWN *apud* LÖWY, 2002, p. 6).

O conceito de “regressão” termina por se tornar pertinente devido à utilização de métodos diversificados de produção da violência, com tortura rotineira, fazendo parte dos regimes totalitários que reintroduzem a “regressão” ao retomarem práticas que pareciam execráveis no século XX, consideradas atos de outros períodos da história humana, impossíveis de serem retomados.

Entretanto, na modernidade, o conceito de bárbaro é mais amplo que o utilizado pelos gregos. Bárbaro é o incivilizado, o inculto, o diferente do modelo pré-estabelecido pela modernidade como padrão e objetiva excluir o outro, a partir de pretextos diversos. Em nome da civilização, etnias foram destruídas; em nome da superioridade racial, povos foram massacrados com a utilização da ciência e da técnica para a produção seriada da morte, tendo o Estado como o produtor da violência.

Conceitos como de progresso e desenvolvimento foram amplamente empregados como pretexto para classificar, arbitrariamente, como humanos e não humanos ou, simplesmente exterminar populações que eram percebidas como entraves ao desenvolvimento dos mega projetos industriais implantados pela modernidade.

2. 3. ELEMENTOS DA BARBÁRIE: a simulação e o engodo

A simulação pode ser interpretada como mais uma das peculiaridades da modernidade. Adorno e Horkheimer (1985), filósofos alemães da Escola de Frankfurt, a demonstram numa bela e forte alegoria, *A Odisséia*, onde Homero conta as aventuras e desventuras do herói grego Ulisses. Analisando a epopéia, os autores apontam nela alguns elementos como: a astúcia, o engodo e outros recursos usados pelos políticos modernos e os demagogos - os grupos sociais detentores do poder político na modernidade - para simular e obter o consenso ou usam a trapaça enquanto expressão da barbárie da modernidade. Recorrem ainda, e com muita frequência, a atos eivados de astúcia e de trapaça, os mesmos que faz uso o herói da epopéia para vencer os mitos e os obstáculos que o estão impedindo de alcançar seus objetivos.

Para Adorno e Horkheimer (1985), Ulisses é, portanto, um símbolo do poder político moderno. Ao relacionarem Ulisses com a modernidade, entendem que aquelas características não se perderam no passado, com o mito grego, mas persistem contemporaneamente. Daí porque, para eles, a modernidade é a expressão da barbárie pela sua capacidade de dissimular a ponto de ambos se fundirem na medida em que “[...] o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por se converter à mitologia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 15).

O tema da dissimulação na epopéia e na modernidade é importante por remeter, ao mesmo tempo, às questões universais e locais das sociedades humanas com caracteres desiguais. Por isso, é significativa a relação entre o que parecia pertencer a um passado longínquo e, no entanto, remete às condições que caracterizam com profundidade as relações de poder, tanto no passado quanto no presente.

O entrelaçamento, entre a epopéia e o mito conduz ao confronto entre ambos e, ao mesmo tempo, um elucida o outro, como comentam: “[...] Em Homero, epopéia e mito, forma e conteúdo, não se separam simplesmente, mas se confrontam e se elucidam mutuamente” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 55).

A relação entre mito e racionalidade demonstra a perspectiva dissimuladora do esclarecimento, e para Adorno e Horkheimer (1985) apresenta o caráter embusteiro do esclarecimento, como analisam:

[...] O mito original já contém o aspecto da mentira que triunfa no caráter embusteiro do fascismo e que esse imputa ao esclarecimento. Mas nenhuma obra presta um testemunho mais eloquente do entrelaçamento do esclarecimento e do mito do que a obra homérica, o texto fundamental da civilização européia. Em Homero, epopeia e mito, forma o conteúdo, não se separam simplesmente, mas se confrontam e se elucidam mutuamente. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 55).

As relações entre Ulisses e os mitos possibilitam a construção daquele enquanto vencedor e, ao mesmo tempo, remete às relações de troca estabelecidas entre o mundo civilizado e os povos conquistados, quando o conquistador troca conta de vidro por objetos valiosos, como demonstram: “[...] O navegador Ulisses logra as divindades da natureza, como depois o viajante civilizado logrará os selvagens oferecendo-lhes contas de vidro coloridas em troca de marfim” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 57).

As “trocas ocasionais” na antiguidade são mencionadas como expressão da astúcia, onde o contrato é rejeitado e o parceiro é logrado. Na modernidade como na epopéia, forma e conteúdo fazem parte do mesmo processo; não existe forma sem conteúdo e nem conteúdo sem forma. O logro e a astúcia são os componentes essenciais para reproduzir determinados conteúdos tanto na epopéia como hoje. Na modernidade, isso pode ser observado nas descrições do logro praticado pelos viajantes quando usavam como moeda de troca objetos de valor por contas sem nenhum valor; quando “trocavam” pedras preciosas por contas de vidro, tanto que se tornem vencedores. A trapaça tem que se consumir para que o vencedor possa contar a história: “[...] O recurso do eu para sair vencedor das aventuras: perde-se para se conservar, é a astúcia. O navegador Ulisses logra as divindades da natureza, como depois o viajante civilizado logrará os selvagens oferecendo-lhe contas de vidro coloridas em troca de marfim” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 57).

Para se tornar vencedor Ulisses se vale do conceito de Oudeis (ninguém ou herói) para definição de seu conteúdo por ter perfeita consciência do seu significado enquanto expressão da modernidade; conhece a relação entre conteúdo e forma, ou seja, entre a palavra e a coisa. “[...] A palavra deve ter um poderio imediato sobre a coisa, expressão e intenção confluem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 65).

No entanto, a astúcia está em saber distinguir os conteúdos para determinar sua forma no sentido de mudar a coisa. Culturalmente, o conteúdo pode apresentar um sentido diferente e a astúcia de Ulisses estava justamente assentada na

diferença entre o conceito e seu conteúdo, naquele momento, como afirmam os autores:

[...] A astúcia, contudo, consiste em explorar a distinção, agarrando-se à palavra, para modificar a coisa. Surge assim a consciência da intenção: premido pela necessidade, Ulisses se apercebe do dualismo, ao descobrir que a palavra idêntica pode significar coisas diferentes. Como o nome Oudeis pode ser atribuído tanto ao herói quanto a ninguém, Ulisses consegue romper o encanto do nome (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 65).

O contato estabelecido pela astúcia é aquele em que o parceiro é trapaceado e corresponde às trocas nas sociedades primitivas, onde o civilizador é sempre o trapaceiro, sendo que na modernidade o contrato é sempre desigual. O mais forte impõe aos mais fracos seus valores e a sua concepção de justiça das coisas. Aí o peso tem mais de uma medida e está sempre do lado do mais poderoso; está presente nas trocas de Ulisses, remetendo a outros tempos e, ao mesmo tempo, ao seu, onde a astúcia é a moeda de troca.

A troca de que estamos falando é aquela no sentido weberiano do termo. Ulisses lembra as “trocas ocasionais” onde o homem astucioso já é o *homo economicus*, imbuído do espírito da racionalidade vinculada a meios e fins.

Os autores frankfurtianos ironizam o relato de Homero sobre Ulisses, onde o crime é citado como fazendo parte da pré-história e não como algo que perdura ainda na história da modernidade. A epopéia é contada por Homero como fazendo parte de um passado distante, como um conto de fadas longe das relações reais entre os homens. Somente mediante a farsa Homero transforma a epopéia em romance e, em decorrência, em conto de fadas. E assim, dissimula os processos de violência cometidos por Ulisses para se tornar sempre vitorioso. No embate, Ulisses tem que ser o vencedor, pois estamos diante da vitória da civilização sobre o mundo antigo.

Ulisses recorre à astúcia para obtenção de suas vitórias sobre as figuras mitológicas e ao mesmo tempo, reproduz o papel significativo da dissimulação para a construção do vencedor, cuja trapaça espelha o papel exercido pela teatralização, na sociedade moderna. Trata-se da mesma teatralização referida por Peixoto na introdução de *A Odisséia*: “[...] é o poema da astúcia e da perseverança. Ulisses não enfrenta os terríveis obstáculos que encontra pelo caminho com o seu valor guerreiro, mas com ardis e dissimulação” (PEIXOTO, 1995, p. 10).

Ulisses na *Odisseia* vence Polifemo usando da astúcia, da trapaça e da farsa, da sua superioridade quanto ao domínio do conceito. Domínio diferente do de Oudeis, que tanto pode significar herói ou ninguém. Para o monstro, entretanto, o termo Oudeis significa ninguém (enquanto Ulisses conhecia os dois significados do termo, ou seja, ninguém e herói). Sabendo que o monstro entendia por Oudeis apenas ninguém, quando ele grita que Oudeis está matando, ninguém o socorre, já que Oudeis é ninguém. Assim, a palavra Ulisses domina e vence Polifemo. O uso por Ulisses do conceito com outro significado impede Polifemo de obter ajuda de seus comparsas e, ao mesmo tempo, facilita a sobrevivência de Ulisses e seus homens. Este e seus companheiros conseguem sobreviver e sair da caverna enganando o monstro mais uma vez, saindo da caverna, juntamente com os seus companheiros de viagem, escondendo-se do monstro, amarrados na barriga dos carneiros. Ulisses e seus homens conseguem vencer o monstro usando da astúcia e da farsa.

Ulisses é também a expressão da sociedade moderna lutando por dominar, controlar e vencer a natureza, característica que a modernidade perseguiu e persegue obstinadamente desde seus primeiros tempos. Essa obstinação incontrolada tem acarretado inúmeros problemas e riscos à vida de grupos sociais, das grandes sociedades e mesmo do planeta, uma vez que tem acarretado uma enorme perda da biodiversidade, com um visível e crescente empobrecimento do planeta.

A transformação dos mitos em doutrina na sociedade moderna, traz consigo um processo de mudança na representação dos acontecimentos e nas suas práticas, como em seus fundamentos jurídicos, suas instituições burocráticas e suas práticas, tendo como alicerce a diferença de raça, etnia, religião e cultura, pontuadas por relações de alteridade, onde o outro é sempre considerado inferior. Ao contrário da epopéia, houve substituição dos espaços ocupados pela divindade, como menciona o texto: “[...] O lugar dos espíritos e demônios locais foi tomado pelo céu e sua hierarquia; o lugar das práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo; pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando” (PEIXOTO, 1995, p. 23).

Em Homero forma e conteúdo se elucidam; Ulisses ao dominar o duplo significado de Oudeis vence Polifemo e o impede de obter ajuda de seus companheiros. Para Adorno e Horkheimer (1985), Ulisses pode ser comparado ao

viajante civilizado que troca objetos sem valor por objetos de valor, tendo a astúcia como moeda de troca.

Na epopéia, Ulisses tem de ser o vencedor, pois estamos diante da luta do mundo civilizado contra o mundo antigo, onde o primeiro deve vencer o segundo, necessariamente.

2. 4. ULISSES, UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO

Analisando a *Odisséia*, Olgária Matos (1990), em seu texto *A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias*, afirma que tanto a mitologia quanto o Iluminismo têm os seus fundamentos baseados nas necessidades básicas humanas de sobrevivência, autoconservação e medo. O Iluminismo com a sua concepção de progresso sempre buscou romper o medo e fazer com que os homens acreditassem em uma visão linear da história, onde o próprio Iluminismo seria o centro de todas as coisas.

No Iluminismo, o impulso para a autoconservação humana tem a sua gênese no medo, o medo mítico de perda do eu, da morte, da opressão que conduz à acepção de ter um eu voltado para si mesmo. Este fato que conduz a ver o “outro” como expressando perigo e exigindo dominação, estabelecendo relações de alteridade como forma de superação do medo, como explicita a autora:

[...] O iluminismo, no sentido mais amplo do pensamento em contínuo progresso, sempre teve por alvo tolher o medo aos homens e torná-los senhores. Porém, toda a terra inteira ilumina brilho sob a luz de uma triunfante desventura. O impulso à autoconservação nasce do medo mítico de perder o próprio eu, medo da morte, e da destruição ou pressão, gerando um recolhimento egocêntrico do sujeito sobre si mesmo. O eu se torna tão importante para si que tudo o que lhe é exterior, outro em relação a si, não tem valor nenhum a não ser um, negativo: o outro é visto como hostil, perigoso e devendo ser dominado. (MATOS,1990, p.142).

Como forma de superar o medo e domar a natureza o homem utiliza-se da ciência, ao contrário do mito que a diviniza e a reduz à dimensão de sujeito dando-lhe qualidades divinas e humanas. Enquanto no mito, a natureza é antropologizada na sociedade moderna a ciência é usada com o objetivo de dominá-la para colocá-la a seu serviço, visto que a existência do diferente, independente de sua natureza, se traduz para o homem em mal estar, em angústia: “[...] porque a simples existência do outro é a fonte genuína da angústia” (MATOS, 1990, p. 142).

Para Adorno e Horkheimer (1985), desde Sócrates, a razão é condenada pela sua própria idolatria. Ulisses escapa ao canto das sereias com seus homens pelo gozo recusado a eles de ouvi-las; pela luta entre o pensar e o agir, harmonizado por um determinado tipo de racionalidade. O artifício usado por Ulisses de tapar os ouvidos de seus companheiros de viagem e amarrar-se ao mastro da embarcação para não ceder ao canto das sereias foi a forma encontrada de gozar do prazer, embora com sofrimento, como relata Matos (1990):

[...] Na Dialética do Iluminismo, Ulisses escapa ao perigo do canto das sereias, na estreita e dolorosa junção entre pensamento e sobrevivência, entre o julgamento que discerne e a disciplina que ele impõe, para si e para os outros. Na Dialética do Iluminismo, Ulisses escapa ao perigo do canto, obrigando seus companheiros a remar com os ouvidos tapados, enquanto ele, solitário, com os ouvidos livres, preso ao mastro, escuta desesperado as vozes encantadoras do gozo recusado. (MATOS, 1990, p. 141).

Matos (1990) constata que os argumentos de Ulisses para livrar-se do canto das sereias, dos comedores de lótus, de Circe, são protótipos da renúncia burguesa, o protótipo para obter vantagens, lucros. O sacrifício se fundamenta na renúncia ao prazer, à felicidade. A opção de herói está em conformidade com o ideário da produção do lucro, da riqueza e da rejeição ao ócio e submissão ao sacrifício, ideário fundamental para a reprodução de uma sociedade que terá como fundamento a produção de mercadoria. Para Matos: “[...] A viagem atraíçoadora de Ulisses antecipava a ideologia burguesa do risco como justificativa moral dos lucros. O homem se realiza na medida em que se sacrifica” (MATOS, 1990, p. 145).

Na *Odisséia* não há substituição do sacrifício pela racionalidade autoconservadora, mas a permanência do núcleo da troca em ambos. O sacrifício por ocasião da prática burguesa pode ser entendido como o *ratio* praticado pela burguesia objetivado a partir do estabelecimento das relações de troca. O pretexto é que pode ser mudado, dependendo das condições concretas de efetivação do ato.

A submissão da natureza ao homem pode ser comparada à submissão do corpo humano no decorrer do processo produtivo na sociedade burguesa, à submissão do corpo no decorrer do processo de produção da mercadoria. Este processo é contraditório, visto que representa o domínio do homem sobre a natureza de um lado; e de outro, a configuração do domínio da máquina sobre o homem, expressando um determinado tipo de exploração. .

A *Odisséia* espelha as relações de dominação e exploração da sociedade moderna, a luta pela conservação de si mesmo e pela autonomia expressa pelo sacrifício, à repressão, a renúncia à felicidade, como analisa Matos (1990, p. 147): “[...] A *Odisséia* revela os poderes celebrados no poema; suas relações com a dominação e a exploração; mostra como, desde o início do pensamento ocidental, a luta pela autoconservação e autonomia se vinculou ao sacrifício, à repressão, à renúncia”.

Renegar a felicidade e optar pelo sofrimento expressa os processos vivenciados pelo sujeito no processo civilizatório, engessado por um conjunto sucessivo de renúncias, um mundo em que mais se renuncia do que se aceita, como esclarece Matos (1990, p. 148): “[...] O sujeito da civilização é moldado por uma cadeia de renúncias, um eu que, frequentemente, dá mais do que recebe a fim de assegurar sua própria vida”.

A melancolia acompanha a humanidade na sociedade burguesa em decorrência da internalização da vítima na tentativa de superação do medo; e ao mesmo tempo, a renúncia à felicidade “cria” a necessidade do outro que termina por converter-se em melancolia que, do ponto de vista sociológico, expressa o desencontro entre o ideário promissor da modernidade e a sua prática, entre os pressupostos e a vida real dos excluídos.

O ideário que fundamenta a modernidade é promissor, mas os processos vivenciados para cumpri-lo são de sofrimento, de dor, de renúncia para os grupos subalternos, para os excluídos, para o diferente, para “o outro”. Mas a farsa embutida no discurso do poder é essencial para a consagração dos pressupostos, aparentemente universais. É universalizando o particular que o convencimento dos excluídos se concretiza, mas isto se dá pelo simulacro.

Para ouvir o canto das sereias, Ulisses sofre para usufruir do gozo da mesma forma que os trabalhadores na sociedade moderna no decorrer do processo produtivo, onde o trabalhador é moldado pelo sofrimento e pela renúncia.

CAPÍTULO 2. MODERNIDADE E BARBÁRIE – UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E ALGUNS EXEMPLOS PARADIGMÁTICOS

2.1. UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO – O ANTI-SEMITISMO E OUTRAS MANIFESTAÇÕES DO SÉCULO XX

O anti-semitismo pode ser entendido como um dos elementos que caracterizam a modernidade pelas suas peculiaridades enquanto espelho da barbárie prática e enquanto expressão da barbárie discursiva com um desdobramento pragmático com vistas a justificar sua truculência. A barbárie discursiva do anti-semitismo pode ser entendida através dos pretextos usados pelo dominador para justificar as atrocidades cometidas no sentido de liquidação do outro, tanto do ponto de vista formal, simbólico, como concreto. Esta mesma situação pode ser entendida nos dias atuais dos grupos minoritários.

Adorno e Horkheimer (1985), analisando o esclarecimento² recorrendo aos mitos gregos, especificamente à *Odisséia*, demonstram o significado da barbárie na modernidade, suas dissimulações, seus pretextos no sentido de garantir, sempre, a vitória ao vencedor.

Contrariando o ideário iluminista, Adorno e Horkheimer (1985) demonstram como o esclarecimento não cumpriu suas promessas e que a luta contra os mitos, os fundamentos transcendentais, não trouxe o desaparecimento da barbárie, sendo que esta assumiu formas outras, agora respaldadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. A barbárie não desapareceu com o esclarecimento moderno, tanto que a análise sobre o anti-semitismo é uma demonstração exemplar da brutalidade assumida pela barbárie da modernidade.

A ciência e a técnica serviram de fundamento para a produção da morte em série e industrial de judeus que, na época dominavam a economia alemã, o que incomodava o poder político do Estado e os grupos radicais, o que para os frankfurtianos representou o retorno à barbárie, como argumentam: “[...] A discussão dos “elementos do anti-semitismo” através de teses trata do retorno efetivo da civilização esclarecida à barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 16, grifos dos autores).

² Esclarecimento – pretende tratar do desencantamento do mundo, substituindo os mitos pela razão (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

O esclarecimento também efetua uma relação entre poder e saber para possibilitar a apropriação do conhecimento pelos detentores do poder, de modo a subordinar a natureza aos interesses do capital, para que a economia fique a serviço da sociedade burguesa, de modo a ultrapassar todas as barreiras porventura existentes.

A ciência que, de acordo com ideário iluminista, tinha por função salvar a humanidade, garantir seu desenvolvimento e progresso, na prática terminou sendo apropriada e colocada a serviço do mercado e dos grupos dominantes, contrariando os pressupostos que dizia representar.

A crítica de Adorno e Horkheimer (1985) aos jovens hitleristas que eles identificam com a horda. A horda, a organização coletiva com vínculos de solidariedade de grupo não é um retorno à barbárie de outros tempos, mas à uma específica da modernidade, com caracteres específicos quanto ao referencial teórico usado, como quanto às técnicas utilizadas, com métodos de obter o consenso: “[...] A horda, cujo nome sem dúvida está presente na organização da Juventude Hitlerista, não é nenhuma recaída da antiga barbárie, mas o triunfo da igualdade repressiva, a realização pelos iguais da igualdade, do direito à injustiça” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 27).

O esclarecimento, embora tenha, aparentemente, como pressuposto princípios democráticos, é autoritário, suas formas dissimuladas de convencer pelo consenso ou pela força são aspectos reconhecidos por Adorno e Horkheimer (1985). Suas decisões são sempre acompanhadas por princípios pré-concebidos, embora com aparência consensual.

O esclarecimento, ao fetichizar os fatos, convence as classes subalternas a se submeterem às suas perspectivas de desenvolvimento, de progresso. Esta perspectiva, embora unilateral, é apresentada como universal, como se beneficiasse a todos, quando na verdade concebe o mundo na perspectiva das elites, em detrimento dos interesses dos demais. Em virtude desse fato, o homem subalternizado se aliena, bem como o dominador, alienando ambos: “[...] O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 40).

A dissimulação na modernidade escamoteia os reais interesses, fetichizando todas as relações de dominação, com um papel aparentemente diverso do feiticeiro, existente nas formações sociais com grau de desenvolvimento diverso da sociedade moderna, com aparência de ser diverso do papel assumido pelo feiticeiro e o curandeiro nas sociedades ditas primitivas.

O esclarecimento, ao converter os acontecimentos em presente, provoca a mistificação das massas e acredita que, pelo conhecimento, os homens são seres superiores, como acreditava Bacon com relação à natureza, fato que termina por colocar o esclarecimento a serviço do poder, de modo a “[...] se converter, a serviço do presente, na total mistificação das massas” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 52).

Para os autores, os conceitos, de um modo geral em Kant, são sempre pré-concebido, o qualificam como pré-estabelecido; sua estruturação se concretiza de tal modo para harmonizar em seus esquemas: o universal e o particular que, na sociedade moderna expressam os interesses da ciência e a sua vinculação com os interesses industriais. Por esse e outros motivos o esclarecimento tem dificuldade em conviver com a diferença, “excluindo” da ciência as diferenças como meio de proteger o mundo burguês e inviabilizar o diverso, “transformando” não só as pessoas como os objetos, seus conceitos, fetichizando as relações de modo a se adequarem aos interesses do processo produtivo.

A cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança; “busca” a homogeneidade em relação à classe dominante, como lembram os autores:

[...] A unidade evidente do macrocosmo demanda nos homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massa é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113-114).

A manipulação e a dissimulação aliados a tecnologia, operam no sentido de manter a coesão do poder dos economicamente mais poderosos sobre o restante da sociedade. A hegemonia dos grupos dominantes exerce este poder de “transformação” de todas as culturas à sua formação e, dependendo do momento histórico, seus dirigentes tendem a escamotear ou não suas ações. No totalitarismo, o extermínio do outro está sempre presente de modo exacerbado.

A técnica é um dos meios utilizados como forma de manter a coesão social de modo a assegurar o poder econômico das elites. A racionalidade técnica funciona como elemento recorrente para a coesão do sistema como um todo indivisível.

A indústria cultural na sociedade burguesa exemplifica a produção fetichizada da mercadoria de modo a direcionar seus fins, onde o gosto do consumidor já foi previamente determinado e, de certo modo, hierarquizado, adquirindo um suposto “comportamento espontâneo” diante do produto. A forma de adestramento e atrofia é causada no imaginário como resultado da exacerbação das atividades produtivas, cuja violência já se apresenta como inerente aos homens que compõem a sociedade burguesa. Os meios utilizados para a criação das necessidades fazem com que todos sejam levados a consumir de modo a atender à necessidade criada artificialmente, de maneira a reproduzir as condições pré-estabelecidas pelo mercado.

A dissimulação na produção da indústria de um modo geral e, especificamente, na cultural, ao produzir padrões antecipadamente previstos como necessários para o desenvolvimento do capital e apresentá-los como se fossem os da sociedade como um todo, “cria” a sensação de que tais necessidades foram saciadas de acordo com a perspectiva do consumidor. A necessidade passa a ser incorporada pelo consumidor como se realmente existisse e o seu não saciamento se apresenta como uma questão de incapacidade individual.

A ideologia de “assistência dos flagelados” na Alemanha nazista é lembrada por Adorno e Horkheimer (1985) como fazendo parte do processo de fetichização para convencer a sociedade sobre a existência de uma forma de “solidariedade” existente entre o Estado e os demais segmentos sociais. Ideologia produzida para estimular a produção industrial a partir dos fundamentos científicos no que diz respeito às relações empresa, operário, consumidor e incutir a ideia do Estado como protetor dos pobres e desvalidos. Embora isto seja, de certa forma, o reconhecimento das atrocidades cometidas por este.

No entanto o esclarecimento não desmitificou os mitos, todavia dogmatizou todas as relações econômicas, políticas e sociais entre os homens. E também recria constantemente a relação entre saber e poder. Suas decisões são pré-concebidas e autoritárias, onde o fetiche é constantemente retomado como forma de obter o consenso a partir das idéias de progresso e desenvolvimento. O “esclarecimento” de que falam os autores tem dificuldade em conviver com a diversidade, retomando,

constantemente a dissimulação para inverter as relações de poder e obter o consenso, até mesmo, combinando em seus atos mais bárbaros consenso e autoritarismo.

2. 2. A TEATRALIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA MODERNIDADE

A dissimulação acompanha os acontecimentos da sociedade moderna, desde a sua gênese até os dias atuais. No século XIX, Karl Marx, em *O 18 Brumário*, analisa o processo de teatralização do período revolucionário e a busca no passado das personagens importantes para glorificar o presente. Com nova roupagem, os insurretos retomam os velhos calendários, os meios necessários para fundamentar suas perspectivas com novas roupagens, pois as condições para a reprodução da história já estão dadas, até certo ponto, pelos acontecimentos do passado, pelos projetos que se pretende produzir e pelas condições históricas encontradas, como se manifesta Marx (1974):

[...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. (MARX, 1974, p. 17-18).

A retomada do passado para glorificar o presente é entendida pelo povo como forma de encaminhamento do futuro, de acordo com seus anseios, embora a história da humanidade, quase sempre, tenha provado o seu contrário. O mesmo aconteceu na França e em outros países. No caso do parlamento francês, o povo estava sendo expulso do parlamento e imaginava que estivesse fazendo a sua revolução para chegar ao poder. A ressurreição dos heróis de outras épocas é no sentido de glorificar o presente, embora, no caso francês, o processo representasse a retomada do passado, contrariando o ideário dos insurretos, como se manifesta Marx (1974):

[...] A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não de parodiar as passadas; de

engrandecer na imaginação a tarefa a seguir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez. [...] Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra da dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente às velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos. (MARX, 1974, p. 19).

Os princípios revolucionários da liberdade, igualdade, fraternidade, o ideário revolucionário e as instituições, os intelectuais, desaparecem diante dos feitos mágicos de Luiz Bonaparte e chega a tal ponto que a própria Assembléia Nacional vota sua própria extinção. E o sufrágio universal parece ter sobrevivido para cometer seu último ato, sua extinção e dos princípios aos quais imaginava estar defendendo, como comenta Marx (1974):

[...] A constituição, a Assembléia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis e vermelhos, os heróis da África, o trovão vibrado da tribuna, a cortina de relâmpagos da imprensa diária, toda literatura, os políticos de renome e os intelectuais de prestígio, o código civil e o código penal, a *liberté, égalité, fraternité* e o segundo domingo de maio de 1852 — tudo desaparecera como uma fantasmagoria diante da magia de um homem no qual nem seus inimigos reconhecem um mágico. O sufrágio universal parece ter sobrevivido apenas por um momento, a fim de fazer, de próprio punho, o seu último testamento perante os olhos do mundo inteiro e declarar em nome do próprio povo: Tudo o que existe perece. (GOETHE *apud* MARX, 1974, p. 22-23).

A análise do texto de Marx (1974) aponta o processo ininterrupto de simulação, tendo como ponto mais significativo a proposta assumida pela Assembléia Constituinte de concessão de plenos poderes ao Imperador. Enquanto a Assembléia Nacional não tinha mais poderes para afastar o Imperador, este tinha poderes excepcionais para dissolvê-la, fato que provocou a sua própria dissolução.

O poder de Luiz Bonaparte demonstra a capacidade de convencimento que acompanha a modernidade quando, de forma enviesada, o perdedor é convencido a consagrar seu algoz.

2.3. A MISTIFICAÇÃO DAS MASSAS PARA INDUZIR, CONVENCER E CONTROLAR

Analisando o processo de expropriação da população camponesa na Inglaterra e citando outras realidades europeias, Marx (1977) relata as atrocidades cometidas no decorrer daquele processo, e cita entre elas a ignomínia de homens serem trocados por animais inteiros ou por partes destes. No decorrer do processo de expropriação da população camponesa nos países europeus, os instrumentos utilizados pelas elites dominantes para reproduzir as relações econômicas, políticas e sociais estavam em conformidade com os seus interesses, continham conteúdos de extrema violência, embora fossem aceitos pela maioria da população como adequados às exigências da época.

No processo de expropriação a humanidade do outro é desconsiderada. A barbárie predomina de tal modo que a troca entre os homens e os outros animais ou partes destes se concretiza como se tivessem o mesmo valor de troca, como comenta Marx (1977) citando George Ensor (1818):

[...] Os grandes da Escócia expropriam famílias como se extirpassem a má erva; procedem para com as aldeias e seus habitantes como os índios, ébrios de vingança, tratam as feras em suas guaridas. Um homem é vendido por um velo de orelha, por uma perna de carneiro ou por menos ainda. (ENSOR, 1818 *apud* MARX, 1977, p. 46).

O processo de expropriação dos bens da Igreja, a transformação da propriedade feudal em mercadoria visando o desenvolvimento da agricultura e da indústria moderna, a transformação da propriedade comunal etc., também foram marcadas por um processo de extrema violência, como relata Marx (1977):

[...] Os despojos dos bens da igreja, a alienação dos domínios do Estado, a pilhagem dos terrenos comunais, a transformação usurpada e terrorista da propriedade feudal e mesmo a patriarcal, em propriedade privada moderna, a guerra às cabanas, foram os processos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar nem pão (MARX, 1977, p. 54-55).

O processo de expropriação da população camponesa, a falta de condições para a reprodução da vida produziu um proletariado que teve que mendigar para se reproduzir, mesmo assim, sob péssimas condições. Os grandes centros urbanos

passam a concentrar levas desta população, o que, de certo modo, amedronta as elites da época.

A violência decorrente do processo de expropriação produziu pobres, vagabundos e mendigos. Os legisladores procuram “solucionar” a questão tratando-a como se fosse uma opção individual. A expropriação como fator determinante dos acontecimentos não é levada em consideração, não é considerada pelos legisladores. Daí uma legislação duramente punitiva, como argúi Marx (1977):

[...] Os pais da atual classe operária foram duramente castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e de pobres. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como se não tivesse sobrevivido nenhuma mudança em sua condição de existência. (MARX, 1977, p. 57).

No mesmo período a legislação sobre vadiagem na Europa, aprovada no século XVI, vinha desde o século XV. Chamada por Marx (1977) de “Lei sanguinária”, essa demonstra de modo significativo a violência legal que marcou os acontecimentos, e como as relações entre o capital e o trabalho passam a ser objeto de estudo e formulações para atender os interesses do capital.

A legislação, com vistas a formatar a população expropriada, em conformidade com o aspecto jurídico, já vinha desde o reinado de Henrique VIII. O parlamento inglês já estava preocupado em como conter os acontecimentos, punindo os já punidos. A reincidência não era vista como fenômeno decorrente das condições conjunturais, mas como um fato de opção pessoal. A forma do parlamento enfrentar a questão foi punindo os reincidentes, açoitando os chamados vagabundos e cortando suas orelhas, ou seja, os “reincidentes” ficaram marcados. A mencionada legislação, embora truculenta, era considerada suave demais pela sociedade inglesa, como comenta Marx (1977):

[...] Que cruel ironia! Assim mesmo este estatuto foi ainda julgado muito suave no vigésimo quinto ano do reinado de Henrique VIII. O parlamento agravou as penas mediante cláusulas adicionais. No caso da primeira reincidência, o vagabundo deve ser açoitado novamente, devendo-se-lhe cortar as orelhas; na segunda reincidência é tratado como traidor e executado como inimigo do Estado (MARX, 1977, p. 58).

A legislação, ressaltando o aspecto punitivo, também fazia parte no período de Eduardo VI. Todo indivíduo considerado vadio devia ser julgado como escravo pelo denunciante e ser obrigado a realizar os serviços mais repugnantes, podendo

neles serem usados chicotes e correntes. Se fugisse por três vezes podia ser executado como traidor; o seu dono podia alugá-lo, vendê-lo, trocá-lo, tanto por animais quanto por imóveis. Em caso de planejar algo contra os seus donos, eram marcados como animais, como discute Marx (1977):

[...] O dono deve manter o escravo a pão e água e dar-lhe de vez em quando uma bebida fraca e os restos de carne que julgar conveniente. Tem o direito de obrigá-lo aos serviços mais repugnantes por meio do chicote e da corrente. Se o escravo se ausenta durante quinze dias é condenado a perpétua escravidão e lhe será marcado com ferro em brasa a letra S na face e na testa; se foge pela terceira vez, será executado como traidor. O dono pode vendê-lo, legá-lo por testamento, alugá-lo a outro como qualquer móvel ou animal doméstico. Se os escravos planejam algo contra os donos, devem ser condenados à morte. Os juizes de paz encarregados das diligências são obrigados a seguir a pista dos atrevidos. Quando se pega algum destes miseráveis, deve-se-lhe marcar com ferro incandescente a letra V sobre o peito e enviá-lo ao lugar de seu nascimento, onde, carregado de correntes, tem de trabalhar nas praças públicas (MARX, 1977, p. 60- 61).

Na Europa, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, instauradas em função dessas mudanças levam algumas sociedades a proceder de modo semelhante com relação à violência sobre as populações excluídas.

O mesmo procedimento legal foi observado por Marx (1977) na França, em meados do século XVII. As populações expropriadas se “alojavam” em Paris, onde os procedimentos jurídicos se assemelhavam aos de outras sociedades que conviviam com o processo violento de pauperização, trazido pela expropriação população camponesa, com vistas ao favorecimento da lógica da mercadoria, onde tudo podia ser trocado, como exemplifica Marx (1977):

[...] Na França, onde, nos meados do século XVII, os vagabundos tinham estabelecido o seu reino e feito Paris sua capital, encontram-se leis semelhantes. Nos princípios do reinado de Luiz XVI (ordenação de 13 de julho de 1777), enviava-se às galés todo homem são e de constituição robusta, de dezesseis a sessenta anos, que não tivesse meios de subsistência nem profissão nem função. Do mesmo modo, o estatuto de Carlos V, de outubro de 1537, para os Países-Baixos, o primeiro édito dos Estados e das cidades da Holanda, de 19 de março de 1694, os das Províncias Unidas, de 26 de julho de 1649 etc. (MARX, 1977, p. 63-64).

Para Marx (1977), essa foi a forma encontrada pelo capital de expropriar mais do que exigiam suas necessidades e submeter as camadas assalariadas, o que o autor nomeia, com muita propriedade, de terrorismo grotesco:

[...] Foi assim que a população do campo foi violentamente expropriada e reduzida à vagabundagem, ficou submetida à disciplina que exige sistema assalariado, por leis de um terrorismo grotesco: pelo açoite, a marca com ferro em brasa, a tortura e a escravidão. (MARX, 1977, p. 64).

A sociedade moderna possuiu e possui diversas formas de expressar a barbárie. A dissimulação discursiva com vistas às ações concretas pode ser entendida como um dos mecanismos utilizados como meio para atingir seus fins.

Diversos são os exemplos que podem ser tomados para demonstrar a sofística utilizada para a obtenção do consenso. Para efeito demonstrativo, podemos citar no século XIX, o exemplo utilizado pelo escritor francês Honoré de Balzac (1992), em um conto intitulado *O Xale de Selim*, onde analisa primorosamente o papel do fetiche da mercadoria na modernidade. Trata-se do fetiche enquanto discurso dissimulador, construído para convencer o comprador potencial, mesmo o aparentemente mais incrédulo, induzindo-o à compra de um determinado produto, cujas qualidades decorreram de um processo de “criação” exterior ao bem comercializado.

Eis o caso e o seu cenário: um caixeiro vendendo um xale para uma exigente dama inglesa simula diversas qualidades do produto. O caixeiro mostrou diversos xales e, como ainda não houvesse convencido a dama que se imagina muito superior a todos, inventou que aquele último xale havia pertencido a uma rainha. O fato contribuiu, decisivamente, para convencê-la a comprá-lo. Tão logo a freguesa se retira do estabelecimento com o xale que comprou, seu dono chama o seu caixeiro e pede que vá chamar o seu produtor de caixas para acondicionar outro xale, para substituir o *Xale de Selim*, que foi adquirido pela exigente dama inglesa. O caso é exemplar, visto que os princípios da modernidade fundiram-se no capitalismo, onde o ato de compra e venda se destaca.

O mesmo texto literário fala de Paris como mercadoria, como um lugar preparado para estabelecer relações de troca, exaltando os encantos que possui para atrair consumidores, sua estética requintada e rica; o ornamento dos prédios, a elegância das pessoas. Tudo é construído para seduzir o consumidor. Vender passa a ser uma arte que exige do caixeiro qualidades excepcionais, como argumenta; “saber vender, é vender”. O público não desconfia de todas as grandes coisas que Paris deve a essas três faces do mesmo problema. O luxo das lojas tão ricas quanto os salões da nobreza antes de 1789, o esplendor dos cafés que com

frequência supera, e muito facilmente, o do neo-Versailles: “[...] a elegância e a graça dos jovens em contato com as compradoras, as fisionomias sedutoras e a toalete das moças que devem atrair os compradores [...]” (BALZAC, 1992, p. 96).

O lado material, segundo Balzac (1992), já havia sido analisado, de modo irônico por Molière que qualifica de “astúcia”, as qualidades que norteiam o papel desempenhado pelos caixeiros de loja, suas relações com os clientes, e os artifícios utilizados para convencer seus clientes a adquirirem os objetos que estão a sua disposição para serem trocados, conforme comenta Balzac (1992):

[...] Isso não é senão o lado material da questão. Sim, quanto a nós, é pouca coisa, em comparação com os esforços de inteligência, de astúcia, dignas de Molière, empregadas pelos sessenta mil caixeiros e as quarenta mil moças penduradas ao bolso dos compradores, como os milhares de peixinhos nos pedaços de pão que flutuam nas águas do Sena. (BALZAC, 1992, p. 97).

Na narrativa sobre o papel das mulheres compradoras, segundo Balzac (1992), os vendedores levam vantagem, embora as compradoras zombem deles e de sua teatralização. Mas isto acontece desde que o talentoso vendedor (o “ilustre Gaudissart”) tenha determinadas qualidades (descritas pelo autor de forma etnológica). Balzac (1992) descreve como os competentes caixeiros viajantes analisam cada detalhe de sua compradora e a comunicação que se estabelece entre eles por meio de olhares atentos aos detalhes do modo de vestir das clientes, ao andar, à jóia que usa etc. são elementos que fazem parte dos fundamentos da profissão.

Analisando as qualidades de vendedor, Balzac (1992) menciona o Sr. Pritot, que inventou a estória de um xale difícil de ser vendido; por isso, o vendedor atribuía ao xale características fictícias e o acondicionava em uma luxuosa caixa, para que o processo de venda ocorresse. O senhor Pritot usava todos os artifícios de que um caixeiro pudesse se valer; e, embora a personagem fosse um fabricante, Balzac (1992) menciona as suas qualidades como vendedor:

[...] ele inventou o xale-Selim, *um xale impossível de vender*, e que vendemos sempre. Guardamo-lo numa caixa de cedro, muito simples, forrada de cetim, um xale de quinhentos e seiscentos francos, um desses xales enviados por Selim ao Imperador Napoleão. Esse xale é a nossa Guarda Imperial, fazemo-lo avançar em desespero de causa: *ele se vende e não morre* (BALZAC, 1992, p. 105, grifos do autor).

No conto, Balzac (1992) demonstra com toda propriedade o poder que o fetiche da mercadoria exerce enquanto discurso dissimulador, a dissimulação no sentido de induzir, de simular qualidades inexistentes em um determinado produto, criando desejos e modos de vida que vão além das condições concretas de reprodução da existência, tanto nos indivíduos quanto nas coletividades.

O conceito de mercadoria enquanto fetiche, “cria” e “recria” desejos, sentimentos, padrões de comportamento, nos modos de andar, vestir, comer, forjando traços culturais híbridos, imagens e sensações que podem estar muito longe das condições reais das necessidades humanas, principalmente com relação aos grupos subalternizados de uma determinada sociedade.

Na primeira metade do século XIX Marx (1991), em *A Questão Judaica*, demonstra o poder que a mercadoria, enquanto expressão de troca exerce sobre os indivíduos, sobre as coletividades, sobre as sociedades, a ponto de fazê-las levar uma dupla vida, tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista concreto, real - uma vida no plano imaginário enquanto portador de direitos e outra na vida real, quando não detiver as qualidades exigidas para unir concepção e prática cotidiana.

A mistificação discursiva estava presente, tanto nos pretextos para justificar o extermínio simbólico ou concreto dos considerados desviantes, quanto nos meios usados para vender as cidades como mercadoria, bem como nos artifícios presentes nos momentos de convencimento do freguês pelo vendedor, no decorrer do processo de aquisição de alguma mercadoria. O fetiche presente nos diversos momentos da troca expressa a dissimulação como a barbárie específica da modernidade.

2. 4. A DISSIMULAÇÃO NA MODERNIDADE

Nos clássicos, a modernidade é também expressão do simulacro. Já no século XVI Maquiavel demonstrava, em *O Príncipe*, como as relações entre Estado e sociedade são relações de poder. Todavia, cabe ao príncipe astuto demonstrar que sempre está agindo de acordo com o consenso, quando na realidade o importante é a aparência. O príncipe deve parecer bom, e se tiver que optar entre o bem e o mal deve optar pelo último, pelo temor ao poder, considerando que os homens respeitam a quem teme, como argumenta:

[...] E os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens pérfidos, é rompido sempre que lhes aprouver, ao passo que o temor que se infunde é alimentado pelo receio de castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca. (MAQUIAVEL, 1973, p. 76).

A dissimulação é um dos componentes das relações políticas na sociedade moderna. Ainda em Maquiavel (1973), o príncipe para ser bem sucedido deve, de acordo com as circunstâncias, saber combinar “virtù” e “fortuna”, ser raposa ou leão alternativamente para saber livrar-se das armadilhas quando necessário ou usar da força quando o momento assim exigir. Considerando que os homens são maus por natureza, o preceito é válido desde que aplicado com cautela de modo a não deixar transparecer os reais artifícios que acompanharam a ação.

As expressões simulação e dissimulação são comuns nas análises do autor. Mas a dissimulação deve se realizar de modo que o povo não perceba os meios e artimanhas utilizados para sua efetivação, pois, os homens se deixam enganar com facilidade:

[...] Disto poder-se-iam dar inúmeros exemplos modernos, mostrando quantas convenções e quantas promessas se tornaram írritas e vãs pela infelicidade dos príncipes. E, dentre estes, o que melhor soube valer-se das qualidades da raposa saiu-se melhor. Mas é necessário disfarçar muito bem esta qualidade de ser bom simulador e dissimulador. E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar [...] É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos veem o que tu pareces, mas poucos os que são realmente, e estes poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado. (MAQUIAVEL, 1973, p. 80- 81).

Na modernidade, a aparência é de vital importância para garantir a chegada ao poder e a permanência nele, tanto que seus fundamentos são elaborados de modo a valorizar o aparente, seus construtos teóricos se assentam no aparente, construído de modo arbitrário, objetivando o consenso. Mas quando este não é possível, o ato do príncipe deve ser concretizado pela força. Nesse sentido, a proposição de Maquiavel (1973) sobre as artimanhas do leão e da raposa continuam pertinentes e atuais nas sociedades mantidas com relações de poder.

Em sua obra *A Mandrágora*, Maquiavel (2003) demonstra a capacidade de dissimulação e de convencimento que caracterizam a modernidade desde o seu

primeiro momento. No texto, a passagem em que Callimaco, seguindo a sugestão de Ligurio, auxiliado por Frei Timoteo e a mãe da Lucrezia (Sostrata), montam a farsa que é versada pela literatura como comédia. Eles tentam convencer o marido de Lucrezia (Messer Nicia) a aceitar a convivência de Lucrezia com um desconhecido (Callimaco, disfarçado de mendigo), para, em nome de uma possível fertilidade, tomar uma porção de mandrágora, planta portadora de uma raiz com “poderes sobrenaturais” para possibilitar o processo de procriação de Lucrezia³. Martin Claret, o editor de *A Mandrágora*, de Maquiavel (2003), faz uma narrativa resumida da obra, como segue:

A ação de *A Mandrágora* desenvolve-se em Florença, no ano de 1504. Maquiavel achou prudente situar suas personagens num âmbito político que não fosse o dos Médicis, apesar da peça não ter nenhuma alusão política.

Callimaco, homem de trinta anos, está de volta a Florença, depois de passar muito tempo vivendo e estudando em Paris. Seu objetivo é apenas o de ver uma mulher, sobre a qual lhe disseram ser a mais bela do mundo: Lucrezia, esposa de Messer Nicia, um velho e rico advogado.

Tudo correria bem se Callimaco, defrontando-se com a mulher, não tivesse se apaixonado perdidamente. Mas o acesso de Callimaco ao objeto amado é remoto: Lucrezia, além de casada, é vigiada e virtuosíssima. Desse modo, a esperança para a paixão de Callimaco vai ser encontrada num problema do casal: Messer Nicia e Lucrezia sofrem intensamente pelo fato de não terem filhos. Correm então de médico em médico à procura de conselhos e ajuda. Em Florença, todos comentam o fato.

A partir dessa informação, tece-se a intriga: Callimaco, ajudado por seu amigo Ligurio, um parasita e com cumplicidade de um religioso sem escrúpulos, Frei Timoteo, consegue alcançar o seu objetivo: seduzir Lucrezia.

Ligurio apresenta Callimaco a Messer Nicia como um grande especialista francês que descobriu virtudes de fertilidade numa raiz — a mandrágora — com a qual conseguiu fazer uma porção infalível. Não fora por ela — dizia Ligurio — “a rainha de França seria estéril e, assim, um sem número de outras princesas daquele país”.

Mas o falso médico assegura ao ingênuo marido ser necessário tomar algumas precauções, pois o primeiro homem a ter contato carnal com a mulher que ingeriu a poção absorve o veneno e morre em oito dias. Messer Nicias hesita e pergunta a Callimaco o que fazer para não morrer. A resposta já estava de antemão preparada: na primeira noite o esposo podia ser substituído por um vagabundo qualquer, o que não seria difícil encontrar. “O primeiro jovem vagabundo que, à noite, encontrarmos no mercado, o empacotamos e, à força de pancada, o levaremos para a casa de V^{sa} Mercê. Assim, na escuridão, ele fará o serviço”. Nicia concorda imediatamente. Mas quem convencerá a piedosa e fidelíssima Lucrezia?

Para forçar sua decisão concorrem Sostrata, sua mãe, persuadida por Ligurio, e o confessor de Lucrezia, Frei Timoteo. Diz a mãe procurando infundir coragem à filha: “Deixa-te persuadir ... Não estás vendo que uma mulher que não possui filhos também não tem casa? Se por caso lhe morrer o marido, ela ficará como um animal; ninguém mais quer saber dela”. Diz-lhe o confessor: “Há muitas coisas que de longe parecem terríveis,

³ Nomes próprios, retirados pelo editor diretamente do original italiano; daí a grafia sem acentos fonéticos.

insuportáveis, estranhas; entretanto, quando a gente se aproxima delas, tornam-se humanas, suportáveis, familiares; por isso, diz o ditado que são piores os receios do que os males pelos quais a gente receia”. Timoteo demonstra-lhe, com toda a lógica, que Lucrezia não cometerá nenhum pecado.

Aprovada até pelos céus, Lucrezia aceita finalmente a idéia, mas com alguma repugnância. À noite, quando descobre Callimaco no vagabundo disfarçado, Lucrezia, mulher “sábida, honesta e apta a governar um reino”, apenas observa: “Desde que a tua astúcia, a estultice de meu marido, o simplismo de minha mãe e a malandragem do meu confessor me levaram a fazer o que, por minha vontade, nunca teria feito... eu te aceito como senhor, dono e guia; tu serás o meu pai, o meu defensor e quero que tu sejas todo o meu bem... E aquele meu marido quis que me tivesses por uma noite, eu desejo tê-lo para sempre... e ele poderá vir a ficar comigo, sem suspeita alguma, quando quiser de agora em diante”. Callimaco não deu a Lucrezia nenhuma poção de mandrágora, mas um copo de *hypocrás*, que serve bem para dar energia ao estômago e tornar alegre a mente. (In: MAQUIAVEL, 2003, p. 13-14)

No texto, Maquiavel (2003) demonstra a importância que tem a aparência na modernidade, a ponto de Messer Nicia para demonstrar que tem poder e status como chefe de família, submeter-se à sugestão de Ligurio. Para o autor os “justos” e os “puros” nunca são os vencedores, o bem é sempre vencido pelo mal. Este faz parte da natureza humana. A maldade é inerente ao homem, não é uma referência exterior.

Para o editor da obra, Messer Nicia, embora tolo imagina ser astuto, esperto, e nem por um segundo passa pela sua cabeça que está vivendo um plano diabólico arquitetado por Ligurio, devido a sua preocupação com a opinião pública no sentido de provar sua virilidade, fato decisivo para não se dar conta do absurdo da proposta. Por outro lado, a astúcia de Ligurio, o oportunismo de Frei Timoteo, o oportunismo de sua mãe - Sostrata - e a ingenuidade de seu marido transformam a trapaça em um fato concreto.

Com a visão do autor de que o mal sempre vence o bem e que o homem por natureza é mau, o plano diabólico de Ligurio se efetiva, como pode ser comprovado em todo o texto. Em toda obra até em seu arranjo final, esta visão do autor se faz presente, conforme comenta o editor da obra:

[...] Nem tampouco no final, quando nas comédias, usualmente, os nós da intriga se desfazem e as máscaras dos que agiram mal caem por terra. Maquiavel utilizou esse recurso dramático porque queria mostrar um mundo cínico e impiedoso, onde a vitória nem sempre cabe aos bons, mas geralmente aos mais espertos. (In: MAQUIAVEL, 2003, p. 15).

A dissimulação, entre outros elementos, remete às personagens que expressam a natureza humana na visão do autor, representada pelas personagens de Ligurio, Frei Timoteo. E Sostrata e Callimaco são figuras recorrentes para a desenvoltura da trama, cuja astúcia, trapaça e simulação são contínuas até a última parte da obra, como comenta o editor:

[...] Maquiavel dirige sua crítica violenta aos costumes imorais dos eclesiásticos de seu tempo. Frei Timoteo justifica-se, e atribui a responsabilidade de suas ações “àquele diabo do Ligurio”, mas Ligurio, o parasita, não é mais vil que as outras personagens. Ligurio surge na peça não como o tipo que normalmente aparece nas comédias com o objetivo de servir de elemento de ligação cênica, para que os fatos tenham sequência e se coordenem devidamente. O parasita de Maquiavel urde a intriga, num exercício de astúcia, porque por intermédio dela consegue conduzir, como marionetes, homens e acontecimentos. (In: MAQUIAVEL, 2003, p. 16).

O utilitarismo da modernidade é um dos pontos enfocados por Maquiavel (2003), tomando como base os meios para justificar os fins da ação política. Fenômeno que torna o autor perspicaz, melancólico, de modo a perceber as transgressões pelas quais está passando a sociedade italiana, e o faz, às vezes, de modo irônico, às vezes, de modo crítico.

A inconsciência de Messer Nicia do fato que está acontecendo, sua aceitação, a proposição deslavada de Ligurio de um lado, e a ironia deste diante da ingenuidade do primeiro, faz com que a aceitação da proposta pareça absurdamente impossível de ser acatada por qualquer pessoa com um mínimo de bom senso, tanto que o próprio Ligurio se admira de tamanha aceitação por parte de Messer Nicia, como a própria fala de Ligurio demonstra:

Ligurio — Não creio que haja no mundo maior tolo que este. E como a fortuna o favoreceu! É rico, tem uma mulher bonita, sábia e honesta, e apta a governar um reino. Parece-me que raramente se verifica o provérbio, nos casamentos, que diz: Deus faz os homens e eles se ajuntam, pois é frequente ver-se um homem bem qualificado escolher uma besta e, ao contrário, uma mulher prudente casar com um doido. Todavia da tolice deste poderá sair algum bem, ou seja, Callimaco pode ter esperanças. (MAQUIAVEL, 2003, p. 33).

Para Ligurio, Messer Nicia, embora tenha qualidades, tem pouca disposição para enfrentar os desafios que a vida lhe impõe. Por isso, trapaceá-lo torna-se uma tarefa fácil de efetivar. Sua existência pode ser entendida como sendo resultado da

má vontade de Florença com o mencionado senhor, como expressa a fala de Ligúrio:

Ligúrio — Ele é um homem de qualidade que você já conhece, de pouca prudência e ânimo menor ainda; ele sai de má vontade de Florença, mas mesmo assim o persuadi: e me disse que fará qualquer coisa que precise. Creio pois que, se nos for agradável, adotaremos tal partido, mas não sei se viria a ser conveniente. (MAQUIAVEL, 2003, p. 33).

A versão sobre Frei Timoteo, exposta por Maquiavel (2003) pode ser entendida como expressão dos acontecimentos desviantes eclesiásticos, cujos objetivos são de se dar bem em todas as situações. A aliança com Ligúrio em defesa de Callimaco é apenas mais uma chance de tirar proveito financeiro da situação. O importante para o frade não é entender como está colaborando, mas quais os ganhos que terá do ponto de vistas de suas finanças, como esclarece sua fala:

Frei Timoteo — Não sei entre nós quem logrou quem. O maroto do Ligúrio se achegou a mim com aquela primeira história só para me sondar; se eu consentisse naquela, mais facilmente me induziria a esta; se não consentisse, não me diria esta outra, para não revelar seus planos sem tirar proveito, pois daquela falsa não cuidava. De fato eu fui logrado, todavia o embuste me foi proveitoso. Messer Nicia e Callimaco são ricos, e de cada um, por motivos diferentes, poderei obter bastante. A coisa convém que fique em segredo, pois interessa a eles que se saiba tanto quanto a mim. Seja lá como for não me arrependo. É bem, verdade que eu não creio que estejamos livres de dificuldades, pois dona Lucrezia é sábia e honesta, mas eu a lograrei justamente em sua bondade. Enfim, as mulheres não têm lá muito tino, e se uma souber alinhar duas palavras, todos o comentam, pois em terra de cego quem tem um olho é rei. (MAQUIAVEL, 2003, p. 61-62).

No texto, *A Mandrágora*, o bem é vencido pelo mal e a própria Lucrezia termina encontrando uma forma de racionalizar a sua travessia para o lado dos dissimuladores, como demonstra o relato de Callimaco a Ligúrio sobre o processo vivenciado com Lucrezia no momento que toma conhecimento da farsa, como informa a fala de Callimaco:

Callimaco — Como te disse, meu Ligúrio, até umas nove horas eu estava de mau humor; e embora a coisa me causasse grande prazer, não me parecia bom tê-lo. Mas depois de ter-me dado a conhecer e tê-la feito compreender o amor que lhe tinha, e que, pela ingenuidade do marido, poderíamos facilmente viver felizes sem causar escândalo, eu prometi-lhe que, se Deus levasse o marido, eu a tomaria como esposa. E como, além das verdadeiras razões, ela gostou da diferença entre meu modo de possuí-

la e o de Nícia, e entre os beijos de um amante jovem e os de um marido velho, depois de algum suspiro ela disse: “Já que a tua astúcia, a tolice de meu marido, a ingenuidade de minha mãe e a malvadeza do meu confessor me levaram àquilo que por mim mesma eu nunca teria feito, acredito que isso venha por uma disposição celeste, e se assim se quis, eu não sou ninguém para recusar o que o Céu quer que eu aceite. Portanto eu o tomo como senhor, patrono e guia: será meu pai e meu defensor, e que seja todo o meu bem; e aquilo que meu marido quis por uma noite, quero tê-lo sempre. Torne-se pois seu compadre, virá esta manhã à igreja, e de lá virá almoçar conosco; ir e vir dependerá apenas da sua vontade, e poderemos ficar juntos a toda hora sem levantar suspeitas”. Ao ouvir isso, estive a ponto de morrer de felicidade. Não pude responder à mínima parte do que desejaria. Agora sou o homem mais feliz que pode haver no mundo. E se esta felicidade não me fosse tirada pela morte ou pelo tempo, eu seria mais bem-aventurado que os beatos; mais santo que os santos. (MAQUIAVEL, 2003, p. 91-92, grifos do autor).

Como na Itália e como Maquiavel no século XVI, no Brasil, a dissimulação compõe grande parte das escrituras irônicas e críticas de Machado de Assis no século XIX e de outros autores em períodos diversos. Poderíamos citar inúmeros exemplos para demonstrar o toque machadiano sobre a questão. Inicialmente vamos nos deter no conto chamado *Teoria do Medalhão*, onde este autor expõe com muita ironia o papel da dissimulação na modernidade. A *Teoria do Medalhão* diz respeito ao protótipo do oportunista da sociedade moderna, aquele que em todas as situações deve tirar proveito. Simulando estar de acordo com as condições conjunturais, a personagem finge que obedece as regras morais, éticas, jurídicas convencionais, quando, na verdade, se dar bem na vida é seu maior objetivo.

Na apresentação do texto da *Teoria do Medalhão*, Machado (2008) já começa definindo o perfil do modelo teórico do medalhão, as artimanhas que tem que fazer para conseguir atingir os objetivos desejados. Como um modelo teórico, com artimanhas de obtenção de sucesso e respeitabilidade junto aos seus pares, Vitor Biasoli elabora o seguinte comentário:

[...] É um modelo teórico reconhecidamente eficaz para conquistar respeitabilidade e sucesso em sociedades suscetíveis ao jogo das aparências. Uma fórmula que poderia ser resumida assim; “nunca infringir regras e obrigações capitais”. Para isso, desde a juventude, controlar o ardor e a exuberância, desenvolver idéias rasas, disciplinar o cérebro para a circunspeção oca, conduzir o espírito para o convencionalismo e exercitar a capacidade de pertencer a qualquer partido. E jamais, nunca mesmo, usar a ironia. No resumo da ópera, adquirir uma tal gravidade, aprumo e compasso, que gregos e troianos o acharão o ser mais confiável e respeitável do mundo. E torna-se, enfim, um medalhão, a quem caberão cargos e honrarias, poder e riqueza, em suma. (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p. 6- 7, grifos do autor).

No texto *Teoria do Medalhão*, o autor propõe os requisitos necessários, para que uma pessoa exerça o ofício de medalhão: que regras devem ser cumpridas; que o modelo de medalhão exige a convivência com a mediocridade sem remorso; que este deve apartar-se das possibilidades de obter aspirações intelectuais e, sobretudo, conduzir sua ação com vistas aos meios e aos fins, ou seja, ser bem sucedido, como diz o apresentador do texto:

[...] seguir a teoria do medalhão é conformar-se com a mediocridade respeitável muitas vezes recompensada, verdade seja dita — mas distante da aspiração genuína de qualquer espírito inclinado aos prazeres do intelecto e, especialmente, a produção de alguma coisa verdadeira. (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p. 7).

Na apresentação da obra de Machado de Assis, Biasoli lembra Silva (1922-1998) que, juntamente com Raymundo Faoro, lançaram na revista literária *Quixote*, críticas aos intelectuais poderosos do Rio Grande do Sul, vistos por Biasoli como medalhões da cultura cuja aspiração era “[...] realizar alguma barbárie na vida cultural do Rio Grande” (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p. 8).

Inicia Machado de Assis o texto com o pai ensinando a seu filho os meios para que se torne um medalhão, visto que este possui algumas apólices, um diploma e as portas abertas para o modelo imaginado pelo pai para conquistar o mundo, desde que saiba se moldar de acordo com as regras pré-estabelecidas, pois as oportunidades para uma pessoa se tornar medalhão são poucas e os candidatos são muitos, como sugere o texto:

[...] A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecar, mas aceitar as cousas (sic) integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante. (ASSIS, 2008, p. 10).

Machado de Assis sugere que, além dos ensinamentos da “Teoria do Medalhão”, o adepto deve ter uma profissão. Caso o plano não dê certo, ter uma profissão é uma forma de garantir sua velhice: “[...] Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição” (ASSIS, 2008, p. 10).

Sonhar em ser um medalhão havia sido o sonho do pai, que, agora deseja que seja alcançado pelo filho. Por isso detalha o conceito do que vem a ser um “medalhão”. Como e quais às regras que devem ser observadas para se chegar a tão auspicioso objetivo, como sugere Assis (2008):

[...] ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regímen (sic) do aprumo e do compasso. O sábio que disse: “a gravidade é um mistério do corpo”, definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanção do espírito; essa é do corpo, tão-somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito de vida. (ASSIS, 2008, p. 11, grifos do autor).

E continua o pai: a idade ideal é quarenta e cinco anos e debes seleccionar os termos que vais usar para se expressar contigo e com os outros, quando já estiveres na carreira de medalhão. Lembra que terás que desempenhar o papel de ator, onde as qualidades devem estar de conformidade com as exigências conjunturais, como sugere o texto:

[...] O melhor será não as ter absolutamente; cousa (sic) que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso do braço. Ele pode, por milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia; mas era muito melhor dispor dos dous. O mesmo se dá com as ideias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até a morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço convivia ao exercício da vida. (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p. 12).

Continuando o diálogo, diz o pai ao filho; tens todas as aptidões para te tornares “um medalhão”, pois assimilas tudo o que te é ensinado, tudo que deve ser assimilado, evitando as idéias espontâneas. Sugere o texto:

[...] Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inépcia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de idéias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloquente, eis aí uma esperança. No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas ideias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As ideias são de sua natureza espontânea e súbita; por mais que soframos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto. (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p.12-13).

Nomeando como “regímen”, o pai propõe um conjunto de procedimentos para compor a personagem do medalhão, como ler compêndios, ouvir discursos apropriados, adaptar-se ao silêncio, caminhar, de preferência com amigos, fazer ginástica etc., como comenta: “[...] com este regímen, durante oito, dez, dezoito meses — suponhamos dous anos, (sic) — reduces o intellecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum” (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p.15).

Demonstrar que conhece as terminologias científicas, as leis, os costumes, e conhecer as proposições de tua época e interrogar, interrogar sempre os mesmos, pois embora a tarefa seja cansativa, trará louros, como comenta Assis (2008):

[...] De outiva, com o tempo, irás sabendo a que leis, casos e fenômenos responde toda essa terminologia; porque o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tedioso e cansativo, traz o perigo de inocular idéias novas, e é radicalmente falso. Acresce que no dia em que viesses a assenhorear-te do espírito daquelas leis e fórmulas, serias provavelmente levado a empregá-las com um tal ou qual comedimento, como a costureira — esperta e afreguesada, — que, segundo um poeta clássico,
Quanto mais pano tem, mais poupa o
Corte,
Menos monte alardeia de retalhos;
 e este fenômeno, tratando-se de um medalhão, é que não seria científico.
 — Upa! Que a profissão é difícil.
 — E ainda não chegamos ao cabo.
 — Vamos a ele. (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p. 18).

A conceituação do verdadeiro medalhão, continua lembrando, exige que as regras jamais sejam infringidas, podendo ser filiado a qualquer partido, sem contudo se ligar a suas idéias essenciais etc. O importante é que o papel seja bem desempenhado e que se amolde às condições conjunturais, tudo de acordo com os ensinamentos sugeridos socialmente pela Bíblia.

O “Medalhão” deve ser notado e está voltado para atividades públicas. O discurso metafísico é o mais indicado, em princípio, sem descobertas, considerando que tudo já está posto nesse ramo do conhecimento, sem jamais ultrapassar os limites do vulgar. O receituário para se tornar um “Medalhão” já está dado, basta que seja seguido com todo o rigor, sem jamais ultrapassar os limites. O “Medalhão” deve se comportar como se sempre estivesse no fio da navalha, e tudo se encaixará como o planejado.

E conclui dizendo que seus ensinamentos, nas devidas proposições contêm o peso de *O Príncipe*, de Maquiavel, como comenta: “[...] ruma bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale *O Príncipe* de Machiavelli. Vamos dormir” (ASSIS *apud* BIASOLI, 2001, p.. 25, grifos do autor).

O discurso aparentemente universal, mas de fato particular, das elites dominantes na sociedade moderna, usa a dissimulação como um modo de ocultar suas relações de poder. Os arcabouços teóricos que “justificam” a alterização entre indivíduos, comunidades, sociedades, nações, etnias, raças, gênero, religiões etc. têm como ancoradouro as formulações, teoricamente, preconcebidas para esse fim.

Nos textos de Machado de Assis (2008), a dissimulação está presente; as personagens que usam desse artifício são sutilmente ridicularizadas e punidas pelo autor.

Outros autores também permitem pensar o discurso dissimulador da barbárie da sociedade moderna. Revisitando Kafka (1996), em seu conto *A Colônia Penal*, duas questões são enfatizadas: a importância do aparelho punitivo sobrepondo-se ao homem, no caso o condenado; e a sentença do condenado escrita em seu corpo pelo aparelho. É possível constatar como o dissimulador pode se deixar trapacear e acreditar na sua própria trapaça.

O Oficial acreditou tanto na burocracia, acreditou tanto que o instrumento usado para torturar e escrever a pena no corpo do condenado até matá-lo era mais importante que o próprio condenado, que terminou - quando não existia mais um condenado para ser executado - assumindo o lugar dele e se executa. As relações burocráticas exerceram tanta influência no Oficial, com um poder tão grande de alienação que o Oficial desconheceu não só a humanidade do condenado, como a sua própria. O texto exemplifica um caso extremo de alienação pela dissimulação.

O executor (oficial) não tem a menor preocupação em explicar ao explorador (estrangeiro convidado para testemunhar o ato) o porquê da pena e muito menos ao condenado. Sua preocupação era explicar detalhadamente ao explorador como o aparelho funciona, sua gênese, qual sua função, sua eficiência e como, a partir de seu funcionamento, a sentença é escrita pelo dispositivo, no corpo do sentenciado, como o que narra Kafka (1996):

[...] Eram trabalhos que na realidade poderiam ter sido deixados para um mecânico, mas o oficial os realiza com grande zelo, seja porque era um

adepto especial do aparelho, seja porque não podia, por outras razões, confiar essa tarefa a mais ninguém.

[...] — Este aparelho — disse, segurando uma manivela sobre a qual se apoiou — é uma invenção do nosso antigo comandante. Colaborei desde as primeiras experiências e participei de todos os trabalhos até a conclusão.

[...] Como se vê, ele é composto de três partes. Com o correr do tempo surgiram denominações populares para cada uma delas. “A parte de baixo tem o nome de cama, a de cima de desenhador e a do meio, que oscila entre as duas, se chama rastelo” (KAFKA, 1996, p. 6- 8, grifos do autor).

Como o aparelho tem mais importância que o sentenciado, este não tem informações sobre os acontecimentos que o envolvem e a explicação que é dada pelo Oficial ao Explorador sobre o funcionamento do aparelho é em francês, língua que o sentenciado desconhece, fato que deixa o Explorador estarecido, como explicita o texto:

[...] O explorador não ficou espantado com isso, pois o oficial falava francês e certamente nem o condenado nem o soldado entendiam francês. “De qualquer modo chamava ainda mais a atenção o fato de que o condenado, apesar disso, se esforçasse para seguir a explicação do oficial” (KAFKA, 1996, p. 6- 9, grifos do autor).

No processo de execução da sentença, o condenado, além de não ter ciência sobre o porquê de sua condenação não sabe também se foi condenado. Para o Oficial, este dado não tem nenhuma significação. O importante naquele momento para o Oficial é demonstrar para o Explorador como a máquina desempenha a função para qual foi destinada, ou seja, escrever no corpo do sentenciado sua pena. O rastelo (parte do aparelho que escreve a sentença) é mais significativo para o Oficial do que a vida do sentenciado. O Oficial explica o Explorador, obsessivamente, o funcionamento do rastelo, conforme narra Kafka (1996):

[...] O nome combina. As agulhas estão dispostas como as grades de um rastelo e o conjunto é acionado como um rastelo, embora se limite a um mesmo lugar e exija muito maior perícia [...] Aqui sobre a cama coloca-se o condenado. Quero, no entanto, primeiro descrever o aparelho e só depois fazê-lo funcionar eu mesmo. Aí o senhor poderá acompanhá-lo melhor. No desenhador há uma engrenagem muito gasta, ela range bastante quando está em movimento, nessa hora mal dá para entender o que se fala; aqui infelizmente é muito difícil obter peças de reposição. Muito bem: como eu disse, esta é a cama. Está totalmente coberta com uma camada de algodão; o senhor ainda vai saber qual é o objetivo dela. O condenado é posto de bruços sobre o algodão, naturalmente nu; aqui estão, para as mãos, aqui para os pés e aqui para o pescoço, as correias para segurá-lo firme. Aqui na cabeceira da cama, onde, como eu disse, o homem apóia primeiro a cabeça, existe este pequeno tampão de feltro, que pode ser

regulado com a maior facilidade, a ponto de entrar bem na boca da pessoa. Seu objetivo é impedir que ela grite ou morda a língua. Evidentemente o homem é obrigado a admitir o feltro na boca, pois caso contrário as correias do pescoço quebram sua nuca [...] tanto a cama como o desenhador têm bateria elétrica própria; a cama precisa da energia para si mesma, o desenhador para o rastelo. Assim que o homem está manietado, a cama é posta em movimento. Ela vibra com sacudidas mínimas e muito rápidas simultaneamente para os lados, para cima e para baixo. O senhor deve ter visto aparelhos semelhantes em casas de saúde; a diferença é que na nossa cama todos os movimentos são calculados com precisão; de fato eles precisam estar em estrita consonância com os movimentos do rastelo. Mas é a este que se entrega a execução propriamente dita da sentença. [...] — Nossa sentença não soa severa. O mandamento que o condenado infringiu é escrito no seu corpo com o rastelo. No corpo deste condenado, por exemplo — o oficial apontou para o homem— será gravado: *Honra a teu superior!* (KAFKA, 1996, p. 9-13, grifos do autor).

O oficial, segundo a narrativa kafkiana, continua relatando a importância do aparelho e sua função de escrever no corpo do culpado sua sentença durante doze horas, como narra:

[...] O rastelo começa a escrever; quando o primeiro esboço de inscrição nas costas está pronto, a camada de algodão rola, fazendo o corpo virar de lado lentamente, a fim de dar mais espaço para o rastelo. Nesse ínterim as partes feridas pela escrita entram em contato com o algodão, o qual, por ser um produto de tipo especial, estanca instantaneamente o sangramento e prepara o corpo para novo aprofundamento da escrita. Então, à medida que o corpo continua a virar, os dentes na extremidade do rastelo removem o algodão das feridas, atiram-no ao fosso e o rastelo tem trabalho outra vez. Assim ele vai escrevendo cada vez mais fundo durante as doze horas. (KAFKA, 1996, p.21).

Na continuidade da narrativa, o Oficial comenta que a sentença foi cumprida: “[...] A sentença está então cumprida, e nós, eu e o soldado, o enterramos” (KAFKA, 1996, p.22).

No desenvolvimento da trama, apesar de todos os argumentos do Oficial em defesa do uso do aparelho, contrariando, inclusive, a opinião do novo comandante, o Explorador lhe comunica sua decisão de não participar da execução e comunicar sua decisão ao novo comandante, como explicita:

[...] O senhor ainda não sabe o que eu quero fazer. Vou de fato comunicar ao comandante o meu ponto de vista sobre o procedimento, mas não em uma reunião, e sim a sós; também não devo ficar aqui tanto tempo para assistir a alguma reunião; amanhã cedo eu já parto ou pelo menos embarco num navio. (KAFKA, 1996, p.39).

Como a execução não mais fosse possível sem a concordância do Explorador, o Oficial libertou o acusado e, como não admitisse que o aparelho

tivesse perdido sua função de escrever a sentença no corpo do condenado, decide cumprir a sentença, transformando-se no substituto do condenado para possibilitar o aparelho de cumprir sua função - escrever no corpo do condenado sua sentença.

No entanto, o aparelho não teve o funcionamento esperado pelo Oficial. Como o aparelho não conseguisse escrever a sentença, embora continuasse funcionando em parte, como aparelho de tortura e execução, o Oficial se auto-executou. O aparelho bateu no Oficial até levá-lo a morte. Todavia seu fascínio era tão grande pela máquina, diz o Explorador, que seu semblante de morte (dele, oficial) parecia ser de vida.

O conto *A Colônia Penal* exemplifica o papel da dissimulação enquanto barbárie da modernidade. O Oficial foi vítima da sua própria dissimulação, ainda que de forma inconsciente.

Incontáveis são os textos que analisam os fundamentos usados pelas sociedades humanas para justificar as suas relações de poder. Entre outros, podemos mencionar Leon Tolstói, em *A Escravidão Moderna*, criticando as diversas formas de fundamentação usadas pelos homens para escamotear as relações de poder, nos diversos momentos da história da humanidade.

Sua crítica vai desde os textos bíblicos, à Idade Média, com seu fundamento religioso, à sociedade moderna com a “pretensa” laicização da política, até o ideário libertário socialista. Demonstra a partir das relações entre o capital e o trabalho em outras realidades do século XIX, como a história das diversas épocas é semelhante, quando estão em questão as relações de poder. Ilustra sua crítica tomando como exemplo as concepções libertárias, tanto oficiais quanto as socialistas e como as relações entre o capital e o trabalho provocam mal-estar quando está em jogo a produção de mercadoria.

Ao tomar como exemplo o descompasso entre a teoria e a prática no caminho Moscou - Kasan, horrorizou-se com o que denominou escravidão moderna: lá, as pessoas tinham uma jornada de trabalho extenuante (trinta e seis horas), e com uma forma de pagamento tão vil, que a única coisa que proporcionava ao operário ao término de cada jornada de trabalho era desgaste, tamanha era a dilapidação sofrida pelo operário para cumprir suas atividades rotineiras. O processo de trabalho era marcado pela dilapidação da força de trabalho, consumindo as energias do trabalhador além do necessário, e era realizado em péssimas condições de instalação. Tal fenômeno é relatado pelo autor:

[...] Todos aquellos (sic) homens eram moços e robustos; apenas um d'elles (sic) aparentava ter mais de quarenta anos. Os rostos macilentos, a fadiga geral do corpo e o olhar fixo, característico dos bêbados, eram indícios seguros de sua miséria.

Aquelle (sic) a quem me dirigi impressionava-me, sobretudo pelo profundo abatimento que se lhe lia nos olhos. Perguntei-lhe se tinha bebido.

_ Não bebo, replicou ele.

Respondera-me indiferentemente (sic) e sem reflectir (sic), como só costumam responder os que não teem (sic) o vício de se embebedar.

_ Nem tampouco fumo, acrescentou (sic) ainda.

_ E os seus companheiros bebem?

_ Sim, se podem arranjar aguardente.

_ O ofício é muito fatigante. É necessário readquirir as forças, explicou o mais velho de todos, dissimulando o seu estado de embriaguez. (TOLSTOI, 1901, p. 14-15).

A forma em que se dava a reprodução da força de trabalho, ou seja, as péssimas condições de moradia, o espaço insuficiente para acomodá-la, a perspectiva de reposição de pessoal aquém do necessário, conduzem o autor a dizer que nem mesmo os senhores escravocratas ousariam impor aos seus escravos condições de trabalho semelhantes às impostas pelo capitalismo na Rússia, como esclarece:

[...] Era infelizmente verdade que, por uma certa soma mal dando para comer, homens que se julgam livres, se entregam espontaneamente a um trabalho que o mais cruel senhor em tempo de servidão, não ousaria impor aos seus escravos. Mesmo um cocheiro digno pouparia com usura o seu cavallo (sic), pois entenderia ser pouco sensato abreviar por um trabalho excessivo de trinta e seis horas um animal tão caro e tão precioso. (TOLSTOI, 1901, p. 17).

Tolstoi (1901) lembra como as concepções religiosas têm fundamentado as relações de exploração de modo a escamoteá-las. Estas são percebidas pelo autor como maneiras superficiais de “esconder” a violência que o modo de produzir riqueza impõe aos trabalhadores. Sobre isto assim se expressa:

[...] Primeiramente disse-se que Deus creou (sic) os homens com destinos diversos — senhores e escravos — e que tanto uns como os outros deviam resignar-se aos supremos designos (sic) da divindade; acrescentou-se (sic) que os escravos seriam depois compensados na vida futura; reconheceu-se ainda mais tarde que, muito embora a sua condição de escravos implicasse fatalmente uma situação mesquinha, podiam contudo esperar ainda neste mundo que a bondade do senhor lhes alliviasse (sic) a triste condição de sua existência; finalmente, depois da abolição da escravatura, mudou-se de lógica, declarou-se (sic) que ao dar fortuna a alguns homens, Deus impuzera-lhes (sic) o dever de empregar uma parte d'ellas (sic) em obras de caridade, e que por conseguinte, nem a fortuna

nem a pobreza tinham, por si mesmas, nada de escandalosas. (TOLSTOI, 1901, p. 22-23).

A crítica à economia política, à ciência e ao socialismo advém da concepção de Tolstói (1901) de que o trabalho industrial, por mais ameno que seja, é sempre escravizante.

Para o autor, o conforto trazido com o desenvolvimento técnico-científico para uma minoria, trouxe para a maioria a escravidão, o sacrifício. Graças ao sacrifício da maioria, uma minoria usufrui de uma vida confortável, como comenta:

[...] A luz elétrica, os telephones (sic), as exposições, todos os jardins da arcádia do mundo com os seus concertos e divertimentos, os cigarros, as caixas de phosphoro (sic), as carruagens e até os automóveis... Tudo isso me parece muito bom. Mas se para fazer perdurar todos esses mananciaes (sic) de prazeres e de commodidades (sic) em proveito de uma minoria privilegiada, necessário se torna que 99 por cento dos homens permaneçam na escravidão e morram aos milhares em consequências do trabalho que se lhes impõe, então que desapareçam para sempre todas essas coisas, desde os caminhos de ferro às fábricas de tecido [...] o que verdadeiramente nos importa é que não haja sobre a terra um sinal d'essa escravidão que tantas vidas humanas têm consumido. (TOLSTOI, 1901, p. 46).

A civilização para uns poucos trouxe os benefícios, mas para a maioria da população o desgaste, a escravidão para os operários e nenhuma garantia de reprodução da existência para si e para seus dependentes. Daí o inconformismo do autor diante do processo de exploração da maioria e sua crítica à pobreza alimentar, habitacional etc. a que os operários são submetidos para garantir uma vida confortável aos poucos favorecidos pelas condições econômicas, políticas e sociais trazidas pelo mundo do capital, como se manifesta o autor:

[...] Do lado, um bando numeroso de homens com as mãos negras e calosas, vivendo em precárias circunstâncias, pessimamente alimentados e vestidos, habitando em baiúcas infectas, e que desde o romper do sol até ao anoitecer, muitas vezes, mesmo durante a noite, trabalham constantemente para o outro grupo que nada faz se não gozar e divertir-se. (TOLSTOI, 1901, p. 48-49).

A modernidade tem sua forma específica de expressar a escravidão, como também tinham as sociedades escravocratas. Mas, na sociedade moderna, os detentores dos meios de produção impõem à maioria da população formas de sobrevivência inumanas. Aqui não se compra a pessoa do trabalhador, mas sua força de trabalho, a qual será, necessariamente, dilapidada.

A análise de Tolstói (1901) sobre o discurso jurídico, como expressão dissimulada do consenso, a aplicação da lei com vistas aos interesses restritos dos grupos que detêm o poder da propriedade, a universalização do discurso particular, a violência praticada pelo Estado, especificamente a violência organizada, são alguns dos elementos citados pelo autor como inerentes ao que nomeia de escravidão moderna.

A crítica à legislação advém da sua percepção desta como garantidora da reprodução da desigualdade, ao dar formas aos conteúdos que reproduzem o seu contrário, onde uma suposta igualdade produz seu oposto, pela sua vinculação aos grupos proprietários, tendo como aliada a violência institucional, como forma de assegurar a manutenção de seus pressupostos.

Outros autores também se ocuparam em analisar o papel da representação na sociedade moderna. A definição da sociedade moderna como a do domínio da representação no lugar da realidade, a cópia predominando sobre o original, a ilusão sendo substituída pelo profano é retomada por Debord, mencionando Feuerbach, a partir do prefácio da segunda edição de *A essência do cristianismo*, para demonstrar como na sociedade moderna o espetáculo comanda a vida social. O mundo da aparência tem papel fundamental na sociedade criando necessidades; o mundo das imagens substitui o mundo dos homens, como cita Debord (1997) recorrendo a Feuerbach:

[...] E sem dúvida o nosso tempo [...] prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele o acúmulo da ilusão fica sendo o acúmulo do sagrado. (FEUERBACH *apud* DEBORD, 1997, p. 13).

O espetáculo enquanto representação do real tem caracterizado as sociedades que convivem com as modernas condições de produção. Nela, os homens e coisas se apresentam de modo fetichizado para dar coerência à cópia. O mundo do espetáculo comanda esta sociedade. O convencimento acontece pela teatralização do mundo produzido, dos objetos produzidos para serem consumidos a partir de uma vontade induzida. O consumo rege esta sociedade. O consumo “produzido” à imagem e semelhança dos interesses das classes hegemônicas, é substituído pelo mundo da representação, como informa o texto:

[...] As sociedades baseadas nas modernas condições de produção se apresentam como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que aqui era antes vivido diretamente tornou-se uma representação, e esta caracteriza as relações sociais nas sociedades que vivem sob a égide do capital: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculo. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. (DEBORD, 1997, p. 13, grifos do autor).

No entanto, na sociedade do espetáculo a relação imaginária se expressa como efetiva, produzindo e reproduzindo as relações sociais e transformando-as em uma relação social porque aceita uma visão do mundo onde o imaginário e o real se fundem sob a égide da necessidade “criada”, como diz o autor:

[...] Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva: esse desdobramento também é desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Assim estabelecida, cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente. (DEBORD, 1997, p. 15).

A sociedade moderna é constituída pelo espetáculo não como meio, mas como fim; seu objetivo é ele próprio, como argumenta o autor:

[...] A sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular. No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo. (DEBORD, 1997, p.. 17).

O espetáculo compõe o modo pelo qual as relações econômicas, políticas e sociais se desenrolam nas sociedades sob a égide do capital, independente de serem ou não produtoras de bens industrializados. As relações entre sociedades desenvolvidas e os países ditos subdesenvolvidos são marcadas pela espetacularização e por processos que dissimulam as condições reais de sobrevivência. Representam o domínio dos homens, antes já dominados pela economia, como interpreta o autor: “[...] O espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada mais é que a economia

desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores” (DEBORD, 1997, p. 16-17).

O espetáculo, para Debord (1997), expressa o discurso da ordem sobre si mesmo, o fetiche escondendo as relações reais entre os homens:

[...] O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o auto-retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre os homens e entre as classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos. (DEBORD, 1997, p. 20).

O mundo da mercadoria “transforma” o consumidor em consumidor de ilusões efetivas, tendo o espetáculo como expressão abstrata daquele. Assim analisa: “[...] o consumidor real torna-se consumidor de ilusão. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral” (DEBORD, 1997, p. 33).

O dinheiro na sociedade moderna se expressa como o equivalente de todas as mercadorias e a todos os bens materiais e simbólicos consumidos pelo homem. O espetáculo é a sua forma complementar. É pelo espetáculo que todos os objetos se transformam em parte da vida do homem, de tal modo que se converte no pseudo-uso da vida, como comenta Debord (1997):

[...] O espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. O dinheiro dominou a sociedade como representação da equivalência geral, isto é, do caráter intercambiável dos bens múltiplos, cujo uso permanece incomparável. O espetáculo é o seu complemento moderno desenvolvido, no qual a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco, como uma equivalência geral daquilo que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espetáculo é o dinheiro que apenas se olha, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata. O espetáculo não é apenas o servido do pseudo-uso, mas já é em si mesmo o pseudo-uso da vida. (DEBORD, 1997, p. 34).

O espetáculo domina também as regiões ditas subdesenvolvidas quando nomeia seus projetos como universais como diz o autor: “[...] A sociedade portadora do espetáculo não domina as regiões subdesenvolvidas pela pele hegemônica econômica. Domina-as como sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 38).

Interpretando a teatralização dos líderes da América Latina, pela literatura, no período das décadas de sessenta e setenta, Georges Balandier lembra o excesso de teatralização. Como em seu romance *Eu, o supremo*, Roa Bastos

menciona ao referir-se à ditadura paraguaia: “[...] o ‘senhor da ditadura perpétua’ é o modelo absoluto de todos os governantes abusivos, delirantes, que reduzem a ação e a palavra política a um drama barroco” (BASTOS apud BALANDIER, 1982, p. 9, grifos do autor).

A reprodução da tragédia sob a forma de farsa, mencionada por Marx no *18 Brumário*, é citada pelo autor como prática comum dos líderes autoritários dos Estados tropicais, unindo a morte e o grotesco: “[...] A morte e o grotesco, segundo o nosso ponto de vista, se aliam nos jogos de um poder que nos parece sem limites e sem regra” (MARX apud BALANDIER, 1982, p. 9).

O poder político incorpora a teatralização para espetacularizar suas ações e, ao mesmo tempo, provoca seu distanciamento das condições concretas estabelecidas:

[...] No entanto, a representação implica em separação, em distância, ela estabelece hierarquias; ela muda os que estão em diferentes cargos, e esses dominam as sociedades fazendo delas um espetáculo onde ela deve (ou deveria) se ver aumentada. As manifestações do poder não se acomodam bem com a simplicidade. A grandeza ou a orientação, a decoração ou o fausto, o cerimonial ou o protocolo geralmente as caracterizam. (BALANDIER, 1980, p. 10).

Nos regimes autoritários, o poder teatraliza a violência e superdimensiona sua ação. No Brasil, no decorrer da ditadura de 1964, a teatralização em torno da violência foi constante; os atos institucionais correspondem à institucionalização da violência. Os julgamentos políticos, nos momentos de exceção, são marcados por gestos espetaculosos por parte do Estado, como comenta o autor:

[...] Os grandes julgamentos políticos, em seu desenrolar, na apresentação levam a dramatização a seu mais alto grau de intensidade. Eles impõem uma encenação, um cenário, papéis, instâncias secretas e violências, revelações e efeitos de surpresa que levam geralmente à confissão do acusado [...] Eles transformam durante algum tempo a cena política em um teatro mágico, pois a meta do drama é a morte física ou moral daqueles que o poder acusa em nome da salvaguarda da forma e dos valores supremos da sociedade (BALANDIER, 1980, p. 10).

Mas a perpetuação do poder também acontece por meio da arquitetura de suas instituições. A dramatização política que, nos diversos estágios de desenvolvimento das formações sociais, havia sido incorporada com fundamentos transcendentais, será também incorporada pela sociedade moderna, principalmente

em seus momentos revolucionários, difundindo, reinventando o novo, espetacularizando suas práticas, como forma de reafirmar seus princípios.

O espetáculo objetiva reafirmar o modo de produzir seus bens, produzindo um imaginário coletivo, tendo como espelho as relações de poder dos grupos dominantes reais e ilusórios, de modo a obter o convencimento dos grupos subalternos com identificação ilusória com seus interesses, a partir do discurso universalmente construído do poder.

O poder da mídia, no processo de teatralização da vida para Balandier (1980), deve ser rompido a partir do controle sobre as imagens, de modo a que as pessoas recuperem a captura que, sucessivamente, tem acontecido por meio da mídia com relação ao cerceamento da liberdade. E propõe: “[...] É preciso novas terapias capazes de tirar os homens do efeito das fascinações e ensinar a eles a governar as imagens e a não suportar que elas sirvam à captura de sua liberdade” (BALANDIER, 1980, p. 78).

A dissimulação, assumindo diversas formas, permanece na modernidade enquanto expressão da barbárie, até os dias atuais e pode ser fartamente exemplificada a partir de diversos exemplos históricos.

A leitura da barbárie moderna pode se concretizar pela leitura da obra de arte. A crítica, elaborada por Walter Benjamin, à luz da obra de arte de Paul Klee no *Ângelus Novus*, permite ler os pressupostos que a fundamentam, criticando a teoria da história como seu suporte, onde o passado é negado e o futuro está inscrito a partir de um determinado conceito de progresso linear. Segundo a leitura de Benjamin (1993), o progresso representa na obra de Klee, as ruínas do passado e a perspectiva de um futuro não promissor, como comenta:

[...] Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1993, p. 226).

Analisando a narrativa de Walter Benjamin sobre o *Ângelus Novus*, de Klee, Boaventura de Sousa Santos (1996) lembra a dificuldade atual para pensar a transformação social, a emancipação, em virtude do colapso da teoria da história e do descrédito nos pressupostos que fundamentam a modernidade, produzindo um passado que incapacita de pensar o presente e não encaminha para um futuro que ofereça possibilidades de transformação, como comenta:

[...] Mas se, por um lado, o futuro parece vazio de sentido, por outro lado, o passado está tão indispensável como sempre. A capacidade de fulguração, de irrupção, de explosão, de revelação, em capacidade messiânica, como diria Walter Benjamin (1980:694), foi conferido ao futuro pela modernidade ocidental. A incapacidade do futuro não abre qualquer espaço para a capacitação do passado. Pura e simplesmente, deixamos de saber olhar o passado de modo capacitante. (BENJAMIN *apud* SANTOS, 1996, p. 7).

E conclui, citando a alegoria da história de Walter Benjamin sobre a parábola do *Ângelus Novus*, de que há necessidade de se pensar uma nova teoria da história a partir do passado, que esteja de costas para o futuro desenhado até hoje, e assim pensar uma nova sociedade assentada nos interesses dos ausentes, como se manifesta: “[...] O que proponho neste texto é o fragmento de uma nova teoria da história que nos permita voltar a pensar a emancipação social a partir do passado, e, de algum modo, de costas viradas para o futuro” (SANTOS, 1996, p. 7).

Analisando o anjo do ensaio de Benjamin, Santos (1996) argumenta sobre a incapacidade deste em evitar o sofrimento, a dor que se acumula a seus pés, bem como de criar raízes e acordar os mortos. Mas, este foi forçado a optar pelo futuro o qual desconhece e o incapacita, o deixa sem condições de pensar outras formas de organização econômica, política e social que reúna os homens, livres do sofrimento, como se expressa Santos (1996):

[...] O anjo da história contempla, impotente, a acumulação de ruínas e de sofrimento a seus pés. Gostaria de ficar, de criar raízes na catástrofe para, a partir dela, acordar os mortos e reunir os vencidos, mas sua vontade foi expropriada pela força que o obriga a optar pelo futuro para o qual está de costas. O seu excesso de lucidez combina-se com um déficit de eficácia. Aquilo que conhece bem e que podia transformar torna-se estranho, e, pelo contrário, entrega-se sem condições àquilo que desconhece. (SANTOS, 1996, p. 8).

O passado para o autor teria que ser reinventado para deixar de ser fatalista e tornar-se fulgurante na perspectiva analisada por Benjamin: “[...] — Do que se trata

é de reter uma imagem do passado como ela aparece ao sujeito histórico, inesperadamente, no momento do perigo” (BENJAMIN *apud* SANTOS, 1996, p. 22).

O inconformismo deve ser retomado, na perspectiva de Benjamin como forma de se contrapor aos pressupostos da idéia de progresso. Reivindica Santos (1996) uma maneira de reincorporar o passado reluzante à esperança, como meio de salvar os mortos e resplandecer a esperança no futuro, como diz Santos, retomando Benjamin: “[...] Só possui o dom de fazer faiscar no passado a críspula da esperança aquele historiador que está convencido de que mesmo os mortos não estarão a salvo do inimigo, se este vencer” (BENJAMIN *apud* SANTOS, 1996, p. 23).

As teorias universalistas são criticadas por Santos (1996) por se contraporem às divisões existentes nas sociedades concretas, teorias que assumindo formulações dissimuladoras manipulam os desejos e aspirações e escamoteiam o sofrimento humano com formulações universais, secularizadas, naturalizando o que de modo algum pode ser interpretado:

[...] Os poderes hegemônicos que comandam a sociedade de consumo e a sociedade da informação têm vindo a promover teorias e imagens que apelam a uma totalidade, seja ela a da espécie, do mundo ou mesmo do universo, que existe por sobre as divisões entre as partes que a compõem. Sabemos que se trata de teorias e imagens manipulatórias que ignoram as diferentes circunstâncias e aspirações dos povos, classes, sexos, regiões etc., bem como as relações desiguais, de exploração e vitimização, que têm unido as partes que compõem essa pseudo-totalidade mas o grão de credibilidade destas teorias e imagens consiste em apelarem, ainda que de modo manipulatório, para uma comunidade imaginária da humanidade em seu todo. Contra as teorias da separação, o CNN descobriu um universalismo *a posteriori* simultaneamente global e individual, a universalidade e a individualidade do sofrimento: o sofrimento ocorre em toda parte; são os indivíduos que sofrem, não as sociedades. (SANTOS, 1996, p. 24).

Santos (1996), entre outras críticas, enfatiza as trocas desiguais entre culturas diferentes, conduzindo os grupos subalternos a perdas mortais de seus conhecimentos. As culturas hegemônicas ao penetrarem nas culturas das sociedades subalternizadas destroem seus conhecimentos, seus modos de agir, produzir, seus bens simbólicos e materiais: “[...] As trocas desiguais entre culturas têm sempre acarretado a morte do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares” (SANTOS, 1996, p. 28).

A crítica do autor às teorias da segregação e do separatismo merece atenção por conduzirem às formas bárbaras de exclusão. Ao propor um modo único

de produzir teorias, as elites impõem formas bárbaras de exclusão do outro, do diferente. Por sua vez, as teorias que buscam a união de grupos pela identidade, pela etnia, pela raça, pela religião, pela parte desvinculada do todo, terminam por transformar suas especificidades em modo fundamentalista de ver o mundo por sua visão focada exclusivamente no grupo.

Repensando a transformação, Santos (1996) lembra que o momento é de perigo. A dificuldade reside em definir o futuro, constatando que o futuro perdeu sua capacidade de se redimir e de relampejar novas perspectivas, em termos diferentes do existente, ou seja, definir o processo de transição e com risco de eternizar o presente à maneira kafkiana. Por isso é que:

[...] estamos num momento de perigo que é também um momento de transição. O futuro já perdeu a sua capacidade de redenção e de fulguração e o passado ainda não adquiriu [...] o perigo reside na eternização do presente e na sua capacidade de fulguração kafkiana. (SANTOS,1996, p. 31).

Para Santos (1996), pensar a transformação da sociedade em contraposição ao eurocentrismo, significa retomar a parábola benjaminiana do *Ângelus Novus*. Este deve recuperar sua leveza para não ficar estático diante dos horrores do progresso da modernidade, e para que o anjo não se torne uma farsa, este deve voltar a voar com os pés plantados na terra para cumprir o seu papel de acordar os mortos e juntar os vencidos, como sugere o texto:

[...] Por esta razão, o *Ângelus Novus* não pode continuar suspenso em sua imponderável leveza, a olhar os horrores de costas viradas para o que os causa. Se tal sucedesse, a tragédia do anjo cometer-se-á em farsa, a sua interrogação poderosa, em comentário patético. Julgo, pelo contrário, que perante a intensidade sedutora e monstruosa das imagens desestabilizadoras, o anjo acabará por mergulhar nelas para delas colher a energia necessária para voltar a voar, desta vez com prudência, ou seja, com os pés na terra. Só assim acordará os mortos e reunirá os vencidos. (SANTOS,1996, p. 32).

Entre outros autores que pensaram de forma crítica a modernidade, voltamos a Balandier (1980), que constata a teatralização moderna, iluminando o fenômeno político duradouro. Este não se mantém, em princípio, nem pela violência nem pela razão, mas pela transposição e produção de imagens. Pela utilização da imagem, o poder político evita transparecer os fenômenos que significam ameaças a ele próprio. Ganha credibilidade por meio do processo de "criação" do real. Pelo

poder da imagem a imagem do poder se petrifica, “unificando” culturas diferentes, modos de reprodução da vida diferentes, por meio do processo de manipulação das concepções quanto à utilidade, quanto aos usos e costumes, conforme informa o autor:

[...] O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal, e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1980, p. 7).

As técnicas modernas de comunicação possibilitam à dramaturgia democrática a vinculação entre os homens de poder e suas imagens públicas, suas “capacidades” de desenvolvimento econômico, político e social, de modo a se apresentarem como portadores dos meios que priorizam os interesses coletivos, tendo o Estado como centro da teatralização, como argumenta:

[...] Denuncia-se então a transformação do Estado em “espetáculo”, em teatro de ilusão, o que se encontra assim submetido à crítica, considerada como perversão, não é senão o aumento de uma propriedade indissociável das relações de poder. (BALANDIER, 1980, p. 8).

Os regimes totalitários, independentes do desenvolvimento tecnológico e com “argumentos” em favor de todos os poderes confiados ao Estado, reivindicam em nome da raça, do povo, das massas. E teatralizam suas relações de modo a levar ao “consenso”. E assim convertem o povo em mero figurante, fetichizado, no mundo teatralizado pelos donos do poder, de modo a transformar as multidões em marionetes frente ao poder institucionalizado, sem vontade própria, e sem consciência do processo que está vivenciando, como diz Balandier (1980):

[...] Uma amplificação idêntica pode se realizar independentemente do concurso da tecnologia contemporânea, pois que é da natureza de certos regimes recorrer a efeitos extremos para sustentar o domínio. É o caso das sociedades totalitárias onde a definição política isto é, a submissão de todos e de tudo ao Estado — leva a função unificadora do poder ao seu mais alto grau. O mito da unidade, expressa pela raça, pelo povo, ou pelas massas torna-se o cenário da centralização política [...] Ela transforma um povo inteiro em uma multidão de figurantes fascinados pelo drama em que os envolve o senhor absoluto do poder. (BALANDIER, 1980, p. 8).

A dissimulação na modernidade tem como objetivo obter a aceitação social, pelo consenso ou pela força ou pela combinação de ambos. Em Maquiavel (1973) a dissimulação se afetiva em virtude dos homens tomarem como parâmetros para suas ações as aparências, e em virtude do poder ter como fim ele mesmo. O utilitarismo norteia todas as ações humanas.

Em Machado de Assis (2008) a dissimulação compõe as personagens que imaginam que podem ser bem sucedidas desde que se adestrem aos contornos exigidos pelos códigos comportamentais dominantes. A *Teoria do Medalhão* expressa o formato que deve ser assumido pelos pretendentes ao posto. A dissimulação está presente entre outras obras, em *Dom Casmurro*, ao demonstrar a personagem Capitu como dissimuladora. Em Capitu a dissimulação está expressa até em seus olhos oblíquos de ressaca (ASSIS, 2009).

Para Kafka (1996) a dissimulação está vinculada ao processo de alienação provocada pela burocracia na sociedade moderna, onde as relações de poder se “apresentam” como não sendo relações de poder.

Em Tolstoi (1901) a sociedade moderna usa da violência sob todas as formas para garantir o processo de acumulação do capital, e conta com os parâmetros jurídicos para a perpetuação da desigualdade econômica, política e social.

Em Debord (1997) a sociedade moderna e a sociedade do espetáculo criam necessidades e conduzem ao consenso a partir da “criação” destas, onde o mundo da representação e o mundo concreto se unem sob o comando das necessidades “criadas”. Na interpretação de Balandier (1980), o espetáculo comanda as relações políticas, econômicas e sociais.

Para solucionar os desacertos trazidos pela modernidade, Santos (1996) retoma Walter Benjamin por meio da parábola do “*Ângelus Novus*, de Klee” e propõe uma nova parábola do anjo, agora com novas perspectivas, acordando os mortos e unindo os vencidos para a construção de uma nova história.

Para Amazônia, a parábola do *Ângelus Novus*, de Walter Benjamin, a partir da leitura de Santos (1996), parece ser uma saída para enfrentar os graves transtornos trazidos pela proposta desenvolvimentista para a região, considerando que os Grandes Projetos foram traçados, desconsiderando a possível existência dos diversos segmentos populacionais que habitavam a área e o modo como estes produziam sua existência.

Analisar os diversos momentos de implantação do projeto desenvolvimentista na região amazônica a partir da década de 70, especificamente na Nova República, exige repensar os diversos projetos econômicos implantados nesta, os pretextos e argumentos para justificar o processo de dissimulação e da barbárie cometida contra os segmentos sociais que, na visão desenvolvimentista, representavam obstáculos ao processo de acumulação do grande capital na região.

CAPÍTULO 3. OS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NA AMAZÔNIA

3.1. A MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Analisar a Amazônia requer levar em consideração o contexto internacional e nacional do período sob análise, a relação desta com os processos que estão acontecendo na América Latina e as fundamentações que “justificam” a exploração vivenciada pela região nos diversos momentos de sua história, bem como sua relação com o capital.

A implantação do projeto desenvolvimentista na Amazônia, a partir de 1966, não foge aos procedimentos rotineiros que acompanham o processo de exploração no mundo das trocas. Com relação à região, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro toma medidas no sentido de integrar a região ao mercado, de modo sistemático, inúmeros pretextos são construídos para justificar a apropriação pelo capital de seus bens. O fato muda a vida das populações locais, quanto à reprodução da existência. A partir do momento de sua deflagração a produção deve estar voltada para troca e isto se dá com a anuência do Estado. O projeto vem, também, acompanhado da ocupação do espaço territorial, com uma nova leitura sobre a questão da terra, que passa, a ter valor de troca, para atender às exigências do projeto desenvolvimentista. É um período marcado pela incorporação da política de incentivos fiscais com subsídios públicos aos projetos implantados na região pela iniciativa privada.

A terra enquanto propriedade privada capitalista é ressaltada por Martins (1998), quando analisa o período. Lembra a noção de ocupação do solo amazônico e brasileiro, de um modo geral, no período colonial, e ressalta que, até 1954, os critérios de ocupação estavam baseados em outros valores que não os da mercadoria:

[...] Naqueles tempos iniciais, o deslocamento dos conquistadores sobre o território do que viria a ser o Brasil não pressupunha a efetiva incorporação do espaço a uma realidade econômica e político-industrial. Tudo era temporário e provisório, da casa aos objetos da casa. (MARTINS, 1998, p. 664).

O autor se refere ao processo de reconhecimento do território, ocupação e colonização, sobretudo a respeito da inexistência de um mercado formal de terras, consolidado na região.

A nova forma de ocupação do espaço no interior da Amazônia, a partir da implantação do projeto desenvolvimentista na região, para atender aos empreendimentos capitalistas que exigem grandes extensões de terra, passa por novos parâmetros. Conforme explicita Loureiro (1992), até 1960 a quase totalidade das terras da região constituía-se de terra pública da União ou dos estados, de forma que, legalmente estas terras não conferem ao posseiro direito à titulação de propriedade (seja alegando posse ou usucapião). Daí porque foi fácil para a União colocar a venda suas terras para grandes grupos econômicos e empresários, desconsiderando o fato de que aquelas vinham sendo habitadas por gerações e gerações de colonos e de populações tradicionais da região. Daí porque a autora enfatiza que a terra pública foi vendida com gente dentro dela.

Cabe aos pobres desocupar as terras que, a partir de agora, passam a ser propriedade privada dos grandes grupos econômicos que, com a conivência do Estado por meio dos Incentivos Fiscais subsidiará suas atividades. Por um lado, é o momento em que os pobres buscam um lugar para acomodar sua pobreza; e por outro lado, é o momento em que os ricos ocupam os espaços e os transformam em fonte de renda, como se manifesta Martins (1998):

[...] Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é território de conquista a ocupação territorial se faz em nome da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos. (MARTINS, 1998, p. 664).

A ocupação da terra no Brasil como mercadoria vem desde 1850. Todavia, nos períodos mais recentes, o domínio e a posse do território são acompanhados de uma interpretação mais atual no que diz respeito à ocupação da fronteira, à expansão econômica etc. Contudo, a expulsão de índios e posseiros continua e se agravou nos anos 1970 e 1980. Os “inimigos” voltam a ter o “tratamento” igual ao que tiveram em séculos passados. Enquanto índios e posseiros são tratados como “inimigos”, ao capitalista cabe se apropriar da terra de acordo com o estabelecido pelas leis do mercado, como explicita o autor:

[...] Hoje já não são grupos corporativos, de estrutura quase institucional, que se deslocam pelo território, em confronto com grupos étnicos a serem conquistados e subjugados. Agora, são os “adversários” que devem ser confinados ou exterminados, como aconteceu nos últimos cem anos. Devem liberar a terra para seu uso de acordo com as leis do mercado. (MARTINS, 1998, p. 667).

O novo modo de ocupação da terra na região trouxe consigo conflitos agrários devido à expulsão dos posseiros de suas áreas de moradia e produção, contando, mais uma vez, com o aparato do Estado a seu favor, viabilizando o processo de expropriação nas áreas ocupadas pelos pequenos produtores de bens assentados em outros valores, que não o da grande propriedade capitalista. A luta pela terra e os conflitos, daí decorrentes caracterizam aquele e o momento atual. A luta entre o público e o privado apresenta perspectivas diferentes. Os grandes proprietários buscam a acumulação incessante de riqueza e os pobres, como diz Martins (1998), buscam acomodar sua pobreza:

[...] Na atualidade, os que se deslocam acabam formando grupos concorrentes e conflitivos com concepções opostas sobre a terra e o território, o público e o privado: de um lado os numerosos pobres que, de diferentes regiões do país, buscam um lugar para acomodar sua pobreza; de outro lado, as grandes empresas e os grupos econômicos que procuram ampliar o território do lucro. (MARTINS, 1998, p. 668).

A luta entre os poderosos que contam com o apoio das instituições estatais e as populações subalternizadas é acompanhada de um processo extremamente violento. Luta entre o “branco” rico e “branco” pobre, luta contra índios, contra as minorias de um modo geral, marca, hoje, a luta pela posse da terra no solo brasileiro especificamente, o amazônico.

Hoje, a violência, em virtude das questões fundiárias, assumiu proporções impossíveis de serem imaginadas em outros momentos da história mais recente. Para Martins (1998), hoje é possível, em virtude do modo como a ocupação vem se concretizando, produzir um mapa da violência na região. Os conflitos tendem a aumentar e a violência contra os grupos subalternos e seus intelectuais orgânicos também. A violência está expressa nas relações econômicas, políticas e sociais entre os detentores do poder e os diferentes, o outro, como explicita Martins (1998):

[...] Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do “branco”

contra índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados. (MARTINS, 1998, p. 669).

A luta pela propriedade que tem como fundamento o lucro trouxe o conflito para a Amazônia e, em virtude da lógica em que se apoia, tende a se tornar mais grave, com o aprofundamento da desigualdade, com a segregação dos segmentos que produzem e vivem de acordo com a cultura local, provocando o confinamento dos costumes e da cultura local.

Historicamente, a modernidade visa à transformação do outro em si mesmo, e quando um território ou parte dele está sendo conquistado, um dos primeiros atos do conquistador é destruir a cultura do conquistado. No Brasil, quando os europeus vieram colonizá-lo, uma das primeiras medidas tomadas foi a destruição da cultura da população local, proibindo o uso de sua língua de origem, mudando seus hábitos alimentares, religiosos etc. O mesmo aconteceu com a América espanhola, quando o europeu chegou a suas terras, escravizando suas populações, destruindo sua cultura, seu modo de vida. O “atraso” e a “inferioridade” do índio justificaram a barbárie que acompanhou o processo de conquista.

No Brasil, especificamente na Amazônia, o novo papel dado à propriedade mudou a concepção que a fundamentava e conferiu aos mais poderosos o título imobiliário como o documento que dá direito à terra. Ele é concedido pelo Estado mediante venda ou aforamento, registrado em cartório ou disputado em tribunais. Ao mesmo tempo, os pobres, de um modo geral, que possuíam um conceito diverso de propriedade da terra, tentam desesperadamente a posse efetiva da terra que antes era sua, mas quase sempre, sem sucesso.

A partir desse momento vamos conviver com dois tipos antagônicos de direitos à propriedade: de um lado o direito a propriedade pelo trabalho, e do outro, o direito cujo fundamento se assenta na lógica da propriedade geradora de riqueza, de mercadorias. A primeira expressão das características culturais locais é considerá-la como a **outra**, fundada na propriedade moderna, que se instala na região Amazônica e se impõe pela violência, expropriando a população local ou transformando-a em força de trabalho disponível para o capital.

Na fronteira, falar de vida privada é falar de privações, de impossibilidade de criar raízes, de ter, quando pobre, de buscar sempre alguma alternativa provisória de sobrevivência. A fronteira, para as camadas subalternas da região é o não lugar.

O estar sempre em vias de ser expulso para acomodar interesses econômicos diferentes dos seus.

Os construtos teóricos para justificar as relações de dominação no Brasil de hoje continuam assentadas nos mesmos pretextos dos séculos anteriores. As relações de alteridade entre brancos ricos, brancos pobres, índios e caboclos continuam sendo usadas com mecanismos semelhantes de dissimulação das relações de poder. Com vistas à usurpação e ao enriquecimento. Conceitos como os de cristão e não cristão, batizados e não batizados, humanos e não humanos continuam sendo usados.

As relações de alteridade entre brancos, índios e caboclos, em mais de quatro séculos de convivência, permanecem:

[...] os habitantes desses sertões ainda usam as mesmas referências, para diferenciar brancos e índios, que podem ser encontrados nas cartas jesuíticas do século XVI e XVII. Ainda se relacionam com os índios como se fossem gentios e, para muitos, por isso mesmo, animais. (MARTINS, 1998, p. 660).

Muitas das narrativas dos primeiros séculos de colonização são válidas para os dias de hoje, demonstrando que o processo de violência contra os grupos subalternizados continua. Os mesmos atos de violência do dito civilizado sobre as populações pobres continuam; e o atraso, a incapacidade e a “inferioridade” de índios, negros e pobres também continuam a ser um pretexto para dominá-los, como se fazia no Brasil Colonial, como comenta Martins (1998) quando analisa a década de 80:

[...] são de finais da década de 80 expedições para caçar e exterminar índios Uruéu-wau-wau, em, Rondônia, e Arara, no Pará, para vingar um parente morto ou raptado ou “limpar” o território. Nada muito diferente de narrativas e notícias dos primeiros séculos — a mesma concepção de ausência de humanidade do índio, a mesma concepção de que humano é unicamente o branco e o cristão. (MARTINS, 1998, p. 661-662).

O processo de ocupação da terra na Amazônia e a expulsão de camponeses, índios e caboclos visa formatar a propriedade de modo a atender às exigências da lógica de acumulação do capital, onde os pobres são tratados como resíduos que devem desaparecer, para não impedir o sucesso da nova forma de propriedade, a capitalista.

A lógica da ocupação do ponto de vista do capital está de acordo com os interesses dos proprietários, os quais historicamente continuam, entre outras formas, adotando o processo de acumulação primitiva do capital. Mas do ponto de vista do trabalho, continuam, existindo formas arcaicas de super-exploração do trabalho humano, como a do trabalho escravo, vigente até hoje na região.

Ao mesmo tempo, só a partir da transferência de recursos públicos por meio dos incentivos fiscais, alguma modernização superficial se concretizou, embora marcada pelo que se nomeou barbárie moderna, como se expressa Martins (1998), mas acompanhada por um cenário extremamente marcado pela violência (barbárie), sob a forma de escravidão da força de trabalho, da expulsão dos pobres de suas terras ou do extermínio físico e/ou simbólico dos que ousam contrariar os interesses dos poderosos.

A violência das elites contra os grupos subalternos, tendo como seu braço direito as instituições públicas estatais continua a ser comum ainda hoje. As mortes por encomenda de líderes sindicais e intelectuais orgânicos do movimento camponês, também.

Porém, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (1986-1989)⁴ – I PDA/NV admite que o projeto desenvolvimentista cometeu desacertos, sem contudo assumir sua responsabilidade nos acontecimentos, sem mencionar o processo de desmonte que as instituições que tinham a responsabilidade de planejar, programar e executar às políticas regionais vinham sofrendo.

É o momento em que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estão vivendo uma fase de redefinição de suas políticas e de desmonte institucional. Isto culminou com a extinção destas e com as suas recriações posteriores, porém sem a dimensão que tinham no momento de suas fundações.

A redefinição das funções das instituições responsáveis pela implantação do projeto desenvolvimentista nas regiões Norte e Nordeste (SUDAM e SUDENE), já vinha acontecendo desde a implantação dos Grandes Projetos na década de 70. Estes podiam obter empréstimos diretos com o aval do Gabinete da Presidência da República, sem passar pela avaliação das instituições mencionadas. Ao mesmo

⁴ Em março de 1985, tem início uma nova gestão governamental, posteriormente nomeada de Nova República, assumindo como Presidente José Sarney.

tempo, a década de 80 passa a conviver com as conseqüências dos desacertos advindos da implantação dos mencionados projetos. Estes haviam ignorado as populações locais. Os planos, projetos e programas estavam traçados levando em consideração somente os recursos naturais existentes nas áreas em questão. Os interesses dos habitantes locais e a reprodução de seu modo de vida não estavam inscritos nos procedimentos que acompanharam suas implantações.

Aliado aos transtornos trazidos pela implantação da infra-estrutura dos Grandes Projetos, o momento é de redefinição do papel do Estado brasileiro em decorrência da crise internacional do capital. Tal crise, para alguns, já vinha desde o governo de Reagan nos EUA; para outros, era expressão da crise energética que as sociedades desenvolvidas estavam passando, ameaçando comprometer seu desempenho industrial.

Como a versão da crise dada pelos países hegemônicos residia na pobreza das sociedades periféricas, visão compartilhada pelas instituições credoras internacionais, os países hegemônicos, principalmente os EUA e as instituições credoras internacionais, impuseram aos países periféricos planos de arrocho econômico, restrições políticas e sociais, denominados, ironicamente, de planos de estabilidade econômica. Eles “formataram” o Brasil e a América Latina, bem como outros países na mesma situação, segundo as políticas neoliberais definidas pelo Consenso de Washington. Os alçozes da crise exigiram, como meio para saída da crise, enormes sacrifícios das populações dos países periféricos.

Em função das condições estruturais e conjunturais sob as quais se encontrava o Brasil e a região Amazônica, há necessidade de se rever o aprofundamento da crise de 80 e o seu significado no contexto da América Latina, do Brasil e da Amazônia para obtenção de um entendimento mais claro com relação ao que se nomeou de I PDA-NR (1986-1989).

CAPÍTULO 4. A CRISE INTERNACIONAL, A NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA (1986-1989), OS DISCURSOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DISSIMULADORES E A BARBÁRIE NA REGIÃO AMAZÔNICA

4.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL E O BRASIL

Analisar os planos e projetos executados durante a fase da chamada Nova República enquanto discurso dissimulador e portador da barbárie, requer o entendimento de certos componentes básicos (ainda que brevemente), do período em estudo, dos anteriores e dos posteriores que compõem o cenário da crise, e as suas implicações no cenário internacional, como crise cíclica do capitalismo, especificamente, como a crise se manifesta nas regiões periféricas, principalmente, no contexto da América Latina, no Brasil e na Amazônia.

Os anos 80 e 90 ‘ensaiaram’ uma continuidade quanto aos princípios propostos pela modernidade, quando acenam com o progresso, a paz e a felicidade, assentados agora em “novos parâmetros”, superando os anteriores.

Os primeiros momentos da crise profunda que se abate sobre a sociedade moderna, de um modo geral, é acompanhado pela ruptura do discurso da esperança, da paz e da harmonia à humanidade.

A década é caracterizada por crises de regimes políticos, instituições políticas, econômicas e sociais, tanto nas sociedades que convivem com o socialismo quanto as capitalistas. A queda da União Soviética, do projeto socialista e a crise estrutural do capitalismo colocam na ordem do dia outras formas de convivência, principalmente, econômica e política.

Em nome da “nova ordem”, no primeiro momento o ideário da modernização é retomado, mas logo a seguir sucumbe diante das medidas drásticas de contorno da crise e da profunda exclusão dos segmentos pobres. A retomada inicial teve a função de obter o consenso tanto das sociedades mais desenvolvidas quanto das periféricas sobre a aceitação de um “novo” desenho econômico, político e social das economias do mundo ocidental e, especificamente com relação aos países da América Latina. Mas as expectativas não demoraram a mostrar a sua verdadeira face, na medida em que nos grandes conglomerados urbanos a degradação humana, a pobreza, o desemprego tornaram-se visivelmente maiores do que em momentos anteriores.

A década de 80 termina e, desde o início da seguinte, novos conceitos começam a pautar o ideário e as ações dos países centrais.

Conceitos como de “natureza”, “O Fim da História”, foram se tornando corriqueiros, diante do contexto em foco. O momento é caracterizado pela insegurança, como decorrência dos desacertos que o marcaram:

[...] Incerteza, tal é o princípio que rege de hoje em diante a marcha do mundo. O campo de instabilidade alargou-se às dimensões do planeta, em quase todos os domínios, reina agora a indeterminação. Ao universo previsível da guerra fria – equilíbrio pela potência militar comparável dos dois supergrandes - sucede um contexto político fortemente perturbado, imprevisível, enigmático. (RAMONET *apud* VIZENTINI, 1992, p. 9).

O mercado impõe, de um lado, “soluções milagrosas” para enfrentar a crise, os “desmandos” provocados pelo socialismo real; de outro leva, tanto as sociedades periféricas quanto as hegemônicas a pensar de modo ‘requeitado’ a modernidade e a democracia como únicas formas de superação da crise que se abate, tanto nas sociedades capitalistas como nas socialistas: “[...] No sul, e depois no Leste, o descalabro econômico e social era mostrado como o nascimento da “modernidade” e da democracia” (VIZENTINI, 1992, p. 9). O contexto turbulento internacional dos desempregados, as guerras civis, a retomada do nacionalismo autoritário e excludente etc., demonstrou a fragilidade e as inconseqüências do ideário diante do contexto desagregador da crise.

Na década de 60 o Brasil adotara o modelo desenvolvimentista que já vinha desde a Segunda Guerra Mundial, incorporando parte considerável da população aos meios de consumo, mas na década de setenta o modelo apresentava indicativos de esgotamento. O processo da acumulação vigente exige do capitalismo internacional, que o modelo adotado até então seja reformulado para atender os interesses dos grandes grupos econômicos, fornecendo força de trabalho barata para a indústria pesada, que a partir de agora começa a ser transferida para regiões periféricas.

A conversibilidade do dólar em relação ao ouro, em 1971, por Reagan, teve influência nas exportações dos países do Terceiro Mundo de um lado e, de outro, valorizou as americanas, fator que contribuiu decisivamente para o agravamento da crise, na medida em que a supervalorização do dólar acarretou às sociedades periféricas a depreciação de suas exportações, como mostra Vizentini (1992):

[...] A medida, aparentemente técnica, tinha um significado político e econômico sério. Simplificadamente falando, o dólar inflacionava-se ao ser emitido em maior quantidade para cobrir o rombo orçamentário, o que depreciava as exportações do Terceiro Mundo, valorizava as americanas e dava início a uma inflação mundial. (VIZENTINI, 1992, p. 12).

A Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP), como forma de se contrapor a crise aumenta substancialmente o preço do petróleo, fato que servirá como argumento para os países hegemônicos, principalmente, para os EUA “justificarem” a crise durante as décadas de 70 e 80. No Brasil e na América Latina se acreditou que a crise estivesse vinculada exclusivamente ao aumento do preço do petróleo implantado pela OPEP. Acreditava-se que este fator fosse o fator determinante da crise mundial: “[...] Essa complexa crise e suas articulações foram apresentadas como decorrência do aumento do preço do petróleo, atingindo simultaneamente, ainda que em intensidades variadas, as sociedades avançadas e periféricas” (VIZENTINI, 1992, p.12-13).

As relações entre o capital e o trabalho também ‘sofreram’ modificações, como forma de reordenação do capital ao “novo” momento, com a reorganização do movimento sindical reivindicando aumentos salariais e os governantes, como forma de saída da crise propondo redução salarial, o que segundo Vizentini (1992) sempre acontece, devido à força de trabalho mais barata sempre se deixar explorar mais facilmente: “[...] Essa força de trabalho móvel, desorganizada, mal remunerada, temporária, muitas vezes gozando de uma situação, infra-legal, e cujos custos de reprodução não são pagos pelos que a consomem, permitiu um rebaixamento inicial nos custos de produção” (VIZENTINI, 1992, p. 14).

Os primeiros meses de 1985 da Nova República foram marcados pela instabilidade financeira devido à corrida dos investidores às aplicações que garantiam rendimentos mais rentáveis. O fato foi significativo para a ‘quebradeira’ dos bancos com ativos podres. Comportamento peculiar do capital em busca incessante do lucro.

A instabilidade dos primeiros anos da Nova República em função, de um lado das expectativas dos investidores ávidos por lucros, e de outro pelas medidas tomadas pela equipe econômica provocando insegurança, conduziu os investidores a buscarem as aplicações com rendimentos mais elevados do mercado financeiro,

gerando instabilidade e falência de alguns conglomerados financeiros, como expressa Teixeira e Costa (1986):

[...] Em síntese, o ano de 1985 pode ser caracterizado pela instabilidade no mercado financeiro, devido às incertezas e mudanças bruscas nas expectativas dos investidores- institucionais empresariais e pessoais- causadas pelas quatro alterações na fórmula sem correção monetária e de taxa de juros (a de Dornelles e a de Funaro), seis grandes quebras de conglomerados financeiros, e contínuas elevações da tributação, que culminaram com o “pacote fiscal” do final de ano. (TEIXEIRA; COSTA, 1986, p. 187).

As análises da economia internacional e brasileira demonstram que a crise já se manifestava desde 1983, e se agravou em 1985 com uma taxa de crescimento inferior à do ano de 1984, bem como apresentando uma taxa do Produto Nacional Bruto (PNB) inferior à do mesmo período do ano anterior. O período pode ser interpretado em termos mundiais como o de confronto entre os países devedores com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

No que diz respeito aos serviços da dívida externa dos países periféricos, como forma de encontrar “solução” para a crise e submetendo os interesses destes aos dos países hegemônicos, as instituições credoras internacionais propuseram um pacote de medidas restritivas, objetivando a transferência de recursos dos primeiros para os últimos, ou seja, a cobrança de dividendos de modo a assegurar os resultados perquiridos como nos indicam Teixeira e Costa (1986):

[...] “Os credores internacionais não emprestarão novos recursos para um país até que o mesmo tenha chegado a um acordo com o FMI e com o BIRD.” De fato, isto visa, antes de mais nada, manter os países endividados naquilo que O’ Donnell chamou de “dilema do prisioneiro”, no qual há um esquema de persuasão que procura fazer com que cada país esteja permanentemente enquadrado e subjugado aos objetivos e interesses maiores dos grandes bancos internacionais no sentido de tentar evitar uma atuação conjunta e de ruptura mais traumática por parte dos países devedores. (TEIXEIRA; COSTA, 1986, p. 226, grifos dos autores).

O ano de 1985 para a América Latina foi de “negociação” com os credores internacionais. As dificuldades de “ajustamento” foram diversas. Alguns países que haviam se submetido com rigor às regras das instituições credoras e apresentavam sinais de desacertos profundos, como foi o caso do México que, em 1982, teve que declarar moratória.

No Brasil, a crença formulada pelos intelectuais orgânicos do capital de que a crise podia ser contornada com a redução drástica dos gastos públicos, conduziu a equipe econômica a buscar “soluções” e, ao mesmo tempo, enquadrar o País nas exigências do FMI e do BIRD para conseguir obter novos empréstimos e renegociar o débito de seus ativos passados.

Nos países hegemônicos a crise coloca na mesa de discussão a forma como continuar a exploração das sociedades periféricas mas mantendo a democracia, tendo em vista que os modelos autoritários vinham apresentando dificuldades para a reprodução do capital aumentando a pobreza. Na América Latina a crise do ponto de vista dos movimentos sociais vem acompanhada da luta por democracia, pela igualdade de condições, pela recuperação salarial, por emprego, por educação pública de qualidade. No Brasil e na América Latina é o momento de organização dos movimentos sociais novos e da reorganização dos sindicatos, dos partidos políticos e das diversas formas de manifestação política que as ditaduras, no continente, haviam colocado na clandestinidade. O lema “democracia lenta e gradual” (já no período de transição do final da ditadura) expressou a preocupação dos países hegemônicos em conter as manifestações políticas na América Latina.

A crise do capitalismo coincide, no Brasil, com o esgotamento do modelo desenvolvimentista anterior e com o reatamento pelos movimentos sociais das formas de solucionar suas questões salariais, de desemprego, de afirmação de algumas profissões, de reprodução da sua existência em outros patamares.

De modo contraditório, o capitalismo hegemônico enfrenta as questões que pautam a ordem do dia para a saída da crise, impondo aos países periféricos mecanismos de socialização dos prejuízos por meio das instituições credoras, com regras rígidas, como condição para financiar seus empréstimos externos.

Ao FMI e ao Banco Mundial coube o papel de impor as regras para a condução das políticas econômicas e sociais dos países ditos subdesenvolvidos, principalmente a partir de 1982, por ocasião da moratória mexicana e, a partir de 1983, no Brasil, e em períodos diferentes nos diversos países da América Latina.

No confronto com o capital os movimentos sociais dos países subdesenvolvidos tentam resistir, principalmente na Argentina onde, além das reivindicações estritamente sindicais, mobilizaram-se vigorosamente contra os planos de estabilização e seus efeitos perversos como a redução dos gastos públicos, o congelamento salarial, a restrição aos direitos sociais adquiridos em um

longo e doloroso processo de luta etc. Isto ocorre principalmente a partir da segunda metade da década de 80, com o desemprego crescente como preocupação e tema da ordem do dia, acrescido do empobrecimento progressivo dos setores médios.

A década de 80 é de tamanha insegurança sob as óticas econômicas, sociais e políticas a ponto dos conceitos para seu entendimento terem se tornado improfícuos. Os especialistas encontram dificuldade para conceituá-la, quando analisam os acontecimentos que envolvem tanto a década de 80 como a de 90. Uma das situações paradigmáticas, para o qual a explicação das teorias existentes não era satisfatória para explicar o fenômeno da estagflação (estagnação com inflação).

O Brasil da Nova República não foge às observações anteriormente pontuadas: “[...] inaugurada em meados da década de 80, a Nova República começa sua vida sob o signo da insegurança, depois da maior crise econômica, social e política de que se teve notícia neste século” (TAVARES, 1986, p.1).

A caracterização da década de 80 pelos especialistas como “a década perdida”, em função da crise econômica com altos índices inflacionários vivenciados pela conjuntura brasileira em 1980 (40%), em 1981 (90%), em 1982 (100%), em 1983 e 1984 (220%) (KON, 1999), com ligeira recuperação em 1984, conceitua bem o período.

Na América Latina, os anos de 1981 e 1984 são marcados profundamente pela crise econômica, política e social internacional, com mudanças estruturais impostas pelo FMI e pelas instituições credoras internacionais como forma de controlar suas economias, impondo condições para o financiamento de suas dívidas e, ao mesmo tempo, garantindo a socialização dos prejuízos pelo processo de super-exploração das economias periféricas, especificamente o Brasil.

O momento é de reorganização da economia, baseado no pressuposto de que a crise podia ser contida a partir do controle das finanças públicas e da inflação. Havia também o pressuposto de que as balanças comerciais dos países periféricos deviam produzir altos índices de saldo comercial com o objetivo de transferir recursos às instituições credoras internacionais e, ao mesmo tempo, os países devedores deviam conter seus gastos, impedindo o crescimento de sua dívida externa, conforme explicitam Carneiro e Miranda (1986):

[...] O objetivo fundamental da política econômica desse período foi reordenar a economia através do controle das finanças públicas e da inflação, ambas subordinadas à meta maior de produzir elevados saldos na balança comercial que permitissem a transferência de recursos dos credores externos, como forma de não aumentar o endividamento do país. (CARNEIRO; MIRANDA, 1986, p.10).

Em 1986, embora o Brasil tenha apresentado algum crescimento econômico, em função das reivindicações salariais dos trabalhadores industriais que obtiveram um aumento salarial médio, o país conviveu também, com a aceleração dos preços agrícolas por problemas com a safra. Ao mesmo tempo, no fim do mesmo ano houve uma aceleração nos reajustes de preços. O Índice Geral de Preços (IGP-DI) nos últimos doze (12) meses cresceu em “[...] outubro (212,8%), novembro (227,2%), dezembro (235,1%, janeiro de 1986 (250,4%) e fevereiro (265,8%)” (CARNEIRO; MIRANDA, 1986, p.11).

O pagamento dos serviços da dívida externa (juros durante a administração e vigência da dívida), com suas regras rígidas para enquadrar os países periféricos na sua política de socialização dos prejuízos e assegurar a saída da crise na perspectiva dos países centrais, a indexação provocada pelo plano de estabilização econômica que havia sido formulado (Plano Cruzado I), contribuíram decisivamente para acelerar o índice inflacionário do período em discussão.

Para os críticos da política monetarista conservadora adotada no Brasil, a redução dos gastos públicos interferiu de modo decisivo para o agravamento da crise financeira. O mesmo aconteceu na América Latina como um todo, pois os parâmetros adotados foram semelhantes. Com relação à conjuntura brasileira, as políticas públicas surtiram efeitos contrários: houve aumento da inflação, com o abandono da primeira proposta de controle da crise, conforme se manifestam os autores: “[...] A elevação da taxa mensal de inflação em junho e agosto e a inversão do diferencial entre correção monetária e inflação neste último mês, sepultaram definitivamente o primeiro ensaio de política econômica da Nova República” (CARNEIRO; MIRANDA, 1986, p. 15).

Como não poderia deixar de ser, com as sociedades que tomam como referência para suas atividades a lógica do capital, os aplicadores buscam as aplicações mais rentáveis. No Brasil, com a inflação em alta e os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa menor que a inflação, os aplicadores correm

para os títulos que apresentam maior rentabilidade no mercado, embora correndo riscos maiores. Cresce o mercado financeiro e reduz-se o setor produtivo.

A troca de ministro das finanças e outras medidas, embora para a população brasileira representassem a crença, no sentido weberiano do termo (*creed*), de que a crise seria sanada, não alterou as condições desfavoráveis estruturais e conjunturais contidas na crise, tendo em vista que as condições impostas pelas instituições financeiras internacionais continuavam imutáveis para a concessão de empréstimos aos países periféricos. Além do mais, havia um acordo desde 1983 entre o governo brasileiro, o FMI e o Banco Mundial no qual o Brasil se obrigava a pagar os serviços da dívida externa.

A substituição do Ministro Dornelles por Funaro pouca mudança trouxe nos rumos da economia brasileira, pois os acordos anteriores que “engessavam” as economias dos países periféricos já estavam sacramentados, principalmente no caso brasileiro, uma vez que, desde o fim de seu governo o Presidente Figueiredo (1983), este já havia assinado acordo com as exigências impostas pelo FMI.

Além do mais, em 1986 o governo estava com dificuldades para manter os acordos quanto ao pagamento dos serviços da dívida e manter os investimentos necessários para produzir o crescimento econômico do país, conforme demonstram os autores:

[...] em 1986, o Brasil terá que fazer face aos pesados encargos da dívida externa, continuando a transferência de recursos reais ao exterior. Abre-se aqui um importante dilema para a política econômica que é a de conciliar a retomada dos investimentos com a obtenção de saldos na balança comercial compatíveis com o esquema vigente de pagamento da dívida. (CONCEIÇÃO; MIRANDA, 1986, p.17).

4.2. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E/OU DESESTABILIZAÇÃO?

A crise dos anos 80 remete ao questionamento sobre o papel que o Estado brasileiro tinha desde 1930, ele cumpriu sua função como Estado desenvolvimentista, mas que apresenta sinais de esgotamento; seu “modelo político” está saturado (WEFFORT, 1995, p. IX).

A crise de 80 se manifesta não só na economia, mas também nas relações políticas. Na América Latina, a luta pela democracia está em curso. No Brasil lutava-se e por eleições diretas para Presidente; e nessa luta os setores mais avançados foram derrotados nos primeiros momentos. A eleição em que venceu Tancredo

Neves (e que devia inaugurar o período democrático) terminou se realizando de forma indireta, por um colégio eleitoral.

Com a morte de Tancredo Neves assume a Presidência da República José Sarney, que havia sido presidente do partido político de sustentação da ditadura. Sarney havia entrado como vice-presidente, como decorrência da necessidade de fazer uma transição gradativa para a democracia. A morte de Tancredo correspondeu, portanto, a um retrocesso político. Os primeiros momentos do governo Sarney eram de crença no retorno do desenvolvimento industrial nos moldes anteriores. A crença logo desapareceu, à medida que a crise se aprofundou e produziu o seu contrário. O Modelo Autoritário havia se esgotado (embora o novo presidente ainda o encarnasse politicamente) e as relações entre o capital e o trabalho exigissem ajustes profundos na perspectiva do trabalho como meio de saída da crise.

Diversas foram as estratégias políticas para saída da crise, todas elas tiveram como fundamento os pressupostos neoliberais de supremacia do mercado sobre as demais instituições, inclusive o Estado.

A década de 80 foi marcada por um ativismo político intenso que, segundo Fiori (1995), teve custos muito altos com relação ao avanço das concepções neoliberais e sua aplicabilidade nos planos de estabilidade que marcaram o período. Os diversos segmentos organizados da sociedade brasileira estavam ocupados com as inúmeras formas de intervenção que tinham que realizar para conquistar a democracia. Esse fato termina interferindo no sentido de direcionar as ações do Estado rumo a outras perspectivas.

O ativismo exagerado impossibilitou a esquerda brasileira de teorizar sobre as questões que envolviam a sociedade e suas implicações para a história futura do país, conforme se manifesta Fiori (1995):

[...] As tarefas eram muitas e chamavam fortemente para ação prática, consumindo o tempo de uma geração que havia ficado à espera de sua hora e vez. O custo, entretanto, desse hiperativismo dos anos oitenta, em particular dos intelectuais de esquerda, foi a perda da densidade de sua produção teórica. Uma longa tradição de pensamento que remonta aos anos vinte, e adquire sua originalidade depois dos anos 60, quando utiliza os aportes teóricos da economia política estruturalista, para fazer uma crítica arguta e pioneira, do que fora o sonho de uma revolução burguesa e do que fora a prática de uma política populista, perde o seu vigor nos anos oitenta, deixando espaço aberto para o avanço das teorias e programas políticos de filiação neoliberal (FIORI, 1995, p. XI- XII).

A compreensão do período denominado NR(1986-1989), requer entendimento do momento de crise que vive o capital nacional e internacional e das medidas tomadas pelo Estado brasileiro no sentido de conter a crise a partir dos parâmetros estabelecidos pelas fontes credoras internacionais e os ajustes que foram feitos pelo governo brasileiro. Os planos de estabilidade econômica foram executados no sentido de debelar a crise e, ao mesmo tempo, de cumprir os acordos estabelecidos com os credores internacionais.

Em nome da estabilidade e de saída da crise, os países periféricos, especificamente o Brasil, adotavam as sugestões vindas das instituições credoras internacionais e fizeram o povo acreditar que as medidas tomadas pelo governo resolveriam os problemas trazidos com a crise. Como forma de “resolver” a crise, uma série de “pacotes” econômicos foram implantados no Brasil. Mas, acima de tudo, o receituário do FMI e do Banco Mundial visava atender a outros interesses que não os nossos. Por isso, grande parte dos planos produziu um efeito contrário, agravando cada dia mais a já grave crise.

O Plano Cruzado foi um dos planos adotados. Tinha como fundamento a desindexação da economia em relação a subida de preços decorrentes da inflação. Ao desindexar, ou seja, ao retirar a correção monetária dos investimentos do mercado, o plano incentivou os aplicadores a procurar formas mais lucrativas de rendimentos. Este fato conduziu os aplicadores do mercado financeiro a substituir as aplicações em papéis por títulos de bens imóveis, cuja rentabilidade, em princípio, estaria garantida.

Inúmeros fatores são apontados pelos especialistas como tendo contribuído para o insucesso do plano, como: o pagamento dos saldos devedores das empresas, tendo como referência o salário mínimo; o impacto provocado pelo pagamento dos serviços da dívida; bem como a imposição dos credores de contenção dos gastos públicos; a necessidade de investimento em infra-estrutura por parte do Estado como forma de atrair investimentos estrangeiros; e a necessidade de criação de programas sociais e manutenção dos existentes.

Para os estudiosos da área, a política de estabilização da NR, após 1985, só podia produzir os efeitos desejados pelo governo se acompanhado de medidas transitórias que fossem capazes de conduzir o desenvolvimento econômico para patamares outros que não os já inscritos pelos acordos firmados entre o Estado brasileiro e as instituições financeiras credoras.

O discurso do poder com relação à política econômica foi tão eficiente que, nos primeiros anos de implantação dos planos de estabilização econômica, havia uma crença, por parte da população, de que estes eram necessários para viabilizar aos países periféricos uma saída definitiva da crise. Esse fato não poderia ser confirmado (conforme menção anterior), considerando que os planos deviam contemplar os países hegemônicos, especificamente, os EUA, além das dificuldades enfrentadas pelos países periféricos em suprir suas necessidades de investimentos produtivos com métodos mais modernos para conseguir competir com os centros mais desenvolvidos.

Na produção agrícola, as dificuldades são significativas, agravadas com a retirada em 1984, por parte do governo brasileiro dos subsídios agrícolas. Esse fato, aliado às dificuldades para dispor de financiamento por parte das instituições creditícias internacionais, acentuou a crise:

[...] Praticamente todos os subsídios creditícios concedidos aos produtores rurais foram retirados. Em lugar de taxas de juros negativos e diferenciados de acordo com a escala de produção, os produtores passaram a pagar uma taxa "privilegiada" de 3% a.a (correção monetária plena mais 3% a.a). (BUAINAIN; MEIRELES, 1986, p. 68).

Embora, o Plano Cruzado (1986) foi acatado pela população brasileira com euforia, em função de diversos fatores decorrentes da crise, mas não surtiu os efeitos desejados.

O período Dornelles (1985) foi considerado pelos especialistas da área como desastroso. O conceito de déficit público como principal fator de geração da crise econômica aprofundou as adversidades provocadas por um conjunto de fatores conjunturais e estruturais que resultaram em desinvestimento, recessão e corte nos gastos oficiais do governo penalizando ainda mais a população. À retomada por Funaro da estabilidade por meio da reformulação do plano (Plano Cruzado) também, apesar de ter sido implantado com consenso geral, não surtiu os efeitos desejados pela equipe econômica.

A busca para uma saída persistiu, tanto que em janeiro de 1986, o governo edita um decreto-lei que extingue a correção monetária, congela os preços e salários. Mas havia dúvidas quanto aos resultados a serem alcançados, como afirmam os autores:

[...] A dificuldade em saber se o seu efeito líquido seria positivo ou negativo decorria do desconhecimento que se tinha dos valores orçamentários convertidos para a nova moeda, e também porque tanto alguns ganhos como algumas perdas eram difíceis, pela sua natureza, de ser dimensionados. (OLIVEIRA; BIAMOTO JÚNIOR, 1986, p.166).

O plano de estabilidade econômica de 1986 apresentou aspectos positivos e negativos (Plano Cruzado), mas o fato da proposta sofrer imposição das instituições financeiras credoras internacionais e estar voltado para o ressarcimento da dívida interna, transformou a crise em estrutural, tendendo a reaparecer, ciclicamente em função da sua vinculação com a dívida interna e com a externa: “[...] Capaz, portanto, de reaparecer anos após ano, em maior ou menor dimensão de acordo com o comportamento das taxas de juros internas e externas, caso não seja encontrada uma forma de equacioná-las” (OLIVEIRA; BIAMOTO JR, 1986, p. 170).

Para os estudiosos da área, a solução para conter o déficit público tinha que ser por via de uma política de combate ao aumento da dívida interna e externa, com a ampliação da capacidade de investimento público, onde fosse necessário; e com o corte de despesa, onde houvesse necessidade, acompanhado de medidas capazes de recompor a economia, e agir nas causas estruturais da mesma, conforme indicam os autores:

[...] Nesse horizonte, somente o equacionamento da dívida interna e externa – que não será obtido apenas através de cortes dos gastos ativos governamentais, embora não devam eles ser descartados onde e quando necessários – terá o poder de recompor a capacidade de financiamento do setor público e assegurar o crescimento equilibrado do País e o Projeto da Nova República. Neste sentido, o déficit não pode ser transformado no alçó do papel do Estado na economia, mas enfrentado enquanto sua natureza financeira imprime-lhe um caráter estrutural e prejudica o setor público de recuperar a sua capacidade de investir. Esta, a questão fundamental. (OLIVEIRA; BIAMOTO JR, 1986. p. 172-173).

O discurso econômico é sempre dissimulador, ao tratar os interesses de poucos como se fossem de todos. Os planos econômicos implantados para “solução” da crise não fogem a regra. O Plano Cruzado, bem como os demais planos, exemplifica como o discurso do poder se estrutura para obter o consenso.

A renegociação da dívida externa proposta no Plano Cruzado vai se realizar em outros patamares, se comparada com as negociações anteriores. Os acordos com o FMI e o BIRD vinham acontecendo, antes mesmo da implantação e dos bons resultados do Plano Austral na Argentina. Esse fato contribuiu para que as

negociações com as instituições financeiras internacionais e o Brasil fossem bem sucedidas, do ponto de vista do capital.

Em virtude da crise acompanhada das oscilações do mercado, com momentos de recuperação e agravamento desta, o governo toma uma série de medidas, entre as quais o controle dos gastos públicos, com controle rígido dos funcionários das empresas estatais no que diz respeito aos salários e a proibição de novas contratações de pessoal. Novamente as classes desfavorecidas são penalizadas em nome do bem comum.

Inúmeras medidas foram tomadas como controle de preços, a alteração na alíquota do imposto de renda etc. Entretanto, nenhuma dessas medidas produziu os efeitos esperados no que diz respeito ao controle do índice inflacionário. Pelo contrário, a inflação retornou a patamares ainda mais elevados que os de anos anteriores.

Os debates em função de qual modelo adotar no período foi marcante, com perspectivas mais ou menos semelhantes, especialmente na busca de formas mais eficientes de adaptação do País às exigências dos credores internacionais (FMI e BIRD).

O plano indica a substituição do cruzeiro pelo cruzado em 1986, tomando como conceito recorrente o de inflação inercial que, segundo o ideário econômico monetarista, exigia medidas radicais de intervenção na economia como mecanismo para conter os altos índices de inflação, dentre eles o congelamento e a perda salarial.

O congelamento de preços foi adotado, embora o governo soubesse de antemão dos seus limites sobre a aplicação prática da mencionada medida. Esse fenômeno que se confirmou logo a seguir. A sua eficácia foi efêmera, devido ao fato do governo não ter meios de executar a mencionada proposta, principalmente com os produtos importados em moeda estrangeira: “[...] O congelamento agiu no varejo e os produtores e revendedores atacadistas se mantinham com os preços livres, forçando o comércio varejista à retirada dos produtos das prateleiras” (KON, 1999, p. 115). Surge o mercado paralelo com preços majorados.

Em julho de 1986, com algumas reformulações, o governo edita o Cruzadinho, restringindo o consumo pelo aumento dos impostos.

Como o País estava em período eleitoral, o governo só em 15 de novembro de 1986 edita as medidas de ajuste de preços (Cruzado 2), aumentando os preços

de alguns produtos e criando impostos sobre diversos produtos (cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis, açúcar, combustíveis, tarifas de serviços públicos etc.), acompanhado de uma mini desvalorização cambial.

As medidas adotadas foram insuficientes para conter o ritmo inflacionário e o aumento de preços, levando o governo a decretar a moratória em 1987, em virtude das dificuldades para manter os compromissos com os credores internacionais, pois a situação havia chegado ao seu limite: “[...] com relação às reservas internacionais, a situação também se deteriorou e o governo declarou uma moratória unilateral em fevereiro de 1987” (KON, 1999, p. 119).

Enquanto nos planos dos governos anteriores a 1980, o ideário desenvolvimentista fundamentava sua ação nos planos de estabilização, a partir de 1983 a perspectiva de sustentação teórica é substituída por medidas de curto prazo, pragmáticas, com o objetivo de conter a corrida inflacionária. O ideário do desenvolvimento econômico que marcou a década de 70, agora, é substituído por medidas de curto alcance e de controle da inflação: “[...] Os novos planos, os chamados ‘programa de estabilização’, em geral buscam ajuste externo ou ajuste das finanças públicas, quando não ambos ao mesmo tempo, visando controlar a inflação” (CAVALHEIRO, 1999, p.123-124, grifos do autor).

O sucesso quanto ao Plano Cruzado foi efêmero. As medidas anunciadas não lograram efeitos duradouros, tanto que, em dezembro de 1986, a inflação volta a ameaçar, em função das diversas implicações que envolviam a economia brasileira em sua relação com os credores e organismos internacionais, principalmente FMI e BIRD no que diz respeito ao pagamento dos serviços da dívida externa.

As implicações, advindas com o insucesso do Plano Cruzado, levaram o governo a decretar no início do ano posterior à sua implantação, a moratória. Aliás, nos recursos transferidos para o exterior para pagamento da dívida externa às instituições privadas desde 1970, também contribuíram, significativamente para a suspensão do pagamento dos serviços da dívida em fevereiro de 1987.

Com a mudança de ministro, uma das primeiras medidas tomadas pelo Ministro Bresser Pereira, foi reduzir a taxa de crescimento do País (de 7% para 3,5%) e a desvalorização do cruzado em 7,5% (CAVALHEIRO, 1999), acrescida algumas semanas depois de nova desvalorização de 9,5% (CAVALHEIRO, 1999). Além de outras medidas tomadas com vistas à saída da crise.

Para os elaboradores do Plano Bresser, os problemas da instabilidade da economia brasileira exemplificam as ocorrências internacionais vindas desde a década de 70 e suas implicações posteriores, como: a aceleração da inflação, a desaceleração da economia, o agravamento da dívida externa com a crise fiscal na ordem do dia e a crise financeira, conforme menciona Carvalho ao analisar o Plano de Consistência Macroeconômica (PCM):

[...] O PCM diagnosticava como principais problemas conjunturais da economia brasileira, no período imediatamente anterior à sua implantação, a aceleração da inflação, o desaquecimento da atividade econômica, o agravamento das contas externas, a intensificação da crise financeira que atingia o setor privado e a crise fiscal que atingia o setor público. (CAVALHEIRO, 1999, p. 130).

Para os especialistas da economia nacional e internacional, o Plano Bresser expressou uma tentativa de debelar a inflação, ancorado no conceito de “inflação inercial”, mantendo a indexação de preços e salários, em conformidade com o plano anterior, buscando produzir excedente para exportar.

As avaliações sobre o Plano Bresser são contraditórias. Para alguns, surtiu os efeitos desejados no sentido de conter a inflação. Para outros, a concepção do mesmo era ingênua, um modelo de “indigência lógica” (CAVALHEIRO, 1999).

4.3. AS INCONGRUÊNCIAS DO PLANO VERÃO

Tal como o Cruzado Novo em janeiro de 1989, implantado pelo Ministro Mailson da Nóbrega, chamado particularmente de - “Feijão com Arroz” - não ter apresentado resultados satisfatórios, um novo choque econômico foi implantado, desta vez com a desindexação de preços e salários e a desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar. Novamente os salários foram penalizados (CAVALHEIRO, 1999). Assim, a indexação salarial retorna em março de 1989, e o salário mínimo em julho do mesmo ano é extinto como valor de referência para efeito de correção monetária mensal, ou seja, deixa de ser referência para qualquer forma de reajuste, tanto de preços quanto de salários. A medida visava dois objetivos: desfazer a relação entre os preços dos bens e serviços e os salários dos trabalhadores; estabelecer a correção dos salários da forma que melhor aprovesse ao Estado, independente da crescente penúria dos trabalhadores.

No final dos anos 80 o panorama social do País era crítico e a economia brasileira entrava num processo hiper-inflacionário, tanto que em dezembro de 1989 a taxa de inflação mensal atingiu 50% (CAVALHEIRO, 1999).

4.4. AS IMPLICAÇÕES DO PLANO BRASIL NOVO

A década de 1980 foi assinalada por profundas mudanças nos pressupostos de intervenção na crise. Os fundamentos keynesianos haviam se esgotado na década de 70. Os índices de produção em baixa eram acompanhados por altas taxas inflacionárias e a crise fiscal assolava a sociedade ocidental.

No Brasil, os planos de estabilidade econômica demonstram suas dificuldades para encontrar formas adequadas de inserção na crise de modo adequado para solucionar a questão. Em nome do equilíbrio fiscal e da governabilidade, inúmeras propostas teóricas do ponto de vista econômico foram implantadas com fôlego de curtíssimo prazo, todas elas incidindo negativamente sobre as classes pobres, os trabalhadores e reduzindo os investimentos na área social.

Em termos mundiais, o ideário neoliberal que em 1943 não tinha nenhuma perspectiva de ser adotado ganhou credibilidade e força. Os planos de estabilização autoritários encontram abrigo nas mencionadas formulações de corte dos gastos públicos, das políticas sociais e todo poder devia ser dado ao mercado, Hayek e Friedman são os grandes teóricos da “nova” perspectiva para “saída” da crise.

Os anos 90 no Brasil se caracterizaram pelas políticas econômicas neoliberais e pelos impactos na vida social, que registrava um crescente aumento do desemprego e da violência urbana. O programa neoliberal já havia sido adotado por Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra, e em 1980 por Reagan nos EUA, na Alemanha em 1982, na Dinamarca em 1983, e assim por diante (MORAES, 1999).

4.5. O PLANO BRASIL NOVO

A releitura da obra de Marx intitulada *As Lutas de Classe na França* levou Moraes (1999) a concluir que as medidas adotadas no mencionado plano apresentam peculiaridades semelhantes às adotadas na República de fevereiro na França: “[...] a ‘República de fevereiro’ é uma nova roupa de baile para a velha sociedade burguesa” (MARX; ENGELS, 1999, p, 192, grifos dos autores). Aliás, Moraes (1999)

faz severas críticas aos planos econômicos e a farsa que marca os processos eleitorais. Lembra o autor que os planos implantados no Brasil e na América Latina não têm conseguido resolver os problemas econômicos e sociais, ou seja, não tem conseguido alcançar os objetivos que afirmam perquirir.

A liberdade de escolha e o exercício da democracia no contexto da ideologia liberal circulam, de fato, num território muito restrito. Os planos econômicos de estabilização que marcam a história recente, não só não resolvem os problemas sociais e econômicos, como constituem um dramático exemplo da política, manipulando a sociedade de forma autoritária, sob um manto da democracia recém instalada, que pretendia ser ampla e recuperadora dos grupos penalizados. Se me perguntarem como, respondo sem qualquer dúvida: eu não tenho um "plano" para isto. Vamos construí-lo então (MORAES, 1999, p. 193).

4.6. O PLANO REAL

Com o *impeachment* de Collor em 29 de dezembro de 1992, assume a Presidência da República Itamar Franco, tendo como Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, posteriormente, ministro da economia e "criador" do Plano Real, este composto por diversas fases (real 1, 2 e 3). O Plano Real, embora considerado o mais eficiente dos planos do período, exigia para o seu sucesso a implantação de inúmeras reformas para garantir sua eficácia (reforma tributária, fiscal, previdenciária etc.). Mas o seu sucesso dependia ainda de reformas estruturais para conseguir desencadear o crescimento econômico, conforme informa Lacerda (1999):

[...] O Plano Real é apontado como a melhor experiência da economia brasileira. No entanto, a sua sustentabilidade e principalmente a retomada do crescimento econômico depende de reformas mais de âmbito estrutural, envolvendo as áreas fiscais e tributárias, patrimoniais, financeiras e administrativas. (LACERDA, 1999, p. 220).

Os diversos planos econômicos com que conviveu o Brasil e a América Latina e os desacertos trazidos no decorrer de suas implantações lembram as observações de Nietzsche sobre o Estado e explicitam de forma contundente sua função na sociedade moderna como dissimulador, como articulador do engodo ao se manifestar como sendo o representante do povo, quando seus atos procuram

encobrir a crueldade que o mesmo tem com relação a este e a desigualdade com que o trata em relação aos grupos detentores do capital:

[...] Em algum lugar ainda há povos e rebanhos, mas não entre nós, meus irmãos: aqui há Estados. Estado? O que é isso? Pois bem! Agora abri-me vossos ouvidos, pois agora vos direi minha palavra sobre a morte dos povos. Estado chama-se o mais frio de todos os monstros frios. Friamente, também, ele mente, e essa mentira rasteja em sua boca: 'Eu, o Estado, sou o povo'. É mentira! Onde há povo, ali o povo não entende o Estado e o odeia como um mau olhar e um pecado contra os costumes e as leis. (NIETZSCHE, 1884 *apud* FIORI, 1995, p. V).

A concepção de Nietzsche sobre o Estado e os planos econômicos mirabolantes com que a sociedade brasileira teve que conviver durante anos demonstram que o discurso do poder é dissimulador, independente do momento em que se manifeste, e sempre o faz com a pretensão de fazer valer o interesse universal.

Diversos foram os pretextos para justificar o uso do credo neoliberal, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos. A fórmula universalmente difundida para “conter” a crise foi a de restringir as funções do Estado e, em contrapartida ampliar a ação do mercado na vida do país, uma vez que o mesmo é considerado como mais ágil, mais eficiente e menos viciado que o Estado. A privatização das instituições públicas passa a ser entendida como uma necessidade quase consensual. A desregulamentação do mercado e os cortes nos programas sociais também compõem o novo credo. O período é de desmonte do modelo de substituição de importação e do modelo desenvolvimentista.

Desde os anos 70 e 80, por caminhos diversos, as crises têm conduzido os conservadores e libertários a criticar o papel que vinha exercendo os Estados Nacionais e seu amplo poder. Os primeiros argumentos sobre a gênese da crise encontram-se nos diversos papéis exercidos pelo Estado, tanto no setor público quanto nas diversas áreas produtivas ocupadas por este. Argumentos outros também foram usados, como: a crise de legitimidade, a fiscal e uma suposta desorganização causada pela politização dos movimentos sociais.

Na América Latina as manifestações sobre a crise têm como conteúdo a luta contra os regimes autoritários que se instalaram na década de sessenta. A luta por democracia está no bojo das discussões que os movimentos sociais levantam.

Todavia, há muitas divergências quanto aos encaminhamentos que o Estado deve implantar:

[...] A confluência de descontentamento de diversas ordens para com os governos militares não se consegue esconder, contudo, que por traz do consenso democraticamente existem profundas divergências que dividem as forças coligadas em torno da avaliação e definição das velhas e novas funções do Estado. (FIORI, 1995, p. 7).

Na América Latina, a alegação é de que os Estados autoritários deviam dar lugar à democracia e à estatização da economia. Os Estados latino-americanos avançaram no processo de encontrar uma saída para as sucessivas crises, esmagando os movimentos reivindicatórios que vinham desde a segunda metade da década de 70 se reorganizando. No Brasil, ao contrário da Argentina, os movimentos sociais não se rebelaram aberta e fortemente contra os planos econômicos. A adoção destes pelo Estado aconteceu sem manifestação contrária. O momento foi de perplexidade diante da desorganização econômica e social do país. Ao mesmo tempo em que havia uma rejeição, por parte dos movimentos sociais a esta forma de intervenção na economia; havia no Brasil, também, uma crença ou esperança de que o desenvolvimento viesse acompanhado da democracia, conforme explicita Fiori (1995):

[...] Estabelece-se, assim, de forma completamente diferente na América Latina, a relação entre desestatização e democracia. Observa-se ainda que, por detrás dessa incógnita, se recoloca a velha questão acerca da disponibilidade (ou não) da intervenção estatal na promoção do desenvolvimento do capitalismo tardio- desde a sua origem, oligopolizado e internacionaliza - e em trono da viabilidade de regimes democráticos estáveis no comando de sociedades profundamente heterogêneas, fragmentadas e excludentes. (FIORI, 1995, p. 8).

A crença de que o momento era propício para a democracia e que o Estado seria o grande redentor da sociedade e que faria isto por meio de seus planos econômicos, contribuiu decisivamente para que o neoliberalismo fosse implantado. O momento histórico levou a sociedade brasileira a abdicar das concepções econômicas que não estivessem voltadas para a supremacia do mercado, desregulado pelo Estado, uma vez que este não havia dado conta de reverter as diversas crises. Havia uma crença de que o mercado devia se auto-regular e mais – regular a vida social.

Nas sociedades periféricas a construção do poder vem se dando de modo contraditório, principalmente nos países que optaram por se industrializar. De um lado, as sociedades periféricas tiveram dificuldade de encaminhar os seus próprios projetos; e de outro, compatibilizar seus projetos com a dinâmica do capitalismo internacional. Esse fenômeno vai exigir que os Estados se reorganizem de acordo com a nova ordem mundial, de uma globalização já muito avançada.

A definição da nova ordem política e econômica, após as crises nas sociedades periféricas, se expressa de modo a expor a sua heterogeneidade e possibilitar a sua inserção no mercado que, ao mesmo tempo em que é internacional, se expressa regionalmente de forma a desintegrar as relações econômicas, políticas e sociais com a supervalorização do capital e a exclusão de amplos setores da sociedade, tendo como suporte o Estado desenvolvimentista nacional, agora com novas funções voltadas para os interesses das elites nacionais e internacionais, como esclarece Fiori (1995):

[...] o que assistimos na verdade, é um peculiar processo de valorização de um capital marcado em sua trajetória pela monopolização “precoce”, por uma heterogeneidade estrutural que se transforma recorrentemente, e por um sistema produtivo a um só tempo, internacionalizado e regionalmente desintegrado. Um capital que valoriza hiper-concentrando a riqueza privada nacional e marginalizando amplos setores da população, reproduzido em novas bases por um Estado desenvolvimentista que, associado ao capital privado nacional e internacional, opera no âmbito de um sistema político marcadamente fechado e elitista. (FIORI, 1995, p.71, grifos do autor).

Os acontecimentos após 1980 não podem ser entendidos, no caso brasileiro, sem a releitura do processo da “reorganização” institucional implantada com a ditadura militar de 1964. A reorganização dos interesses em conflito, nacionais e internacionais, o rearranjo das instituições estatais, agora a serviço dos grandes monopólios, a desestatização da economia, o endividamento exacerbado do Estado, colocam na mesa de discussão os desgastes que o Estado autoritário enfrenta no fim da década de 70 e a emergência dos movimentos de reivindicação, tanto dos setores conservadores quanto de esquerda, expressando a exaustão do modelo desenvolvimentista.

O fato exige uma reformulação de suas funções, como explicita Fiori (1995):

[...] o que parece certo, em nosso entender, é que o Estado desenvolvimentista levou ao seu limite, suas possibilidades e contradições, enfrentando hoje, o desafio de um ciclo que parece exaurido e de uma

tendência que aponta para a sua implosão ou reformulação integral. (FIORI, 1995, p. 112).

Aliado à crise nacional, o momento é de crise internacional do capitalismo e de hegemonia dos EUA. Esta situação contribuiu para agravar as condições econômicas, políticas e sociais e se somou à crise interna, advinda da perda de base do regime militar. Os setores médios da sociedade brasileira que haviam se beneficiado com o “milagre econômico” dos anos 70, se descolam da “aliança” com o governo; a igreja que em um determinado momento “apóia” o golpe, também, e os grupos hegemônicos ao perceberem que seus interesses estão em jogo tendem a deixar de apoiar de modo irrestrito o Estado que, até então, os defendia. O momento é de reorganização econômica, política e social.

4.7. A AMÉRICA LATINA, O NEOLIBERALISMO E A CRISE

Na América Latina, a adoção do neoliberalismo na década de 1980 foi comum. A Bolívia adota o neoliberalismo em 1985, no México em 1988, na Argentina e na Venezuela em 1989 e no Peru em 1990 (MORAES, 1999).

Como receituário para conter a crise, o Consenso de Washington recomendava adoção de um conjunto de medidas para dar “solução” aos problemas que envolvem a Sociedade Ocidental, medidas impostas às sociedades periféricas, em virtude da submissão conjuntural destas aos ditames internacionais, dentre as recomendações e exigências dos organismos multilaterais destacavam-se os seguintes:

[...]

- 1-Disciplinã fiscal;
- 2-Priorização dos gastos públicos;
- 3-Reforma tributária;
- 4-Liberalização comercial;
- 5-Regime cambial;
- 6-Investimento direto estrangeiro;
- 7-Privatização;
- 8-Desregulação;
- 9-Propriedade Intelectual. (BATISTA *apud* MORAES, 1999, p, 172).

Cumprir as regras impostas pelo Consenso de Washington foi a única saída que os governos encontraram para continuarem recendo empréstimos e pagando os

serviços da dívida, junto aos credores internacionais, e continuarem obtendo financiamento para saldar seus compromissos internos e externos.

Em 1990, com a chegada ao poder de Fernando Collor de Melo, a sociedade brasileira vai se confrontar com mais um plano (Plano Collor), caracterizado por suas medidas drásticas que ferem os diversos direitos conquistados pela sociedade brasileira. Correspondeu ao momento de implantação da política de privatização, segundo o ideário neoliberal do Estado mínimo em oposição ao Estado Desenvolvimentista que vinha se estruturando desde a 1ª Guerra Mundial, como nos informa Moraes (1999):

[...] Sem hesitação podemos dizer que o novo do Plano Brasil Novo resume-se nos aspectos acima levantados, caracterizando uma reação do conceito de Estado tipicamente desenvolvimentista, associado ainda ao processo de substituição de importações e preso à vertente da política econômica de cunho Keynesiano. (MORAES, 1999, p. 191).

A transferência das indústrias das sociedades hegemônicas para as sociedades periféricas, também foi um modo encontrado de transferir para estas, o processo de super exploração da força de trabalho e garantir a recuperação das economias dos países centrais.

A transferência das indústrias, por um lado viabilizou o aumento da taxa de lucro das indústrias dos países centrais, considerando que os salários nas regiões periféricas são aviltantes, e a ela se soma a apropriação da mais valia relativa, como forma de garantir uma acumulação mais rápida para o capital em um período de tempo menor; e por outro lado, a competição entre os países mais ricos aliados, a necessidade de exploração dos recursos naturais das sociedades menos desenvolvidas para garantir o desenvolvimento de suas indústrias pagando baixos salários foi:

[...] um dos primeiros fatores que determinaram a exportação de indústrias para as periferias e o baixo nível salarial pago aos trabalhadores da região, além da ausência quase completa de uma legislação social que regule a exploração do capital sobre o trabalho. (VIZENTINI, 1992, p. 15).

Analisando as relações entre sociedades desenvolvidas e sociedades dependentes, os especialistas concluem ser problemática a transferência de tecnologia das primeiras para as segundas; a transferência é quase sempre de tecnologia obsoleta. Isto acarreta uma dificuldade para que essas concorram do

ponto de vista produtivo e do ponto de vista tecnológico, em função da competição desigual entre ambas.

A transferência das indústrias dos países desenvolvidos para os periféricos trouxe altos custos para os países periféricos, devido à necessidade de implantação de infra-estrutura como forma de atrair capitais externos para estes, o que foi, também, um fator decisivo para o aumento da dívida externa dos países dependentes.

Com a utilização da força de trabalho das sociedades periféricas, o movimento sindical dos países centrais tendeu a se desorganizar; e tendeu a voltar a se organizar quando os efeitos da crise se tornaram mais visíveis.

A guinada conservadora e incontestada com Margareth Thatcher na Inglaterra, Reagan nos EUA e na América Latina com os regimes de direita que se implantaram com as ditaduras da década de sessenta, contribuíram para a emergência da luta por democracia nas regiões periféricas, nas décadas seguintes. Mas a luta logo se fez acompanhar por planos de estabilidade econômica, exigindo para sua implantação extremos sacrifícios das classes dominadas dessas regiões.

Os países ricos, ao socializarem os prejuízos com os países pobres, trouxeram inúmeros problemas para estes, tendendo a agravar aqueles já existentes. A desigualdade tendeu a aprofundar a violência e a criminalidade:

[...] se algo ocorreu na última década como consequência da crise do capitalismo, não é outra coisa senão uma verdadeira redistribuição regressiva da renda em praticamente todos os países do ocidente; longe, pois, de ter havido um nivelamento das classes ou a redistribuição progressiva da riqueza. (CUEVA *apud* VIZENTINI, 1992, p. 18).

A onda conservadora dos anos 90, em decorrência da crise dos anos 80, não impediu que os movimentos sociais de um modo geral, tendessem a organizar-se ou reorganizassem nos países periféricos também. Porém, o processo de reorganização foi efêmero. A crise, ao mesmo tempo em que chama os movimentos sociais para uma ação organizada, também provoca a sua desorganização, pois o poder de barganha dos dominantes tende a aumentar, as condições econômicas e sociais das classes pobres se deterioram, desestimulando lutas mais duradouras.

A socialização dos prejuízos provocou diversos efeitos nos países na América Latina. Alguns países ensaiaram mudanças profundas em suas estruturas em consequência das explosões sociais e dos desacertos advindos da crise. A crise

atingiu até mesmo as instituições credoras. A política denominada de “ajuste” trouxe mais empobrecimento para os países periféricos, com a desorganização de suas estruturas econômicas, políticas e sociais. Em algumas sociedades são comuns os saques virem acompanhados de profunda violência com mortes etc.

Enquanto nos países centrais, a crise acarretou a redução do super consumo, nas periferias, o nível de reprodução da existência foi degradado. A crise trouxe o acirramento dos conflitos sociais. Os índices de violência no campo passaram a ser significativos devido ao violento processo de expropriação ‘sofrido’ pela população local, com a convivência dos Estados Nacionais.

O movimento reivindicatório restaurou de forma lenta e gradual a democracia nas sociedades latino-americanas (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e outros). Aos poucos às relações de poder começam a mudar e vão sendo substituídas por eleições indiretas ou diretas, com mudanças negociadas, com classes conservadoras ou mais democráticas.

A década de 80 com seus conflitos e tensões, impactou a década seguinte. Inúmeros fatores devem ser observados como forma de solucionar a crise; de um lado, as relações entre os países latino-americanos devem ser mantidas; de outro, a relação destes com os EUA e a garantia, na medida do possível, dos interesses dos países subalternizados.

Alternativas diversas foram aplicadas pelos países da América Latina, como o Pacto Amazônico (1978) e o MERCOSUL (1991). Ao mesmo tempo, a luta por democracia e a busca por um modelo de desenvolvimento econômico e social continuou, embora de modo contraditório em parte devido ao fato dos interesses também serem contraditórios. Para os EUA, a luta era pela reconstrução de sua hegemonia. Para a América Latina, a luta era evitar a super-exploração pelos países centrais, que estava em curso. Esse fenômeno acarretaria discordâncias ente os EUA e os países da América Latina: “[...] Falando EUA e a América Latina linguagens diferentes, aumentaram notavelmente as áreas de discordância entre as duas partes no decorrer dos anos 80” (MOURA, 1992, p. 131).

A socialização dos prejuízos dos países centrais com os países periféricos, a luta dos EUA pela hegemonia, o pagamento dos serviços da dívida externa, foram fatores que contribuíram para o acirramento dos conflitos entre os dois, devido às formas intolerantes de convivência deste (EUA), com as sociedades diferentes do ponto de vista econômico, político e social. Esse fenômeno caracteriza a

modernidade - sua dificuldade em conviver com o diferente, e que serve como pretexto para justificar a exclusão deste.

Na América Latina, as medidas para “sanar” a crise, a pressão dos movimentos sociais por redemocratização, as eleições indiretas para os cargos majoritários, posteriormente diretos, especificamente no Brasil, compuseram o cenário da luta por democracia no continente latino-americano.

No bojo da discussão sobre a solução para a crise que vivenciava o Estado brasileiro, surge como um passo de mágica, o neoliberalismo com a sua concepção de Estado mínimo, e a busca incessante de atrair capitais estrangeiros para as regiões periféricas, visando obter rendimentos mais lucrativos às suas economias.

Em nome do desenvolvimento, os países centrais reivindicam modelos econômicos livres da ação do Estado, alegando que os anteriormente adotados são anacrônicos. O Estado desenvolvimentista que vinha desde a segunda guerra devia ser substituído por um Estado com funções restritas, concedendo todo poder ao mercado, como sugere o credo neoliberal, conforme diz Gonçalves (1992):

[...] Segundo o modelo de desenvolvimento preconizado pelos países ricos, a estrutura estatal brasileira afigura-se anacrônica e inadequada às exigências da modernidade. Cumpre suprimir o papel do Estado como proprietário e gerenciador de atividades econômico- produtivas; mesmo aquelas que requerem investimentos além das possibilidades do capital local e que historicamente tem alavancados as fases de desenvolvimento. A minimização do Estado é assim recomendada como condição prévia indispensável para que a economia brasileira se torne atraente e sedutora aos olhos dos investidores estrangeiros. (GONÇALVES, 1992, p. 165).

Com o fim de inviabilizar outras formas de reprodução da existência, o neoliberalismo consegue se estabelecer como modelo, até certo ponto, único a ser seguido: “[...] Com o fim da alternativa ao capitalismo, o neoliberalismo passa a ser o modelo triunfante, único e “certo” (VIZENTINI, 1992, p. 229).

Entretanto, também o neoliberalismo não conseguiu ser uma alternativa devido ao seu excesso de individualismo e ao seu excesso de pretextos sem fundamentos sólidos para justificar a saída da crise, e devido à inconsistência de seus argumentos no que diz respeito ao fato da crise ter sido provocada pelos próprios países periféricos, pretextos que só serviram para aprofundar a crise e transformá-la em recessão, isto porque como a prioridade da política neoliberal era o pagamento da dívida externa, pouco ou nada sobrava para os investimentos. E os setores sociais foram os que mais padeceram com a falta de investimentos.

O neoliberalismo não trouxe o fim da história (Fukuyama), mas sim o efêmero, o transitório, a desesperança, a incerteza, 'temperadas' com crises sistemáticas de governabilidade por parte dos Estados nacionais.

Analisando o contexto da crise, algumas conclusões podem ser observadas: a crise é desigual. Para os grupos dominantes é o momento de super-exploração da força de trabalho como meio para garantir uma saída. Para os dominados pode representar o momento de ruptura com o processo de exploração, mas também pode levar ao processo de desorganização dos movimentos sociais, como aconteceu com a América Latina, e com a submissão desta, principalmente o Brasil, aos ditames das elites internacionais no que diz respeito à implantação dos Grandes Projetos especialmente na região Amazônica. Estes, do ponto de vista das populações locais da região foram desastrosos, com doses excessivas de sofrimento e desesperança, como mostraremos no capítulo 7.

CAPÍTULO 5. A AMAZÔNIA, PERÍODO IMPERIAL, REPUBLICANO E O DISCURSO DISSIMULADOR DO PODER

Revisitar a história passada da Amazônia é uma forma de entendimento dos diversos processos de exploração que tem vivenciado a região e as formas encontradas pelos exploradores para justificar de modo dissimulado suas ações de barbárie e, ao mesmo tempo, estabelecer uma relação entre os acontecimentos do passado e os processos atuais de apropriação de suas riquezas naturais e o de submeter as populações pobres da região ao processo de exclusão ou extermínio.

Os fundamentos para “justificar” as relações de poder dependem do grau de desenvolvimento em que uma determinada sociedade se encontra. Na Idade Média, com a aliança entre o Estado e a Igreja, os fundamentos para que o poder do rei pudesse ser exercido eram escamoteados com base em razões religiosas. As relações econômicas, políticas e sociais entre os homens se apresentavam intermediadas pelo transcendental. Os homens tinham Deus como intermediário entre eles e a sua liberdade. Em nome de Deus populações com outras pautas de vida eram exterminadas. A intolerância racial, étnica, cultural era combatida em nome do credo religioso do povo ou grupo dominado.

Na sociedade moderna Deus se desloca do púlpito e vem se alocar no seio da sociedade burguesa, tendo o Estado como intermediário entre ele e a sua liberdade. Lá, as relações de poder são apresentadas como religião. Na sociedade burguesa as relações entre os homens são comandadas pelo Estado, definido como o guardião do bem comum. Porém não houve laicização da política. Todavia, há a dogmatização da sociedade. Tudo se apresenta como se sempre fosse assim.

Na Idade Média a dissimulação se fundamenta na religião, na sociedade moderna no direito abstrato do cidadão. Naquela, o simulacro se apropriava da religião para justificar a exclusão. Aqui, o discurso jurídico. O simulacro acontece quando o interesse particular se expressa como universal, “eliminando” o diferente, “o outro”, tratando-os como inumanos, usando do convencimento para produzir “verdades” que garantam a hegemonia das classes ou subclasses que o Estado representa, de modo a “transformar” “o outro” em sua imagem e semelhança, em si mesmo.

No Brasil, a partir do processo de ocupação colonial, observamos que a sociedade se encontrava em um nível de desenvolvimento e o Estado português em

outro. Para conformar as populações nativas ao processo de dominação econômica, política e social aos interesses da Coroa portuguesa, o Estado português instaura mecanismos legais e concretos de controle das populações locais, colocando entraves ao desenvolvimento de um Estado brasileiro e “transformando” a população nativa em inferior, bárbara, para justificar o processo de escravização sobre esta.

Para obrigar a população nativa a produzir para o capitalismo mercantil dos países coloniais, as organizações religiosas jesuíticas foram fundamentais, escravizando os índios, obrigando-os a produzir bens, em desacordo com suas culturas, sendo, que a coroa portuguesa se apropriava das riquezas dos países colonizados. Muitos pretextos foram construídos para obrigar a população indígena a produzir mercadorias que eram trocadas no mercado sob o comando do capital mercantil.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o Estado português cria instituições políticas, econômicas e sociais com vistas a garantir a reprodução de seu poder e com vistas ao processo de troca no mercado regido pelo mercantilismo. A vocação de cada região brasileira era considerada pela Coroa portuguesa como forma de super explorar a população local, garantindo as mordomias do Estado português, que indica que tipo de bens deve ser produzido para atender as suas necessidades e as do mercado e para quem deve ser vendido.

Para obrigar a população nativa a produzir, o exercício da violência se tornou efetivo, por meio da semi-escravização e do extermínio de numerosos grupos indígenas pelo Estado português, agora instalado no Brasil. O pretexto usado pela Coroa para semi-escravizar e exterminar as populações nativas era a falta de humanidade dos índios e o não reconhecimento de sua religião como um rito semelhante àquele praticado pelos cristãos, bem como suas diferenças culturais de um modo geral. Aliás, os ritos indígenas eram percebidos como estranhos, conforme afirmações fartamente mencionadas pelo Padre João Daniel em suas análises sobre a cultura indígena. Para este, esses ritos não eram manifestações de uma cultura, mas práticas sem fundamentos, sem lógica, sem parâmetro humano, práticas que caracterizavam “o outro” como primitivo.

Mesmo após a proclamação da independência do Brasil, os grupos excluídos vivenciaram o processo de negação de sua cidadania. O índio para ser

cidadão devia abandonar sua língua, seus costumes e transformar-se, aproximando-se da imagem e semelhança com os brancos.

Com o advento da República e a criação de um Estado Nacional, com instituições, primeiramente locais, posteriormente, nacionais (principalmente, após 1930), o Estado brasileiro desenvolvimentista busca contemplar os grupos hegemônicos nacionais e internacionais por meio de pactos político-sociais, nos quais as camadas subalternas da sociedade brasileira “entram” como elementos coadjuvantes, com o propósito de lhes conferir legitimidade. A Amazônia, desde os primeiros séculos de sua história, esteve diretamente vinculada ao mercado europeu como fornecedora de riquezas naturais.

Em Belém do Pará, Salles (2004), analisando os negros no Pará, constata que os bairros que “congregam”⁵ os excluídos, como o Umarizal, são considerados bairros perigosos, barulhentos, habitados por bandidos e ladrões. Já os bairros habitados pelos grupos dominantes, como o bairro de Campina, são considerados tranquilos. Passados quase dois séculos, a semelhança entre o discurso do século XIX, usado como pretexto para segregar e reprimir os despossuídos é semelhante ao argumento atual, com os mesmos fins.

Na obra *Índios da Amazônia*, Moreira Neto (1750-1850) demonstra seu espanto ao constatar a ausência de índios em grande parte das margens dos rios da Amazônia, como comenta:

[...] Quando alguém considera o padrão geral de distribuição dos grupos indígenas sobre o território da Amazônia brasileira hoje não pode deixar de surpreender-se com a absoluta ausência de índios em todas as extensões das margens da corrente principal do Amazonas e no curso inferior da maioria de seus afluentes. (MOREIRA NETO, 1988, p. 13).

A explicação para o extermínio da população indígena na região, segundo Moreira Neto (1988), ocorreu com a implantação dos primeiros núcleos coloniais no século XVI, como comenta:

[...] O litoral brasileiro, particularmente a costa norte sul que, grosso modo, equivale em extensão ao curso do Amazonas em território brasileiro, foi a Região onde se implantaram os primeiros núcleos coloniais e onde ocorreu, ainda no século XVI, os processos depopulativos que exterminaram quase toda a população aborígine. Mesmo nessa região, entretanto, conseguiram sobreviver, de alguma sorte, grupos indígenas cujos remanescentes permaneceram em enclaves litorâneos [...]. (MOREIRA NETO, 1988, p. 13).

⁵ Periferias urbanas, de fato.

Embora a região tenha sido o local onde existiram os grupos indígenas mais numerosos e mais desenvolvidos do ponto de vista cultural, já no século XVIII grande parte havia sido extinta, conforme esclarece o autor:

[...] Parece certo que nenhuma outra região brasileira apresenta áreas contínuas mais extensas e mais desertas de índios que a faixa indicada do vale amazônico. A surpresa será ainda maior se considerarmos aquela região como um todo que abriga a maioria da população indígena brasileira atual e que, precisamente na faixa referida, viviam os grupos indígenas mais numerosos e culturalmente mais desenvolvidos da Amazônia. A despeito disso, estavam todos extintos já em fins do século XVIII: eram os Tupinambá, Aruá, Tapajó e Omágua [...]. (MOREIRA NETO, 1988, p. 13-14).

Os processos de barbárie vivenciados pela população indígena amazônica, embora pouco lembrados, conduziram ao extermínio indígena na região, principalmente em 1750 e no período pombalino (1850). Lembra Moreira Neto (1988) que, até o século XVIII a Amazônia brasileira podia ser caracterizada como região com predominância indígena. Passado um século de ocupação colonial, algumas tribos já se refugiavam no interior da floresta.

No século XIX é observada uma redução drástica da população indígena, tanto das tribalizadas quanto dos grupos desterritorializados pela ação missionária. O processo de extermínio indígena continuou apresentando mudanças significativas na composição étnica da população local, como diz o autor:

[...] como hipótese básica considera-se que nos cem anos que separam o início da política pombalina na Amazônia (1750) da criação da província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará (1850), o caráter étnico-cultural da região muda de maneira radical e irreversível. Até meados do século XVIII, a Amazônia brasileira apresentava uma face definitivamente indígena. Um século depois, os grupos indígenas tribais sobreviventes refluíam, sob o impacto da onda crescente de ocupação nacional, para áreas de refúgio nas matas e altos cursos de rios, onde se observam arredios ou hostis. Ao mesmo tempo, os índios destribalizados pela ação missionária dos séculos anteriores, que constituem a base da população, tanto nos centros urbanos quanto nas comunidades e núcleos de produção do interior (cocais, pesqueiros, estabelecimentos de coleta de produtos florestais e de transporte fluvial etc.) desapareceram em grande número [...] A partir de meados do século XIX, a face da Amazônia brasileira se transforma radicalmente pela diminuição drástica do número de índios tribais e destribalizados, que passam de maioria para minoria. (MOREIRA NETO, 1988, p. 14-15).

Do ponto de vista demográfico, no início do século XIX, a população indígena apresentava as mesmas características da de cem anos antes, em função

das ações militares, do processo de escravização da população indígena, de doenças advindas com o contato com a população branca, sendo que o quadro tende a se agravar com a Cabanagem, devido ao processo de violência contra os grupos subalternos que caracterizou o período, como se manifesta Moreira Neto (1988):

[...] Dados demográficos de meados do século XIX mostram que a população da Amazônia talvez não chegasse a igualar o número de habitantes de cem anos antes, tão graves foram os efeitos acumulativos das perdas humanas por efeito das ações militares, da escravidão de indígenas, das epidemias e de outros processos biológicos e sociais, acelerando-se o ritmo do esvaziamento demográfico durante e após a Cabanagem [...]. (MOREIRA NETO, 1988, p. 20).

O Diretório Pombalino⁶ é apontado como um dos maiores responsáveis pelos conflitos e a desorganização das sociedades indígenas no período. Para Moreira Neto (1988) e Capistrano de Abreu (1954), não resta dúvida de que as políticas pombalinas e de Mendonça Furtado para a região Amazônica estão na gênese dos conflitos do século, culminando, inclusive, na Cabanagem. Conforme analisa Abreu (1954), citado por Moreira Neto (1988):

[...] O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798. As misérias provocadas por ele, direta e indiretamente, são nefandas. Por fim, D. Francisco de Souza Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação; chegava tarde a medida salvadora: O mal estava feito, em 1750, o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes; as devastações da Cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas que remotam de 1820 a 1836 contam entre raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (ABREU, 1954 *apud* MOREIRA NETO, 1988, p. 20).

As relações entre negros e senhores de escravos no Brasil e na Amazônia sempre foram hostis. Vicente Salles (2004), citando Frei Caetano Brandão lembra que não existe nas casas senhoriais visitadas, no decorrer de sua pesquisa, os instrumentos utilizados pelos senhores escravocratas para castigá-los, todavia, diz que o depoimento de Brandão é expressivo quanto à questão:

[...] Muitos senhores no que fazem tanto caso deles, como se fossem cães, como trabalham, é o que importa. Sei de alguns que nenhuma Missa mandaram dizer pelo pobre escravo, que talvez consumiu todas as suas forças em os enriquecer. Não falo agora na barbaridade com que muitos os

⁶ Documento em que o governo português estabelece as diretrizes governamentais.

castigam, e isto, não por ofensas de Deus, que no seu conceito são faltas ligeiras (e se é escravo que aparece com o ventre crescido, muitas vezes se estima), mas por temporalidades insignificantes. Tenho visto escravos aleijados de mão, e pés, outros com as costas, e lugares inferiores feitos em retalhos, efeitos de castigos; que custa a compreender que haja na humanidade monstros de cruzeza, que tal cheguem a praticar. (BRANDÃO apud SALLES, 2004, p. 42).

Os rituais negros no Pará também eram proibidos e, por isso, algumas de suas habilidades e traços culturais não conseguem ter a desenvoltura que tiveram em outras regiões. Salles (2004) lembra que a capoeira no Pará não se desenvolveu como em Salvador ou no Rio de Janeiro, em decorrência da repressão sobre todas as formas de manifestação da população negra no Pará, como menciona o autor:

[...] No Pará, a capoeira não chegou a evoluir para um tipo de luta ou jogo de destreza, como se tornou tradicional, por exemplo, em Salvador e Rio de Janeiro; conservou-se nos círculos da malandragem, durante muito tempo, sendo os praticantes perseguidos pela polícia, até desaparecer quase inteiramente. (SALLES, 2004, p. 116).

As concepções conservadoras para justificar a repressão, a violência, a barbárie sobre as manifestações da população negra são comuns à época. Salles cita o jornal *Publicador Paraense* de 1849, como o exemplo de manifestação contra a capoeira:

[...] Têm-se bem vezes visto alguns deles palmearem a faquinha por qualquer ligeira alteração, por fama unicamente de valentes; se, por fortuna, não fazem frequentemente uso de arma perigosa, mostram-se ao menos dispostos a empregarem-na na primeira ocasião [...] os senhores também fecham os olhos, não dêem largo a seus escravos, que podem vir-lhe a ser fatais. (SALLES, 2004, p. 117).

Como pretexto para justificar a repressão sobre os negros que praticam capoeira, o mesmo jornal justifica que a frouxidão e o descaso dos senhores são a causa dos atos criminosos praticados pelos capoeiristas, ou seja, todos os atos de arrombamento e perturbação da ordem pública são atribuídos aos capoeiristas, como argumenta Salles (2004):

[...] A impunidade por uma parte, a frouxidão da polícia e o desleixo de muitos senhores por outra, são a causa dessas tristes ocorrências. Se não fora a muita moralidade que infelizmente se observa entre nós, e o espírito manso e pacífico dos habitantes desta cidade, muitos desacatos se veriam praticar. Ainda assim, esses arrombamentos de porta e mesmo roubos que se recentemente tem havido manifestam bem que não há bastante receio

dos que velam pela pública tranquilidade. E quem se não os tais capoeiras e peraltas tem ousado violar o asilo do cidadão? (O PUBLICADOR PARAENSE *apud* SALLES, 2004, p. 117).

Na Amazônia, inúmeras são as condições que “justificam” a repressão e o extermínio dos grupos subalternos. O padre João Daniel (2004), para justificar os maus tratos, os açoites aos índios, afirmava que estes atos lhes eram os mais convincentes e “proporcionais”, como argumentava:

[...] É certo que os índios merecem muitas vezes graves castigos, já por esfaquearem, e já por matarem, e por muitas outras violências; porém tudo se pode fazer com a moderação da prudência, que é o fiel das ações humanas. É visto que os açoites (sic) são os castigos mais convenientes proporcionados para os índios, como a experiência tem mostrado, e conhecem todos os que com eles vivem, e tratam, como observou Monsieur Condamine, é louvável o castigo de só 40 açoites (sic) como costumavam os seus missionários; e quando os crimes são mais atrozes, se lhes podem repetir por mais dias, juntos com a pena de prisão, que eles muito sentem, porque se veem privados de suas caçadas, montarias e mais divertimentos e muito mais de seus banhos diversos, etc. (DANIEL, 2004, p. 348).

Para o Padre João Daniel (2004), os índios gostavam de ser açoitados e as mulheres indígenas gostavam de ser punidas por seus maridos.

Passados alguns séculos da história do Brasil, com o advento da República, especificamente a partir de 1966, o Estado ditatorial brasileiro implanta na região amazônica um projeto desenvolvimentista, vigente até os dias atuais, com pequenas modificações quanto à inclusão, mais legal do que real, dos grupos subalternos. No passado, como nos dias atuais, o fundamento do discurso do poder tem se apoiado na dissimulação, na teatralização.

Uma das formas mais usadas politicamente, para obtenção de resultados concretos numa sociedade, consiste em fazer com que os interesses de grupos particulares pareçam representar o interesse de todos e não de grupos específicos, ligados ao poder vigente.

A análise da história ocidental e do Brasil permite, assim, entender que o pressuposto da teatralização seja componente importante do exercício do poder em todos os tempos. A modernidade não foge a esta situação, daí porque uma das características da modernidade é ser bárbara, porque dissimula as questões socialmente importantes. O discurso dissimulador da sociedade moderna está presente em suas diversas formas de expressão quando o tema é a relação de poder.

As sociedades amazônicas, como as demais sociedades que convivem com a modernidade, partilham do simulacro enquanto fundamento das relações de poder com vistas a esconder relações de privilegiamento entre o Estado brasileiro e segmentos específicos da sociedade amazônica. O projeto desenvolvimentista da região, instalado desde a ditadura militar de 1964 até hoje, está desenhado de forma a defender os interesses dos grupos econômicos, sociais e políticos dominantes. E para tal, faz uso da estratégia do simulacro como forma de garantir o sucesso de seus projetos. Essa fórmula tem estado presente, tanto no passado distante quanto nos momentos atuais.

CAPÍTULO 6. O PROJETO MODERNIZADOR DA AMAZÔNIA E BARBÁRIE

6.1. A AMAZÔNIA, A CONSTITUIÇÃO DE 1946 E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

A Constituição de 1946, de acordo com o Art. nº. 199, estabelece quotas para a Região Amazônica de 3% da Renda Tributária Nacional como forma de estabelecer ingerência sobre esta e garantir para a região uma política de desenvolvimento. No entanto, as quotas nunca vieram com a regularidade estabelecida por lei e, muitas vezes, a União se apropriava de recursos que deviam ser destinados à região.

Como forma de programar de forma efetiva a política desenvolvimentista, a partir da Constituição de 1946, o Governo Federal implanta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), posteriormente SUDAM e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Com fundamento “voltado” para as questões vinculadas à pobreza da população da região, em 1953 foi elaborado pelo Governo um Plano Quinquenal, que jamais foi aprovado pelo Congresso Nacional, embora tenha, na prática, vigorado até a formulação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA).

As alegações do Estado brasileiro para “transformar” a SPVEA em SUDAM eram várias: desde o conceito de “vazio “demográfico” até a falta de força de trabalho qualificada para produzir o desenvolvimento da região, discurso ainda hoje repetido por alguns analistas sobre a realidade amazônica:

[...] A Amazônia possuía um meio físico conhecido imperfeitamente e os estudos efetuados não possuíam um caráter sistemático. Sua heterogeneidade fisiográfica e o desenvolvimento científico da região, além da escassez de pessoal qualificado, dificultam a atuação global da SPVEA. (FERREIRA, 1999, p. 274).

O fracasso da SPVEA foi atribuído também a problemas de execução orçamentária. Vale lembrar que os Incentivos Fiscais, implantados no Nordeste por meio da SUDENE em 1961, foram estendidos para a Amazônia e especificamente para SPVEA, em 1963; e em 1966, com a fundação da SUDAM, os Incentivos Fiscais passam a ser incorporados à política de desenvolvimento regional.

O governo brasileiro, seguindo a política das instituições credoras internacionais, implanta os “Pólos de desenvolvimento” em 1967. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974) tinha como estratégia, argumentava o discurso oficial, integrar o Nordeste e a Amazônia por meio dos Pólos ao mercado e às sociedades nacionais.

O projeto desenvolvimentista na região, do ponto de vista teórico acena com o desenvolvimento econômico conduzindo ao social, mas do ponto de vista jurídico, ele exclui as populações subalternas da região dos benefícios das novas políticas, desde as primeiras fases do projeto, e a partir da década de 80 com a criação dos Pólos de Desenvolvimento da Amazônia (POLAMAZÔNIA) o processo se aprofunda e se estabiliza.

A implantação dos Pólos de Desenvolvimento representa a reprodução na Amazônia da política que o Estado vai adotar após 1983, e expressa as concepções contidas nos planos de estabilidade econômica, implantados com vistas a conter a crise e, ao mesmo tempo, atender os ditames das instituições credoras internacionais para as regiões periféricas, com vistas a gerar saldos que cobrissem as parcelas relativas à dívida externa (mas também a interna).

O I PND (1972-1974) expressa uma tentativa de integração da política regional aos parâmetros nacionais. O programa dos Pólos agropecuários e agro-minerais (POLAMAZÔNIA) instituído pelo Decreto nº 7.4067 de 29.10.1974, dispõe sobre a criação de quinze (15) Pólos de desenvolvimento (FERREIRA, 1999).

O II PND (1975-1979) correspondeu ao momento de implantação dos Grandes Projetos na região, com uma política concentradora de riqueza, provocando grandes conflitos agrários na Amazônia: “[...] A política de apoio ao pequeno colono é substituída pela grande fazenda latifundiária, que além de trazer dados irreversíveis no aspecto ecológico e ambiental, estimulou os conflitos, tensões, disputas e especulação fundiária” (FERREIRA, 1999, p. 296).

O III PND, em função da crise da década de 80, não consegue alcançar os objetivos propostos pelo governo; já em 1980, o governo demandou uma desvalorização do cruzeiro frente ao dólar no valor de 30%. O III PND é afetado pelos cortes nos financiamentos públicos. Com a crise há uma redução nos financiamentos públicos. As políticas públicas vinculadas aos incentivos fiscais foram atingidas pelos cortes. Esse fato agrava, substancialmente, o desempenho da

SUDAM e da SUDENE o que, acrescido às denúncias de corrupção no uso dos recursos incentivados leva as extinções de ambas na década de 90.

6.2. A AMAZÔNIA, O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DA NOVA REPÚBLICA E A BARBÁRIE

O discurso da modernidade é um discurso dissimulador, na medida em que para obtenção do consenso, ele inverte os conceitos que conduzem à ação. Fala de igualdade e reproduz a desigualdade, fala de liberdade, mas se impõe por meio de leis que, tratando de forma idêntica grupos diferentes e desiguais revelam um caráter pouco democrático. A liberdade na sociedade moderna só pode ser exercida pelos indivíduos que detiverem determinados predicados. A modernidade fala de fraternidade e reproduz a desunião entre os homens. Os chamados Direitos do Homem são direitos que, já criticava Marx (1991), no século XIX, só podem ser praticados individualmente, ou seja, a obtenção dos chamados direitos do homem só se torna possível aos possuidores de determinados predicados, por exemplo: ninguém pode exercer o direito de propriedade se não for proprietário etc.

No século XIX, Marx (1991), ao analisar as relações de poder na Alemanha, chamava a atenção para a incoerência do discurso burguês do ponto de vista dos excluídos, quanto à obtenção dos chamados direitos humanos. Os direitos humanos são direitos que pregam a divisão entre os homens e não a união. No entanto, reconhece o autor, os direitos humanos representam uma conquista da humanidade. São direitos conquistados no decorrer do processo de luta das classes subalternas. Ainda no século XIX, a teoria marxista tenta romper com a dicotomia existente entre a teoria e a prática, propondo a liberdade real e a igualdade real.

Nos séculos XX e XXI, a luta dos grupos subalternos é no sentido de continuar rompendo com a dicotomia entre o discurso jurídico e o direito de fato, de continuar a luta pela inclusão dos excluídos de sempre.

No Brasil, especificamente na Amazônia, o discurso dissimulador tem fundamentado os diversos momentos da história desta, com os pretextos religiosos, étnicos, raciais, culturais etc. A população regional subalternizada tem sido tratada como exótica, incivilizada, inumana, como o outro dentro de seu próprio território.

Os diversos projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia, especificamente a partir da década de sessenta tem expressado os interesses das

elites, universalizando ficticiamente seus interesses como de todos. No entanto, as camadas subalternas da população regional estão ausentes dos benefícios, principalmente no que diz respeito à legislação que versa sobre os incentivos fiscais e a propriedade da terra porque as exigências legais são tais que as camadas pobres não conseguem preencher os requisitos exigidos.

A dissimulação está presente por ser um discurso onde nem tudo pode ser dito, onde os termos ausentes garantem a sua suposta veracidade. Os relatórios sobre desenvolvimento para a Amazônia da NR – 1986-1989 (I PDA - NR) como não poderia deixar de ser, usam diversos artifícios para justificar os desacertos havidos no decorrer de sua implantação, conforme pode ser demonstrado nas análises de seus projetos que o integram.

Passados vinte anos da implantação do Projeto Desenvolvimentista do Estado ditatorial brasileiro na Amazônia – “Operação Amazônia’ - 1966, o IPDA-NR (1986-1989) dissimula os desacertos trazidos por este para a região. Segundo o documento oficial (IPDA-NR), produzido pelas instituições responsáveis pelo planejamento e execução da política regional, o Estado brasileiro provocou desacertos com relação à política regional devido ao fato de desconhecer a realidade amazônica e nunca ter reconhecido a Amazônia como área preferencial para a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional.

A NR, seguindo a visão conservadora, imposta pelos organismos credores internacionais, adotou como medida para conter a crise, o combate da inflação, a redução dos gastos públicos etc. Esses fatores conduziram e aprofundaram na Amazônia e no Nordeste mudanças nos rumos de suas políticas desenvolvimentistas que vinham desde a década de sessenta. Foi no contexto das mudanças havidas na política econômica para “solucionar” a crise que o Governo brasileiro optou por inserir nos planos para a região uma intensificação da exploração de seus recursos naturais.

O I PDA-NR, cujo cumprimento estava a cargo do Ministério do Interior e da SUDAM, teve um papel fundamental. Seu texto procura ‘exorcizar’ os projetos de desenvolvimento anteriores para Amazônia. Imputa aos dois órgãos a má execução da política regional; o IPDA-NR mais se assemelha a uma “prece de lamentações” em relação aos planos anteriores do que a uma proposta de política à região.

Os planos, projetos e programas do Governo Federal para a Amazônia trouxeram profundas alterações para a economia regional, sobretudo por serem

concentradores de renda e altamente danosos a natureza. Estas características redundam no inverso do tão propalado desenvolvimento econômico pretendido, arrastando em sua esteira o desenvolvimento social e a preservação da natureza.

Tudo, do ponto de vista das classes subalternizadas não passou de um plano elitista que visava precisamente a exploração de recursos naturais à exportação e, que trouxe danos significativos ao meio ambiente, conforme nos informa Ferreira (1999, p.304): “[...] Contudo, a integração não proporcionou os mesmos resultados no âmbito social em face de uma crescente concentração de renda, além de graves impactos ecológicos na execução de projetos agro-industriais, principalmente na Amazônia oriental”.

Os projetos de desenvolvimento da ditadura militar, como o da NR acentuaram a desigualdade regional de modo significativo, devido ao processo de expropriação provocado pela penetração do grande capital nas áreas que eram antes ocupadas pelas camadas subalternas, e que tinham uma produção que estava em concordância com a cultura regional no sentido da predominância no processo de produção de seus bens para reproduzir a vida, do valor de uso predominando sobre o de troca. Esse fenômeno será alterado com perdas significativas para os últimos, como os dados contidos nos capítulos seguintes podem demonstrar.

6.3. A AMAZÔNIA, O I PDA DA NOVA REPÚBLICA, DISSIMULAÇÃO E BARBÁRIE

O texto do I PDA da NR (1986-1989), logo na apresentação, se compromete a retomar a política desenvolvimentista adotada anteriormente para a região, ao mesmo tempo, em que se propõe a coletar subsídios para produzir um documento que a comissão nomeia de “autêntico” e agora condizente com a realidade amazônica. O conteúdo do texto, de um modo geral, não cumpre com os objetivos a que se propõe, conforme a análise do documento demonstra.

O documento como um todo foi elaborado por uma comissão composta pelas instituições que planejam e executam a política regional (SUDAM, a partir das contribuições dos Estados do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia e dos Territórios Federais do Amapá e Roraima - do BASA e da SUFRAMA). Reivindicam do Governo Federal uma política mais comprometida com as carências regionais, ou seja, os órgãos responsáveis pela política regional não se

sentem responsáveis por suas ações, atribuindo ao governo federal esta competência.

Analisando os planos anteriores e estabelecendo uma comparação com o projeto desenvolvimentista a partir de 1966, pode ser observado que a implantação da política de incentivos fiscais tinha como objetivo o de atender os interesses das elites. Estas foram beneficiadas, visto que são os maiores pagadores do Imposto de Renda que serão os aplicadores e beneficiados; e são eles que terão acesso aos incentivos fiscais.

As instituições que produziram o IPDA-NR não perceberam que o momento era de desmonte dos órgãos de política regional e nacional. No neoliberalismo toda liberdade deve ser dada ao mercado. De acordo com os seus teóricos, os incentivos fiscais devem ser abolidos para ceder lugar à livre concorrência. O desmonte da SUDAM, na Amazônia, e SUDENE, no nordeste, estão inscritos na mencionada proposta. A reivindicação por parte da comissão que elaborou o plano, de forma que outra intervenção poderia se feita desde que em conformidade com o credo mundialmente praticado, principalmente, pelos países dependentes.

A reivindicação dos diversos representantes das instituições que tratam da política regional, quanto às formas outras de atuação e quanto às prioridades dos interesses regionais sobre os demais, não levou em consideração que a política da região poderia ser feita desde que estivesse de acordo com os ditames do FMI e do Banco Mundial.

O documento como um todo, expressa o processo de mudança da política econômica e seus desdobramentos que vivência à sociedade brasileira. Transição democrática, transição quanto aos rumos dos órgãos de política econômica que concedem incentivos fiscais, que aos poucos vão tomando um “novo” rumo, devido aos constantes cortes em seus orçamentos, culminando, posteriormente, com suas extinções (SUDAM e SUDENE) e posterior recriação, mas totalmente esvaziadas de suas atividades, quando comparadas com suas atividades iniciais. Em 2008 foram recriadas, mas sem a perspectiva de conduzir o Norte e o Nordeste ao desenvolvimento econômico, arrastando o social como prometia o Estado brasileiro na década de sessenta.

O IPDA-NR, embora afirme que a metodologia adotada visa um planejamento mais participativo acompanhado de uma técnica ascendente de planejamento, não consegue ir além de uma pauta de reivindicação quanto à proposta do Governo

Federal nos planos anteriores. Em toda a apresentação do documento é exposto o seu intuito no sentido de garantir uma participação o mais ampla possível das instituições que representa, como comenta:

[...] Da mesma maneira e contando com a colaboração do Ministério do Interior, buscou-se junto aos Ministérios Setoriais as informações relativa às suas respectivas áreas de atuação, de modo a, de um lado, garantir uma maior amplitude e visão dos problemas, das perspectivas e das mudanças que se quer promover e, de outro lado, compatibilizar esses elementos com aqueles recebidos dos Estados, Territórios e Municípios e dos órgãos de classe. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 5).

A participação mencionada no documento diz respeito, somente, a sua relação com as instituições oficiais, com os Estados e Territórios em suas áreas de atuação.

As interpretações oficiais, os programas e projetos, as avaliações sobre as formas de inserção das propostas desenvolvimentistas para a região concebem-na como mercadoria, como meio de troca, como uma parte que pertence ao todo e que deve ser explorada em toda a sua amplitude, conforme recomenda a teoria econômica desenvolvimentista e propõe o documento. Não há, portanto, nenhuma mudança substancial na forma de conceber a região. Ela continua a ser uma fonte potencial para o desenvolvimento do país e apenas isto:

[...] A Amazônia Legal, embora seja, internacionalmente, reconhecida como uma das maiores e mais pujantes regiões de recursos do globo terrestre e, portanto, capaz de representar a garantia de um amplo e vigoroso processo de desenvolvimento integral da sócio-economia brasileira, ainda não teve, internamente, o seu verdadeiro reconhecimento, como área preferencial, nas políticas que marcaram a evolução do processo de desenvolvimento nacional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 7).

As concepções da região como área disponível para o mercado, como produto de troca são ressaltadas nos documentos oficiais e permeiam as ações dos técnicos regionais que, ainda, na década de 80 (e mesmo na década seguinte) sustentam as idéias desenvolvimentistas que vinham desde a década de sessenta e que, em virtude da conjuntura local e internacional, são consideradas ultrapassadas devido aos “novos” rumos da política brasileira em busca do pagamento da dívida, da estabilidade econômica, do controle da inflação, enfim da solução para a crise pela qual passa o País face ao contexto da economia mundial, principalmente, após 1983.

O texto é dissimulador e contraditório quando atribui a falta de conhecimento sobre a região como responsável pelos desacertos trazidos a esta, sugerindo que a exploração de seus recursos naturais deveria ter sido feita de modo mais exaustivo, e que o Governo Federal não concedeu a ela a devida prioridade quanto à exploração da região como reserva natural. Este seria segundo o I PDA-NR o único problema para os impasses em que a região se encontrava.

O discurso oficial embora dissimulador necessita de raciocínio lógico e de entendimento do processo global que está vivendo o capitalismo e como o processo está impactando a região, bem como sua relação com as medidas tomadas pelo Governo Federal no sentido de conter a crise nacional. E para tal, a região é apresentada ao sacrifício em favor da sociedade nacional. Quanto as populações locais, especialmente as populações tradicionais, mais uma vez elas são invisibilizadas aos olhos dos planejadores:

[...] A visão de um Brasil dividido em macro-regiões diferenciadas, onde a Amazônia é tida como uma Região ainda não suficientemente estudada e não devidamente explorada, tem revelado, de um lado, a sua condição de área motivo de uma permanente cobiça internacional e, de outro lado, a sua condição de reserva de recursos, sempre relegada a um plano secundário, no conjunto das regiões prioritárias brasileiras. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 7).

A reivindicação do planejamento brasileiro prospectivo é um dos elementos sugeridos pela IPDA-NR como capaz de solucionar as carências regionais, ao mesmo tempo, “transformar” à região em mercadoria, bem como em solução para conter a crise nacional pelo aporte de recursos que a exploração da região poderia proporcionar. Esta entendida como um fato local e não internacional, do capital e onde a inserção da região nos mercados está acontecendo de acordo com os preceitos preestabelecidos pelos ditames das agências credoras internacionais, e com uma redivisão internacional do trabalho, deslocando a indústria (energo-intensiva) dos países hegemônicos para as sociedades periféricas, com a realização dos produtos finais acontecendo nos países centrais.

O IPDA-NR, além de reivindicar um planejamento prospectivo como forma de solucionar as questões locais, ainda sugere que a região seja considerada como fonte de matéria prima e insumos básicos como meio de superação da crise, conforme menciona o texto:

[...] O mais surpreendente de tudo isso é que, enquanto toda economia mundial, há mais de uma década, se volta para repensar e descobrir fontes de matérias primas indústria e insumos básicos, para vencer ou atenuar os efeitos indesejáveis desta longa crise, a Amazônia, com todas as suas potencialidades geo-econômicas, ainda não é considerada o fulcro de um planejamento prospectivo da sociedade brasileira. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 7).

A subtração dos recursos naturais amazônicos pelos países centrais foi percebida, desde o momento de implantação do projeto desenvolvimentista na região, como “natural” pelas instituições criadas para planejar e executar as ações do Estado na Amazônia, embora a todo o instante a execução do plano esbarrasse em suas contradições externas. Essas instituições reivindicam a atuação de outros atores para exercer funções que do ponto de vista oficial são suas, na busca do que conceitua “um planejamento prospectivo” para Amazônia. O discurso da necessidade do planejamento para justificar meios e fins, embora do ponto de vista teórico venha sendo criticado desde a década de 70, para os órgãos responsáveis pela política regional continua tendo o mesmo vigor ainda hoje.

No I PDA-NR, ao mesmo tempo em que as instituições que representam o Estado na região se omitem de suas responsabilidades quanto à política desenvolvimentista adotada, estas instituições alegam que o projeto não deu certo por não estar de acordo com a vocação regional (sic!). Por outro lado, mencionam o planejamento como forma de evitar a exploração predatória da mesma, mas propõem o emprego da floresta nativa de forma predatória; encaram o plano como forma de evitar o aumento dos índices de pobreza; e, simultaneamente o Estado vende terras habitadas por populações tradicionais deixando-as desamparadas e mergulhadas na pobreza.

Pode ser observado um descompasso entre o discurso do Estado brasileiro desde 1966, momento de implantação do projeto desenvolvimentista na região e as observações do IPDA-NR devido à sua omissão em compartilhar suas responsabilidades com o Estado como um todo. A maior reivindicação das instituições responsáveis pelo planejamento e execução das ações do Estado na região está vinculada ao fato do processo de ocupação de seus espaços vazios como mercadorias não terem sido ocupados, como explicita o documento oficial:

[...] A ação planejada do Governo, em busca do desenvolvimento nacional, tem considerado a presença e participação da Região Amazônica como sendo um grande repositório de matérias-primas, ou seja, a Amazônia

como tem representado uma vasta extensão de terra, quase desocupada, `disposição da formação e elevação do Produto Interno Bruto nacional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 7).

Desde o processo de colonização do Brasil e da Amazônia, o discurso sobre a região como mercadoria já se apresentava na fala do dominador (PONTE, 2000). Após a implantação do projeto desenvolvimentista, o Estado brasileiro assume, predominantemente, este papel. A Amazônia é colocada no balcão de negociação como mercadoria. Esse fenômeno redundava em um discurso do poder carregado de contradições. O Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que reivindica a melhoria das condições de vida da população subalterna local, apresenta a região como um produto para ser trocado, comercializado a qualquer custo para os detentores do capital e segundo Loureiro (1992), esta mercadoria – a natureza abundante – é oferecida e vendida em grandes lotes de terra ignorando completamente o destino das populações que secularmente aí viviam. Trata-se, portanto da barbárie dissimulada pelos modelos cientificamente concebidos.

Para o IPDA-NR, a ocupação da região, até então vinha se processando de forma irracional por não usar uma tecnologia mais avançada, por ser feita de modo irracional. A cultura local é percebida pelos órgãos estatais como atrasada. Essa leitura conduz o Estado a adotar políticas públicas que excluem a população local. Embora no discurso oficial genérico estas possam estar presentes, no entanto, nos documentos jurídicos, nos projetos e programas que definem, concretamente, os beneficiários, ela está ausente. Ao mesmo tempo, o IPDA-NR acusa a exploração predatória como causadora dos problemas regionais, ou seja, critica indiretamente o modo como a população local reproduz sua existência, conforme expõe o documento oficial. Trata-se de um argumento usado em teorias científicas que trazem embutidas em si a necessidade de expulsão das populações atrasadas, de substituir o arcaico pelo moderno, mesmo que isso se processe por meio da barbárie:

[...] Sob esta ótica resulta uma ocupação indiscriminada e, até certo ponto, irracional. As riquezas do solo e subsolo, não tendo o reconhecimento de seu valor real e não sendo, ainda, disponível uma tecnologia de exploração racional dessas potencialidades, propiciam o surgimento de uma economia de exploração predatória aos interesses da sociedade regional e dos princípios conservacionistas dos recursos naturais renováveis. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 8).

Os acontecimentos ocorridos desde o processo de colonização na região, e principalmente após 1966 lembram outras sociedades que foram “preparadas” para serem transformadas em mercadoria. No caso da Amazônia, já no século XVI, segundo Ponte (2000), o discurso sobre as índias Amazonas era o da mercadoria, Segundo a fala do dominador, as mulheres guerreiras eram portadoras de riqueza.

No passado, também inúmeros exemplos de espaços foram reificados para se transformarem em mercadoria. Podem ser citadas, como exemplo, no século XIX, as análises de Balzac mostrando Paris vivendo o fetiche da mercadoria (BALZAC, 1992). No século XX, Walter Benjamin também ao referir-se às transformações que as galerias parisienses no século XIX vinham passando, enfoca o espaço público transformando-se de modo a servir de lazer para as elites (BENJAMIN, 2006).

No Brasil, atualmente inúmeras publicações científicas demonstram como os órgãos estatais planejam as cidades como mercadorias, principalmente, do marketing urbano, como comenta Vainer (2000) a seguir:

[...] Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que o chamado marketing urbano se impõe cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. (VAINER, 2000, p. 78).

Na Amazônia, com o projeto desenvolvimentista da ditadura militar de 1964, principalmente após 1966, foi comum na propaganda oficial a região ser ofertada como mercadoria. O mesmo acontecendo com as instituições oficiais (PONTE, 2003). Como exemplo pode ser citado à caravana montada pelo governo do Estado do Pará (Coronel Alacid Nunes) que, no mencionado período percorreu os Estados brasileiros, expondo os recursos naturais existentes na Amazônia com o objetivo de atrair investidores para a região.

A diferença entre a Amazônia e as cidades brasileiras enquanto mercadorias, é que nesta, a proposição é de oferta da parte como tendo que ser incorporada ao todo. Parte que pertence a um todo maior que segundo a teoria desenvolvimentista deve se integrar de modo homogêneo ao Estado, como a melhor ou a pior parte, mas de forma a não ameaçar o todo (FLORES, 2000).

As concepções da economia política são sempre contraditórias, idílicas do ponto de vista do capital e devastadoras na perspectiva dos grupos subalternos (MARX, 1977). Daí seu caráter dissimulador, trapaceador, como já concebiam os

teóricos da Escola de Frankfurt na Alemanha, no início do século XX (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Os fundamentos dos planos, projetos e programas com base no desenvolvimentismo universalizam os interesses particulares quando objetivam obter o consenso, ainda que pela farsa. Essa farsa se torna real quando assimilada socialmente, como foi o caso da proposta desenvolvimentista para a região e particularizada quando se trata dos contornos jurídicos que garantem a inserção do capital no espaço amazônico.

Embora os fundamentos contidos nas diversas formas de inserir a Amazônia no mercado pelo Estado brasileiro por meio das instituições que viabilizam a política regional, demonstrem entender os já graves danos ao meio ambiente não conseguem formular outros modos de intervenção, salvo como lamúria, bem expressa no I PDA-NR. Embora o plano reclame também por medidas que impeçam danos ambientais, não apresenta quaisquer medidas que concretizem suas críticas; pelo contrário, as críticas feitas parecem vir de fora do governo e não do órgão que fez parte do processo; um texto do referido plano pode exemplificar a situação paradoxal: “[...] O aspecto ecológico não tem sido devidamente cuidado. Embora haja referências frequentes à necessidade de preservação dos ecossistemas, na prática, não têm sido adotadas medidas concretas visando à boa conservação ambiental” (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 8).

A avaliação institucional contém contradições insolúveis ao reivindicar, ao mesmo tempo a ocupação dos espaços pelo capital e a adoção de políticas que causam sérios danos ambientais como a expansão da agropecuária e de outros empreendimentos, nomeados pelo próprio IPDA-NR como antiecológicos, devido ao modo como vêm sendo implantados. Critica a forma de exploração excessiva dos recursos naturais da região, e menciona a necessidade de um processo mais ordenado de desenvolvimento. Mas sem oferecer se quer pistas de como fazê-lo ou de como corrigir os erros do passado.

Esses aspectos criticados pelo IPDA-NR, no sentido de direcionar a política regional em outros rumos, reconhecem os desacertos da intervenção institucional na região e sua omissão quanto a buscar formas outras de intervenção, como o próprio texto pode provar:

[...] O aspecto ecológico não tem sido devidamente cuidado. Embora haja referências frequentes à necessidade de preservação dos ecossistemas, na prática, não têm sido adotadas medidas concretas visando à boa conservação ambiental. Assim, à medida que o processo a ocupação da Região se adensa e se acelera, crescem as tensões ambientais, impondo-se o estabelecimento de um sistema dinâmico de conservação da natureza, para ordenação desse processo, a fim de evitar prejuízo ao meio ambiente e às populações a ele integradas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 8).

Os argumentos críticos das instituições que são responsáveis pelo planejamento e execução da política regional são vulneráveis à crítica, na medida em tanto o Ministério do Interior quanto a SUDAM, o BASA e os governos locais não assumem os desacertos das políticas adotadas, como erros cometidos por eles próprios, mas sim como algo inerente aos processos pelos quais a região foi submetida ao projeto desenvolvimentista, implantado pelo Estado brasileiro, atendendo às exigências das instituições credoras internacionais. Em virtude do exposto, há por parte das instituições em foco a certeza de que os resultados não foram os esperados, como expressa o texto em questão:

[...] a estratégia de desenvolvimento, baseada na ocupação seletiva de espaços e setores, como a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA e dos incentivos fiscais não tem apresentado resultados compatíveis com as metas perseguidas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 8).

A crise que vinha desde o início de 80 mostrou as profundas transformações que vinham acontecendo nas sociedades capitalistas centrais, periféricas e locais. O I PDA-NR se manifesta quanto ao esvaziamento das instituições de Política Pública da Região, mas não consegue estabelecer vinculação entre a crise internacional, a mudança na política brasileira e o esvaziamento das instituições estatais que tinham suas ações assentadas nos Incentivos Fiscais, como expõe a análise:

[...] Do ponto de vista institucional, o que se tem observado, é um contínuo processo de esvaziamento da SUDAM e da SUFRAMA, de desenvolvimento regional e sub-regional, respectivamente. O mesmo ocorre com os agentes financeiros, BASA e BANRORAIMA, gerando, assim, a impossibilidade de coordenação e promoção efetiva do desenvolvimento regional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 8).

Nessas últimas, culminando com a queda do muro de Berlim e do regime soviético (VIZENTINE, 1992). E naquelas, com a adoção de políticas restritivas ao Estado de Bem Estar que vinha desde a Segunda Guerra Mundial.

O I PDA-NR reconhece o que chama de avanço nas ações institucionais, mas reconhece também, que não conseguiu beneficiar a maioria da população, devido ao caráter elitista da proposta que “[...] tem a considerar que os frutos do progresso só atingiram um pequeno contingente da sociedade amazônica” (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 9).

As interpretações institucionais conseguem detectar a implantação de alguns serviços de infra-estrutura, comunicação, transporte, energia elétrica, os complexos agro-minerais, a agropecuária, a SUFRAMA, que denominam de progresso. Mas não conseguem perceber o papel que a Amazônia está assumindo no contexto do capitalismo nacional e internacional, enquanto simples fornecedora de recursos naturais, sem nenhum critério que assegure a transformação regional na perspectiva da maioria de sua população.

Interpretando o momento de fundação do Projeto de Desenvolvimento da ditadura militar de 1964, “Operação Amazônia- 1966”, Ponte (2003) demonstra que o projeto não havia considerado os interesses das populações regionais e sim os do grande capital. O fato pode ser confirmado pelas análises oficiais, vinte anos após, ao afirmarem os documentos oficiais que na Amazônia “algum” crescimento econômico foi observado, vendo a região como fronteira, embora persistisse a hegemonia de outras regiões mais beneficiadas.

A grande questão que continua persistindo é a crença na teoria, de que o simples crescimento econômico conduzirá a região ao desenvolvimento social, quando na verdade, o presente expressa os resultados que deviam ser colhidos pelo capital e não para a parte, em particular; o equívoco institucional é pensar que:

[...] O resultado de tudo isso é que, decorridos cerca de 20 anos de lançamento das METAS E BASES PARA AÇÃO DO GOVERNO, a Amazônia, embora tenha experimentado algum crescimento na fronteira de possibilidades de produção e de renda real per capita, ainda continua subdesenvolvida. A primazia dos grandes centros de decisão (eixo sudeste – sul), sob todos os aspectos da sócio-economia, permaneceu, praticamente, inalterada, inclusive, em alguns casos, as diferenças foram acentuadas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 9).

O discurso oficial é dissimulador do passado, por seu conteúdo fetichizado sobre o projeto da ditadura como sendo portador do futuro desenvolvimento regional. Conceitos próprios da modernidade como os de prosperidade e progresso, compõem o ideário que fundamenta a ação oficial na região. Pode ser entendido

como um discurso dissimulador por não mencionar os processos efetivos de violência enfrentados pelos grupos subalternizados da região com a implantação da proposta desenvolvimentista.

Loureiro (1992), analisando as décadas de 1970 e 1980, mostra o processo de expulsão dos posseiros da região para ceder lugar para o capital marcado pelo assassinato de líderes camponeses para liberar terras para o grande capital, o pipocar de conflitos de várias ordens, os danos ambientais, a conversão da região em salva-vida econômico para as economias centrais e o esgotamento cultural e físicos das populações locais, especialmente as tradicionais.

Gros, ao prefaciar a obra de Loureiro (1997), comenta a história violenta marcada pelos conflitos agrários que vêm acompanhando o avanço da fronteira, na Amazônia (objeto do livro que prefacia), pontificado por uma racionalidade improdutiva de um determinado tipo de propriedade que, segundo a autora, as análises dos intelectuais orgânicos da ditadura tentaram banalizar para esvaziar o conteúdo comprometedor do ponto de vista dos direitos humanos, como expressa:

[...] A história violenta, que é alimentada sem cessar pelos conflitos agrários nesses lugares, de conquista, nos lembra que eles não impedem o avanço da fronteira. Porque, é junto com a frente pioneira, toda sociedade que se desloca com armas e bagagens, sonhos e ilusões. Assim, se reproduz às margens da sociedade global, ampliando-a sempre: um modelo de apropriação da terra fundada numa enorme injustiça e num absurdo econômico. Absurdo que pretende erigir como modelo de eficácia um sistema de propriedade que se traduz pela improdutividade de latifúndios desmesurados (que ocupam uma parte enorme do território nacional), pela exclusão cruel de homens e mulheres que poderiam aí trabalhar. Isto é uma obviedade, mas as análises sofisticadas dos teóricos da ditadura quiseram transformar esse absurdo em lugar comum, para servir à finalidade ideológica do regime. (GROS.Prefácio. In: LOUREIRO, 1997, p. 12).

Para Gros (In: LOUREIRO, 1997), a violência tem como gênese as opções econômicas, políticas e sociais que o Estado brasileiro vem fazendo ao longo de sua história, optando em favorecer, em um determinado momento os senhores de escravos, em outros os coronéis e finalmente os novos empresários da região, ensejando uma política fundiária que favorece a entrada do capital especulativo em detrimento dos interesses dos colonos, dos caboclos, índios etc., enfim um capital que degrada e se estende por imensas áreas, conforme argumenta:

[...] A essa via difícil – que teria rompido, definitivamente, com o Brasil dos senhores de escravos e dos “coronéis” e com o modo de dominação

paternalista – preferiu-se outra via. Uma política que, salvaguardando os interesses da grande propriedade fundiária, aí onde eles estavam fortemente estabelecidos vai encorajar a entrada maciça do capital especulativo do rentista nas fronteiras de expansão econômica, alias do machado dos colonos e nas terras de caboclos quando não se trata de terras de índio. Um capital predador que assume a forma de imensas fazendas na fronteira econômica, de limites de títulos duvidosos. Ao ocupante original, ao dono do posseiro, nada mais resta senão retomar a estrada, indo cada vez mais em frente e longe. (GROS. Prefácio. In: LOUREIRO, 1997, p.13).

O grande equívoco institucional é não perceber que mesmo antes da década de 80, já em 1966 com a implantação do Projeto Desenvolvimentista implantado na Amazônia, as suas perspectivas já estavam de acordo com os objetivos das instituições credoras internacionais, onde as relações entre o Estado brasileiro e a região eram de alteridade sendo esta percebida como “o outro”, o inferior, e devia se tornar o em si, isto é, se moldar aos interesses do capital, tanto nacional quanto internacional.

A implantação dos Pólos de Desenvolvimento na década de 80 - POLAMAZÔNIA é expressão do modelo imposto pelas elites hegemônicas. A crise apenas mudou os rumos dos desacertos que já estavam inscritos na proposta inicial e, posteriormente, nas adaptações realizadas no projeto ao longo dos últimos vinte anos, e que com a NR, em nome da estabilidade econômica, tomou outros rumos, porém sempre na perspectiva das elites, tendo contribuído para a aceleração do processo de desigualdade local, para o empobrecimento da população subalternizada, que já estava inscrita desde o momento de implantação do projeto da ditadura, ou seja, as observações contidas no documento oficial carecem de fundamentos maiores, como pode ser observado:

[...] A configuração da crise tem mostrado um quadro onde as taxas de inflação e endividamento interno e externo, de forma acelerada, geraram um estado de alta debilidade da economia nacional e, o que é pior, acelerou o processo de concentração na distribuição de renda e riqueza nacionais, empobrecendo a grande maioria da população do País e impedindo seu acesso ao mercado de bens de consumo. (BRASIL. SUDAM, 1986, p.9).

Os pontos essenciais de interferência que agiram na economia local não são percebidos em sua real profundidade, assim como as implicações do modelo econômico sobre o social; além disso, o modo como a apropriação dos recursos naturais vinham acontecendo na sua relação com o capitalismo internacional, não são levados em consideração no decorrer do texto, sua inserção no mundo da

mercadoria, onde a economia dita dual é parte, e onde o que os planos chamam “deformação” decorre do próprio processo de inserção da região no mundo.

Além do mais, deve ser observado o significado desta região na reorganização dos mercados e o papel que as regiões periféricas devem desempenhar no “novo” desenho do capitalismo internacional. O documento oficial, só em parte percebe as distorções que estão acontecendo, como é explicitado:

[...] Não há dúvida de que os fortes impactos negativos, gerados no âmbito da crise econômica nacional e que se projetam sobre a economia amazônica – tornando ainda mais agudas as dificuldades internas – têm repercussão na debilidade e nos desequilíbrios estruturais da economia regional. Entretanto, os grandes dilemas e os grandes desafios do subdesenvolvimento amazônico parecem estar vinculados a condicionamentos históricos, associados à implantação e expansão de uma estrutura econômica dual, deformada e incompatível com o estágio de desenvolvimento da sociedade regional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 9).

Os aspectos apontados pelas instituições que elaboraram o I PDA-NR, demonstram a falta de cumplicidade entre o Estado e as demais instituições estatais que têm a responsabilidade de implantar e executar a política econômica do Estado na região desde 1966. Ao mesmo tempo, assumem uma posição crítica, mas distante do que foi planejado e executado por elas mesmas.

A análise acontece sem demonstrar o menor comprometimento destas com o papel que exercem na política regional, ou seja, a tarefa de planejar e executar os projetos desenvolvimentistas implantados pelo Estado a partir da ditadura militar de 1964. Essas instituições comportam-se como se não se tratasse do mesmo Estado. É como se o Executivo da NR, no momento de formulação do IPDA-NR, fosse radicalmente diferente dos governos anteriores. A visão do poder é como se o País estivesse sendo governado por um gestor democrático, atento às reivindicações dos movimentos sociais brasileiros. Na verdade, trata-se de um ex-presidente do partido governista que havia apoiado os governos militares nas gestões anteriores.

Pode ser observado, por parte das instituições que produziram o documento em foco, um alto grau de concentração de investimento nas áreas urbanas. Mas, há também uma grande dependência das áreas periféricas às mesmas, provocada pelo esvaziamento de suas atividades, conforme comenta a comissão:

[...] De fato, sob uma política setorialmente seletiva e altamente concentradora dos investimentos nos grandes pólos urbanos, tem sido gerado um sistema que se caracteriza pela dependência das áreas

periféricas e em certos casos, por fortes indícios de esvaziamento econômico. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 9-10).

As questões levantadas no decorrer da elaboração do plano demonstram que os problemas regionais tenderam a se aprofundar (apesar das críticas que faz aos anteriores). Outro fator que dever ser considerado, mas o documento não enfoca é a relação da região com as orientações das instituições credoras internacionais e a crise como não sendo um fato isolado, mas como implicado no fenômeno mundial de reorganização dos setores produtivos e financeiros no mundo ocidental.

A proposta das elites internacionais no sentido de montar suas indústrias nas regiões periféricas para garantir taxas mais elevadas de lucro é um dos fatores que deve ser considerado para o entendimento da conjuntura de crise pela qual está passando à região e as mudanças de foco na proposta inicial.

A ênfase nos recursos naturais da região e a forma como esses recursos vêm sendo explorados é lembrada em todo o documento, mas este não menciona o vínculo do projeto desenvolvimentista implantado na Amazônia, com o projeto das elites nacionais e grupos econômicos internacionais. Este fato apresenta a crítica institucional como não tendo sentido. Não basta reconhecer que a região é rica e que a maioria da população é excluída; há necessidade de estabelecer as devidas relações destas com o movimento do capital e o projeto de hegemonia das elites nacionais e dos grupos internacionais. O documento não leva em consideração esse fato, conforme pode ser observado com a leitura do texto:

[...] Uma região extremamente rica com uma população extremamente pobre (Paradoxo da Abundância);

- uma estrutura social estanca e desequilibrada, no sentido de que, apenas uma parcela da população dispõe de um padrão de vida elevado. A grande massa da população, que vive no interior ou na periferia dos centros urbanos, apenas consegue sobreviver em níveis precários;
- uma economia industrial-urbana, localizada nas capitais estaduais/territoriais relativamente fortes em relação a uma economia interiorana fraca e dependente. Trata-se da economia agro-exportadora, de baixo nível técnico, descapitalizada, desassistida e, frequentemente, condenada a um padrão inferior;
- uma baixa densidade ocupacional e demográfica no interior e altas concentrações nas capitais;
- setores voltados para exportação, relativamente dinâmicos, em face de uma economia de subsistência estagnada com extrema carência de recursos financeiros e tecnológicos;
- persistência de técnicas empíricas multiseculares no aproveitamento dos recursos da natureza, como se observa, sobretudo, no que diz respeito ao solo, à floresta e à pesca, levando-a a uma contínua descapitalização. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 10).

As características regionais apresentadas pelo documento enfatizam a região de modo específico, desconsiderando as relações mantidas com os países centrais ao longo de sua história, como fornecedora de recursos naturais, no Brasil Colonial; das “drogas do sertão”, no Império; com a produção da borracha no final do século XIX e princípio do século XX voltado a ser no projeto desenvolvimentista, como, inicialmente, fornecedora dos recursos naturais; além dos desacertos da década de 80 e 90 com a implantação dos Grandes Projetos.

Inúmeros fatores devem ser considerados para o entendimento da conjuntura do período: a reprodução da riqueza para poucos e a reprodução da pobreza em abundância é uma característica não só da Amazônia, mas das regiões que mantêm relações tão subalternizadas com o capital.

O mesmo acontece com a atração que os centros urbanos no capitalismo exercem sobre a força de trabalho, esta também é uma tendência do capital a de atrair para o pólo dinâmico da economia a força de trabalho (MARX, 1968). Outro fenômeno que deve ser considerado é o fato da produção nas regiões periféricas estar voltada à exportação de recursos naturais, com a realização da mercadoria se processando no país de origem do capital. Esta é uma forma historicamente eficiente de manutenção da hegemonia dos países centrais.

A manutenção nas regiões periféricas de uma tecnologia defasada é também um dos elementos essenciais para a manutenção do projeto hegemônico das elites. O não enquadramento das áreas periféricas, do ponto de vista tecnológico no projeto da modernidade pode ser também, um modo de reproduzir relações de dominação econômica. O não enquadramento nos pressupostos racionais da modernidade, bem como conviver com escassos recursos financeiros, facilita a inserção da região no mundo do capital de modo subordinado e sob o controle do projeto hegemônico.

No momento inaugural do projeto desenvolvimentista da ditadura militar - a Operação Amazônia de 1966 - o Estado acenava com um crescimento econômico que conduziria a região ao desenvolvimento social. Passados vinte anos, a Amazônia, sob a égide do Estado brasileiro, continuava a atender às conveniências impostas pelo capitalismo internacional, mantendo, com este uma relação de alteridade. As populações locais, e especialmente as populações pobres foram excluídas em todas as fases da proposta, e continuam sendo consideradas

bárbaras, inumanas, inferiores (PONTE, 2003), como nos momentos anteriores de sua história.

O I PDA-NR reconheceu os desacertos trazidos pela intervenção dos projetos desenvolvimentistas anteriores, pontuando fatos levantados por estudiosos sobre a região, mas ainda nessa fase não reconhece e não considera a cultura regional como importante no que diz respeito à reprodução da existência sob a forma de grupo excluído, e nem a convivência com o grande capital garantindo seus interesses.

Entretanto, embora haja fortes informações sobre a consciência e sobre os diversos modos de produzir em uma sociedade, como é o caso da França, a comissão institucional do I PDA-NR homenageou a região, como manda o receituário desenvolvimentista.

Gros, ao prefaciar o livro de Loureiro (1997), comenta a violência, citando que a barbárie que se abateu sobre a Amazônia, após a intervenção desenvolvimentista podia ter sido evitada. Lembra que a França conviveu com modos de produzir diferentes, mas preservando os interesses locais, como demonstra:

[...] a França, país pequeno, mas o segundo do mundo em exportação de produtos agrícolas forjou grandemente seu êxito agrário na base de propriedades familiares de vinte a trinta hectares [...] com uma reforma agrária bem menos radical que a da Coréia, do Taiwan ou do Chile [...]. (GROS. Prefácio. In: LOUREIRO, 1997, p. 12).

O projeto desenvolvimentista implantado pelo Estado brasileiro na Amazônia a partir de 1966 divergia das propostas anteriores. Enquanto até o Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia a política traçada tinha como ênfase a população local, o projeto de desenvolvimento da década de 60 estava interessado em atender os interesses do capitalismo internacional e das instituições credoras internacionais, como menciona Skidmore (*apud* PONTE, 2003):

[...] Na estratégia para o desenvolvimento, o governo Castelo Branco divergia fortemente de política dos regimes anteriores. Havia antes de tudo forte ênfase na necessidade de satisfazer as autoridades financeiras internacionais e dos principais credores estrangeiros como pré-requisito para ulterior desenvolvimento do Brasil. (SKIDMORE *apud* PONTE, 2003, p. 383).

O documento espelha de modo preciso as condições geográficas regionais, o processo de ocupação do espaço físico regional desde a década de 60, as

implicações advindas com o modelo de ocupação. Reconhece as bruscas transformações processadas na região do ponto de vista da ocupação do espaço físico e sua relação com os altos índices de migração no período, com uma taxa de migração de 22,8% ao ano, com um percentual de 23 pessoas em cada 100, residindo em município diferente do seu município de origem (BRASIL. SUDAM, 1986). Entretanto, os objetivos, os interesses que estavam em jogo, do capitalismo internacional e das instituições credoras internacionais, não são referidos pelo I PDA-NR.

O texto também omite a mudança da política econômica regional e sua relação com a crise internacional, com as mudanças políticas que vêm acontecendo em outras sociedades, principalmente, as introduzidas na política econômica dos EUA, com o governo Reagan, e com as imposições do Consenso de Washington na década de 80, estimulando que as indústrias dos países centrais sejam implantadas nas regiões periféricas, mas com a realização da mercadoria nos países de origem. Pode ser observado, analisando a conjuntura brasileira do período, que a política é do Estado brasileiro para a Amazônia incorporou o ideário desenvolvimentista no primeiro momento, mas que, a partir da década de 80, seguiu as imposições das instituições credoras internacionais.

As observações documentais sobre o processo migratório na região demonstram ter havido uma ocupação desordenada desta, com fluxo populacional concentrado nos centros urbanos devido à penetração do capital no campo, principalmente na década de setenta, fato decisivo para a ocorrência dos conflitos agrários. A terra a partir de agora estará, a qualquer custo, disponível para o capital.

Nesse contexto, a qualidade de vida das camadas subalternas tendeu a se deteriorar mais ainda do que comumente acontecia, na medida em que o conceito de propriedade vai sofrer outra leitura. A partir de agora é o Estado e instituições afins que vão impor os critérios, definindo o conceito de propriedade, de acordo com os objetivos das grandes empresas que devem ser incentivadas a se alocarem na região na busca do lucro. Eis como o texto oficial analisa as mudanças que estão acontecendo na região:

[...] De um modo geral, as políticas de desenvolvimento preconizadas para a região têm-se revelado pouco eficazes na internacionalização dos efeitos onde o emprego, reforçando a tendência concentradora das atividades em torno de umas poucas Unidades Federais, especialmente, Pará e Amazonas. A par disto, a penetração no campo tem determinado a

desarticulação de atividades tradicionais no meio rural, estimulando sobremaneira, o êxodo rural-urbano que, associado à intensificação dos fluxos migratórios redundam no aumento das tensões sociais na luta pela terra, no inchamento das cidades, no crescimento dos índices de desemprego urbano e em última análise, na deterioração da qualidade de vida da população. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 12).

A história da acumulação capitalista na Amazônia, a partir da década de 60, apresenta semelhanças com a dos países centrais quando o capitalismo para atender às necessidades de sua reprodução, penetrou no campo, expropriando a população camponesa e transformando-a em exército industrial de reserva para o capital (MARX, 1968). É o momento marcado pela violência com relação aos excluídos de sempre.

O século XIX europeu pode servir de exemplificação sobre a violência contida no processo de expropriação pelo capital. A expropriação em massa da população camponesa francesa e inglesa, transformando a força de trabalho disponível para o capital, levou Paris e Londres a serem cidades com levas de desempregados, de mendigos, de andarilhos, se reproduzindo em condições subumanas, vagando pelos becos, causando temor à população abastada, e constituindo tema relevante para a literatura na busca de espelhar tal realidade, como se expressa Bresciani (1982):

[...] A multidão, sua presença nas ruas de Londres e Paris do século XIX, foi considerada pelos contemporâneos como um acontecimento inquietante. Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem frequentemente associada às ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. (BRESCIANI, 1982, p.10).

Os conflitos ocorrem quando a “civilização” tão propalada pelo discurso da modernidade não chega aos subalternos e quando o Estado e suas instituições ficam à disposição do invasor; quando as instituições que deveriam ser públicas trabalham de modo privado, beneficiando os poderosos e seus aliados, como se expressa Gros (Prefácio. LOUREIRO, 1997) quando menciona os motivos dos revides das camadas subalternizadas da sociedade:

[...] O drama e a revolta nascem, precisamente, quando a civilização esperada toma a forma do grileiro, do fazendeiro e seus capangas; quando a força pública encarregada de proteger o cidadão, seja ele ou não um colono analfabeto, dá cobertura à desordem e se privatiza; quando a justiça

à qual se apela é sem poder e vontade. Então, se nada a canaliza em sua direção, se toda esperança de ser entendido parece perdida, a revolta se transforma em violência, autodefesa ou vingança. (GROS. Prefácio. LOUREIRO, 1997, p. 14).

Os estudos sobre a década de setenta na Amazônia ressaltam as relações entre Estado e sociedade, focalizando, especificamente as camadas excluídas, marcadas pela violência. Loureiro (1997), analisando o conflito da Gleba Cidapar, lembra como a história brasileira se caracteriza pela violência, principalmente quando está em discussão a questão da terra, conforme argumenta:

[...] A história de alguns dos maiores movimentos e conflitos sociais do Brasil, principalmente aqueles ligados aos camponeses e à terra está marcada pela ação repressiva e violenta do Estado e pela perda, às vezes total, dos membros do grupo. Isto ocorre desde os primeiros momentos do Brasil como nação. (LOUREIRO, 1997, p. 33).

O papel do Estado como elemento central da sociedade brasileira na vida política, econômica e social, para garantir o processo de acumulação do capital é questionado por Loureiro (1997). O Estado assume formas violentas e excludentes de conduzir suas políticas públicas com relação aos grupos subalternos de um lado e o privilégio dos grupos oligárquicos do outro:

[...] O que se questiona é a forma perversa como o Estado brasileiro propõe essa acumulação através de um modelo que, de um lado, forma massas excluídas da condição de beneficiários de políticas e que, por isso, vão-se tornando cada vez mais empobrecidas e cada vez mais numerosas. (LOUREIRO, 1997, p. 37).

Com relação ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar de 1964, este estava voltado para a concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos. Optou por políticas de incentivos fiscais que, em nome de poucos, encareciam o sistema, gerando ao mesmo tempo terras ociosas e contingentes significativos de não proprietários, de expropriados e de desempregados. Este fato conduziu aos conflitos agrários que marcaram o período, como se manifesta Loureiro (1997):

[...] O governo militar brasileiro optou por tomar o sentido oposto ao curso da história mundial: aumentar terras, diminuir, a competição entre as unidades produtivas, garantindo-lhes políticas protecionistas, destinar-lhe recursos e, com isso, foi encarecendo a manutenção do sistema. Além disso, proporcionou condições para uma enorme ociosidade da terra, ao lado da formação de massas de despossuídos, sem-terra e sem trabalho. A

gestação dos conflitos de terra na Amazônia foi consequência da opção dos governos pelas políticas públicas elitistas, ao invés de políticas de democratização da sociedade. (LOUREIRO, 1997, p. 71).

As políticas introduzidas pelo Estado são políticas de reprodução da desigualdade, atraindo populações de outras regiões periféricas para a Amazônia, como nova área de fronteira. Elas sustentam disputas pela posse das terras entre “nativos” e migrantes por trabalho e sobrevivência, como comenta Loureiro (1997):

[...] Na periferia econômica do país, isto é, na fronteira econômica, as políticas públicas restauram a legislação, os programas e a prática administrativa que reproduzem a desigualdade social, de forma que ela se torne, de um lado, o lugar de destino de muitos que não subsistiram às pressões do “centro” dinâmico do país e por isso mesmo migraram; mas é também o lugar onde os conflitos se estabelecem entre os chegantes e os naturais, estes últimos impactados pela estrada, tanto de novos capitais favorecidos politicamente, como dos migrantes que passam a disputar com eles um novo espaço de trabalho e vida no lugar. (LOUREIRO, 1997, p. 72).

Na “Operação Amazônia” de 1966, o Estado ditatorial brasileiro promete conduzir a região, por meio do seu projeto de integração ao desenvolvimento. No I PDA-NR, a dissimulação toma a perspectiva inversa: são as mesmas instituições que elaboram os diversos projetos para a Amazônia que, na década de sessenta e, posteriormente, não acenam mais com o progresso, o desenvolvimento. O discurso deixa de ser uma promessa para ser de “reconhecimento” dos desmandos trazidos com a implantação do projeto desenvolvimentista na região. Crítica a violência, a concentração de riqueza e a exclusão das camadas subalternas advindas com a implantação do projeto.

A avaliação da comissão que elaborou o I PDA-NR, sem assumir os desacertos cometidos contra as camadas excluídas e concordando que a proposta conduziu a Amazônia à estagnação, ao desemprego e à subutilização de suas potencialidades de desenvolvimento econômico; não sugere alternativas, quando diz: “[...] O panorama mais é de uma socioeconomia estagnada, de fortes conotações locais, onde o desemprego, o subemprego e a utilização das potencialidades parecem marcar o compasso do lento crescimento da economia local” (BRASIL.SUDAM, 1986, p. 13).

As reivindicações institucionais decorrem do fato da região não haver cumprido o papel do qual devia ser destinatária, de se transformar em mercadoria a ser explorada até a sua exaustão. Ao contrário do século XIX, quando Paris se

transforma para atender às exigências da mercadoria, como demonstra Walter Benjamin (2006) em *Passagens Parisienses* e Balzac (1992) em *O Xale de Selim e Outros Contos*, também quando fala de Paris do século XIX e sua transformação no sentido de atender às relações de troca, para melhor cumprir o seu dever de fetiche.

No Brasil, especificamente na Amazônia, a criação, em termos mais teóricos do que práticos, a criação da infra-estrutura física constitui no discurso oficial o grande mote para atrair capitais estrangeiros para investir na região. O uso maciço dos meios de comunicação e toda propaganda das instituições responsáveis pela política regional reforçaram a alienação de amplas camadas da população brasileira e regional quanto ao que ocorria na Amazônia. A propaganda dos seus recursos naturais continuava a ser exposta como forma de enriquecimento dos investidores, sem nenhuma restrição e ignorando os malefícios que podiam causar (PONTE, 2003).

Enquanto o capitalismo no século XIX conduzia às cidades levas de camponeses expropriados, a exemplo da França e da Inglaterra, e parte desta era incorporada ao mercado de trabalho sob a forma de exército industrial de reserva (MARX, 1968), ao mesmo tempo as cidades eram transformadas de modo a encantar os consumidores com seu fetiche, na Amazônia o processo de rapina de seus recursos naturais e a exclusão das populações pobres se efetivou sem nenhum constrangimento.

O discurso oficial reconhece que a inserção da Amazônia no mundo do capital de modo contínuo, trouxe sacrifícios e exclusão dos não contemplados nos diversos programas do governo implantados na região. Porém, o fato é encarado como uma anomalia passageira, quando na verdade, tais sacrifícios sempre estiveram presentes nos diversos momentos da história regional e inscritos na proposição desenvolvimentista, na medida em que a política de Incentivos Fiscais adotou critérios que são excludentes, onde os não contribuintes do imposto de renda, ou seja, os de baixa renda estão excluídos da proposta. Outras formas de exclusão podem ser constatadas como a política de ocupação dos espaços geográficos provocando especulação imobiliária, conforme indica o I PDA- NR:

[...] Essa situação particulariza distorções, disfunções e certa indisciplina alocativa que particularizam o uso nem sempre eficiente dos recursos, os quais resultam em ponderáveis sacrifícios para a sociedade como um todo e, em particular, para as camadas mais vulneráveis da população. Nas capitais é flagrante o desperdício no uso do solo e espaço valorizado pelos

investimentos públicos que, além de provocar o crescimento da especulação imobiliária, ainda tem o inconveniente de elevar o custo social da ocupação de áreas e provocar a marginalização de ponderáveis contingentes populacionais. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 14).

Pode ser percebido o reconhecimento pelas instituições estatais de que o projeto implantado pela ditadura militar por meio dos sucessivos PDAs até o da NR trouxe a desigualdade, os conflitos agrários, a degradação da qualidade de vida das classes subalternas com atuação setORIZADA dos governos locais. Impressionante é o fato de que parte dos intelectuais orgânicos que programaram o projeto da ditadura se imaginava intelectuais orgânicos das classes subalternas, mas na verdade atuaram no planejamento regional como intelectuais orgânicos das elites regionais. A participação ativa desses intelectuais na elaboração da proposta não evitou que esta fosse desfavorável aos interesses dos excluídos locais, mas favorável aos interesses dos grupos que eles terminaram por representar com suas ações. A perspectiva da análise é equivocada e substitui uma dissimulação por outra, como pode ser observado analisando-se o texto oficial:

[...] Na Nova República critica ao projeto anterior e sem perspectiva de um novo devir, como explana o documento: A rigor, o quadro da vida urbana atual de desigualdade, tensões sociais e processos deteriorados de condição de vida que estão relacionados, de um lado, com a baixa dinâmica da sócio-economia local e, de outro lado com a prática da política governamental setORIZADA, estribada por uma visão tecnoburocrática tutelada e distante das pressões que se avolumam no cotidiano das relações sociais e econômicas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p.13).

O incentivo à ocupação indiscriminada da região pelo capital produtivo por meio da criação de infra-estrutura e dos incentivos fiscais, transformando a região em mercadoria disponível ao capital, produziu a subsunção dos interesses regionais aos dos grupos hegemônicos, como interpreta Ponte (2003), ao referir-se ao momento de fundação da proposta na região. As medidas tomadas para a viabilização do projeto produziram e continuam produzindo a violência no campo, o empobrecimento das populações subalternas de um lado e o enriquecimento das elites de outro, de cuja proposta era destinatária.

Na conjuntura do período em estudo há um reconhecimento por parte do Estado de que as intervenções na região conduziram esta ao inchamento das suas cidades, em função da atração que exerceram sobre as populações expropriadas; também foi constatado o baixo nível salarial e as carências de força de trabalho

qualificada em virtude das péssimas condições da educação na região, questões reconhecidas como relacionadas às relações entre o capital e a população local, como se manifesta a análise do documento:

[...]

- grande inchamento do mercado de trabalho;
- baixos níveis de remuneração com elevada concentração de remuneração, com elevada concentração em torno do mínimo ou abaixo dele;
- baixos níveis de recuperação, com elevada concentração em torno do mínimo ou abaixo dele;
- falta de qualificação de parcela substantiva da mão-de-obra, aspecto que mantém íntima relação com a situação educacional precária;
- formas de exploração aviltante nas relações de trabalho;
- alta rotatividade de mão-de-obra e a consequente insegurança da classe trabalhadora;
- quase total descaso, por parte do capital, com mecanismo que evitem altos índices de acidentes de trabalho, doenças profissionais e poluição ambiental, etc. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 15).

As observações contrariam as propostas oficiais há mais de vinte anos – quando o discurso oficial (citando Myrdal e Rostow, indiferentes ao fato de que esses teóricos são ideologicamente opostos); argumentam a necessidade do aperfeiçoamento, a criação de instituições de ensino para desenvolver a região, como menciona Ponte (2003).

Na perspectiva institucional, a intervenção econômica oficial na região nos últimos anos tem sido caótica. A intervenção estatal nas diversas esferas que compõem a realidade econômica, política e social apresenta problemas quando percebida na perspectiva dos ausentes da proposta desenvolvimentista, fenômeno apontado pela formulação do I PDA-NR como inerente ao modelo e à inserção da Amazônia no contexto econômico externo, como explicita a comissão:

[...] No que diz respeito ao setor educacional, especificamente, os déficits quantitativos e qualitativos existentes na Amazônia, refletem, sem dúvidas as deficiências educacionais que também são vigentes no país, guardando inclusive uma relação direta com a estrutura econômica de produção brasileira. Na verdade, a análise da situação educacional, na região, insere-se num contexto mais amplo, qual seja, relação de dependência econômica externa do país com o mundo desenvolvido. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 16).

Na elaboração do I PDA- NR, a teoria desenvolvimentista é deixada de lado. Os argumentos são de constatação de que as medidas adotadas nos momentos anteriores foram inadequadas. Inconscientemente ou conscientemente, a

dissimulação apresenta argumentos que contrariam o ideário anterior. Não se fala mais em romper o círculo vicioso da pobreza, mas em criticar as diversas formas de intervenção oficial na região. O momento não é de descrença na teoria desenvolvimentista, mas de confissão de que o círculo vicioso não foi rompido e que, muito pelo contrário, houve um aprofundamento dos seus problemas, como pode ser observado pelo retrato das condições locais por ocasião da elaboração do documento:

[...] Na Amazônia, inúmeros fatores contribuem para o agravamento dos problemas de educação. Além do centralismo administrativo, técnico e financeiro, das desigualdades sociais e de renda, do elevado nível de pobreza absoluta da população regional, das graves carências nutricionais e escassez de alimentos básicos para a parcela substancial da população, acrescenta-se, a seguir, outros de caráter específicos como o setor educacional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 17).

Em grande parte do texto citado as péssimas condições em que a educação se encontra são mencionadas. Há um reconhecimento de que o estrangulamento na educação decorre das péssimas condições infra-estruturais das escolas, dos baixos salários dos docentes, do desconhecimento das condições econômicas e sociais da região, dos currículos inadequado adotados pelas escolas e à revelia das condições locais, da carência de pesquisas que sirvam de apoio à atuação profissional de modo eficiente, no que a análise tem razão, embora a função dos órgãos locais deva ser a de propor formas de intervenção capazes de alcançar os objetivos pretendidos, com explicita à formulação:

[...] Paralelamente aos fatores mencionados, deve-se ressaltar, ainda, como um dos pontos de estrangulamento do setor, a não distribuição da rede escolar, a falta de equipamentos e de materiais didáticos, as péssimas condições de estrutura e de instalação física das escolas, os baixos padrões de remuneração salarial de pessoal técnico, docente e administrativo das unidades escolares, além da inadequação dos currículos e programas à realidade regional e a insuficiência de estudos e pesquisas direta ou indiretamente voltadas para a análise do problema educacional. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 18).

Nos anos anteriores havia certo fetiche quanto às possibilidades de desenvolvimento da região; na década de 80, embora do ponto de vista teórico não se acredite que o planejamento seja a solução para todos os males, como quer fazer crer a modernidade, ainda assim para a comissão que elaborou o documento, este continua a ter um poder mágico. Ontem como hoje, institucionalmente, é

reivindicada a necessidade de planejar como forma de encontrar saídas mágicas para os problemas estruturais da Amazônia.

A Amazônia como mercadoria a ser trocada com turistas, com investidores, é tema sempre recorrente quando o desenvolvimento da mesma está em discussão. Embora haja um reconhecimento de que os problemas trazidos nessas relações são devido ao fato de que a proposta foi pensada com vistas ao sucesso da acumulação da riqueza e não para solucionar os problemas dos excluídos de sempre. Ao final das contas, a crítica oficial termina por se tornar, ainda que involuntariamente, uma dissimulação. A questão é exposta desta forma:

[...] Assim, a despeito de todo potencial turístico e cultural existente na Amazônia, visualiza-se que o patrimônio histórico cultural, as atividades artístico-populares, a produção artesanal não têm sido objeto de uma planificação adequada, no sentido de desenvolver tão importante setor da atividade humana. Na verdade, o problema reflete uma diretriz de política econômica que, ao privilegiar o capital, submete os projetos culturais a um total descaso, já que estas, por essência, não produzem lucro imediato, que assegurem a curto e médio prazos, o retorno dos investimentos (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 19).

Pode ser constatado que o projeto desenvolvimentista da década de 60 não pretendia defender os interesses regionais, mas do grande capital. Esse fato não é questionado pela comissão que elaborou o I PDA-NR, por isso, sua crítica parece ilógica, descontextualizada, carente de fundamentos.

Os índices de doenças na região foram enfocados de modo enfático no documento oficial, também as condições sanitárias precárias da região, segundo este, ficaram muito a desejar, tendendo a se agravar com a continuidade do projeto desenvolvimentista, em decorrência do modo como se processou a ocupação espacial local e em função das opções feitas pela proposta. Foi observada a tendência, pelas condições sanitárias existentes, de haver possibilidades concretas de propagação das epidemias, conforme conclui a análise das condições sanitárias da região:

[...] Outro aspecto a destacar, diz respeito ao quadro nosológico regional que vem assumindo feição reconhecidamente grave, em certas áreas, quanto a incidência e prevalência de determinadas atividades. Neste sentido, o modelo de desenvolvimento regional, de que tem resultado uma ocupação desordenada e descontrolada do espaço Amazônico, que rompe com o equilíbrio ecológico, concorre passivamente para a incidência de certas doenças e criação de novas condições de transmissão e contágio de outras. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 21).

Os comentários sobre as questões epidemiológicas indicam agravamento das questões vinculadas à saúde, educação, colonização etc., de um lado; e de outro, o aumento do processo de concentração da renda e valorização do capital. Em parte a análise do contexto amazônico, após 1966, enfatiza o agravamento das questões sociais, a forma de reprodução da vida, e como a opção por um determinado modo de inserção do capital na região acarretou, segundo o comentário:

[...] Os problemas sociais com que se depara, hoje, a Amazônia tem, como pano de fundo, uma política de valorização do capital que, na prática, tem reproduzido e exacerbado as condições a ele inerente, até então, só observados em áreas de capitalismo mais avançado. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 23).

As informações institucionais contidas no I PDA-NR concluem que a proposta desenvolvimentista implantada com a ditadura de 1966 para a região trouxe concentração de terra, hegemonia da pecuária sobre as demais atividades, conduzindo a região aos conflitos agrários, com a expansão da fronteira agrícola, como se manifesta:

[...] Nesta perspectiva verifica-se que as políticas desenvolvimentistas regionais, estabelecidas pelo próprio Estado, têm concorrido, sobremaneira, para a concentração de terra, o privilegiamento da pecuária e, por conseguinte, para o acirramento dos conflitos sociais no campo, da luta pela terra, inibindo a expansão da fronteira agrícola. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 24).

Ao prefaciar o livro de Loureiro (1997), sobre conflitos agrários advindos com a implantação da proposta desenvolvimentista, Gros (In: LOUREIRO, 1997) comenta que estes expressam a violência sob a qual tem vivido a região ao longo de sua história, a partir de um modelo de propriedade que conduz ao processo de expulsão e exclusão de homens e mulheres que a ditadura “transformou” em lugar comum, como afirma:

[...] A história violenta que é alimentada sem cessar pelos conflitos agrários nesses lugares de conquistas, nos lembra que eles não impedem o avanço da fronteira. Porque junto com a frente pioneira é toda uma sociedade que se desloca com armas e bagagens, sonhos e ilusões. Assim, se reproduz às margens da sociedade global, — há sempre um modelo de apropriação da terra numa enorme injustiça e num absurdo econômico. Absurdo que

pretende erigir como modelo de eficácia um sistema de propriedade que se traduz pela improdutividade de latifúndios desmesurados (que ocupam uma parte enorme do território nacional), pela expulsão e pela exclusão cruel de homens e mulheres que poderiam aí trabalhar. Isto é uma obviedade, mas as análises sofisticadas dos teóricos da ditadura quiseram transformar esse absurdo em lugar comum, para servir à finalidade ideológica do regime (GROS. Prefácio. In: LOUREIRO, 1997, p. 12).

Na sociedade moderna dos países centrais, que convive com a democracia, a violência é institucionalizada e está sob o controle do Estado. O Estado se apresenta como o detentor do poder de vir e ir do cidadão, de condenar, prender, cercear até o direito de fala, como comenta Loureiro (1997):

[...] Assim sendo, nas modernas sociedades, o Estado é o único detentor e executor da violência física nas sociedades, o que o autoriza a prender, a condenar, a cercear os direitos de vir e ir, a expulsar do país, a vigiar pessoas e instituições etc. Estas ações se fazem fundadas na legitimidade, posto que elas são desencadeadas pelo Estado para eliminar privilégios de minorias e assim, generalizar o bem estar pela sociedade em geral. (LOUREIRO, 1997, p. 74).

O que pode ser constatado é que o modelo econômico implantado pela ditadura militar de 1964 exigia, para privilegiar as elites nacionais e internacionais, medidas que pudessem subverter a ordem existente, ou seja, promover a desocupação das terras pelos grupos de moradores em detrimento do capital, reservando à iniciativa privada as benesses deste processo de expulsão - a liberação da terra pela expropriação dos colonos e posseiros da região.

No decorrer do processo, sob o regime ditatorial, o Estado compartilhou com as instituições privadas o uso da força para manter a proposta na perspectiva prevista. A expulsão de moradores por fazendeiros, grileiros e pistoleiros, sem nenhuma interferência jurídica, foi comum à época, como analisa Loureiro (1997):

[...] O Estado dividiu, na prática, o exercício da violência - necessária à expulsão dos moradores - com o setor privado (empresas, fazendeiros, grileiros e pistoleiros). Assim, o Estado se liberou, em parte, dessa atribuição, fixando-se mais em outras atividades, enquanto permitia que o processo apropriação fosse viabilizado pelos setores privados. Com essa transferência (implícita) de poder para grupos econômicos, a expulsão de posseiros sem controle do Estado se vem dando com maior rapidez do que seria possível se o processo dependesse dos outros procedimentos administrativos e jurídicos ministrados. (LOUREIRO, 1997, p. 74).

Como o modelo econômico era excludente a maioria da população, embora fora da política econômica, conviveu com a repressão estatal como forma de conter

suas reivindicações. A violência institucional foi comum à época. O extermínio de lideranças sindicais, também, fato que se estenderá até os dias atuais. Loureiro (1997) demonstra as formas encontradas pelo Estado para manter os excluídos sob controle, usando a repressão por meio da estrutura policial, administrativa e burocrática do governo, e a serviço das minorias, as quais representava, como comenta a autora:

[...] como a natureza do modelo econômico para a Amazônia era por si próprio excludente e por isso rejeitada pelas camadas populares, a consequência lógica foi colocar os serviços administrativo-burocráticos do governo a serviço de quem aproveitaria e valorizaria o modelo e para os quais o sistema poderia servir eficazmente – os empresários. (LOUREIRO, 1997, p. 75).

A análise oficial conclui que a política desenvolvimentista para a Amazônia foi pouco eficiente, desarticulou as atividades tradicionais no campo, sem ter criado uma política de emprego e renda advinda com o êxodo rural e, ao mesmo tempo, potencializou os conflitos pela terra, piorando os níveis de reprodução de existência pelos grupos subalternos.

O próprio discurso oficial reconhece que o Estado trapaceou a maioria da população, dizendo-se portador do desenvolvimento e de fato, agravando a desigualdade, aumentando os conflitos sociais, degradando as condições de reprodução de vida dos excluídos e tudo isso, segundo a Comissão, via política pública setORIZADA, com base em uma visão técnico-burocrática tutelada, sem levar em conta as pressões concretas do cotidiano, como se manifesta:

[...] A rigor o quadro da vida urbana atual reflete um panorama de desigualdade, tensões sociais e processos deteriorados de condições de vida que estão relacionados, de um lado, com a baixa dinâmica da sócio-economia local e, de outro lado, com a prática da política governamental setORIZADA, estribada por uma visão técnico-burocrática tutelada e distante das pressões que se avolumam no cotidiano das relações sociais e econômicas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 13)

Para “solucionar” os desacertos advindos com a intervenção estatal na região, medidas paliativas são pontuadas como problemáticas que dividem o foco da relação entre capital e trabalho. Para este último restou os baixos níveis salariais, inchaço do mercado de trabalho, carência de qualificação da força de trabalho, formas aviltantes de exploração da força de trabalho, rotatividade de força de

trabalho, altos índices de acidentes no trabalho e despreocupação do capital em garantir a reprodução da força de trabalho.

No momento de fundação do Projeto desenvolvimentista na região, a “Operação Amazônia – 1966”, o Estado, citando os teóricos desenvolvimentistas, afirma que havia necessidade da criação de instituições educacionais para o desenvolvimento poder se processar, pois a força de trabalho local estava despreparada para desenvolver a região.

Pode ser constatado, vinte anos após a implantação do projeto que as instituições estatais responsáveis pela implantação do projeto inicial confessam crer ainda fervorosamente no planejamento como solução para todos os males, mas também sabem que para solucionar a questão educacional devia ser considerada a dependência econômica do país com relação aos países hegemônicos, a centralização administrativa e gerado programas capazes de garantir o suprimento das carências nutricionais da população pobre da região, de incorporar as camadas sociais excluídas, até agora fora da proposta desenvolvimentista para a região. Alertava para o risco de nos tornarmos eternos fornecedores de matéria-prima para os países centrais e perpetuar a posição desses.

O I PDA-NR, além de não compartilhar com o conjunto estatal quanto às responsabilidades decorrentes dos diversos momentos de implantação da proposta desenvolvimentista, critica as mazelas trazidas pelas formulações anteriores por não ter contemplado os interesses das camadas subalternas. A mesma afirmação faz Costa (1987), ao analisar os Grandes Projetos. Demonstra que do ponto de vista do desenvolvimento econômico houve crescimento econômico e que os interesses regionais não foram levados em consideração no momento de integração da região ao projeto nacional. Esse fato foi decisivo para que os problemas regionais do ponto de vista social tenham se aprofundado.

Inúmeros fatores são mencionados pela comissão como tendo contribuído para a degradação das condições de reprodução da vida local, como a centralização das decisões, a carência de um programa para a produção de alimentos voltada para suprir as carências regionais e outros, como segue:

[...] Na Amazônia, inúmeros fatores contribuem para o agravamento dos problemas da educação. Além do centralismo administrativo, técnico financeiro, das desigualdades sociais e de renda, do elevado nível de pobreza absoluta da população regional, das graves carências nutricionais e escassez de alimentos básicos para parcela substantiva da população,

acrescentam-se, a seguir outros de caráter mais específicos do setor educacional. Os mais graves problemas situam-se no ensino de 1º grau, como início de todo o processo educativo que se pode inferir alienante e de baixa qualidade. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 17).

Quanto às questões culturais, as observações efetuadas afirmam que não houve valorização da cultura regional, e que a gênese da questão está na opção política, econômica e social da proposta desenvolvimentista, que está voltada para a produção do lucro a curto, médio e longo prazo, como enfatiza as observações do documento:

[...] Na verdade, o problema reflete uma diretriz de política econômica que, ao privilegiar o capital, submete os projetos culturais a um total descaso, já que estes, por essência, não produzem lucro imediato, que assegure a curto e médio prazo, o retorno dos investimentos. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 15).

No que diz respeito à saúde, a reflexão institucional é contraditória. Por um lado atribui ao modelo enquanto concentrador da renda, o papel de provocador da desorganização na área da saúde, educação; e por outro, ao baixo nível dos rendimentos, provocando a subnutrição e as doenças, como retoma constantemente o texto em suas observações.

Ainda no que tange aos aspectos de saúde, a situação revela-se, também, bastante delicada, refletindo, de um lado, os efeitos de uma política de desenvolvimento concentrada de renda e, de outro, as distorções e a inadequação do padrão vigente de organização e funcionamento dos serviços de saúde.

Com efeito, o baixo nível de rendimento auferido por parcela substancial da população amazônica se traduz, como não poderia deixar de ser, em precárias condições de vida. Resulta daí a subnutrição, a incidência de doenças provocadas por estas, as infecções que passam despercebidas, mas funciona como fonte de transmissão, a incidência de doenças sexualmente transmissíveis, devido à inexistência de práticas de educação em saúde, e não raro, à inadequação de soluções adotadas quanto à qualidade de água e ao destino dos resíduos sólidos (BRASIL. SUDAM, 1986).

No item Colonização, o documento enfoca o caráter do processo de valorização do capital, a implantação de uma estrutura agrária concentradora na propriedade da terra, acompanhada de uma modernização pontuada de algumas atividades econômicas, com produção prioritariamente voltada para exploração de recursos naturais, provocando o aprofundamento da desigualdade econômica, social

e política, considerando que a modernização no país, nas áreas rurais, tem incorporado extensas áreas, acompanhada da concentração de renda, como é o caso da Amazônia, como diz o documento:

[...] Os problemas sociais com que se depara, hoje, a Amazônia tem como pano de fundo, uma política de valorização do capital, na prática, tem reproduzido e exacerbado as contradições a ele inerentes, até então, só observados em áreas de capital mais avançado.

Fatos, historicamente, constatados desse processo configuram-se, também, através de uma estrutura agrária altamente concentradora quanto à propriedade da terra e, ainda, da inserção plena da agricultura neste contexto, via modernização altamente intensiva do capital, voltado para a exportação. Este quadro determina reflexos sociais já conhecidos tais como o aumento das desigualdades regionais, mais especificamente, dos desníveis econômicos e sociais individuais. Isto porque, a modernização do campo, no Brasil, implica na ampliação e incorporação de extensas áreas de cultivo e, conseqüentemente, numa rápida expropriação de pequenos produtores. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 15).

A expansão da fronteira é vista no I PDA-NR como provocadora das tensões sociais e conflitos conduzidos pela ocupação desordenada do solo. Essas são percebidas pela comissão que elaborou o texto como decorrentes das políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Estado brasileiro, após 1966, na região, com a concentração da terra nas mãos de poucos, com prioridade à pecuária e na década de 80 com prioridade aos Grandes Projetos. Esse fenômeno contribuiu sobremaneira para a emergência dos conflitos agrários decorrentes da luta pela terra, como comenta a proposição:

[...] É sob esta ótica que se concretiza a recente ocupação do espaço amazônico, onde vem sendo reproduzidas situações de conflitos e tensões sociais, reflexo da forma desordenada e contraditória como vem acontecendo na incorporação de novas áreas ao processo produtivo.

Nesta perspectiva, verifica-se que as políticas desenvolvimentistas regionais, estabelecidas pelo próprio Estado, têm concorrido, sobremaneira, para a concentração da terra, o privilegiamento da pecuária e, por conseguinte, para o acirramento dos conflitos sociais no campo, da luta pela terra inibindo a expansão da fronteira agrícola. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 24).

O reconhecimento da política contraditória executada pelo Estado é também um dos pontos levantados. Há por parte dos intelectuais orgânicos institucionais, o reconhecimento de que as propostas que buscavam atender os projetos de colonização excluem os ocupantes das terras que ficam disponíveis para a exploração pelo grande capital.

Considerando que o setor terciário congrega mais trabalhadores que outros, embora não tenha apresentado crescimento significativo, a Comissão contesta a política de incentivos fiscais por favorecer o grande capital e não os segmentos produtivos que criam emprego. O setor agroindustrial é o estimulado em detrimento das pequenas empresas, como constata a proposta:

[...] Por outro lado, é de destacar, também que a política de incentivos fiscais, orientada para beneficiar as grandes empresas cria uma série de distorções na estrutura produtiva, haja vista que, marginalizando os pequenos empresários, que constitui o maior contingente das empresas regionais e o maior empregador de mão de obra local, reduz a possibilidade de aumento da produção regional e, o que é pior, cerceia ou não estimula a integração agro-industrial. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 26).

Os desacertos advindos do modo de integração, algumas vezes, são justificados pela falta de planejamento, outras pelo modelo de desenvolvimento adotado, que é altamente concentrador de renda. Nesse aspecto há um consenso entre os intérpretes sobre a atuação do Estado na região no que diz respeito à questão em foco.

A explicação para o baixo consumo *per capita* na região, como outras questões é atribuída à falta de planejamento. Nesse sentido, o discurso oficial é o da modernidade. A crença é a de que a ciência, a técnica e o planejamento serão suficientes, no futuro, para solucionar todos os problemas porventura existentes. O discurso “transforma” os interesses de poucos como se fossem de todos. Vejamos o que diz o texto:

[...] Como em geral, o consumo *per capita* da Amazônia é baixo, seria desejável que houvesse um planejamento mais global que pudesse atender, de uma maneira mais objetiva a grande demanda social e econômica da região, principalmente às dos centros urbanos de médio porte, atualmente com suas capacidades instaladas comprometidas com a demanda e, portanto, sem qualquer possibilidade de servir de base para a interiorização do processo de industrialização. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 32).

Os limites das instituições oficiais que elaboraram o documento (SUDAM, com a colaboração do Estado do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia e dos Territórios Federais do Amapá e Roraima. Colaboração do BASA e da SUFRAMA), são apontados pela falta de apoio do Governo Federal ao projeto de integração, do ponto de vista das instituições públicas em detrimento das privadas. É patética a posição institucional do I PDA-NR, ao criticar a ação do

Governo Federal, colocando-se como não fazendo parte deste. Ao criticar sem perceber as limitações institucionais, advindas da crise e da reformulação pela qual vinham passando as sociedades periféricas, especificamente, o Brasil e a Amazônia, no sentido de atender às exigências das instituições credoras internacionais. A política vigente na ordem do dia é fundamentada no neoliberalismo. Restrições afetam diretamente a política de Incentivos Fiscais adotada na região. Vejamos como o documento se manifesta quanto a junturas local:

[...] As restrições à atuação do BASA e do BANCORORAIMA como banco de desenvolvimento que, por se tratarem de instituições públicas, não podem competir com a rede privada pela escassez de poupança regional, não contando com recursos estáveis e específicos para elaborar programas e ações desenvolvimentistas. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 34).

O discurso do descaso e da ausência permeia a análise institucional. O texto, o discurso da ausência de políticas nos diversos setores: ausências de políticas econômicas que estejam em consonância com a cultura regional, ausência de uma política mineral, ausência de política de manejo, deficiência nas ações oficiais no que diz respeito à pesca artesanal etc.

Mas, ao contrário dos planos de desenvolvimento anteriores, o I PDA-NR não tem apoio em instrumentos jurídicos capazes de indicar o rumo que a política pública regional vai tomar. A crítica não vem acompanhada de mudanças que solucionem as formulações que são colocadas.

A riqueza de recursos naturais da região de um lado e a ausência de políticas públicas adequadas de outro, para melhor explorar aqueles, compõem o discurso oficial, quando o tema é dos recursos naturais da região. Estes são enfocados como “solução” às questões trazidas pelo projeto de integração desenvolvimentista. Este é o desejo das instituições que formularam o I PDA-NR (1986-1989): o aproveitamento máximo das riquezas naturais da região, de suas potencialidades como pontua o documento oficial:

[...] Neste momento, a região espera que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República assegure a utilização de suas potencialidades geoeconômicas e contemple as oportunidades de investimentos que apresentam, a fim de vencer os grandes desafios. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 38).

O discurso oficial quando o tema é recursos naturais da Amazônia é o da mercadoria, da troca com vistas à acumulação. Sobre este aspecto o documento tem coerência ao falar do que chama de oportunidade de investimento na agricultura, pesca, pecuária, indústria agropecuária, agroindústria florestal e madeireira etc. (BRASIL. SUDAM, 1986).

Em termos gerais, o documento consolidado pela comissão composta pelas instituições que tem a responsabilidade de planejar e executar a política pública regional, composta pelos representantes dos Estados: do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e dos Territórios Federais do Amapá e Roraima, colaboração do BASA e SUFRAMA, conclui:

[...] Que a Amazônia deve ser tratada de modo prioritário do ponto de vista de sua geopolítica pelo Estado brasileiro, com vistas ao desenvolvimento do país. Que a população da região seja levada em consideração, incorporando a população regional no processo de integração. Que novas fontes de geração de riqueza para atender às necessidades da região no momento, como expõe: a Amazônia deve ser encarada como uma prioridade geopolítica. É necessário, portanto, que seja visualizada, sob este ângulo, pelo Estado brasileiro, ao avaliar a sua efetiva incorporação ao processo de desenvolvimento nacional, tendo em vista:

- elevação progressiva do nível sócio-econômico da população brasileira é um dever do governo e a política de desenvolvimento nacional deve colocar, em primeiro plano o homem e seus valores, não apenas como destinatário direito de toda a ação governamental, mas também, como agente co-responsável dessa ação;
- a política de desenvolvimento deve procurar, sob todos os aspectos, incorporar a economia e a sociedade das regiões mais pobres ou mais atrasadas ao processo nacional de desenvolvimento, como uma forma de reduzir a diferença na distribuição dos frutos desse processo;
- a incorporação de novas fontes de geração de riqueza no processo de produção é uma necessidade de ordem econômica do governo para atender suas múltiplas obrigações, que inclusive, são cada vez mais crescentes e prementes. (BRASIL. SUDAM, 1986, p. 44).

Analisando o I PDA-NR, constatamos que este não chega a ser um plano; é mais um levantamento de “problemas” para justificar os desacertos trazidos com o projeto de integração da ditadura militar de 1964 do que uma proposta substitutiva da anterior.

As informações importantes sobre a história da exploração da população nativa nos diversos momentos de sua biografia não são enfocadas, bem como a conjuntura internacional e a imposições das instituições credoras internacionais. A relação destas com os planos ditos de estabilidade econômica, também não foi

objeto de análise. Esses fatos deixam a proposta esvaziada quanto à forma e ao conteúdo.

Na verdade, a dissimulação que fundamentou o projeto inicial de integração tinha como parâmetro o discurso da mercadoria acenando com o desenvolvimento econômico, arrastando o lado social. No momento atual, como as proposições iniciais não se realizaram, houve a substituição daquele por outro, também dissimulador. Ambos com o objetivo de obter o consenso.

A trapaça no sentido da barbárie frankfurtiana, a partir de Adorno e Horkheimer (1985), pode ser percebida no fato de ser um discurso particular, das elites, do capital, e se apresenta como se fosse voltada para contemplar toda a sociedade amazônica. Todavia, o discurso inaugural era coerente por conter um modo concreto de atrelar a região, de modo sistemático, ao processo de acumulação do capital internacional e nacional, como o atual é coerente por se desobrigar do prometido.

Na proposta atual, o Plano nem chega a ser um plano, devido à sua crítica não vir acompanhada de uma pauta concreta de política pública. As instituições estatais que o elaboraram percebem que houve mudanças, mas não as relacionam com a mudança de política econômica pela qual que estão passando as sociedades periféricas, a sociedade brasileira e especificamente a Amazônia. Não percebe o retrocesso que vive, naquele momento nem os malefícios das políticas que sobreviviam com incentivos fiscais, agora tão criticadas pelo credo neoliberal.

No contexto em discussão o discurso oficial pode ser entendido como dissimulador, quando crítica o Estado como se as instituições responsáveis pelo projeto de integração não fossem, também eles, unidades do Estado; como se as Instituições públicas responsáveis pelos acertos e desacertos decorrentes das intervenções na Amazônia, por meio, principalmente da política de incentivos fiscais como se não fossem cooparticipantes de todo o fundamento e ação praticadas no decorrer do processo de intervenção econômica na região, e da exclusão violenta que tanto menciona o documento em todo seu conteúdo com relação aos grupos subalternos.

Na Amazônia, as intervenções historicamente processadas, tanto pelo setor público quanto privado, sempre foram de exclusão das populações nativas, bem como as políticas públicas implantadas na região sempre foram de exclusão destas.

6.4. UM EXEMPLO DE POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA: o caso da SUDENE

A história da SUDENE, ao contrário do percurso da SPVEA, posteriormente, SUDAM, não pode ser contada sem levar em consideração os movimentos reivindicatórios do Nordeste. A fundação da SUDENE vem acompanhada, por um lado, das lutas pela terra que os movimentos sociais da região vinham fazendo para garantir a reprodução da vida desde o início dos anos 50 e, de outro, o esforço do governo federal no sentido de conter os movimentos reivindicatórios na região. Tanto a luta pela terra como pela melhoria das condições de existência, contou com a influência de seus intelectuais orgânicos vinculados aos grupos subalternos, fenômeno forçado pela presença desses intelectuais em postos fundamentais da SUDENE desde a sua inauguração.

A gênese da SUDENE está vinculada à história do planejamento como forma de interferir na realidade econômica, política e social, e até certo ponto, do modo do Estado brasileiro enfrentar os conflitos sociais existentes na região. Com relação à realidade nordestina, tem sido comum desde o período da borracha, e principalmente desde 1950, a transferência da população local para a Amazônia como forma de esvaziar os conflitos sociais locais.

A região tem sido vista como problemática, como um fato preocupante para as autoridades nacionais e internacionais. Acomodar os conflitos nordestinos, deslocando sua população para a Amazônia tem sido comum nos momentos de crise. A transferência da força de trabalho local para a Amazônia já vinha acontecendo e continuou na década de setenta com a transferência de um grande número de migrantes para a Transamazônica, como forma de esvaziar os conflitos sociais daquela região.

Enquanto na Amazônia o projeto desenvolvimentista da ditadura militar é implantado de cima para baixo; no nordeste, a fundação da SUDENE tem sua inserção, até certo ponto 'colada' nos interesses locais. A implantação institucional vai se processar com apoio dos intelectuais orgânicos da região, ao contrário da Amazônia, onde o Estado brasileiro viu a força de trabalho local como inferior, como o outro, como bárbara (PONTE, 2003).

Em nenhum momento da história política institucional (SUDENE) houve mudanças nos rumos de sua política econômica. Na NR houve uma paralisia de suas atividades e posteriormente extinção, por motivos de ordem técnica, dizia o

discurso oficial. Já a extinção da SUDAM foi justificada, segundo discurso oficial, por motivo de corrupção.

Essa não só teve sua política alterada na década de 1960, como durante a implantação do projeto da ditadura militar voltando-se para atender os interesses das elites fora da região, da mesma forma como no momento de implantação dos Grandes Projetos. Os interesses locais não foram levados em consideração (COSTA, 1987). Não houve substituição de seu nome, como foi o caso da SPVEA, posteriormente SUDAM e ADA. Esse processo, até certo ponto, explica o papel concreto exercido por ambas. Embora ambas tenham adotado a política desenvolvimentista do Estado brasileiro, o fizeram de forma diferente.

A vinculação da Amazônia de modo sistemático ao capital internacional e nacional, por meio do projeto desenvolvimentista, foi o método encontrado pela ditadura militar de integrar a região, tendo em vista a nova divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, como forma de garantir o processo de apropriação de suas riquezas naturais pelos países hegemônicos.

No caso nordestino, o projeto está vinculado aos acontecimentos advindos, após a desaceleração da economia brasileira e a implantação da indústria pesada, dos movimentos chamados de reforma de base, como nos informa Guimarães Neto (1999):

[...] Concluída a fase expansiva do ciclo, na qual os segmentos mais importantes da indústria nacional haviam sido implantados, tem início uma etapa de desaceleração econômica e de intensificação do processo inflacionário, na qual emerge uma intensa mobilização política que tem como bandeira as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária, educacional etc.). A questão regional, no caso nordestino vem associada, principalmente, à luta pela reforma agrária e tem como agentes principais as Ligas Camponesas, a ala progressista da Igreja Católica e os partidos de esquerda, notadamente o partido comunista. (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 228)

O planejamento do Nordeste está vinculado ao processo de reivindicação das classes subalternas na região, à luta pela terra, pela ocupação de um espaço e de interesses contrários aos interesses das elites locais e nacionais. A implantação da SUDENE estava voltada, até certo ponto, para os interesses dos grupos subalternos desde a década de 50. A SUDAM, em substituição à SPVEA em 1966, teve a sua implantação de cima para baixo; não foi expressão dos grupos reivindicatórios como aconteceu com a SUDENE.

No caso da Amazônia, os interesses que estavam em discussão eram os do grande capital que necessitava de terras para implantar suas indústrias nas regiões periféricas, seguindo as orientações das instituições credoras internacionais e sempre esteve assentada nos interesses das elites vinculadas, principalmente, ao grande capital.

O planejamento elaborado pela SUDENE estava em sintonia com as pesquisas elaboradas por seus intelectuais orgânicos comandados por Celso Furtado (SUDENE). As histórias da SUDAM e da SUDENE são diferentes e com perspectivas diferentes. A SUDAM é implantada relacionada ao momento de divisão internacional do trabalho, com a montagem das fábricas dos países desenvolvidos em suas áreas “livres” para garantir o processo de acumulação da riqueza dos países hegemônicos ou em vias de se tornarem.

No modelo de desenvolvimento adotado pela SUDAM foi o da ditadura militar de 1964, os intelectuais da Região Amazônica, a força de trabalho era e ainda é hoje, concebida como incapaz. O seu contingente populacional diversificado (índios, negros, caboclos etc.) foi definido pelo conceito de “vazio demográfico”, definição aparentemente física da Região, mas carregada de um profundo conceito político de exclusão.

No caso da SUDENE, com a ditadura de 1964, seus rumos sofrem alterações, mas os seus movimentos reivindicatórios persistem. A forma de representação adotada pelo Estado ditatorial muda substancialmente sua composição e rumo, mas as reivindicações populares persistem. A invenção da Transamazônica foi a forma encontrada pelo Estado ditatorial de drenar a população nordestina e esvaziar o seu movimento reivindicatório, que vinha desde as Ligas Camponesas. A transferência desta população para a Amazônia foi o meio encontrado pela ditadura de despolitizar a ocupação da terra, transferindo para a Amazônia parte da população nordestina, procurando evitar futuros conflitos sociais.

A ditadura militar muda a pauta da SUDENE, ao retirar dela as reivindicações intoleráveis naquele momento, como a reforma agrária e outras. A aprovação dos projetos da instituição deixou de ser feita localmente e passou a sê-lo pelo Congresso Nacional. O planejamento regional deixa de ser o fundamento da política para a Região:

[...] O fortalecimento do Planejamento nacional que, em vários governos militares administrava fundos de grande significação para o funcionamento de obras de infra-estruturara e o fomento a atividade produtiva, ocorre com a fragmentação e a desarticulação do planejamento regional. (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 236).

Com a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro da década de 80 pode ser observado um esvaziamento das políticas de incentivos fiscais, tanto para o Nordeste (SUDENE) quanto para o Norte (SUDAM), até o encerramento das duas instituições. As formas de intervenção do Estado nas duas regiões foram reduzidas no que diz respeito aos investimentos vinculados à política de incentivos fiscais: “[...] a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro a partir dos anos 80 reduz significativamente, as formas de intervenção governamental na região, tanto através do planejamento regional, quanto do nacional ou das setoriais que atuam no Nordeste” (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 238).

No período de 1970-1980, o Nordeste teve um crescimento econômico de 9,6 %. Entre 1980-1999 houve um decréscimo de 31% de suas atividades, e assim sucessivamente (GUIMARÃES NETO, 1999). Na Amazônia, no mesmo período, também houve um decréscimo de suas atividades.

No Nordeste, no I Plano de Desenvolvimento Regional (IPDR), em função das mudanças e reestruturação da economia regional em outros moldes, houve um descolamento do planejamento com relação aos objetivos anteriores, isto é, voltado para os interesses desenvolvimentistas da região: “[...] Perde o caráter reformista, consolida a proposta de modernização e ampliação da infra-estrutura econômica e viabiliza um elenco de estímulos fiscais e financeiros que privilegiam os empreendimentos de médio e grande porte que se implantam na região” (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 241).

A Amazônia que havia tido uma experiência diversa da do Nordeste, com a implantação do projeto de desenvolvimento da ditadura militar, sem os movimentos sociais de base que caracterizaram a emergência da SUDENE, agora a partir do IPDA, tem as suas ações voltadas para os Grandes Projetos, que são altamente concentradores de renda.

Mas, no final, a política de incentivos fiscais no Nordeste como na Amazônia foi de postergação do social, mesmo na SUDENE que tinha emergido a partir dos movimentos sociais:

[...] a política de desenvolvimento regional, na prática, terminou sendo, sobretudo uma política estritamente econômica, sem uma correspondente ação governamental na dimensão social. A ênfase nos estímulos fiscais e financeiros, na ampliação da modernização da infra-estrutura de transporte e energia elétrica - que significou, sem dúvida, um tratamento prioritário ao Nordeste -, não correspondeu um tratamento diferencial para a região em relação à educação, saúde, saneamento básico e habitação. (GUIMARÃES NETO, 1999, p. 257).

CAPÍTULO 7. OS MEGA PROJETOS NA AMAZÔNIA E BARBÁRIE

7.1. ALGUNS EXEMPLOS DE BARBÁRIE DAS DÉCADAS DE 70 E 80

A construção das rodovias na Amazônia brasileira, a partir da década de 1970, é percebida pelos bispos e padres da Amazônia como representando perigo para os povos indígenas localizados ao longo das rodovias (DAVIS, 1978).

Na publicação do documento sob o tema *Y-Juca-Pirama: o índio, Aquele que Deve Morrer*, escrito pelos mesmos em 1973, eles (bispos e padres) declaram que o modelo que está sendo implantado é o de destruição étnica contra as tribos indígenas brasileiras, tendo como marco a construção da rodovia Transamazônica. Denunciam o processo de invasão das terras indígenas e os transtornos culturais, biológicos que a implantação do projeto vem acarretando aos mencionados grupos (DAVIS, 1978).

As observações de Davis (1978) são esclarecedoras quanto aos processos de expropriação e violência trazidos com a implantação dos diversos projetos rodoviários, das empresas mineradoras, dos empreendimentos pecuários e de todas as formas de intervenções desenvolvimentistas planejadas e executadas, que cortam ou passam ao lado das áreas ocupadas pelos povos indígenas localizados no percurso de intervenção dos Grandes Projetos. Cita o autor, o Brasil como um exemplo onde os direitos indígenas foram sepultados em nome do desenvolvimento e do progresso: “[...] O Brasil fornece um dos mais claros exemplos modernos de um país, onde os direitos das comunidades indígenas foram sacrificados em nome dos interesses maiores do desenvolvimento nacional” (DAVIS, 1978, p. 12).

A implantação dos diversos projetos trouxe transtornos para as diversas categorias atingidas. Provavelmente, os povos indígenas foram os que mais sofreram, talvez, por não estarem acostumados com um tipo de progresso econômico planejado para carregar a violência por onde passava, sem considerar que estava mantendo com as vítimas relações de alteridade.

A proposta de desenvolvimento econômico veio acompanhada do fetiche, de modo que todas as populações que estavam na área acreditavam que iam se beneficiar: “[...] a mística que cerca noção de “Desenvolvimento Econômico” é tão

grande que praticamente todos acreditam no benefício que trará aos povos, regiões e nações do mundo inteiro” (DAVIS, 1978, p. 16, grifos do autor).

Ainda no decorrer da década de 70, o governo brasileiro inicia a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. No período, não era comum nem obrigatório fazerem-se estudos sobre impactos ambientais decorrentes da implantação de empreendimentos semelhantes. Mas, havia uma certa preocupação com o meio ambiente. A ocupação dos diversos espaços da Amazônia, em nome do desenvolvimento, era uma questão consensual para todos os segmentos sociais locais e nacionais da sociedade brasileira.

A abrangência dos contingentes humanos afetados pela implantação da hidrelétrica e os transtornos causados, tanto ambientais quanto sociais levou as populações locais a buscarem formas de resistência. Parte da comunidade científica começou a reivindicar estudos sobre os impactos causados pelos grandes empreendimentos que estavam sendo implantados nos diversos espaços brasileiros, principalmente nas usinas hidrelétricas.

A implantação da Hidrelétrica de Tucuruí causou enormes transtornos às populações locais e ao meio ambiente, como nos informa Pinguelli e Schaeffer: “[...] a submersão de vários sítios arqueológicos não estudados; 3.350 famílias, totalizando 17.319 pessoas, foram obrigadas a abandonar suas terras; inundação de nove reservas indígenas, etc.” (PINGUELLI, 1988; SCHAEFFER, 1988, p. 189).

No momento atual, embora inúmeros estudos tenham sido realizados sobre as implicações trazidas com a implantação das hidrelétricas, todavia em virtude dos poderosos interesses econômicos em jogo, os mencionados empreendimentos continuam sendo implantados com estudos de impacto ambiental sob encomenda.

Os Grandes Projetos também intensificaram os conflitos agrários, agravaram o quadro epidemiológico, em função da expropriação de um contingente populacional significativo de atingidos (posseiros, índios, negros etc.), e trouxe, sob os efeitos produzidos pela implantação das hidrelétricas, a subtração dos interesses dos segmentos populacionais mencionados em suas intervenções, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, isto ocorreu para não contrariar os objetivos que tinham como meta: o de produzir energia para garantir a produção industrial e exportar energia para outras partes do País, que se encontravam com carência energética, para dar continuidade à produção industrial.

A desconsideração com o modo de reprodução de vida das populações locais acirrou os graves problemas já existentes na região. A implantação da infra-estrutura fundamental para o funcionamento do complexo empresarial (rodovias, ferrovias, barragens, rede elétrica etc.), conforme pode ser observado pelo mapa da ELETROBRÁS que dispõe sobre os procedimentos que vão ser adotados para efetivação do complexo hidrelétrico de Tucuruí, confirma a proposição: as intervenções ao longo do trajeto que seria ocupado pelo empreendimento foram planejados passando próxima ou sobre as áreas já ocupadas por índios, posseiros e negros. As intervenções foram arquitetadas como se a região fosse um grande “vazio demográfico”. O mencionado conceito foi empregado em sua plenitude, desorganizando o modo de ocupação dos espaços pelas populações em foco no que diz respeito à forma, culturalmente usada, de reprodução da vida, conforme comprova o mapa a seguir:

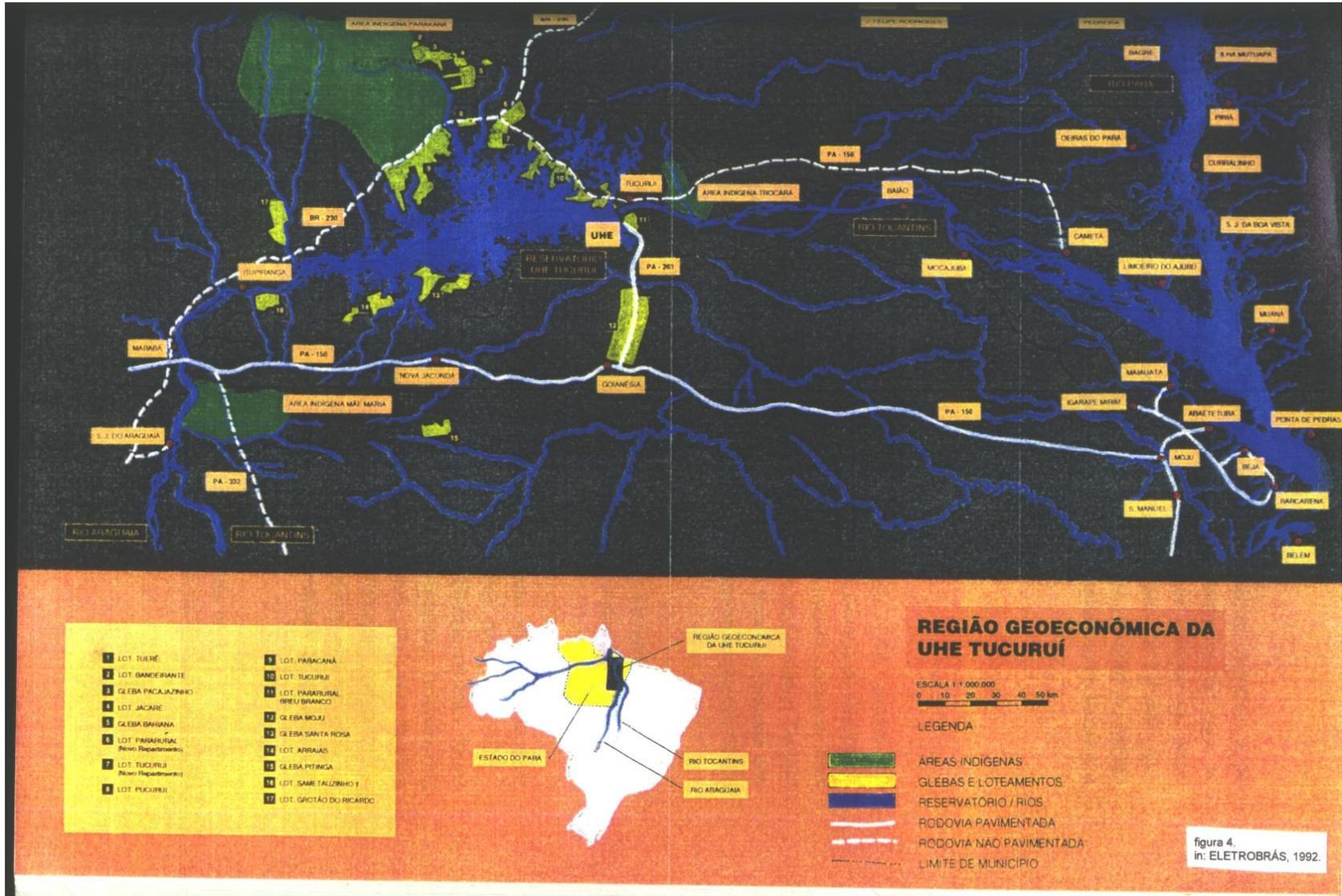


Figura 1 Mapa da Eletrobrás sobre o Complexo de Tucuruí, com vias de transportes (ferrovias, hidrovias e rodovias) de traçado sobrepostas ou próximas a terras indígenas, de posseiros ou negros/quilombolas. Fonte: Couto (1996).

A implantação os pólos agro-pecuários e agro-minerais, como outros empreendimentos, foram assentados de acordo com as “sugestões” das instituições credoras internacionais. Havia uma crença de que a implantação destes pelo Estado brasileiro exigia, para concorrer com os preços estabelecidos pelos mercados internacionais, diversas modalidades de subsídios sob a forma de incentivos fiscais. A implantação das hidrelétricas estava na esteira das mencionadas “sugestões”.

Na Amazônia, como no Brasil de um modo geral, os complexos hidrelétricos trouxeram transtornos às populações atingidas com suas instalações, tanto que no período em discussão os índices epidemiológicos tenderam a se agravar, os conflitos sociais também em virtude das rodovias, ferrovias, vicinais, barragens, linhas elétricas de alta tensão etc., que atingiram contingentes populacionais significativos (PINGUELLI, 1989 *apud* COUTO, 1996).

Os Grandes Projetos, também, produziram conflitos sociais marcados por extrema violência, com a expulsão de contingentes populacionais significativos de seu habitat, como nos informa Couto (1996, p. 9): “O conflito social tem sido a característica do processo de implantação desses empreendimentos envolvendo ribeirinhos, populações indígenas e outras etnias, como os negros do rio Trombetas PA, remisscentes de quilombos”.

Analisando a política energética para Amazônia, Pinguelli (1989) demonstra que os objetivos que estavam em discussão para justificar a implantação das hidrelétricas na região não eram os da Amazônia, mas de outras regiões brasileiras. As necessidades da região podiam ser supridas com pequenos complexos hidrelétricos, conforme comenta:

[...] A política energética para Amazônia não tem sido para a Amazônia, mas para gerar energia com objetivos de exportar e suprir outras regiões brasileiras. A demanda energética regional poderia ser perfeitamente atendida através da construção de médias Hidrelétricas, dada a densidade populacional da região e até mesmo através das alternativas energéticas: biomassas, energia solar e eólica (PINGUELLI, 1989 *apud* COUTO, 1996, p. 6).

A crítica que os estudiosos do tema têm realizado decorre da forma excludente, autoritária e intolerante que tem acompanhado a implantação dos diversos complexos hidrelétricos na região, voltados para os interesses do grande capital nacional internacional em detrimento dos da população local (SANTOS; NACKE, 1988; 1991 *apud* COUTO, 1996).

O balanço das populações atingidas pela implantação da Hidrelétrica de Tucuruí demonstra que: foram atingidos “[...] 13 vilas e povoados ribeirinhos. A Hidrelétrica de Cachoeira - Porteira (Trombetas) atingiu os seguintes grupos indígenas: Wai-Wai, Katuema, Tiriyo e negros e remanescentes de quilombos e outros” (SANTOS; NACKE, 1988; 1991; CUT/CRAB, 1989; ELETROBRÁS, 1999; ACEVEDO; CASTRO, 1993 *apud* COUTO, 1996, p. 10).

No rio Xingu (PA), 15 povos indígenas foram atingidos: Kararaô, Mekragnotire, Gorotire, Kikretim, Kubenkranken, Aukre, Kokrainoro (MÜLLER, 1991; CUT/CRAB, 1989 *apud* COUTO, 1996).

No Estado do Amazonas com a construção da UHE Balbina foram atingidos diversos grupos indígenas.

As inundações provocadas pelas barragens das hidrelétricas provocaram o aumento dos índices epidemiológicos, principalmente da mortalidade infantil. Em Tucuruí de 1980 a 1981, dos 410 nascidos vivos, 330 morreram antes de completar um ano de vida (SZWARCOWALD; LEAL; JOURDON, 1992 *apud* COUTO, 1996).

Em Roraima, a UHE Paredão - Mucajaí que será localizada no médio rio Mucajaí atingirá os grupos indígenas Yanomami, Makuxi e Wapixana (SANTOS; NACKE, 1988; 1991 *apud* COUTO, 1996).

Em Rondônia, a UHE JI-PARANÁ inundará a reserva dos índios de Igarapé de Lourdes, atingindo as aldeias dos grupos Gavião, Arara e Zoró. Tudo indica que outros grupos indígenas serão atingidos, bem como 2.417 famílias de trabalhadores rurais (SANTOS; NACKE, 1988; 1991; CUT/CRAB, 1989; ELETROBRÁS, 1990 *apud* COUTO, 1996).

A energia elétrica produzida na região estava voltada para outros objetivos que não os desta. Esse fato pode ser comprovado quando 3.400.000 pessoas, no período estudado por Couto (1996), não tiveram acesso à energia elétrica produzida na região (COUTO, 1996).

A ocupação dos espaços pelos Grandes Projetos não foi uma escolha aleatória, mesmo porque eram áreas nobres, portadoras de recursos naturais, e mais importante ainda por estarem ocupadas por milhares de pessoas nas margens dos rios, como as etnias indígenas, cujo contato com os povos “brancos” tem trazido problemas para a sua sobrevivência como comenta Pinguelli (1989): “[...] qualitativamente as hidrelétricas afetam áreas nobres, as margens dos rios, que são ocupadas por milhares de pessoas, e destaca que o maior problema é das terras

indígenas, que envolve o aspecto social, cultural e étnico” (PINGUELLI, 1989 *apud* COUTO, 1996, p. 9).

Além dos conflitos sociais, decorrentes do modo como os grupos sociais foram atingidos em sua cultura, saúde, os danos ambientais foram irreparáveis, devido ao modo como as intervenções nas áreas aconteceram, eivadas de ocorrências graves. O processo de expropriação das populações locais, a apropriação de suas terras, o não ressarcimento de seus bens materiais pelas instituições responsáveis pelo empreendimento, contribuiram para aumentar os sofrimentos humanos trazidos pelo processo de intervenção na área.

Os altos índices epidemiológicos, os transtornos trazidos pelos serviços de infra-estrutura realizados pelas hidrelétricas, e o uso do agrotóxico Tordon, especificamente na Hidrelétrica de Tucuruí, provocou a morte de animais, vegetais, contaminando poços, riachos, igarapés e pessoas:

[...] Nas áreas onde estes agentes foram aplicados, sob as linhas de transmissão, houve a ocorrência de mortes de animais, vegetais, e a contaminação de poços, riachos, e Igarapés. Pessoas de todas as faixas etárias foram atingidas. Há relatos de abortamentos e sintomas compatíveis com intoxicação exógena aguda; cefaléia, vômitos, vertigens, eritema ocular, torpor seguido de hematúria, oligúria e anúria, febre, icterícia, tremores, havendo em alguns casos o êxito letal. (COUTO, 1983; CASTRO, 1984 *apud* COUTO, 1996, p. 13).

Os problemas advindos com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí foram incalculáveis. As áreas inundadas por barragens foram invadidas por levas de mosquitos, tornando a sobrevivência das populações locais ou próximas, insuportável.

O fundamento usado pelo Estado brasileiro por meio das Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE para justificar a implantação da UHE de Tucuruí é dissimulador e portador da barbárie da modernidade, como expressam Adorno e Horkheimer (1985) ao analisarem o tema barbárie da modernidade. A promessa da hidrelétrica de trazer o desenvolvimento à região produziu o inverso: impacto ambiental, expropriação de contingentes populacionais significativos, epidemias, contaminações por herbicida, lesões físicas e psíquicas, mortes etc.

Os pretextos utilizados pelo Estado brasileiro no decorrer da implantação das diferentes fases do Projeto Grande Carajás foram diversos; um dos pretextos foi a vocação da Amazônia para as atividades minero-metalúrgicas: “[...] A vocação da

Amazônia Oriental quanto ao desenvolvimento das atividades minero-metalúrgicas e de reflorestamento, notadamente na região de influência do Projeto Ferro Carajás” (PINTO, 1981, p. 53).

O discurso oficial era marcadamente falacioso. O projeto dizia ter como objetivo “resolver” os problemas que podiam acontecer em função de uma futura crise energética que atingiria a produção dos países industrializados. Ao mesmo tempo, é o momento que sugerem os organismos credores internacionais a implantação de complexos industriais nas regiões periféricas. O Estado brasileiro justifica a empreitada, propondo a exploração dos recursos naturais da Amazônia, com a implantação de infra-estrutura para atrair capitais externos, como forma para atingir o equilíbrio ecológico e o bem estar da população local:

[...] o aproveitamento integral das riquezas naturais, a fabricação de vasta gama de produtos, de matéria prima ao produto final, e emprego intensivo de insumos locais, a diluição de vultosos investimentos em infra-estrutura, a manutenção do equilíbrio ecológico da região e o bem-estar social das populações. (PINTO, 1981, p.54).

O Projeto Ferro Carajás objetivava a extração de minério com vistas ao processo de troca e à criação de uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades produtivas deste. Mas, ao contrário do que se poderia supor, não havia nenhuma preocupação com o que fazer com as populações atingidas com a implantação da companhia mineradora, e de todo um conjunto de procedimentos essenciais para a sua implantação.

Aliás, os atingidos nem “o outro” conseguiram ser, posto que não foram sequer visualizados. Os estudos sobre os efeitos que a proposta ia provocar, somente um ano após a sua implantação foram encomendados pela ELETRONORTE para a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (PINTO, 1981).

A instalação da mineradora exigiu um conjunto complexo de medidas devido à sua composição propriamente dita. Do ponto de vista quantitativo foi abrangente, envolvendo diversos ramos produtivos, ocupando extensas áreas já ocupadas por posseiros, índios etc., e requerendo uma infra-estrutura grandiosa, como informa Pinto (1981):

[...] os quatro seguimentos de projetos que o plano prevê – minero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura, e pecuária- já contariam com uma infra-estrutura básica montada ou em constituição; seis rodovias, sendo as principais a Transamazônica e a Belém-Brasília. Uma ferrovia moderna, de Carajás à Ponta da Madeira. Dois portos marítimos: um comercial, o de Itaqui, em São Luis, com capacidade para navios de até 60 mil toneladas, e um terminal graneleiros em construção às proximidades da Ponta da Madeira, onde poderão atracar cargueiros de até 280 mil toneladas. Um porto fluvial, em Barcarena, capaz de receber embarcações de 60 mil toneladas. Uma hidrelétrica em condições de fornecer, até o final de um ano, quatro milhões de kw. E uma hidrovia que chegará a abrir a navegação ao longo dos dois mil quilômetros. (PINTO, 1981, p. 54).

A benevolência do Estado brasileiro com o grande capital foi proporcional ao seu esquecimento no que diz respeito aos interesses dos grupos subalternos da região. O fato do Estado ter assumido a construção da infra-estrutura para a implantação do Projeto Grande Carajás evitou que os empresários envolvidos com o empreendimento tivessem que enfrentar tão grandioso feito, sem contar com as diversas formas de incentivos fiscais concedidas pelo Estado:

[...] As empresas que se deslocarem para Carajás não precisarão enfrentar esse terrível monstro: a infra-estrutura já estará pronta pelo governo. Mas elas terão ainda mais incentivos fiscais do que imaginam receber em qualquer outro ponto do globo terrestre: além de todos os incentivos e isenções que a SUDAM e SUFRAMA já fornecem, poderão obter garantia ou aval do Tesouro Nacional para tomarem empréstimos externos, recebendo tratamento preferencial pelos órgãos da administração federal para 12 tipos de benefícios, entre eles a licença ou concessão para a construção e operação de instalações portuárias. (PINTO, 1981, p. 88).

A previsão dos transtornos advindos com a implantação de um projeto de tamanha proporção era percebida como desastrosa, pelos danos provocados as populações atingidas e ao meio ambiente (PINTO, 1981).

A impropriedade da área para a implantação de qualquer atividade, já havia sido constatada pelos levantamentos realizados em 1941 pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, que afirmava ser o espaço impróprio à construção de ferrovias por já estar ocupado pelas populações indígenas (Alcobaça), hoje, Tucuruí e Santa Rosa (PINTO, 1981).

A instalação do complexo industrial trouxe decréscimo às populações indígenas atingidas pelas barragens, rodovias, ferrovias, hidrovias, rede elétrica etc. Parte desta população se transformou em pedinte ao longo das estradas; parte foi dizimada pelas pragas trazidas pelo contato com os “brancos”; parte foi afetada por herbicidas disseminados ao longo da rede elétrica.

A população local foi afetada de diversas maneiras: a construção da estrada de ferro Carajás - Itaqui, no Rio Malta foi exemplar quando o tema é desacerto, com o trem de minério passando de duas em duas horas na parte sudeste das reservas indígenas, atingindo 150 índios (PINTO, 1981).

Outros contingentes populacionais indígenas foram afetados, como foi o caso dos índios Gavião que foram afetados pelo 'linhão' de Tucuruí e resistiram ocupando a estrada durante dois anos, conseguindo negociar uma indenização e se deslocarem para outros espaços (PINTO, 1981).

Um exemplo de que a ocupação das terras indígenas pelo capital não foi um fato inocente, pode ser observado no caso das terras que eram ocupadas pelos índios Gavião. Essas eram áreas ricas em produtos naturais, inclusive castanhais.

Com a ocupação dos espaços pelo empreendimento, o processo de fuga das populações indígenas para outras áreas foi comum à época, como foi o caso dos Parakanã que atingidos, parte deles, (cerca de 200) se deslocou para outras áreas na tentativa de manter sua cultura; parte foi para Anapú e Pacajás e outra parte para Tucuruí. Parte de suas terras foram inundadas pela barragem de Tucuruí, provavelmente, 40 mil hectares de suas reservas, incluindo a estrada que liga a Transamazônica à Altamira (PINTO, 1981).

As populações indígenas tiveram problemas de diversas ordens: a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no caso dos Parakanã se comprometeu a removê-los para outra área, mas o compromisso não foi mantido e os que fugiram da convivência com os invasores foram atingidos pelo novo traçado da Transamazônica, onde passa a barragem de Tucuruí. Esse passa perto do novo espaço escolhido pelos Parakanã para habitar (PINTO, 1981).

Outros grupos indígenas foram afetados, mas o problema maior veio com a implantação da mineração em Carajás, que afetou violentamente a vila da comunidade Xikrin, devido à riqueza de seu subsolo (PINTO, 1981).

Os índios Suruí também foram atingidos e em negociação com a FUNAI só conseguiram uma área pequena de terra para sua permanência, o que os levou a recusar a oferta (PINTO, 1981).

Para o projeto desenvolvimentista do governo o que importava era subtrair recursos naturais da região. O que fazer com as populações indígenas e os outros contingentes humanos subalternizados? Os projetos, planos e programas do Estado não foram elaborados com vistas aos interesses dos mencionados contingentes;

somente os recursos naturais abundantes em suas terras eram significativos para a empreitada.

Para Pinto (1981), o Projeto Carajás tem muitos problemas: sua implantação para desenvolver a região não aconteceu, seu compromisso em pagar os credores nacionais e internacionais do Estado brasileiro, também não, pelo contrário:

[...] Totalmente descomprometido com as necessidades do mercado interno, que no final desta década continuará importando 100 mil toneladas, o projeto também pouco contribuirá para melhorar a balança de pagamento do Brasil devido à diferença entre o preço do alumínio que o País precisará importar e o preço do alumínio fabricado na usina, mais os descontos que serão aplicados aos preços de exportação, sobretudo quanto à energia, que representa de 30 a 35% do consumo total de uma fábrica de alumínio. (PINTO, 1981, p. 82).

O discurso desenvolvimentista para Amazônia desde a década de 60 é eivado de contradições: acena com o progresso e o desenvolvimento da região e carrega consigo a destruição, o isolamento da população camponesa, da população indígena, da população negra.

Para Hébette (1991), como para a maioria dos cientistas que estudaram o tema, o Estado brasileiro desconsiderou em seus projetos a existência das populações indígenas e camponesas quando planejou a construção de suas usinas hidrelétricas e da infra-estrutura necessária para garantir o sucesso dos Grandes Projetos que foram projetados para a região, como comenta o autor:

[...] O grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavou o subsolo, alagou as aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole as roças, mas o camponês resiste à expulsão, recusa a proletarização, luta contra o cativo e defende sua economia. (HÉBETTE, 1991, p.7- 8).

Analisando a relação entre o grande capital e a população camponesa e indígena, Hébette (1991) mostra que, embora haja diferença no processo vivenciado por ambas, as formas de exclusão sofridas por estas são semelhantes:

[...] sua situação é diferente, mas não menos trágica do que a dos índios. Envolvido na sociedade cultural e politicamente dominante que os agride, os trabalhadores do campo vêm sendo absorvidos por ela como sem-terra, sem casa sem profissão, sem família, vagando nas áreas dos Grandes Projetos e migrando de canteiro em canteiro. (HÉBETTE, 1991, p. 11).

Como outros especialistas sobre as intervenções do grande capital na região, Martins (1991) elabora a mesma observação: os Grandes Projetos desconsideraram

os interesses das populações locais, índios e camponeses, e implantaram projetos significativos pelos impactos provocados sobre a população atingida e ao meio ambiente, como: “[...] Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura como hidrelétricas, rodovias, planos de valorização de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatário as populações locais” (MARTINS, 1991, p. 16)

A retirada das populações locais pelos Grandes Projetos, pelo extermínio de fato ou simbólico destas, em nenhum momento mudou os rumos que estavam traçados. Para Martins (1991) é a própria negação da humanidade dessas populações que está em discussão:

[...] Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirá-lhes o que tem de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terra e território, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1991, p. 16).

Para Martins (1991), a sociedade brasileira tem negado constantemente a humanidade das classes subalternas. Os seus intelectuais não se identificam com as lutas indígenas e camponesas. Esse fato o deixa desolado e duvidando do lugar que ocupa na sociedade brasileira:

[...] Sinto-me pobre por viver em uma sociedade em que índios e camponeses precisam proclamar de voz viva que são humanos, que não são animais e, menos ainda, animais selvagens. Por identificar-me com eles fico em dúvida sobre o lugar que ocupo na escala que vai do animal ao homem, numa sociedade que não titubeia em proclamar a animalidade de seres que não são considerados pessoas unicamente porque são diferentes- falam outra língua; têm outra cor, outros costumes. Uma sociedade que, no final, não tem clareza sobre a linha limite que separa o homem do animal. (MARTINS, 1991, p.17).

O Programa Grande Carajás deixou os cientistas que estudaram o tema perplexos diante de um projeto de tamanha envergadura, tanto em extensão geográfica quanto em investimentos, objetivando, segundo o Estado brasileiro, industrializar a Amazônia oriental por meio da mineração, da implantação de projetos agropecuários e da exploração madeireira. Mas, embora o projeto traga divisas ao País, vem trazendo consequências sociais e ambientais profundas para os habitantes da região.

Para Hall (1991), o Programa Grande Carajás veio na esteira da crise mundial de 1973, sendo uma combinação de projetos implantados na Amazônia,

anteriormente. E ao contrário dos anteriores, o Programa Grande Carajás terá incentivos fiscais diretamente veiculados pelo Gabinete do Presidente da República.

A política do Estado brasileiro para Amazônia desde 1964 tem priorizado os Grandes Projetos, como indica Hall (1991, p. 42): “[...] A partir de 1964 a política de desenvolvimento da Amazônia tem sido grandemente distorcida em favor de grandes empresas rurais de caráter comercial e especulativo, dedicadas à criação de gado e à exploração madeireira”.

Os Grandes Projetos trouxeram profundas mudanças no modo de vida de inúmeras populações indígenas. Vidal (1991) analisa o processo de violência que estavam vivendo as populações indígenas situadas nas áreas destinadas aos Grandes Projetos, lembrando que, simultaneamente a este, outros dois fatores foram importantes: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) exigindo dos índios produção comunitária; e no parlamento brasileiro, os grupos econômicos interferindo para aprovar projetos que os beneficiassem. E como meio de obter o consenso da sociedade brasileira para justificar as atrocidades contra as populações indígenas houve, nesse período, no Congresso Nacional, uma campanha contra os índios, como mostra o trecho a seguir:

[...] Os inimigos, porém, se organizam. Aumentam os conflitos violentos. Lobbies antiíndigenas atuam no Congresso e há grande pressão das mineradoras para que o governo autorize atividades de mineração em áreas indígenas. Os índios e as entidades de apoio tornaram-se, em 1987, alvos de uma campanha difamadora de proporções e virulência inéditas, por parte de alguns jornais conservadores (CREDI, 1988 apud VIDAL, 1991, p. 58).

A Assembléia Constituinte havia votado que as áreas indígenas só podiam ser utilizadas por empresas privadas com o consentimento do Congresso. Tal pacto não foi respeitado, nem pelo Congresso, que continuou votando contra as populações indígenas, nem pelo grande capital, que continuou dando andamento aos seus empreendimentos.

A avaliação de Pinto (1981) é de que os índios não faziam parte da proposta dos Grandes Projetos e, por isso, suas terras foram sendo apropriadas pelo grande capital, de modo irrestrito. Esse fato levou alguns membros das comunidades indígenas a buscarem formas alternativas de sobrevivência, inclusive pedindo esmolas nas estradas.

Os projetos de participação da população indígena na década de 1970 que, segundo a FUNAI, eram de “integração” comunitária foram desativados para os povos atingidos. Os grupos isolados passaram a ser atendidos pelos postos indígenas com limitações, e o atendimento se resumia a uma: “[...] ‘pacificação’ rápida dos grupos isolados do seu reagrupamento sob o controle de um posto indígena, assim como uma integração rápida através dos projetos econômicos, chamados comunitários” (VIDAL, 1991, p. 61, grifos do autor).

A “integração” da FUNAI provocou efeitos danosos aos contingentes indígenas. Alguns grupos foram dizimados pela metade; outros foram expulsos de suas terras; e outros que conseguiram se livrar da FUNAI, foram obrigados a encontrar formas outras de sobrevivência, como explicita Vidal (1991):

[...] A participação do Parakanã foi desastrosa, metade da população morreu. Os Gaviões da Montanha, que viviam no local da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, foram expulsos brutalmente de suas terras pela ELETRONORTE. Os Gaviões de Mãe Maria, entretanto, conseguiram se livrar do julgo da FUNAI e passaram a comercializar sua própria castanha, reorganizando-se internamente e revertendo as suas relações com a sociedade envolvente. (VIDAL, 1991, p. 61).

No mesmo período, os pactos entre o governo e os grupos indígenas não foram cumpridos (VIDAL, 1991), como foi o caso dos Parakanã que tiveram que encontrar suas próprias alternativas para enfrentar as consequências advindas pela represa de Tucuruí.

Os Grandes Projetos, como todos os projetos hegemônicos, buscaram “transformar” o diferente em sua imagem e semelhança, como nos demonstra Vidal (1991, p. 70): “[...] Os Grandes Projetos homogeneízam o espaço e as diferentes formas de vida, fazem tábua rasa da história da região e dos problemas específicos de cada comunidade”.

A desinformação das empresas que planejam os grandes empreendimentos na região, o desconhecimento da cultura indígena e de outras culturas subalternas, a negação da humanidade destas populações, as levam a comportamentos que parecem ilógicos:

[...] estas firmas de planejamento não possuem a mínima capacidade de avaliar o componente indígena, mas recortam artificialmente, no papel, todo o espaço geográfico e a própria vida da população regional, índios, e não-índios, reduzidos, agora, a meros objetos. (VIDAL, 1991, p. 70- 71).

A construção das hidrelétricas por desconsiderarem em seus traçados a existência das populações indígenas que viviam na área, acarretou sofrimento a estas, provocando a dizimação de parte dos grupos indígenas, que estavam no percurso escolhido para sua implantação. Esse fato deixou a comunidade científica perplexa diante de tamanho desacerto, como expressam Santos e Nacke (1991):

[...] No que se refere especificamente às consequências da construção de usinas hidrelétricas (UHÉs) para os povos indígenas há que considerar os efeitos diretos de tais projetos: a perda de terras, a migração forçada, a de população, a desmotivação de vida, a desorganização social, a impossibilidade de prosseguir utilizando técnicas tradicionais, a destruição dos estoques de caça e pesca, que estão fartamente ilustrados em Tucuruí, Balbina e outros projetos em vias de implantação na Amazônia. (SANTOS; NACKE, 1991, p. 81).

Para Magalhães (1991), as leis que deviam proteger os índios não são obedecidas nem pelo próprio Estado, que tem protegido sistematicamente os grupos empresariais subsidiando suas proposições, permitindo as invasões nas terras ocupadas por índios, posseiros e negros, e tudo em nome da integração, do desenvolvimento e da segurança nacional.

Outros elementos interferiram na forma como os espaços vinham sendo ocupados na região, como foi o caso dos Grandes Projetos que, em função da tecnologia usada em seus empreendimentos ser mais complexa que a da população local, em contacto com esta provocou outras formas de reprodução da vida, “novos” modos de ocupação dos espaços na Amazônia (CASTRO, 1989), exigindo das populações locais formas outras de sobrevivência.

Os empreendimentos hidrelétricos não fogem a este modo de ocupação dos espaços, provocando nas populações locais, os conflitos sociais.

Os conflitos decorreram das leituras diversas sobre o conceito de terra. De um lado, o capital valorizando os recursos naturais com vistas à obtenção do lucro; de outro, as populações locais com outra leitura sobre a terra apoiada em sua visão da mesma cujo valor é produzido pelo trabalho incorporado a ela pelos trabalhadores da agricultura de subsistência (CASTRO, 1989).

Para Hébette (1991), o impacto produzido por visões diferentes provoca conflitos antagônicos: “[...] é o impacto global e permanente que se dá pelo encontro e pelo confronto de formas de organização da vida social – encontro esse fundamentalmente conflitivo e antagônico” (HÉBETTE *apud* CASTRO, 1991, p. 41).

O impacto é provocado, por um lado pela desestruturação do modo de produzir das populações tradicionais, e de outro, pela lógica do mercado tendo como elemento fundamental a troca: “[...] o desenvolvimento da produção capitalista se dá, necessariamente, ao preço da desestruturação do campesinato” (CASTRO, 1989, p. 42).

O confronto entre interesses diferentes tem se manifestado na forma de organização que os atingidos pelos Grandes Projetos tem se expressado, especificamente pelos atingidos pelas barragens realizadas pelas hidrelétricas como menciona Castro (1989) ao referir-se ao confronto e resistência das populações atingidas pela Hidrelétrica de Tucuruí e os projetos da ELETROBRÁS:

[...] traduz-se num campo de tensão em torno da concepção sobre o uso da terra como sobre a legitimidade de direitos e da cidadania. É necessário trazer a luz os substratos políticos dessa relação para compreender os movimentos sociais e a natureza dos processos de luta que se instalaram na região com a construção da Hidrelétrica, pois esses processos de resistência além de reorientarem a dinâmica das relações de trabalho, também interferem na construção de identidades e de novos espaços de poder. (CASTRO, 1989, p. 42).

Pelo Decreto n. 659 de 01/11/1979, o governo considerou como área de interesse público as selecionadas pelo Projeto da Hidrelétrica de Tucuruí, compreendendo parte dos Municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga (CASTRO, 1989).

A concepção de uso da terra na Amazônia que vinha desde 1850 foi abandonada pela ELETRONORTE que abandonou o conceito da terra como valor de uso pelo de valor. A ELETRONORTE substituiu os mencionados conceitos (valor de uso por valor de troca), possibilitando que a especulação particular atuasse a seu modo (CASTRO, 1989).

A “nova leitura” sobre o uso da terra permitiu ao Estado desconsiderar qualquer perspectiva de solução para o problema dos expropriados pelos reservatórios das hidrelétricas.

A relocação dos atingidos pelos reservatórios das hidrelétricas foi ignorada, bem como a sua relação com a terra e com suas formas de sobrevivência, como comenta Castro (1989, p. 47): “[...] Ao desconhecer princípios elementares, ignorou também a necessidade de uma política de relocação construída sob critérios que

resguardassem a relação desses trabalhadores com a terra e com seu modo de vida”.

A relocação dos atingido foi feita somente em 1979 pela ELETRONORTE que disponibilizou 140 casas na Vila Arraias. As negociações aconteceram de modo autoritário, desconsiderando a cultura das populações atingidas. Durante as “negociações” entre a empresa e os atingidos, estes foram informados que suas terras haviam passado para o empreendimento e que seus bens, posteriormente, seriam cadastrados para posterior indenização (CASTRO, 1989).

No processo de “negociação” entre a empresa e os atingidos, diversos foram os pretextos utilizados pela ELETRONORTE para excluir parte deles das transações que estavam se efetivando com muitas limitações, como explicita Castro (1989, p. 47): “[...] No entanto a relocação se restringia somente aos portadores do título de propriedade. As famílias que não tivessem o título da terra seriam apenas indenizadas pelas benfeitorias.

As indenizações e os deslocamentos foram acompanhados de conflitos em função do caráter irrisório das indenizações, segundo os atingidos (CASTRO, 1989).

A exclusão de parte dos atingidos também abrangeu os considerados fora do espaço definido pelo empreendimento como seu. Esse fato permitiu a empresa negociar as indenizações em condições favoráveis aos interesses dos atingidos (CASTRO, 1989).

As negociações aconteceram de modo irregular e conflituoso pelo rompimento acarretado com o modo de reprodução de vida anteriormente adotado pela população local: “[...] Tudo traduzia projetos familiares rompidos, insegurança, queda na produção. As indenizações foram consideradas irrisórias pela população registrada no período transcorrido entre a avaliação das benfeitorias e seus pagamentos” (CASTRO, 1989, p. 49).

As mudanças no modo de vida dos atingidos por barragens foram drásticas por contrariar hábitos no modo de produzir a existência. A sua relação com a natureza foi alterada; os rios deixaram de ser o lugar de produção de seus sustentos, a infertilidade das terras, agora seu espaço disponível para sobreviver, também se constitui em um grande problema sem solução.

A implantação da hidrelétrica não veio acompanhada de medidas para atender as populações atingidas nas diversas fases do empreendimento. Os estudos de Magalhães (2007) mostram que até junho de 1979, as populações atingidas não

havam sido objeto de preocupação do Estado. Embora a EMBRAPA e a FCAP já tivessem elaborado estudos sobre a questão, inclusive encomendados pela ELETRONORTE.

As negociações entre a ELETRONORTE e os atingidos foram limitadas, somente posseiros rurais foram considerados com direito as indenizações.

Os espaços designados para assentar os atingidos pela barragem, também contrariava os hábitos culturais destes. Acostumados a consumir os produtos retirados dos rios, da floresta, agora vão ter que reaprender novas formas de sobrevivência, mesmo porque a terra que lhe foi concedida é infértil. Esse fato obrigou os atingidos, agora realocados a adquirir bens para garantir a reprodução familiar, antes, produzidos por eles.

[...] lá era o seguinte: nós vivia no terreno, lá no Breu Branco. Nós tinha casa no centro, tinha casa na rua, tinha sítio no centro e tinha na rua. Lá prá nós o peixe era farto, a caça era fácil, a vida era outra. A terra lá dava do feijão à melancia, o maxixe e tudo que agente precisasse. Mas aqui agente planta o feijão, banana, seja o que for e é desse jeito que não presta [...] prá gente comer aqui tem que comprar quilo de feijão, um quilo de peixe na cidade [...]. (Gleba 6, lote 5, na PA - 263 apud CASTRO; HEBETTE, 1989, p. 50).

Além, das péssimas condições de relocação das populações atingidas, a utilização dos agrotóxicos (Tordon 101 Br e Tordon 155) que trouxe as doenças e a morte para grande parte da população removida, danificando suas plantações que haviam sido feitas no percurso do 'linhão' da Hidrelétrica de Tucuruí:

[...] Foram, sobretudo em 1982 as ocorrências de doenças, mortes principalmente de crianças, de perda de plantações e grande abandono de lotes por parte dos pequenos produtores que tinham as suas terras cortadas pela linha de transmissão ou que se utilizavam de água de igarapés nessas mediações. (CASTRO, 1989, p. 50-51).

A violência foi a parteira dos assentamentos devido à carência de infraestrutura para atender os atingidos nos locais designados pela ELETRONORTE, aliado a utilização de fertilizantes no percurso do Linhão de Tucuruí, levando as populações atingidas a se deslocarem para outras áreas como forma de sobrevivência. Parte dessa população, como forma de garantir a reprodução de sua existência e de seus familiares, foi obrigada a vender sua força de trabalho para os

fazendeiros locais. Parte teve que buscar os centros urbanos e encontrar formas de sobrevivência.

A violência foi comum nas diversas áreas, inclusive na hidrelétrica do complexo UHE de Altamira. O empreendimento, envolvendo o complexo, atingiu 15 povos indígenas (Kararaô, Mekragrotire, Gorotire, Kikretum, Kubenkranken, Aukre, kokraimoro, Xicrin do Bacajá, Arawatê, Assurini, Arará, Parakanã, Juruna, Curuáia e Xipáia), atingindo uma população aproximada de 3600 índios e com previsão de atingir 11 territórios indígenas (MÜLLER, 1991). A previsão é que com o reservatório funcionando da UHE Babaquara, a inundação atingirá os Assurini nas margens do Xingu.

Com a implantação da usina houve um decréscimo dos Assurini. Enquanto em 1971 existiam mais de 100, em 1982 estavam reduzidos a 52 indivíduos (MÜLLER, 1991). Em um documento-vídeo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da igreja católica, os Assurini afirmam que os seus filhos vão morrer de fome, que eles não vão ter o que comer e o local em que seus mortos foram enterrados vai desaparecer e eles precisam reagir para impedir que isso aconteça e pedem a intervenção da FUNAI (MÜLLER, 1991).

Os Grandes Projetos implantados na Amazônia a partir da década de 1970 sofreram influência dos organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comunidade Econômica Européia) para garantia dos empréstimos que na época estavam sendo solicitados e diziam estes, que em princípio, para garantir o equilíbrio ambiental, proteger as populações indígenas situadas nas áreas dos projetos. Mas, que terminaram sendo desviados para bancar a complexa burocracia estatal (FERRAZ; LADEIRA, 1991).

Para Ferraz e Ladeira (1991), os Grandes Projetos revelam a incompatibilidade destes com os interesses das populações atingidas. A questão fundamental não é apenas se restringir as questões relacionadas ao meio ambiente, mas as relações entre o homem e a natureza na Amazônia na perspectiva daquele. O discurso dissimulador do poder, que dizia estar preocupado com o meio ambiente, com as populações indígenas, terminou por se tornar um discurso falacioso, na medida em que suas ações estavam em dissonância com os objetivos que diziam perquirir: não existe correspondência entre os discursos dos planejadores e a dimensão social que a mencionada intervenção dizia perquirir. Pelo contrário, enquanto a perspectiva social era deixada de lado, a apropriação dos recursos

naturais de modo predatório se tornava evidente, ou seja, o aspecto social foi sublimado nas perspectivas dos Grandes Projetos.

Analisando os empréstimos conseguidos por meio dos organismos internacionais, as autoras concluem que as suas aplicações foram feitas de modo enviesado, em atividades vinculadas às atividades burocráticas (FERRAZ; LADEIRA, 1991).

Com relação à demarcação das terras indígenas, embora do ponto de vista legal esta estivesse garantida, na prática, aconteceu o contrário. Pois, das 23 áreas indígenas atingidas somente 12 estavam com sua situação fundiária regularizadas. Com o agravante que todas as áreas estavam ocupadas por diversos segmentos empresariais (FERRAZ; LADEIRA, 1991).

Lembram as autoras, o caso dos Gaviões (Gaviões da montanha) que tinham relativa autonomia, na década de 1970 e que com a construção da usina de Tucuruí tiveram as suas áreas atingidas por rodovias, ferrovias, linha de transmissão de alta tensão e posteriormente pela estrada de Ferro de Carajás (FERRAZ; LADEIRA, 1991).

Analisando os efeitos provocados com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí sobre a população camponesa, Magalhães (2007) mostra que dois conceitos foram essenciais para que os interesses da população local fossem desconsiderados; o conceito de “vazio demográfico” e o desconhecimento da história regional no que diz respeito ao modo de vida da população camponesa: “[...] Num primeiro momento, a existência da população camponesa é abstraída a partir do pressuposto do “vazio demográfico”; num segundo momento ela é negada em razão de um desconhecimento da história da região” (MAGALHÃES, 1991 *apud* MAGALHÃES, 2007, p. 55).

No caso das instalações da Hidrelétrica de Tucuruí, os segmentos atingidos, nem “o outro” conseguiram ser: camponeses, negros e índios não fizeram parte do planejamento e implantação dos Grandes Projetos na região. O mapa produzido pela ELETROBRÁS demonstra que os espaços que foram ocupados com a implantação da hidrelétrica, nos seus traçados, cortam as terras das tribos indígenas ou passam ao lado; o mesmo acontecendo com a população camponesa, e no caso das barragens, parte significativa das áreas ocupadas por estas populações foram inundadas, conforme mostra o mapa citado anteriormente.

Como não houve levantamento prévio da população que ia ser atingida por barragem, somente em 1989, no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (ENTAB), o tema passa a ser o foco essencial do encontro (MAGALHÃES, 1991 *apud* MAGALHÃES, 2007).

Os efeitos perversos trazidos antes, durante e após a implantação das hidrelétricas foi o tema do encontro, bem como a violência que acompanhou todo o processo de implantação do complexo hidrelétrico:

[...] Os relatos sobre hidrelétricas construídas ou em construção mostraram claramente que os efeitos perversos desses empreendimentos acontecem antes, durante e após a obra. A partir do momento em que a população da região onde vai ser feita a usina toma conhecimento do objetivo governamental, começa a haver uma “tensão” face à incerteza do futuro, que desorganiza a vida social e, particularmente, a atividade produtiva. A especulação com a terra e os imóveis começa a campear. Os depoimentos mostraram como é frequente nessa fase a expulsão de inquilinos nas cidades e as de parceiros, arrendatários e posseiros no campo. Aliado a isso, a presença da estatal e das consultoras na região, para estudos preliminares, tem-se caracterizado por invasões e danos às propriedades. (MAGALHÃES, 2007, p. 63, grifos do autor).

Os depoimentos no decorrer do encontro mostram o processo doloroso de negociação dos atingidos pelo reservatório e o deslocamento dos “afogados” (MAGALHÃES, 2007), a luta travada entre os atingidos e as empresas responsáveis pelo processo de “negociação” marcada por verdadeiras trapagens com objetivo de não ressarcir os atingidos pelos danos causados com a instalação do complexo hidrelétrico.

Quando o tema pesquisado é o enchimento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, as observações científicas mostram as consequências causadas, tanto às pessoas que estão nas áreas a serem atingidas quanto ao meio ambiente (CASTRO, 1989; COUTO, 1996; MAGALHÃES, 2007). No caso de Tucuruí e Balbina a contaminação das águas provocou o surto epidemiológico de diversas doenças, causando inúmeras mortes. A putrefação dos restos orgânicos, devido ao modo como o lago do reservatório foi planejado, provocou a morte, não só de pessoas como de animais existentes na área, acarretando a proliferação de mosquitos que tornaram a reprodução da vida insuportável nas áreas atingidas pelo reservatório.

Os relatos do encontro mostram o processo de modificação das relações entre as populações locais e a natureza, mas também, a própria natureza 'sofrendo' modificações perversas, como: a interferência na qualidade da água, extensas áreas desaparecendo do mapa natural existente até então, o saber local perdendo sua função em virtude das mudanças sofridas na natureza:

[...] O saber dos ribeirinhos é perdido. O rio é regido não mais pelas leis da natureza, que a população aprendera a conhecer, mas pela lógica de homens interessados exclusivamente em gerar energia elétrica. A impossibilidade das plantações de várzeas é apenas um dos aspectos cruéis dessa nova lógica. (ENTAB, 1989 *apud* MAGALHÃES, 2007, p.63-64).

Os relatos sobre o enchimento dos reservatórios das usinas hidrelétricas expressam o momento de sofrimento para as populações locais, principalmente nos reservatórios compostos por áreas de floresta tropical (ENTAB, 1989 *apud* Magalhães, 2007). A Hidrelétrica de Tucuruí pode ser um caso exemplar para demonstrar o processo de sofrimento e danos, inclusive materiais trazidos à população local, como já foi mencionado em outros momentos deste texto.

O sofrimento das populações atingidas começa a partir do momento em que a discussão fundiária entra na pauta de discussão entre a população atingida e os técnicos das instituições responsáveis pelo empreendimento. O sofrimento da população local acompanha todo o desenrolar do processo de negociação:

[...] É, pois, a partir da situação particularmente vivida pelos grupos sociais compulsoriamente deslocados que se pode apreender o sentido do sofrimento que eles evocam. Um sentido que, no caso de Tucuruí, tem como referência um passado socialmente construído, por eles denominado *tempo da terra livre* ao qual é contraposto o tempo pós-barragem. (MAGALHÃES, 2007, p. 151, grifos do autor).

Embora a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí tenha começado em 1974, somente em 1979 os estudos sobre as condições socioeconômicas das populações que iam ser atingidas com a instalação do reservatório passaram a ser realizados, com o estabelecimento de "critérios" de enquadramento do ocupante da área para efeito de indenização.

A substituição do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) em 1980, "transformando" a questão fundiária em questão militar, com a subordinação direta do último ao

Conselho de Segurança Nacional tornou as negociações na perspectiva dos atingidos mais difícil. As negociações que antes eram realizadas pelo INCRA passam a ser realizadas pelo GETAT no que diz respeito às indenizações dos deslocados compulsórios:

[...] Em 1980, o INCRA foi substituído pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional¹⁶⁸. Foi criado, especialmente, para resolver as “graves” questões fundiárias nessa região, de uma perspectiva militarizada, entre as quais se incluíam aquelas referentes à Barragem de Tucuruí. A partir do GETAT, institucionalizou-se, em toda a região, o lote de 50 ha e a ELETRONORTE transferiu, através de convênio, todos os procedimentos operacionais de indenização e do deslocamento compulsório referente aos “processos rurais” para esse órgão. (MAGALHÃES, 2007, p. 199-200, grifos do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a Amazônia tem sido barbarizada ao longo de sua história, no período nomeado NR (1986- 1989), foi marcada pela barbárie, mas neste caso a dissimulação foi exacerbada. A dissimulação que fundamentava o discurso desenvolvimentista omitia a prática de extermínio simbólico ou concreto exercida pelo Estado sobre os grupos subalternos, caracterizando-se como um dos períodos em que mais foi praticado atos de barbárie sobre as populações locais. Esta situação é extremamente paradoxal porque se trata do primeiro governo civil pós-ditadura militar.

Com a implantação dos mega-projetos na Amazônia na década de 70 e com os reflexos de seus desacertos na década de 80, o período pode ser caracterizado como um dos mais violentos da história recente da região, principalmente com a implantação do Programa Grande Carajás, com o Projeto Ferro Carajás e com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, com o objetivo de atender às demandas do mercado externo, devido à invisibilidade praticada pelo Estado e pelas empresas que se instalaram na região, em relação aos grupos subalternos (índios, posseiros e negros) que habitavam as áreas, agora destinadas pelo Estado brasileiro para serem ocupadas pelos mencionados empreendimentos. Esses fatos acarretaram extremo sofrimento às populações atingidas.

O discurso desenvolvimentista é aqui analisado como dissimulador e, por isso, portador da barbárie, à luz da interpretação de Adorno e Horkheimer (1985) sobre os feitos de Ulisses na *Odisséia*, quando estes afirmam que bárbara é a civilização porque dissimula, e quando mostram que Ulisses só se torna vencedor porque engana os mitos pela astúcia e pelo discurso enganador. Assim, é possível concluir que o discurso desenvolvimentista da NR (1986-1989) para a Amazônia é um discurso dissimulador do poder, como toda fundamentação da modernidade é dissimuladora, e que as concepções desenvolvimentistas por serem dissimuladoras expressam a barbárie no sentido que Adorno e Horkheimer (1985) conceituam.

Como Adorno e Horkheimer (1985), outros autores têm demonstrado que o significado da dissimulação na modernidade é ter como objetivo fetichizar o real, desde Maquiavel (1973) que, no século XVI (início da modernidade), demonstra que a dissimulação é importante devido ao modo como os homens a concebem quando

se deixam levar mais pelos olhos do que pelo fato. O mesmo demonstra Balzac (1992) no século XIX, na obra *O Xale de Selim e Outros Contos*, quando demonstra a importância da capacidade do caixeiro de loja parisiense de convencer o comprador sobre as supostas “qualidades” de uma determinada mercadoria. Do mesmo modo se manifesta Machado de Assis (2008), em sua obra *A Teoria do Medalhão*, quando um pai ensina ao seu filho como dissimular para se tornar um medalhão.

Outros autores foram também revisitados para demonstrar como existem outras formas para demonstrar o mesmo conceito, como é o caso de Debord (1997), que usando como conceito o espetáculo, mostra as artimanhas utilizadas pela sociedade moderna para “criar” verdades e convencer. O mesmo pode, também se estender com relação a Balandier (1980) quando demonstra o poder político usando a teatralização para espetacularizar sua ação.

O período em foco pode ser caracterizado como portador da barbárie no sentido moderno do termo, quando combina dissimulação e atos cruéis; quando usa da invisibilidade para cometer atos atrozos contra as camadas subalternas locais, como aconteceu por ocasião da instalação dos Grandes Projetos na região amazônica, e especificamente com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, como mencionam Pinguelli e Schaeffer (1988) ao relatarem os transtornos trazidos e a violência sofrida pela população localizada na área com a implantação da referida hidrelétrica. Esta por ter atingido com suas intervenções vários sítios, obrigou as famílias que estavam na área a abandonarem suas terras, sem as indenizações prometidas, causando com este fato e outros, a intensificação dos conflitos agrários na área.

E quando comenda Couto (1996), os conflitos trazidos pela mencionada implantação e o aumento dos índices epidemiológicos quando o pesticida Tordon foi usado ao longo da linha de alta tensão elétrica; e quando as áreas foram invadidas por barragens, trazendo em decorrência do modo como o processo ocorreu, levas de mosquito, tornando a vida insuportável às populações atingidas. E quando, além dos mencionados fatores, pode ser observado o descaso do Governo Federal com relação ao que fazer com os atingidos, os quais nem “o outro” conseguiram ser por ocasião da implantação dos mega-projetos, especificamente por ocasião da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, visto que estes não estavam incluídos no planejamento estatal. E ao lado de tudo isto, mesmo quando o governo e as

empresas passaram a negociar, o assentamento aconteceu de forma irregular, marcado por trapagens a cada momento da negociação (CASTRO, 1989; MAGALHÃES, 2007).

Os projetos rodoviários e das empresas mineradoras na década de 70, também são percebidos por Davis (1978) como portadores da violência, bem como os empreendimentos agropecuários, e todas as formas de intervenções planejadas sobre as áreas indígenas ou próximas.

Sem levar em conta o “lamento e dor”, mencionados por Magalhães (2007), no decorrer do processo de transferência dos atingidos para outras áreas, onde não só o espaço era outro, mas o tempo de conhecimento e reaprendizagem no novo lugar. O novo espaço era novo sob todos os aspectos, inclusive na busca de reinventar formas outras de reproduzir a vida.

Afirmar que o período foi assinalado pela barbárie é o mínimo que se pode dizer face aos acontecimentos aos quais os grupos subalternos da sociedade amazônica foram submetidos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. (Zero à Esquerda).
- ASSIS, Machado de. **Contos de Machado de Assis**: dissimulação e vaidade. ROCHA, João C. de Castro (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2008. vol. IV.
- _____. **Dom Casmurro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- BALZAC, Honoré de. **O xale de selim e outros contos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- _____. Sobre alguns temas em Baudelaire. Trad. de E. A. Cabral e J. B. de Oliveira Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER; ADORNO, T. W. ; HABERMAS. **Textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 35-62.
- _____. ; BOLLE, Willi (Org.). **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BIASOLI, Vitor. Apresentação. In: ASSIS, Machado de, 1839-1908. **Teoria do medalhão**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 5-8.
- BUAINAIN, Antônio S. F.; MEIRELES, Hildo. A trajetória da agricultura: da recessão à recuperação. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986. p. 63-98.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRASIL. SUDAM. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia**: Nova República 1986-1989. Ministério do Interior. Belém, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. **Coleção Tudo é história**, 52. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, Ricardo e Miranda, José Carlos. Os marcos gerais da política econômica. In: CARNEIRO ET all. **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1986. p. 07-26.
- CASTRO, Edna M. R.; HÉBETTE, Jean (Orgs.). **Na trilha dos Grandes Projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA-UFPA, 1989.
- CAVALHEIRO, Nelson. Os Planos Bresser (1987) e verão (1989): a persistência na busca da estabilização. In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999. v. II. P. 123-166.
- COUTO, Rosa Carmina. Hidrelétrica e saúde na Amazônia: o estudo sobre a tendência da malária na área do lago da Hidrelétrica de Tucuruí – PA. 1996. 127 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública, Programa de Pós-Graduação em Hidrelétrica e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1996.
- COSTA, José Marcelino M. da. Crise, Grandes Projetos e perspectivas da Amazônia. In: COSTA, José Marcelino M da. (org.) **Os Grandes Projetos da**

- Amazônia:** impactos e perspectivas. Cadernos NAEA, 9. Belém: NAEA – UFPA, 1987. p. 3-16.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e demora:** o discurso competente e outras falas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. I.
- DAVIS, SHELTON H. **Vítimas do Milagre:** o desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERRAZ, Iara LADEIRA; Maria Elisa. Os povos indígenas da Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectivas. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando:** o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 130-141.
- FERREIRA, Syvio Mário Puga. Planejamento e políticas públicas na Amazônia: as experiências da SUDAM e SUFRAMA. In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1999. Vol. II. p. 269-305.
- FIORI, José Luis. **O vôo da coruja:** uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.
- FREUD, Sigmund. Introdução. O mal-estar na civilização. In: GAY, Peter. (Coord.). **Sigmund Freud:** obras psicológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Região e Nação na América Latina.** Editora Universidade de Brasília. São Paulo: imprensa oficial do Estado, 2000. p. 7-15.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GONÇALVES, Willians Silva. O Brasil no novo sistema internacional. In: VIZENTINI, Paulo G.F (Org.). **A grande crise:** a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 147-171.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Planejamento Regional no Nordeste. Notas para uma avaliação. In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1999. v. II. p. 225-268.
- HALL, Anthony. O programa grande Carajás: gênese e evolução. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando:** o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 38-45.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto:** ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 7-14.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, formas e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).
- HOMERO. **A Odisséia.** São Paulo: Paumape, 1995.
- KAFKA, Franz. **Colônia penal.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1999. v. II.
- LACERDA, Antonio C. de. Plano real: entre a estabilização duradoura e a vulnerabilidade eterna. In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1999. v. II. p. 195-224.
- LAS CASAS, Frei B. de. **O paraíso destruído:** a sangrenta história da conquista da América espanhola. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1996.
- LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo:** a vida americana numa era de esperança em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

- LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: editora 34, 1994. (Coleção Trans).
- LIRA, Sergio Bacury. **Morte e ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA-UFPA, Belém, 2005.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.
- _____. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e luta na Amazônia. Belém: CEJUP, 1997.
- LÖWY, Michael. **Barbárie e modernidade no século XX**. Biblioteca das alternativas. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 29 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/lowypor.php>>. Acesso em: 10 ago. 2004.
- _____; BENSALID, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã. 2000.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos do estado: a política de ocupação do espaço na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 89-113.
- MAGALHÃES, Sônia Maria S. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Mandrágora**: Belfagor, o arquidiabo. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. **O príncipe**. Escritos políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. IV. p. 659-726.
- _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do mundo. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1987.
- _____. **A questão judaica**. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.
- _____. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- _____. **Origem do capital**. São Paulo: Global, 1977.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s/d.
- MATOS, Olgária. A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias. In: _____ (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 190-210.

- MIYAMOTO, Shiguenoli. Os megabloco e sua projeção internacional. In: VIZENTINI, Paulo G.F (Org.). **A grande crise: a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 31-94.
- MORAES, Antônio C de. Plano Brasil novo. In: KON, Anite (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999. v. II. p. 167-194.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Índios da Amazônia: da maioria a minoria (1750-1850)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- MOTA, Lourenço Dantas. **A Nova República: o nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MOURA, Gerson. O terceiro mundo a deriva: crise e conflito. In: VIZENTINI, Paulo G.F (Org.). **A grande crise: a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 127-147.
- MOURÃO, Fernando A. A África: crise, desagregação e conflitos. In: VIZENTINI, Paulo G.F (Org.). **A grande crise: a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 211-222.
- MÜLLER, Regina A. P. Xingu, a maior Hidrelétrica do Brasil: uma ameaça aos povos indígenas e o caso Assurini. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Saga, 1968.
- NOVAES, Adauto (Org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- OLIVEIRA, Fabrício A.; BIAMOTO JR, Geraldo. As finanças públicas da Nova República. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 141-173.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero e Studio Alfa Fotoletra, 1981.
- PINGUELLI, Rosa; SCHAFFER, R. **Impactos ambientais e conflitos sociais: um paralelo entre usinas hidrelétricas e nucleares**. São Paulo. Marco Zero COPPE-CNPQ, 1988.
- PONTE, Romero Ximenes. **Amazônia: a hipérbole e o pretexto**. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.
- PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. **Região Amazônica, projeto de desenvolvimento brasileiro e alteridade**. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- SADER, Emir ; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário no Pará**. Belém: Cejup, 1992.

- _____. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Pakatatu, 2004.
- SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgar Assis (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 7-45.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. Coimbra, **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 5-32, 1996.
- SANTOS, Sílvio Coelho; NACKE, Aneliese. Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 78-88.
- SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, Nova República, 1986-1989**. Belém: SUDAM, 1986. *Mimeo*.
- SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira em 1985/86: desempenho e política. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 27-61.
- TAVARES, Maria da Conceição. Prefácio. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. I-III.
- TEIXEIRA, COSTA. Setor financeiro: momentos decisão. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 175-199.
- TOLSTÓI, Leon. **A escravidão moderna**. Lisboa: Livraria: Guimarães & Cia, 1901.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Jorge Zahar Editores, 1998.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.
- VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 54-77.
- VIZENTINI, Paulo G.F. Bases históricas da Crise Mundial. In: VIZENTINI, Paulo G.F (Org.). **A grande crise: a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes. 1992. p. 11-30.
- _____. A transição para uma nova ordem internacional. In: _____; RIBEIRO, Luis D. T. (Orgs.). **A grande crise: a nova (des) ordem internacional nos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 223-236.
- WEFFORT, Francisco. Prefácio. In: FIORI, José Luis. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.